MINISTÉRIO DA DEFESA

MD30-M-01

DOUTRINA DE

OPERAÇÕES CONJUNTAS

2º VOLUME

2011

MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

DOUTRINA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS

2º VOLUME

1ª Edição
2011

MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

PORTARIA NORMATIVA Nº 3810 /MD, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a “Doutrina de Operações Conjuntas”

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe é conferida no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinados com os incisos III, VI e IX do art. 1º do Anexo I ao Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar a “Doutrina de Operações Conjuntas – MD30-M-01 / Volumes 1,2, e 3” (1ª Edição/2011) que estará disponível na Assessoria de Doutrina e Legislação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Art. 2º A “Doutrina de Operações Conjuntas” deverá ser revisada no ano de 2013.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as Portarias n^{os} 4.124 SC-1, de 6 de dezembro de 1978 (Aprova o Manual de Comando Combinado e Conjunto - FA-M-02); 146 /MD, de 30 de março de 2001 (Aprova o Manual de Comunicações para Operações Combinadas - MD31-M-01); 308/MD, de 9 de maio de 2001 (Aprova a Doutrina Básica de Comando Combinado - MD33-M-03); 435/MD, de 19 de julho de 2001 (Aprova o Manual de Logística para Operações Combinadas - MD34-M-01); 445/MD de 27 de julho de 2001 (Aprova o Manual de Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas - MD33-M-05); 452/EMD/MD, de 27 de outubro de 2005 (Aprova a Estrutura Militar de Defesa - MD35-D-01); 771/EMD/MD, de 18 de dezembro de 2007 (Aprova o Manual de Procedimentos de Comando e Controle para Operações Combinadas - MD31-M-04); e 151/EMD/MD, de 31 de março de 2008 (Aprova a Metodologia de Planejamento Estratégico de Emprego Combinado das Forças Armadas – MPEECFA – MD33-M-07 -2ª Edição/2008).

CELSO AMORIM

(Publicado no D.O.U. nº 236 de 09 de dezembro de 2011.)

REGISTRO DE MODIFICAÇÕES

NÚMERO DE ORDEM	ATO DE APROVAÇÃO	PÁGINAS AFETADAS	DATA	RUBRICA DO RESPONSÁVEL

SUMÁRIO

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO

INTERNA	
ÓRGÃOS	**EXEMPLARES**
GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA	1
GABINETE ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS	1
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	1
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO	1
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA	1
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DOS SISTEMAS DE PROTAÇÃO DA AMAZÔNIA	1
CHEFIA DE PREPARO E EMPREGO	1
CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	1
CHEFIA DE LOGÍSTICA	1
ASSESSORIA DE DOUTRINA E LEGISLAÇÃO – **Exemplar Mestre**	1
PROTOCOLO GERAL	1
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	1
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	1
SUBTOTAL	**13**

EXTERNA	
ÓRGÃOS	**EXEMPLARES**
COMANDO DA MARINHA	1
COMANDO DO EXÉRCITO	1
COMANDO DA AERONÁUTICA	1
ESTADO-MAIOR DA ARMADA	1
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO	1
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA	1
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS	1
COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES	1
COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS	1
SUBTOTAL	**9**
TOTAL	**22**

ANEXO C – PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO

CAPÍTULO I

PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS

“O bom estrategista, para vencer uma batalha, faz antes muitos cálculos no seu templo, pois sabe que eles são a chave que o conduzirá à vitória. É calculando e analisando que o estrategista vence previamente a guerra, na simulação do seu templo...” (Sun Tzu).

1.1 Generalidades

1.1.1 As forças militares enfrentam situações com variados graus de complexidade, para os quais as soluções encontradas encerram sempre algum grau de incerteza. Assim, o sucesso de qualquer empreendimento militar repousa em um planejamento que permita, em tempo útil, o preparo e a aplicação de todas as ações necessárias à sua execução, baseado em dados confiáveis e atualizados, com flexibilidade e abrangência suficientes para lidar com a evolução dos fatos e com elementos que, cada vez mais, extrapolam os limites do campo de atuação puramente militar.

1.1.2 Cabe ao Comandante a responsabilidade para o cumprimento de uma missão que lhe seja atribuída. Para tal, deverá tomar medidas relativas à movimentação, apoio, proteção, coordenação e controle de suas forças. Sua decisão, ou a apresentação de propostas ao seu superior, será baseada na análise dos fatores envolvidos, de forma racional e objetiva. Nesse processo, conceberá o emprego adequado dos recursos materiais e humanos disponíveis, buscando identificar aspectos que lhe sejam potencialmente vantajosos em relação aos oponentes, bem como resguardar eventuais deficiências ou fraquezas de uma ação adversa.

1.1.3 Ferramenta essencial para o êxito do emprego do poder militar, um processo de planejamento adequadamente conduzido constitui-se em uma vantagem para a força que melhor souber utilizá-lo.

1.1.4 No âmbito do Ministério da Defesa brasileiro, em se tratando de um planejamento a ser elaborado por um Estado-Maior Conjunto (EMCj), no nível operacional ou no tático, esse processo é denominado “Processo de Planejamento Conjunto – PPC”.

1.1.5 O produto final do PPC será um Plano Operacional, onde o Comandante estabelecerá objetivos, organizará os meios que lhe foram adjudicados, atribuirá tarefas aos comandos subordinados e estabelecerá diretrizes para o planejamento e execução de operações (de caráter naval, terrestre e aéreo), coordenadas no tempo e no espaço, de tal forma que permitam alcançar o estado final desejado militar estabelecido pelo nível superior. Esse Plano orientará o planejamento no nível tático.

1.1.6 No nível tático, adquirem maior vulto as metodologias de planejamento específicas de cada Força, quando empregadas de forma singular, tendo em vista as diferentes características de emprego e demais peculiaridades não totalmente abrangidas dentro de uma metodologia mais ampla. Tais metodologias deverão ser complementares, jamais conflitantes, àquelas utilizadas nos níveis mais elevados, preenchendo as lacunas porventura existentes, tendo em vista o grau de detalhamento necessário para aqueles que efetivamente executarão as ações planejadas.

1.1.7 As forças conjuntas, de nível tático, devem adotar a mesma metodologia aplicável ao nível operacional, consubstanciada pelo PPC. Nesse caso, o Plano Tático seguirá os mesmos modelos adotados no Plano Operacional.

1.1.8 O PPC é flexível, o que possibilita empregá-lo na resolução de qualquer tipo de problema militar nos mais diversos níveis e graus de complexidade. Outra característica desse processo é a natureza cíclica, ou seja, a possibilidade de retornar às partes anteriores para rever certos aspectos, obter e analisar novos dados cuja importância não tenha sido evidenciada anteriormente. Por outro lado, o processo tem caráter contínuo, pois nenhuma das partes componentes será considerada como definitiva a não ser quando a missão esteja integralmente cumprida.

1.1.9 O processo não prescinde do conhecimento e experiência profissionais do Comandante e do seu EM, de sua criatividade, iniciativa e capacidade de decisão. Porém se constitui numa ferramenta útil a ser adequadamente empregada, sem perder de vista a sua real finalidade: o cumprimento de uma missão da forma mais eficiente possível, e, consequentemente, a obtenção do estado final desejado.

1.1.10 Apesar de ser um método desenvolvido basicamente para a solução de problemas onde se fazem presentes duas ou mais forças militares antagônicas entre si (um problema militar clássico), o PPC é uma ferramenta potencialmente ampla. Com as devidas adaptações, servirá como base, inclusive, para o planejamento do emprego operativo de meios em situações de não guerra, tais como:

a) Ações de caráter humanitário (em apoio a órgãos da Defesa Civil);
b) Garantia da Lei e da Ordem (GLO); e
c) Missões de Paz.

1.2 Fundamentos

1.2.1 Para que um planejamento seja realizado em bases corretas, ele deve orientar-se pelos seguintes princípios gerais.

1.2.1.1 Universalidade

É a abordagem de todos os aspectos que envolvem o problema, prevendo, tanto quanto possível, todas as consequências.

1.2.1.2 Unidade

É o encadeamento de todas as partes, formando um conjunto integrado.

1.2.1.3 Objetividade

É o desenvolvimento dentro da realidade, sem perder de vista a missão recebida.

1.2.1.4 Economia de meios

É a busca do máximo rendimento, por intermédio do emprego eficiente, racional e judicioso dos meios disponíveis.

1.2.1.5 Segurança

É o grau de proteção essencial à liberdade de ação e à preservação do poder de combate necessário ao emprego eficiente das forças, tendo por finalidades:

a) negar ao inimigo o uso da surpresa e do monitoramento;

b) impedir que ele interfira, de modo decisivo, nas operações;

c) restringir-lhe a liberdade de ação nos ataques a pontos sensíveis do território a ser defendido ou sobre nossas próprias forças; e

d) prover a segurança do pessoal e do material necessária ao cumprimento da missão.

1.2.1.6 Disciplina

É a obediência às prescrições contidas nas diretrizes superiores, assegurando fidelidade ao propósito estabelecido.

1.2.1.7 Flexibilidade

É a característica de que deve dispor uma força militar, de modo a organizar-se para o cumprimento de uma missão específica, para atender tanto às diferentes fases de um plano ou ordem de operações, quanto de se adaptar às variações de situação que se possam apresentar, no desenrolar do combate ou missão recebida.

1.2.1.8 Versatilidade

É a característica que permite a uma força militar regular seu poder de destruição e alterar sua postura militar, mantendo a aptidão para executar uma ampla gama de tarefas.

1.2.1.9 Simplicidade

É a condução sistemática para garantir que as ordens e os planos sejam claros, precisos e concisos, facilitando o entendimento, a execução e a supervisão das operações pelos escalões envolvidos.

1.2.1.10 Coordenação

É o ato ou efeito de conciliar interesse e conjugar esforços para a consecução de um objetivo, tarefa, propósito ou missão comum. É obtida por meio da conjugação harmônica de esforços de elementos distintos, visando a alcançar um mesmo fim e evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções.

1.2.1.11 Interoperabilidade

É a capacidade dos sistemas, unidades ou forças de intercambiarem serviços ou informações ou aceitá-los de outros sistemas, unidades ou forças e, também, de empregar esses serviços ou informações, sem o comprometimento de suas funcionalidades.

1.2.2 Todo planejamento que tenha sido realizado em bases corretas, apresentará as respostas adequadas às seguintes perguntas:

a) O que fazer?

b) Para que fazer?

c) Quando fazer?

d) Onde fazer?

e) Com que meios fazer? e
f) Como fazer?

1.3 Etapas do Processo

As etapas do processo de planejamento para operações conjuntas são:
a) Exame de Situação;
b) Elaboração de Planos e Ordens; e
c) Controle da Operação Planejada.

1.3.1 Exame de Situação

Constitui a base de todo o processo. É a etapa na qual o Comandante e seu Estado-Maior estudam o problema em todas as dimensões em que se encontra inserido. Ao final deste estudo, chega-se à escolha de uma Linha de Ação (LA) para o cumprimento da missão, caracterizada na Decisão do Comandante, e, sempre que possível, uma ideia geral quanto à forma como essa LA será implementada, denominada Conceito Preliminar da Operação.

1.3.2 Elaboração dos Planos e Ordens

Nessa etapa, o Comandante desenvolve o Conceito da Operação (vide Apêndice XIV do presente Anexo – Modelo de Plano Operacional – subitem 4.2 Concepção Geral), elabora os documentos para transmissão das ordens aos subordinados e a outros comandos interessados, bem como planeja de que forma controlará o andamento das ações planejadas.

1.3.3 Controle da Operação Planejada

Nessa última etapa, o Comandante verificará se a operação está se desenvolvendo conforme planejada e se os efeitos desejados e objetivos estão sendo alcançados. Caso necessário, introduzirá as alterações adequadas nos planos e ordens anteriormente estabelecidos.

CAPÍTULO II

EXAME DE SITUAÇÃO

2.1 Generalidades

2.1.1 O exame de situação é constituído das seguintes fases:

a) Fase 1 – Análise da missão e considerações preliminares;
b) Fase 2 – A situação e sua compreensão;
c) Fase 3 – Possibilidades do inimigo, linhas de ação e confronto;
d) Fase 4 – Comparação das linhas de ação;
e) Fase 5 – Decisão; e
f) Fase 6 – Conceito Preliminar da Operação.

2.1.2 Embora essas fases se sucedam em sequência lógica, será comum retornar às fases anteriores para reexaminar fatos que venham a se mostrar inadequadamente analisados, bem como acrescentar outros, até então desconhecidos ou cuja relevância não tivesse ainda sido constatada. Ao longo do processo, fatos que se mostrarem irrelevantes poderão ser eliminados. Isso se deve à natureza cíclica do processo de planejamento, o que requererá uma eficaz coordenação entre as seções do EMCj.

2.1.3 A citada coordenação caberá ao Chefe do EMCj (Ch EMCj), que acompanhará os trabalhos das seções, orientando-as quanto à profundidade e objetividade do trabalho. É ele que, organizando um cronograma de trabalho, sugerirá ao comandante as reuniões de coordenação necessárias.

2.1.4 Nessa etapa, será redigido o documento formal "Exame de Situação", sob a responsabilidade do Oficial de Operações do EMCj auxiliado diretamente pela seção de Planejamento. Cada Seção do EM desenvolverá análises dentro das respectivas esferas de responsabilidade. Para tanto, seguirão um Roteiro de Análise, conforme os modelos constantes nos Apêndices deste Anexo. Enquanto o Exame de Situação constituirá um documento formal a ser arquivado juntamente com o Plano Operacional decorrente, os Roteiros de Análise servirão apenas como um guia de trabalho proposto para as Seções do EM, podendo sofrer alterações, caso julgado necessário pelo Ch EMCj, desde que não comprometam o andamento lógico das análises, fundamental para a elaboração do Exame de Situação.

2.1.5 As fases do Exame de Situação correspondem ao reconhecimento da existência do problema (análise da missão), coleta e estudo dos dados a ele pertinentes (a situação e sua compreensão), elaboração das possíveis soluções (possibilidades do inimigo – Psb I, linhas de ação – LA, e confronto), comparação das possíveis soluções (comparação das LA), seleção da melhor solução (decisão) e elaboração, sempre que possível, de uma ideia geral sobre a forma como a decisão será implementada (Conceito Preliminar da Operação – CPO). O CPO poderá facilitar a apreciação pelo escalão superior e o entendimento pelos subordinados, possibilitando a antecipação de providências e de informações úteis para os planejamentos das forças componentes.

2.1.6 É de fundamental importância a existência de um trabalho de Inteligência prévio

para o início efetivo do planejamento, sem o qual o Comandante e o respectivo Estado-Maior carecerão de dados suficientes para análises iniciais no Exame de Situação. Cabe observar que uma situação de conflito não surge de forma repentina, sendo normalmente precedida de uma crise durante a qual as atividades de inteligência (e contrainteligência) deverão ser intensificadas, atualizando-se as informações e planos disponíveis.

2.2 Análise da Missão e Considerações Preliminares

2.2.1 O Comandante deve adquirir uma ideia clara e completa do problema militar, antes de tentar solucioná-lo. Isso incluirá o entendimento da relação da missão de seu escalão com a de seu(s) superior(es), com as missões de outras forças que participarão da operação e com a obtenção do Estado Final Desejado (EFD) militar, definido pelo nível superior.

2.2.2 Os itens que se seguem indicam o procedimento recomendado para análise da missão e considerações preliminares, atentando que o Apêndice XIII, do presente Anexo, - Modelo de Exame de Situação Operacional – contempla os itens componentes do Exame da Situação e apresenta um formato para a confecção.

2.2.3 Origem e Enunciado da missão

2.2.3.1 A missão é o ponto de partida para o desencadeamento de uma operação militar e, como tal, constitui o primeiro e essencial elemento a ser considerado no Exame de Situação. Constitui o elemento balizador de todo o trabalho que conduzirá à decisão. No enunciado de uma missão, estarão discriminados a(s) tarefa(s) mais o(s) propósito(s), nessa ordem, unidos pela expressão “a fim de”.

2.2.3.2 Nesse item, o Comandante deverá identificar a origem da sua missão, se ela é decorrente de diretriz do escalão superior ou de circunstâncias especiais na sua área de responsabilidade. Deverá identificar todos os elementos da missão e da situação geral na qual está inserida (tarefas, propósitos, efeitos desejados, objetivos, diretrizes ou intenções do escalão superior, relação com as missões atribuídas aos outros comandantes que participam da operação, limitações ao seu planejamento).

2.2.3.3 Eventualmente, a missão poderá ser transmitida ao Comandante em termos de estado final desejado militar. Nesse caso, os esforços do Comandante e do seu Estado-Maior serão maiores, no sentido de enunciar a missão na forma tradicional e dar continuidade ao emprego do método.

2.2.4 Estudo da Missão do Escalão Superior

2.2.4.1 Nesse item o Comandante, assessorado pelo seu EM, estudará a missão, a Intenção do Comandante e os efeitos desejados do escalão superior, buscando identificar de que modo a execução das ações que lhe foram atribuídas contribuirá para a missão daquele escalão. Isso facilitará o trabalho do seu EM e o seu planejamento, como também possibilitará que a abrangência das análises e ações a serem empreendidas sejam situadas no nível de decisão correto.

2.2.4.2 O Comandante identificará, ainda, esses mesmos dados em quantos escalões

superiores julgar necessário, sem perder o foco na missão que lhe foi atribuída.

2.2.4.3 Em sequência, o Comandante transcreverá as Premissas Básicas (PB) formuladas pelo escalão superior, caso sejam do seu conhecimento. Existindo PB estabelecida pelo escalão superior, esta será tratada como “fato”, para fim de planejamento, pelos escalões subordinados.

2.2.4.4 O termo “premissa básica” é aqui empregado como uma suposição acerca da situação existente ou uma pressuposição sobre o futuro curso dos acontecimentos, substituindo informações que, porventura, ainda não estejam disponíveis ou não tenham sido confirmadas e que sejam de fundamental importância para o desenvolvimento do planejamento. Sua adoção implicará na elaboração de um planejamento contingente ou variante do planejamento original, para o caso da não confirmação daquela premissa.

2.2.4.5 Há de se ter cuidado para não confundir o conceito de “premissa básica” com “possibilidades do inimigo”, que será abordado mais adiante. O planejador deve ter em mente que uma “premissa básica” estabelecida pelo escalão superior deve ser tratada como “fato” pelo escalão subordinado.

2.2.4.6 O ideal é que o planejamento seja suficientemente abrangente e flexível, de forma a eliminar, ou reduzir tanto quanto possível, a necessidade do emprego de premissas básicas. No entanto, isso nem sempre será possível, principalmente nos planejamentos elaborados numa moldura temporal de longo prazo, sem execução num futuro próximo.

2.2.4.7 Premissas básicas em excesso limitam a utilidade do plano, todavia, quanto mais elevado o escalão de planejamento (ou quanto maior o prazo para o início da operação) maior a probabilidade de se tornar necessário o uso de PB.

2.2.4.8 Para que a PB seja realmente válida, é preciso que o plano seja desfavoravelmente afetado caso ela não se concretize. Ou seja, para a verificação da validade de uma PB, deve-se perguntar se o plano teria sucesso caso a PB não se concretizasse. Se a resposta for afirmativa, ela não é válida e deverá ser abandonada, uma vez que a sua adoção tenha se mostrado desnecessária.

2.2.4.9 As atividades das próprias forças, ou forças amigas, não constituirão normalmente assunto para a formulação de PB, posto que o Comandante estará em posição de conhecer exatamente tais atividades. Entretanto, pode haver casos em que se torne imperativo estabelecer PB acerca das próprias forças, como em um planejamento em que as forças necessárias à operação estejam engajadas com o inimigo em outro local. Não será possível estabelecer com precisão quando esses engajamentos terminarão e, portanto, torna-se necessário fazer uma suposição para que o planejamento possa prosseguir.

2.2.5 Análise da própria missão

Os subitens seguintes mostram o procedimento recomendado para análise dos elementos da própria missão.

2.2.5.1 Identificação dos Objetivos e Efeitos Desejados

O Comandante precisa ter um perfeito entendimento dos objetivos e efeitos desejados e relativos à sua missão, ou seja, os resultados das ações a serem executadas. Esses elementos servirão de base para todos os aspectos do planejamento. Poderão ainda

ser visualizados, preliminarmente, os principais alvos em relação aos quais serão desencadeadas as ações.

2.2.5.2 Contribuição para os Efeitos Desejados do Escalão Superior

O Comandante examinará de que forma o cumprimento da missão contribuirá para os efeitos desejados a serem obtidos pelo escalão superior. Esse exame revelará aspectos de grande influência no modo pelo qual a operação será conduzida.

2.2.5.3 Relação da Missão com as de Outros Comandos

Nesse ponto, o Comandante estabelecerá a relação entre a própria missão e as atribuídas a outros comandos diretamente subordinados ao mesmo escalão superior (forças amigas), participantes da operação. O estudo da relação entre as missões auxiliará o Comandante a compreender o seu papel na operação e a levar em conta a possibilidade de apoio mútuo.

2.2.6 Considerações Preliminares

O Comandante não deverá se estender muito nos itens abaixo, tendo em vista que serão aprofundados na fase seguinte (A Situação e sua Compreensão). A profundidade da sua análise inicial se aterá ao conhecimento disponível no início do planejamento, identificando os elementos mais relevantes, dentro do seu nível de decisão, para a elaboração da Diretriz de Planejamento que orientará os trabalhos do seu EM.

2.2.6.1 Centros de Gravidade (CG) e Vulnerabilidades Críticas (VC)

O Comandante identificará, preliminarmente, os CG e VC amigos e inimigos, com base nas análises e informações já disponíveis.

2.2.6.2 Aspectos políticos

O Comandante examinará, de imediato, os fatores políticos que poderão interferir diretamente no planejamento subsequente, as pressões políticas internacionais sobre um dos contendores, o ambiente político nacional e internacional, etc.

2.2.6.3 Aspectos econômicos

De igual maneira, a macro-situação econômica será objeto de análise, podendo decorrer, dessa primeira visão sobre os aspectos econômicos, importantes restrições ou oportunidades a explorar no planejamento da operação.

2.2.6.4 Aspectos psicossociais

A identificação da ambiência psicossocial, particularmente no que diz respeito ao moral das tropas envolvidas no contexto da missão, o grau de aceitação e apoio da opinião pública às ações a serem realizadas – em âmbito nacional e internacional – a atitude e os aspectos culturais da população residente nas áreas das operações serão de grande relevância para o Comandante. Desse estudo, poderão advir aspectos importantes para o direcionamento do planejamento operacional, especialmente no que diz respeito às regras de engajamento, comunicação social, assuntos civis e emprego das operações psicológicas.

2.2.6.5 Aspectos científico-tecnológicos

Uma primeira visão sobre os principais aspectos científico-tecnológicos será de grande relevância para o exame subsequente. O levantamento de preponderâncias evidentes de um dos contendores, no que diz respeito a recursos científico-tecnológicos que

possam impactar nas operações, podem direcionar o planejamento no sentido de minimizar desvantagens aparentes e otimizar os aspectos favoráveis.

2.2.6.6 Área de responsabilidade

Serão apresentados os limites, os dados gerais sobre a área (marítima, terrestre e o espaço aéreo sobrejacente), sua configuração, o clima, acidentes notáveis de maior relevância e considerações julgadas importantes pelo comandante. O comandante estará, ao término desse estudo, em condições de obter algumas conclusões preliminares sobre de que forma determinadas características da área de responsabilidade poderão afetar o desdobramento dos meios adjudicados, o comando e controle, os sistemas de armas e a progressão das tropas no terreno.

No que se refere especificamente a um TO, deverão ser considerados os aspectos que irão condicionar a definição do limite entre a Zona de Combate e a Zona de Administração, devendo ser considerados, entre outros, os seguintes fatores:

- avaliar a existência de espaço suficiente, tanto para as manobras operacionais e táticas (na ZC), quanto para as instalações logísticas e de Comando e Controle (na ZA);
- evitar sobrecarregar os escalões operacionais desdobrados na ZC com encargos territoriais desnecessários;
- procurar observar e manter a divisão política do país;
- procurar manter a integridade territorial dos Distritos Navais, Regiões Militares e Comandos Aéreos Regionais de tempo de paz;
- respeitar as características geográficas da área (hidrografia, orografia, clima, vegetação, etc.);
- aproveitar na ZA os recursos locais dos principais centros urbanos do TO, tais como depósitos, armazéns, oficinas, hospitais, centros econômicos, infraestruturas de transporte, etc.;
- considerar aspectos relativos à Segurança da Área de Retaguarda (SEGAR), particularmente no que se refere às necessidades de defesa e controle de danos das instalações críticas existentes no TO;
- considerar a influência dos aspectos humanos nas operações; e
- analisar as possibilidades do inimigo, particularmente quanto à probabilidade de interferência nos sistema de comando e controle, apoio logístico e instalações críticas.

2.2.6.7 Meios adjudicados

Serão verificados os meios e a situação geral dos mesmos, em especial os prazos para recebimento de meios mobilizáveis, o grau de aprestamento dos meios, informações administrativas pertinentes e outras considerações julgadas úteis ao planejamento de emprego.

2.2.6.8 Inimigo

Deverão ser considerados os dados gerais disponíveis sobre o inimigo, particularmente os relativos à sua doutrina de emprego, informações recebidas do escalão superior, ordem de batalha, valor, mobilidade estratégica, possibilidades de mobilização, apoio de outras forças e outras considerações julgadas pertinentes à tomada de conclusões que orientarão a continuidade do processo. Recomenda-se muito cuidado nesse ponto, pois será perigoso deduzir sobre o que o inimigo pretende fazer, sem que se esteja apoiado em dados de elevado grau de confiança.

2.2.6.9 Premissas Básicas

Deverá ser identificada a necessidade de se formular, ou não, premissas básicas

para o planejamento.

2.2.6.10 Limitações ao planejamento

Geralmente, logo no início do exame de situação, podem ser identificadas certas limitações com influência significativa nas possíveis soluções para o problema. Basicamente, as limitações ao planejamento são condicionantes comumente impostas e abarcam dois conceitos: “o que não pode ser feito” e “o que deve ser feito”, no nível operacional. Pode-se incluir entre elas:

a) implicações de tempo (grau de urgência ou prioridade; tempo disponível para o planejamento; e tempo previsto para a duração da operação);

b) condições especiais impostas por autoridade superior (condicionantes políticas e regras de engajamento);

c) relacionamento da operação com outras operações em andamento; e

d) outros aspectos, tais como fatores ambientais e jurídicos.

2.2.6.11 Apreciação sumária do poder relativo das forças em presença

A partir desse momento, o Comandante terá condições de realizar uma apreciação inicial do poder relativo das forças em presença, tendo em vista o levantamento das principais forças de ambos os contendores e as conclusões retiradas da análise dos demais fatores. Nessas condições, poderá elaborar orientações específicas para o trabalho do seu EM e do planejamento subsequente.

2.2.6.12 Intenção(ões) do Comandante

Ao término das Considerações Preliminares, o Comandante terá condições de estabelecer o enunciado da sua Missão, bem como de delinear a forma ou método como ele visualiza para que suas forças sejam empregadas para explorar as VC do inimigo e atingir seu(s) CG, protegendo seus próprios CG e VC e alcançando o Estado Final Desejado militar, valendo-se, para tanto, de toda sua experiência profissional e da observância dos princípios de guerra, dentre outros. Cabe observar que este item poderá ser ajustado e alterado, a critério do Comandante, no decorrer do Exame de Situação, quando informações e fatos novos poderão ser levantados, possibilitando o aperfeiçoamento das conclusões e de aspectos relevantes do planejamento.

2.2.7 Diretriz de Planejamento

2.2.7.1 Após analisar todas as informações disponíveis, o Comandante emitirá, por escrito, a Diretriz de Planejamento, relacionando para o seu EM os principais pontos do estudo desenvolvido até então, a fim de transmitir o exato significado de sua missão, suas possibilidades e limitações, e uma ideia inicial de manobra para o seu cumprimento.

2.2.7.2 A Diretriz de Planejamento desencadeia todo o trabalho do EM para a solução do problema operacional. Ela proporciona total liberdade ao Comandante quanto à forma de registrar e transmitir as suas ideias e orientações iniciais aos seus subordinados. Seu conteúdo poderá ser alterado à medida que se avance no Exame de Situação, a critério do Comandante. Basicamente, a Diretriz de Planejamento conterá:

a) o enunciado da missão, redigido de forma concisa e precisa, apresentando claramente sua(s) tarefa(s) e propósito(s);

b) os principais dados e conclusões obtidos na análise da missão;

c) o estado final desejado militar;

d) orientações para o estabelecimento de um cronograma de trabalho, tendo em

vista o grau de urgência do planejamento e do início das ações;

e) outras prescrições julgadas necessárias à orientação do trabalho do Estado-Maior, tais como os critérios, ideia inicial de faseamento da manobra operacional, objetivos operacionais, as oportunidades a serem aproveitadas e princípios doutrinários a serem enfatizados; e

f) a intenção do Comandante, enfatizando os princípios de Guerra a serem empregados.

2.2.7.3 A emissão, por parte do Comandante, da Diretriz de Planejamento, caracterizará a conclusão da fase de análise da missão e considerações preliminares, sendo pré-requisito ao trabalho subsequente do EM.

2.2.7.4 Dependendo do grau de urgência do planejamento e da implementação de providências iniciais por parte dos comandos subordinados, a Diretriz de Planejamento poderá servir de base para a emissão imediata de uma “Ordem Preparatória”, possibilitando o início do planejamento nos escalões subordinados, bem como a antecipação de providências necessárias para as operações iminentes.

2.2.7.5 Além de proporcionar ganho de tempo, fator operacional normalmente escasso e precioso, tal antecipação pode contribuir para maior sinergia entre os diversos escalões envolvidos, desde a fase do planejamento operacional (segundo um ritmo de planejamento paralelo e simultâneo nos diversos escalões), otimizando o fluxo de informações e possibilitando a identificação de itens críticos para a implementação das possíveis Linhas de Ação, até a seleção daquela que se constituirá na “Decisão” do Comandante. No entanto, a conveniência da adoção dessa forma de condução do planejamento deverá ser cuidadosamente avaliada, tanto quanto ao aspecto da praticabilidade (disponibilidade de pessoal qualificado e existência de Estados-Maiores já ativados, nas Forças Componentes, desde o início do planejamento operacional), quanto ao da necessidade de manutenção do grau de sigilo adequado à preparação para as ações.

2.3 A Situação e sua Compreensão

Nessa fase, todos os dados relativos ao problema, estudados nos principais aspectos na fase anterior, serão analisados detalhadamente. O trabalho deve iniciar-se pelas características da área de responsabilidade, e abrangerá dados das forças inimigas, das próprias forças, das forças amigas e da comparação dos poderes combatentes. Ao término dessa fase, os aspectos mais relevantes da área de responsabilidade, das forças amigas e da comparação dos poderes combatentes, que impactam na missão, serão evidenciados. As seções do EM trabalharão simultaneamente em vários itens distintos. No entanto, os parágrafos descritos a seguir serão redigidos no documento “Exame de Situação” na sequência apresentada.

2.3.1 Características da Área de responsabilidade

2.3.1.1 Esse item diz respeito às características da área de responsabilidade que constituam subsídios relevantes para o delineamento das Possibilidades do Inimigo, assim como para a determinação das possíveis Linhas de Ação. Como os fatores a serem analisados são normalmente numerosos, o grau de detalhamento dependerá do escalão considerado e da natureza do Comando Operacional.

2.3.1.2 As conclusões obtidas na fase anterior indicarão que fatores serão estudados e o seu grau de profundidade. Assim, numa situação puramente naval, o fator "Terreno e Topografia" poderá ser abandonado, enquanto o fator "Clima e Meteorologia" merecerá maior atenção.

2.3.1.3 Cabe aqui salientar que as “conclusões” deverão se constituir no resultado de uma análise pela qual, com base nos fatos relacionados com a Missão do Comandante, serão deduzidas as vantagens ou desvantagens, limitações ou possibilidades das suas Forças e do Inimigo, e também os procedimentos que poderão ser explorados pelas partes em conflito, englobando os mais diversos campos da guerra moderna.

2.3.1.4 Não deverão pairar dúvidas quanto à veracidade dos fatos (evidências), nos quais serão baseadas tais análises, sob o risco de obterem-se falsas conclusões. O EM não deverá desperdiçar tempo em análises irrelevantes, mantendo sempre o foco no escopo da Missão do Comandante.

2.3.1.5 Os fatores são divididos em duas classes principais: Gerais e Fixos. Por meio do seu estudo, o EM estará em condições de obter conclusões quanto aos seus efeitos nas operações das suas forças e nas do inimigo.

2.3.2 Fatores Gerais

Abrangem um largo campo que inclui a influência das condições políticas, econômicas, psicossociais e científico-tecnológicas na condução das operações militares, tanto nas suas Forças como nas Forças do Inimigo. Desta forma, deverão ser considerados em detalhes nos níveis estratégico e político. Entretanto, um comandante operacional, ou mesmo tático, poderá envolver-se em situações nas quais esses fatores sejam importantes. Basicamente, os fatores a seguir deverão ser analisados, considerando-se sempre as diversas forças em oposição.

2.3.2.1 Políticos

2.3.2.1.1 Nesse item serão analisados os aspectos inerentes às condições políticas, capazes de influenciar a situação.

2.3.2.1.2 Incluirão o estudo de assuntos internos, tais como: a estabilidade política, o esforço de guerra dos beligerantes, as atividades subversivas e a oposição interna ao governo. Incluirá, ainda, alianças, relações políticas com outros países e aspectos do direito internacional. As consequências políticas ou as reações aos vários tipos de operações serão aspectos extremamente importantes, a ponto de, eventualmente, poderem tornar um plano inaceitável.

2.3.2.1.3 Os aspectos relacionados a assuntos civis tendem a ser cada vez mais relevantes numa situação de emprego do poder militar. Assim sendo, serão levantadas as organizações governamentais e não-governamentais atuantes na área das operações, bem como as estruturas locais de defesa civil, avaliando-se a forma adequada de se interagir com as mesmas, em prol das ações a serem empreendidas. Também serão apreciadas eventuais implicações em termos ambientais e aquelas afetas ao Direito Internacional Humanitário. Isso servirá para avaliar que tipo de estrutura será estabelecida para lidar com tais demandas.

2.3.2.2 Econômicos

2.3.2.2.1 Incluirá a análise dos aspectos referentes à qualidade, organização e capacidade de mobilização da indústria, para apoio ao esforço de guerra, assim como a análise dos aspectos referentes à disponibilidade de recursos industriais, às fontes de matérias-primas, à situação financeira e ao comércio exterior.

2.3.2.2.2 Enquanto nos planejamentos estratégicos esses aspectos são considerados em termos de países ou blocos, nos escalões menos elevados considerar-se-á, caso seja pertinente, apenas o que diga respeito à região ou área em que se desenrolarão as operações.

2.3.2.3 Psicossociais

2.3.2.3.1 Incluirá a análise de uma gama de aspectos de difícil avaliação, entre os quais estará sempre presente a postura da população civil e o moral das forças armadas em oposição. As características nacionais, religiosas e culturais influenciam o nível de treinamento das forças civis e militares, assim como seu comportamento sob as várias condições da guerra. Serão considerados, ainda, os fatores sociais e raciais, e suas possíveis implicações nas operações.

2.3.2.3.2 Especial atenção aos aspectos a serem explorados por meio de operações psicológicas. Tais operações, para que sejam eficazes, necessitarão, normalmente, ser implementadas com a devida antecedência em relação ao início efetivo das operações.

2.3.2.3.3 Esses elementos estão normalmente presentes em todas as situações militares, mas o Comandante deverá dedicar-lhe atenção especial caso deseje explorá-los como fatores de força ou fraqueza de sua própria força e do inimigo.

2.3.2.4 Científico-tecnológicos

Considerar o nível de desenvolvimento científico-tecnológico, a exploração dos principais campos de pesquisa e desenvolvimento e as tecnologias de ponta existentes.

2.3.3 Fatores Fixos

São as características fixas e estáveis da área de responsabilidade, cuja análise permite determinar que desvantagens elas impõem ou que vantagens podem oferecer às próprias forças e às do inimigo. Esses fatores serão estudados em detalhe, normalmente, nos exames da situação dos escalões no nível tático, o que não significa que não devam ser estudados, de modo mais amplo, em planejamentos de níveis mais elevados. Os fatores abaixo mencionados serão analisados.

2.3.3.1 Hidrografia

2.3.3.1.1 O estudo da hidrografia da área de responsabilidade inclui as profundidades, correntes, marés, canais, perigos e auxílios à navegação, e outros similares que afetem a navegação, a realização de operações de transposição de cursos de água e a progressão da tropa no terreno.

2.3.3.1.2 Nas operações anfíbias, será essencial examinar, em detalhes, os aspectos que influenciam a aproximação das praias, tais como os gradientes, correntes, marés, obstruções naturais ou construídas pelo homem, etc.

2.3.3.1.3 A suscetibilidade das águas, a minagem ofensiva e defensiva ou às contramedidas de minagem terão especial atenção.

2.3.3.1.4 As condições sonar sempre serão investigadas cuidadosamente, já que uma mesma condição pode ser vantajosa para a operação de submarinos e desvantajosa para as operações de superfície. Este conhecimento constituirá um importante dado, não somente para o planejamento das operações na área pertinente, mas também para alteração da derrota de uma força (ou comboio), desviando-a da área desfavorável.

2.3.3.1.5 Nas operações predominantemente terrestres, a identificação dos principais cursos de água que constituam obstáculos será particularmente importante para:

a) o planejamento de manobras envolventes;
b) o levantamento de restrições ao apoio; ou mesmo
c) a delimitação de linhas de cerco.

2.3.3.1.6 Grandes lagos, açudes e represas serão também objeto de levantamento, particularmente nos escalões operacionais e táticos, de forma a serem considerados não só no planejamento operacional, mas também no estudo do desdobramento logístico.

2.3.3.2 Terreno e topografia

2.3.3.2.1 Os aspectos geográficos do terreno serão estudados na profundidade necessária ao escalão considerado, ressaltando de importância:

a) o levantamento de obstáculos de vulto à progressão terrestre;

b) as áreas cuja topografia e cobertura vegetal possam ocultar consideráveis meios, capazes de influenciar decisivamente na operação;

c) os acidentes notáveis do terreno que, por sua relevância, possam proporcionar efetivas vantagens para a força que os detém; e

d) as principais faixas do terreno cujo relevo, condições do solo e outros fatores configurem direções estratégicas ou direções táticas de atuação e que facilitem ou dificultem o emprego de ponderáveis meios, capazes de imprimir rapidez à operação e atender ao princípio de guerra da massa.

2.3.3.2.2 A influência dos obstáculos terrestres no emprego de radares deverá ser convenientemente analisada.

2.3.3.2.3 Quando apropriado, o efeito da topografia nos planos para evasão e recuperação de pilotos abatidos será também considerado.

2.3.3.3 Clima e meteorologia

2.3.3.3.1 As informações sobre clima e meteorologia serão necessárias em todas as operações. As considerações dos aspectos pertinentes podem variar desde uma análise geral das variações climáticas até estudos detalhados das condições do tempo e de seus efeitos nas operações planejadas.

2.3.3.3.2 A presença de neve, gelo, chuvas, baixas temperaturas, etc., pode afetar não só a mobilidade das forças, mas também a performance dos meios que explorem o espectro eletromagnético, tanto em termos de sensoriamento como em termos de comando e controle.

2.3.3.4 Períodos diurnos e noturnos

2.3.3.4.1 Serão extremamente importantes no planejamento das operações, afetando os equipamentos e as táticas passíveis de serem empregados num determinado período, programação de eventos, etc.

2.3.3.4.2 Será altamente conveniente que se tabulem as horas do nascer e pôr do Sol e da Lua, os períodos de claridade e escuridão, duração dos crepúsculos e fases da Lua.

2.3.3.5 Pontos de importância operacional

2.3.3.5.1 Serão de grande interesse as localizações e distâncias entre as posições geográficas importantes de um problema que envolva uma grande área. Será conveniente elaborar uma tabela com essas distâncias (por via terrestre, aérea e/ou marítima) e, em certos casos, registrarem-se nas cartas e mapas as marcações verdadeiras entre esses pontos.

2.3.3.5.2 Os aspectos considerados são aqueles de natureza estática ou geográfica, tais como instalações fabris, usinas de geração de energia, represas, complexos de armazenamento, bases navais, aéreas, de apoio, centros de comando e controle, instalações de comunicações, radar, mísseis, etc. Os aspectos dinâmicos das distâncias (como os relacionados com o tempo) serão cobertos mais adiante, quando da análise dos fatores de tempo e distância.

2.3.3.5.3 Alguns dos pontos a serem enfatizados na análise desse fator serão:

a) maior ou menor proximidade das forças oponentes em relação a essas posições geográficas (que poderão constituir-se em pontos decisivos na manobra);

b) vulnerabilidade das forças em relação à projeção da aviação oponente baseada nessas posições; e

c) necessidade de reabastecimento no mar, no ar, etc.

2.3.3.6 Linhas de transporte e de suprimento

2.3.3.6.1 As rotas existentes (marítimas, terrestres e aéreas) que digam respeito ao problema, serão estudadas cuidadosamente, inclusive as do Inimigo.

2.3.3.6.2 Em alguns casos, os pontos focais de navegação, os entroncamentos rodoferroviários, as pontes e outras obras de arte, os canais, as passagens restritas ou outros aspectos semelhantes poderão influir nas linhas de transporte e de suprimento e, portanto, afetar diretamente a solução do problema.

2.3.3.7 Condições sanitárias

Os aspectos que se referem às condições sanitárias e de saúde, e seus possíveis efeitos nos requisitos médicos das próprias forças (e do Inimigo) e da população nativa serão considerados. Entre eles, destaca-se as condições climáticas capazes de afetar a saúde,

disponibilidade e qualidade da água e alimentos, doenças endêmicas, facilidades médicas e também de pessoal disponível na área.

2.3.3.8 Instalações operacionais e defesas fixas

Serão estudadas quando a natureza do problema requerer que se considerem as bases, próprias ou do Inimigo. Incluirá itens tais como as fortificações e suas áreas de fogo, portos, aeroportos, instalações de defesa de porto, instalações de defesa antiaérea, redes de radar e de alarme aéreo antecipado.

2.3.3.9 Comunicações na área

2.3.3.9.1 Os recursos existentes (repetidoras de microondas, cabos de fibra ótica, sítios de antenas, centrais telefônicas, estações-rádio, cabos submarinos, software, hardware, etc.) serão examinados no que concerne à utilização para auxiliar o Comandante no exercício do comando de sua força. Os recursos considerados não são aqueles orgânicos da força, mas os associados com a área de responsabilidade, que poderão ser apropriados e utilizados em complementação ao sistema de comunicações do Comando Operacional.

2.3.3.9.2 Serão considerados, também, os recursos similares à disposição do Inimigo.

2.3.3.9.3 O estudo incluirá uma análise da capacidade de tais recursos não sofrerem interferência provocada pelo Inimigo e, reciprocamente, sua capacidade de interferir nas comunicações do Inimigo ou interceptá-las.

2.3.4 Forças Inimigas

2.3.4.1 O estudo sumário do inimigo, realizado na análise da missão e das considerações preliminares, representará um dos pontos de partida para essa fase do Exame de Situação. Podem ser ressaltados os seguintes aspectos:

a) relativamente à doutrina do inimigo, suas manobras tradicionais em exercícios ultimamente executados;

b) a atualização de sua ordem de batalha, com destaque para mudanças recentes de unidades;

c) alterações substanciais em sua mobilidade estratégica;

d) atualização e modernização de seu sistema de mobilização, e suas reais possibilidades de apresentar novos meios no tempo estimado para as operações;

e) consolidação da avaliação inicial quanto aos CG, bem como suas capacidades e vulnerabilidades críticas associadas; e

f) capacidade de o inimigo atuar sobre os nossos CG, dentro do nível de planejamento considerado, explorando eventuais vulnerabilidades.

2.3.4.2 O “Roteiro para Análise de Inteligência” oferecerá dados importantes ao planejamento operacional. A análise dos CG do inimigo é um processo dinâmico e novas informações poderão acarretar numa revisão, total ou parcial, dos mesmos. Nesse sentido, o trabalho do D2 será fundamental para prover o EM com informações oportunas e precisas. Nessa fase, os dados serão consolidados e apresentados, conforme os itens que se seguem.

2.3.4.2.1 Dispositivo

Localizar as forças inimigas, por intermédio de informações de suas posições

relativas e de seus movimentos recentes, em curso e previstos, possibilitando obter-se uma ideia quanto ao seu provável dispositivo.

2.3.4.2.2 Composição

A partir do dispositivo inimigo levantado, será realizado o trabalho de composição das forças, de forma a serem identificados plenamente sua organização e, com isso, suas possíveis áreas de atuação.

2.3.4.2.2 Valor

Realizada a composição, o planejador tem condições de levantar o valor global das forças inimigas em presença, as reservas estratégicas e aquelas que poderão ser mobilizadas e, em prazos também estimados, participarem do conflito, bem como seus meios/OM de logística e de comando e controle, que poderão, a critério do Comando Operacional (C Op), se transformarem em alvos prioritários.

2.3.4.2.4 Atividades importantes recentes e atuais

Do acurado estudo de todos os dados coligidos, surgirão, na análise em curso, as principais atividades que o inimigo, nos últimos tempos, vem realizando, particularmente aquelas que conduzem a indicações claras de possibilidades de atuação. São exemplos de atividades importantes:

a) a aceleração de programas de pesquisa e desenvolvimento específicos, que possam indicar o uso de novos sistemas de armas;

b) a concentração de recursos de engenharia em determinadas partes da área de responsabilidade ou em determinadas praias, podendo indicar o posicionamento defensivo nessas regiões;

c) situação e movimentação dos aeródromos que ofereçam condições para emprego em operação militar e aeronaves existentes nos mesmos (avaliar possibilidade de neutralização do poder aéreo inimigo, ainda no solo, por meio de bombardeios aeroestratégicos ou ação de forças especiais); e

d) o deslocamento de tropas ou concentração de meios inimigos em uma determinada região.

2.3.4.2.5 Peculiaridades e deficiências

Com base no que foi levantado do inimigo, referentes à sua doutrina, procedimentos rotineiros, princípios de guerra, situação e área de responsabilidade, serão identificadas e levantadas suas peculiaridades e deficiências, suscetíveis de serem exploradas.

2.3.5 Nossas Forças

2.3.5.1 Composição

Serão levantadas todas as forças adjudicadas ao Comando Operacional, com especial ênfase para a situação operacional de cada uma, tanto no que diz respeito ao pessoal quanto ao equipamento. As forças a serem recebidas em prazos posteriores serão também objeto de levantamento.

2.3.5.2 Situação logística

A partir dos dados disponibilizados na fase anterior e no Roteiro para a Análise de Logística, será levantada a situação logística das próprias forças, com especial destaque para a integração de conhecimentos que conduzirão a conclusões do tipo:

a) capacidade de suporte logístico aos meios navais, terrestres e aéreos; e

b) capacidade de emprego dos principais sistemas de armas, em função do fluxo logístico de munições e peças de recompletamento.

2.3.5.3 Situação dos meios de apoio

Os exames de situação específicos e os dados iniciais disponíveis proporcionarão, de igual maneira, o levantamento da situação dos meios de apoio ao combate, visando identificar potencialidades ou deficiências no curso das operações.

2.3.6 Forças Amigas

Todas as forças não orgânicas do Comando Operacional considerado, que possam interferir na execução da operação, provendo ou necessitando de algum tipo de apoio, ou coordenação serão objeto de estudo nesse item. As conclusões trarão importantes dados a serem considerados, particularmente quando na montagem das LA.

2.3.7 Centros de gravidade e Vulnerabilidades Críticas

2.3.7.1 Cabe aqui o estudo dos CG, das próprias forças e do inimigo. A partir deste estudo, serão verificadas as necessidades críticas associadas a esses CG e, na sequência, suas vulnerabilidades críticas. A identificação das vulnerabilidades críticas do inimigo constituirá importante subsídio para a elaboração das LA, bem como para a consolidação da Lista Integrada Priorizada de Alvos (LIPA) na etapa subsequente do planejamento (Elaboração dos Planos e Ordens – EPO).

2.3.7.2 Por outro lado, a identificação das vulnerabilidades críticas das próprias forças contribuirá para a elaboração das Possibilidades do Inimigo (Psb I) e, consequentemente, das próprias LA, uma vez que demandarão ações de proteção em relação a essas vulnerabilidades.

2.3.7.3 Evidentemente, esse estudo será aperfeiçoado ao longo do Exame de Situação, podendo sofrer ajustes até mesmo nas etapas subsequentes (EPO e Controle da Operação Planejada), devido à obtenção de novos dados de inteligência ou em função do desenvolvimento das ações.

2.3.8 Comparação de Poderes Combatentes (CPC)

2.3.8.1 Consiste no estudo comparativo da composição e das características orgânicas das forças em oposição, incluindo-se aqueles elementos de apoio que possam interferir nas ações. Complementa as análises e conclusões obtidas anteriormente, contribuindo para a identificação dos Fatores de Força e Fraqueza (FFF) que servirão de base para a formulação das Psb I e LA, e também para uma avaliação final quanto aos meios necessários para se opor às forças inimigas e cumprir a Missão.

2.3.8.2 A exemplo do que já foi mencionado no estudo das características da área de responsabilidade, as conclusões da CPC também deverão representar vantagens, desvantagens, limitações e possibilidades das próprias forças e das forças do inimigo, relacionadas à missão; além da visualização de procedimentos a serem adotados pelas forças em conflito, visando orientar a formulação das Psb I e das LA e seus respectivos conceitos sumários.

2.3.8.3 A consolidação da CPC poderá ser representada sob forma tabular, com o quantitativo e tipo de comparações variando em função das características das forças em opo-

sição, dentro de um determinado teatro ou área de responsabilidade.

2.3.8.4 A CPC, no nível operacional, será feita de uma forma mais ampla do que a comumente empregada no nível tático. O foco principal será a comparação entre "capacidades antagônicas", muito mais do que entre sistemas de armas isoladamente, o que estará ao encargo dos escalões táticos. Exemplo: comparação entre a capacidade de projeção do poder aéreo, de um dos oponentes, e a capacidade de defesa aérea e antiaérea do seu opositor.

2.3.8.5 Os tópicos que se seguem indicam como efetuar a CPC, cabendo destacar que a sequência estabelecida e a ordem dos aspectos em cada um deles, não têm o propósito de torná-la rígida. Caso esteja prevista a cooperação de forças amigas, ou exista essa possibilidade, o EMCj também deverá analisá-las de acordo com a mesma orientação preconizada para suas próprias forças, e com a profundidade que julgar necessária.

2.3.9 Forças Combatentes

2.3.9.1 A quantidade, características e posicionamento dos navios, submarinos, forças terrestres, aeronaves e sistemas de armas deverão ser comparados com os das forças do inimigo com os quais interagem.

2.3.9.2 As comparações serão feitas em termos de meios que se opõem, do que por tipos. Exemplificando: o fato de uma força possuir 50 submarinos será colocado em termos mais objetivos quando comparado com a capacidade anti-submarino do oponente. Do mesmo modo, o poderio de forças aéreas de ataque será melhor analisado se comparado com a capacidade de defesa aérea do oponente. O poder de fogo e ação de choque, proporcionados pelas unidades de carros de combate das próprias forças, serão melhor avaliados quando confrontados com a capacidade de defesa anti-carro inimiga.

2.3.9.3 Uma tabela mostrando as características das forças oponentes constitui um modo prático para a avaliação conveniente deste fator. Os detalhes a que o EMCj deverá observar na comparação dependerão da natureza do problema e da sua experiência e conhecimento profissionais. São indicadas, a seguir, algumas das características dos meios que poderão servir como base para a análise comparativa:

a) Para forças navais: velocidades, raios de ação e alcance eficaz do principal armamento dos meios disponíveis, capacidade de projeção de poder sobre terra e alcances eficazes, capacidade de guerra eletrônica, capacidade de defesa aérea e antiaérea e condições do material;

b) Para forças terrestres: grau de adestramento, unidades blindadas, capacidade de defesa antiaérea e anticarro, artilharia orgânica e capacidade das tropas de operações especiais;

c) Para forças aéreas: raios de ação das principais aeronaves de ataque, performance, armamento ofensivo e defensivo, capacidade de guerra eletrônica e condições do material, vulnerabilidade dos aeródromos e capacidade desdobramento; e

d) Para sistemas de armas: alcances, localização, sistemas de controle, ângulo mínimo de elevação, suscetibilidade a contramedidas, rapidez de fogo e condições do material.

2.3.9.4 A eficiência do pessoal em combate é avaliada pelas características nacionais, experiências em combate, moral, adestramento e adaptabilidade para atuar na área de

responsabilidade, tendo em vista as características ambientais dessa área.

2.3.10 Comando e Controle (C²)

2.3.10.1 De maneira análoga ao trabalho realizado na comparação das forças combatentes, será realizada a comparação dos poderes relativos no que concerne ao comando e controle.

2.3.10.2 Os dados são provenientes da análise específica realizada quando do exame das forças inimigas e das próprias forças devendo, obviamente, ser confrontados também com as características da área de responsabilidade. Os principais parâmetros para a confrontação, que pode inclusive ser realizada com o auxílio de ferramentas de apoio à decisão, são:

a) as condições para o exercício do comando de cada oponente, em função particularmente dos escalões, da estrutura para emissão de ordens e das peculiaridades dos líderes;

b) os sistemas de sensores disponíveis em cada uma das forças em oposição para o controle da operação;

c) a eficiência dos sistemas de comunicações e tecnologia da informação (TI) postos à disposição de cada uma das forças oponentes para o exercício do comando e do controle;

d) a eficiência do sistema de guerra eletrônica das forças confrontadas;

e) a existência e grau de eficácia e rendimento de sistemas de apoio à decisão postos à disposição de cada força oponente; e

f) a tecnologia e os recursos disponíveis, das forças em oposição, possíveis de serem empregados em ações de guerra cibernética.

2.3.11 Logística

2.3.11.1 Diferentemente dos itens anteriores, não cabe a comparação entre as capacidades logísticas, mas somente o levantamento das capacidades frente às necessidades das respectivas forças, amigas e inimigas. Ou seja, busca-se conhecer, sobretudo, as vulnerabilidades do oponente em termos de logística, enquanto buscamos identificar as nossas disponibilidades e necessidades.

2.3.11.2 Este levantamento das capacidades poderá ser realizado tendo como parâmetros as funções logísticas ou aspectos específicos de elevado interesse para a situação apresentada, tais como:

a) extensão estimada das linhas de transporte e de suprimento;

b) capacidade de reabastecimento no ar e no mar; e

c) disponibilidade de recursos locais, na área de responsabilidade para armazenamento de suprimentos.

2.3.11.3 Do mesmo modo que nos parágrafos anteriores, devem ser tiradas as conclusões do estudo efetuado.

2.3.12 Fatores de Tempo e Distância

2.3.12.1 Serão considerados em todos os tipos de operações e em todos os estágios do planejamento, constituindo-se nos aspectos dinâmicos da situação.

2.3.12.2 Esses fatores serão importantes para o estabelecimento das possibilidades do inimigo e das linhas de ação preliminares, no que diz respeito à praticabilidade.

2.3.12.3 O EMCj analisará as posições relativas das forças oponentes e das unidades de apoio ou apoiadas, e considerará os seus possíveis movimentos. Deverão ser confrontados os seguintes aspectos, dentre outros:

a) tempo necessário para a reunião de forças ou unidades e posterior desdobramento;

b) possibilidades de interceptação entre as forças oponentes;

d) duração das operações de reabastecimento;

d) período de tempo de vulnerabilidade às ameaças navais, terrestres e aeroespaciais;

e) período de tempo para operações de pouso e decolagem de aeronaves;

f) tempos para deslocamento e concentração estratégicas das próprias forças e das forças inimigas, inclusive de reservas estratégicas de elevada ação de choque e potência de fogo;

g) tempos de transferência de aeronaves de uma base para outra; e

h) tempo para carregar e/ou descarregar navios de assalto ou de reabastecimento.

2.3.12.4 Do mesmo modo que nos parágrafos anteriores, devem ser tiradas as conclusões do estudo efetuado.

2.3.13 Conclusão Parcial

Serão estabelecidas depois da análise dos fatos pertinentes aos diversos fatores considerados na última fase. Deve ser evitada a tendência de simplesmente relacionar fatos como se fossem conclusões. O que se deve obter, como produto de todo o trabalho desenvolvido até então, serão os Fatores de Força e Fraqueza (FFF) das forças em oposição e demais dados que sejam relevantes para a elaboração das Psb I e das LA.

2.3.13.1 Aspectos relevantes das forças amigas

Antes de examinar os aspectos relevantes da área de responsabilidade e da comparação dos poderes combatentes, o EMCj realizará uma sucinta avaliação de tudo que foi analisado relativo às forças amigas, concluindo sobre possíveis influências nas manobras do Comando Operacional ou das forças inimigas.

2.3.13.2 Aspectos relevantes da área de responsabilidade e da CPC

Após o estudo dos itens anteriores, será conveniente que o EMCj reexamine as conclusões obtidas e procure ressaltar os aspectos relevantes, perfeitamente conhecidos ou não, devendo-se, neste último caso, concentrar esforços para que sejam obtidas as informações necessárias para o planejamento. Os tópicos a seguir indicam o procedimento recomendado.

2.3.13.2.1 **Necessidades de Inteligência**

Nessa altura do planejamento, os aspectos que já apresentam necessidade de Inteligência, devem ser listados como Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) ou Outras Necessidades de Inteligência (ONI) (constante do Apêndice de Inteligência do Plano Operacional). Essas necessidades irão compor, durante a etapa da Elaboração dos Planos e Ordens, o Plano de Obtenção de Conhecimentos, a ser confeccionado pela Seção de Inteligência do EMCj. Nesse plano constará, entre outros itens, um cronograma

para a obtenção dos conhecimentos pretendidos, bem como os responsáveis pela obtenção dos mesmos. Cabe ressaltar que a identificação de tais necessidades ocorrerá ao longo de todo o processo de planejamento e que novas necessidades poderão surgir durante a execução da operação.

2.3.13.2.2 **Fatores de força e fraqueza**

2.3.13.2.2.1 Aqui, as conclusões alinhadas nos parágrafos referentes ao estudo das características da área de responsabilidade e da comparação de poderes combatentes serão sintetizadas de modo a se destacarem, objetiva e resumidamente, os fatores de força e fraqueza de cada uma das forças em oposição. Ao fazê-lo, o EM deverá considerar em conjunto os dados e conclusões pertinentes.

2.3.13.2.2.2 Para que um fator de força, ou de fraqueza, seja válido será preciso que indique uma capacidade ou incapacidade, ou mesmo uma facilidade ou dificuldade de qualquer dos oponentes para atingir o(s) seu(s) efeito(s) desejado(s).

2.3.13.2.2.3 Os fatores de força do Comandante, e os de fraqueza do inimigo, constituirão pontos fundamentais a serem explorados na elaboração das linhas de ação e do conceito da operação. Recomenda-se o uso de tabelas para a discriminação dos fatores de força e de fraqueza levantados para cada força oponente.

2.3.13.2.2.4 Ao relacionar os fatores, deve-se ter cuidado para não indicar como fator de força de um oponente o que já tenha sido apontado como fator de fraqueza do outro, e vice-versa. Pode-se relacionar, para ambos os lados, um mesmo fator de força ou de fraqueza, desde que representem aspectos que não se oponham entre si. Por exemplo, a existência de um conjunto balanceado de radares adequadamente distribuídos, para monitoramento do espaço aéreo, por parte de ambos os oponentes.

2.3.13.2.2.5 Não deve ser relacionado, simplesmente, “o que não se tem” como um fator de fraqueza, pois isso poderia levar a uma listagem quase infinita de itens. Por exemplo, a inexistência de aviação embarcada, caso não tenha influência alguma no cumprimento da Missão do Comandante, não se constituirá num “fator de fraqueza”.

2.3.13.2.3 **Determinação inicial da adequação da própria força**

Ao completar a segunda fase do Exame de Situação, o EMCj deverá dispor de informações suficientes para julgar se suas forças estão adequadas ao cumprimento da Missão. É possível, também, obter-se uma ideia aproximada do grau de risco a que suas forças estarão submetidas, principalmente nas ações iniciais da campanha ou operação.

2.4 Possibilidades do Inimigo, Linhas de Ação e Confronto

Após consolidar dados e obter conclusões, o Comandante, nessa fase, identificará e considerará as Psb I e as próprias LA, que deverão ser analisadas e confrontadas como em um jogo da guerra. Os itens a seguir especificam o procedimento recomendado.

2.4.1 Possibilidade do Inimigo

2.4.1.1 Compreende uma ação que o inimigo é capaz de adotar e que preenche os requisitos:

a) ser compatível com os meios de que ele dispõe; e
b) ser capaz de interferir ou afetar o cumprimento da Missão do Comandante.

2.4.1.2 As Psb I são estabelecidas de modo a expressarem, em termos amplos, as ações que as forças inimigas podem empreender. Caberá à Seção de Inteligência do EM realizar esse trabalho e apresentá-lo ao Comandante para aprovação.

2.4.1.3 Formulação e análise das possibilidades do inimigo

A formulação das Psb I será facilitada se o comandante observar a seguinte sequência.

2.4.1.3.1 O pressuposto para o inicio de trabalho da Psb I, na ausência de dados que permitam conclusões assertivas, levará em consideração que o estado final desejado do inimigo será considerado como o oposto ao estado final a ser obtido por nossas forças.

2.4.1.3.2 A partir de um estado final desejado do inimigo (inferido), o EMCj, entenda-se a Seção de Inteligência, fará o estudo dos próprios Centros de Gravidade e das suas vulnerabilidades críticas, pois é sobre estas que o inimigo provavelmente procurará atuar, visando alcançar, mais rapidamente, o seu estado final desejado.

2.4.1.3.3 A seguir, identificam-se as ações, de caráter geral, capazes de serem empreendidas pelas forças inimigas que possam afetar o cumprimento da Missão. Nesse momento, o trabalho da Seção de Inteligência será de um *brainstorm*, onde visualizará todas as ações possíveis de serem empreendidas pelo oponente, ainda que de maneira desordenada.

2.4.1.3.4 Em seguida, verificar que tipo de operações militares o inimigo poderá desencadear para o cumprimento das ações visualizadas. Por fim, elaborar as Psb I constituídas por todas as operações militares que o inimigo pode realizar.

2.4.1.3.5 Analisar as ações acima, levando em consideração as limitações de qualquer natureza, observadas por ocasião do estudo das fases anteriores, de modo a delimitar ou eliminar as ações que não possam ser executadas pelo inimigo ou a estabelecer uma sequência para a execução dessas ações.

2.4.1.3.6 Finalmente, a Seção de Inteligência apresentará as Psb I elaboradas ao Comandante, a quem caberá ratificá-las ou determinar os ajustes necessários.

2.4.1.3.7 Em alguns casos, o inimigo poderá ser capaz de realizar simultaneamente múltiplas ações que, se combinadas, afetariam de modo diferente o cumprimento da missão do Comandante. Nesses casos, as Psb I estabelecidas deverão especificar claramente essas múltiplas ações. Deixar de apreciar uma Psb I múltilpla poderá resultar em conclusões incorretas acerca da capacidade do Comandante para o cumprimento da sua missão. Cada Psb I detalhada será analisada, tendo como principais parâmetros:

a) a coerência com a doutrina inimiga;
b) a sua capacidade de execução;
c) os indícios atuais do inimigo;
d) os efeitos das características da área de responsabilidade sobre a Psb I analisada;
e) as condições de tempo e espaço disponíveis;
f) o grau de risco versus a disponibilidade de meios;

g) a busca da surpresa; e

h) o conhecimento de nossa situação.

2.4.1.3.8 Será extremamente importante que o Comandante considere todas as Psb I. Rejeitar ou desfazer-se de alguma possibilidade aparentemente improvável, baseando-se unicamente na improbabilidade de sua adoção pelo inimigo, significa raciocinar em termos de intenções do inimigo e correr o risco de ser surpreendido, caso ele escolha essa possibilidade. Note-se que o inimigo poderá fazer tal escolha deliberadamente com esse propósito, ou simplesmente porque deseja obter um efeito desejado desconhecido pelo Comandante. No entanto, o Comandante deverá identificar as Psb I mais perigosas para as suas Forças, pois esta análise será de grande valia para o Confronto e para a Comparação das LA.

2.4.1.4 Probabilidade de adoção das possibilidades do inimigo

2.4.1.4.1 O Comandante deverá graduar as Psb I quanto às probabilidades de adoção. Como fatores de análise das probabilidades, ele utilizará, além dos parâmetros de análise das Psb I vistos anteriormente, os seguintes:

a) as que oferecerem maiores vantagens ao inimigo, com menores riscos;

b) as que melhor aproveitarem as características da área de responsabilidade associadas às nossas deficiências e vulnerabilidades; e

c) as ações atuais do inimigo.

2.4.1.4.2 Terminada a análise, a Seção de Inteligência relacionará as Psb I em ordem decrescente de sua probabilidade de adoção. Especial atenção será atribuída à Psb I identificada como sendo a de maior probabilidade de adoção, e também àquela que ofereça maiores riscos e potencial prejuízo ao cumprimento da missão do Comandante (a Psb I mais perigosa). No entanto ressalta-se, mais uma vez, que nenhuma Psb I deve ser descartada.

2.4.2 Linhas de Ação

São conjuntos de ações, ou operações, que possibilitam o cumprimento da Missão. Cada LA visualizará o emprego da força como um todo, com base nos dados e conclusões obtidas nas fases anteriores do Exame de Situação. As LA deverão ser expressas em termos amplos, com linguagem simples e clara. Cada LA conterá todos os aspectos que possibilitem o cumprimento da Missão. É desejável que a LA contenha, pelo menos, os elementos básicos o “que”, “como” fazer as ações visualizadas para o cumprimento da missão, podendo ser acrescentados os itens “para que”, “quando” e “onde” empreender as ações necessárias, caso isto venha a facilitar as análises posteriores, por parte do planejador.

2.4.2.1 Elaboração das linhas de ação

2.4.2.1.1 O EMCj deverá elaborar quantas LA julgar convenientes com os dados disponíveis, tendo o cuidado de evitar diferenças entre elas que representem, tão-somente, o aperfeiçoamento de uma LA já elaborada (ou a mesma LA só que redigida de forma diferente). Essa atividade será conduzida pela Seção de Operações do EM, com o apoio das demais seções. Para a formulação das LA, será observada a seguinte sequência:

a) para que seja obtido o estado final desejado, normalmente será necessário estabelecer uma sequência de objetivos a serem alcançados partindo-se da situação pre-

sente no momento do planejamento. Isso servirá como subsídio fundamental para o faseamento da operação ou campanha;

b) o(s) objetivo(s) a ser(em) alcançado(s) em cada fase da campanha/operação, determinará(ão) um conjunto de ações a serem executadas pelas forças adjudicadas ao Comandante, de forma a obterem-se os efeitos necessários para atingir aquele(s) objetivo(s);

c) a seguir, identificam-se as ações, de caráter geral, capazes de serem empreendidas. Nesse momento, o trabalho será de um *brainstorm*, onde serão identificadas todas as ações possíveis, ainda que de maneira desordenada.

d) verificar se as ações visualizadas provêem uma atuação adequada sobre os CG/VC inimigos e a proteção dos nossos CG/VC, e também se foram devidamente considerados os Fatores de Força e Fraqueza, próprios e do inimigo, considerando as limitações ou restrições levantadas e as Intenções do Comandante;

e) estabelecer uma sequência para as ações visualizadas, tendo em vista a ideia preliminar de faseamento da operação ou campanha;

f) em seguida, verifica-se que tipos de operações militares poderão ser desencadeadas para a realização das ações visualizadas; e

g) por fim, elabora-se a LA constituída por todas as operações militares, de maneira ordenada.

2.4.2.1.2 As orientações a seguir representam elementos que poderão ser considerados na sistemática para a organização da LA:

a) faseamento da operação;
b) definição de indicadores;
c) seleção de frentes;
d) seleção de alvos; e
e) seleção de direção(ões) estratégica(s) ou direção(ões) tática(s) de atuação.

2.4.2.1.3 Faseamento da operação

a) É a divisão em fases, em que a manobra é fracionada em mais de um impulso, no tempo e no espaço, de modo a atender a necessidade de reorganização ou reagrupamento da força, de reajustamento no apoio logístico ou de mudança na natureza ou no ritmo da operação.

b) O faseamento é um método de organização e de controle de uma operação que permite:

– dividir e balancear os esforços em um determinado período de tempo;
– mensurar o progresso obtido em direção aos objetivos determinados; e
– validar ou ajustar as ações desenvolvidas durante a operação.

c) O faseamento normalmente é obtido com o fruto de um trabalho de análise do EM, que considera as diversas ações/tarefas que devem ser realizadas para que a missão possa ser cumprida.

d) Assim, para cada operação haverá um faseamento adequado, implicando no estabelecimento de determinados marcos, indicadores ou pontos de controle, visando possibilitar o seu acompanhamento e uma visão geral do progresso da mesma como um todo. Estes pontos podem ser conectados por linhas de atividades organizadas de forma lógica, permitindo um melhor ordenamento dessas atividades.

e) Uma “fase” nada mais é do que uma determinada parte da campanha/operação, durante a qual as ações serão desenvolvidas visando uma determinada finalidade (objetivo, efeito intermediário), necessária à consecução de “objetivos interme-

diários” que, de forma concatenada, levarão a atingir os objetivos finais, os efeitos desejados finais da operação/campanha como um todo.

2.4.2.1.4 Definição dos indicadores

Sempre que possível, o planejador deverá estabelecer indicadores que lhe permitirão mensurar até que ponto, ou em que grau, os efeitos desejados de cada fase estão sendo alcançados. Isso será importante, inclusive, para que se possa identificar o término de uma fase da campanha/operação e o início da fase subsequente, durante o Controle da Operação Planejada.

2.4.2.1.5 Seleção de frentes

Tendo como escopo a maximização dos princípios de guerra da massa e da economia de meios, o EM selecionará diversas frentes de sua área de responsabilidade, definindo, para cada uma delas, que ações serão realizadas e de que forma contribuirão para o cumprimento da missão como um todo.

2.4.2.1.6 Seleção de alvos

Serão selecionados os alvos sobre os quais serão dirigidas as ações militares. Deve levar em conta os efeitos desejados e a manobra que será concebida, bem como os objetivos a serem atingidos.

2.4.2.1.7 Seleção de direção(ões) estratégica(s) ou direção(ões) tática(s) de atuação

Concluída a fase anterior, o EMCj definirá a(s) direção(ões) estratégica(s) (caso específico de um Comando Operacional) ou as direções táticas de atuação (no caso de comandos conjuntos táticos). A seleção dar-se-á a partir da conjugação ou não das frentes e das ações a elas associadas, aí incluídos os alvos definidos.

2.4.2.2 Conceito Sumário de cada LA

2.4.2.2.1 Quando todas as LA estiverem formuladas, o Comandante visualizará de que forma os requisitos inerentes a cada LA serão atendidos, identificando movimentação de meios, necessidades de coordenação entre as forças, sequência de eventos, necessidades de apoio, etc.

2.4.2.2.2 Como garantia de que todas as ações necessárias sejam identificadas, primeiramente consideram-se as categorias genéricas de ações julgadas imprescindíveis. Cada uma dessas categorias é denominada requisito.

2.4.2.2.3 Os requisitos devem, portanto, corresponder às necessidades inerentes a cada LA, que precisarão ser satisfeitas para que se consiga o cumprimento da Missão, tendo em vista o nível em que o planejamento está sendo realizado. Eles representam categorias gerais e amplas de ações que constituirão a base da análise na fase do Confronto.

2.4.2.2.4 Os requisitos retratam, geralmente, aspectos ofensivos, defensivos, de apoio, de inteligência, de logística, de comando e controle e de adestramento, relacionados aos princípios de guerra, às diretrizes emanadas do escalão superior, às características da área de responsabilidade e aos próprios meios. A ênfase maior ou menor, de cada um, dependerá da natureza da Missão. É possível que tarefas especiais requeiram considerações acerca de outros requisitos, além dos acima mencionados.

2.4.2.2.5 Embora as ações para o seu atendimento possam estar inter-relacionadas, os requisitos deverão ser estudados separadamente, no grau de detalhamento necessário ao nível do planejamento em curso, de modo a assegurar que a totalidade das necessidades inerentes a cada LA seja atendida.

2.4.2.2.6 Ao detalhar cada LA, o Comandante especificará, com clareza, os elementos subsidiários necessários à consecução da mesma, contemplando dentre outros, "o que", "como" e "onde" será feito, "qual" a magnitude das forças julgadas necessárias, “quando” as ações serão executadas e “por quanto tempo”. Este detalhamento constituirá o Conceito Sumário de cada LA.

2.4.2.2.7 Além de proporcionar subsídios para o Confronto entre as Psb I e LA, os Conceitos Sumários das LA constituirão a base sobre a qual, posteriormente, o EMCj estabelecerá o Conceito Preliminar da Operação e, consequentemente, o Conceito da Operação.

2.4.2.3 Prova preliminar de adequabilidade,de praticabilidade e de aceitabilidade

2.4.2.3.1 Cada LA será aqui analisada separadamente, para determinar a sua validade como uma decisão em potencial. Tal verificação consta da aplicação das seguintes provas básicas (prova de APA**)**:

a) adequabilidade;
b) praticabilidade; e
c) aceitabilidade.

2.4.2.3.2 Uma LA será ADEQUADA se puder cumprir a Missão, por si própria. Ela deve produzir um efeito compatível em essência, magnitude e tempo com o efeito desejado, e considerar as ações preconizadas em relação aos alvos já levantados. Em suma, qualquer LA para ser adequada deve assegurar a obtenção dos efeitos desejados necessários ao cumprimento da Missão. Se uma LA formulada parecer apenas “parcialmente” adequada, por não vincular a ação suficiente para a execução das tarefas atribuídas, o Comandante acrescentará o que for necessário para satisfazer a prova de adequabilidade, aperfeiçoando-a ou, então, deverá abandoná-la. Ao realizar esta prova, o planejador verificará as limitações ao planejamento, identificadas por ocasião da análise da Missão e da emissão da Diretriz de Planejamento. Caso uma LA infrinja tais limitações, a mesma será considerada inadequada.

2.4.2.3.3 As limitações ao planejamento, impostas pelo escalão superior e identificadas na Diretriz de Planejamento, poderão variar com o tempo ou sofrerem modificações eventualmente solicitadas pelo Comandante, mas o planejamento não poderá basear-se na suposição de que tais modificações efetivamente ocorrerão, pois, se não ocorrerem, o planejamento ficará inadequado.

2.4.2.3.4 Uma LA será considerada PRATICÁVEL se puder ser implementada com as forças, apoio e tecnologia disponíveis, levando-se em consideração a oposição esperada por parte do Inimigo. A prova de Praticabilidade deve, necessariamente, incluir uma visualização da execução de cada tarefa ou ação a realizar, tendo em vista o inimigo e os demais óbices. Isso será conseguido analisando-se criteriosamente os requisitos inerentes à LA, com ênfase nos aspectos logísticos envolvidos, num nível de

detalhamento suficiente para permitir ao Comandante avaliar a capacidade de implementação da LA.

2.4.2.3.5 Uma LA será considerada ACEITÁVEL se os prováveis resultados compensarem os custos estimados. As perdas prováveis, determinadas na prova de praticabilidade, servirão de base para esta prova e são avaliadas à vista da tarefa e do propósito da missão. Tais perdas referem-se a pessoal, material, tempo e posição.

2.4.2.3.6 Esses dois últimos conceitos (praticabilidade e aceitabilidade) dependem de julgamento pessoal e, portanto, dois ou mais comandantes poderiam chegar a conclusões divergentes. Assim, uma determinada LA pode parecer perfeitamente mais aceitável para um Comandante de perfil ousado e agressivo, mas menos aceitável para outro mais cauteloso.

2.4.2.3.7 O conceito de aceitabilidade é relativo, comportando gradações que permitem afirmar-se que uma LA seja “mais aceitável” ou “menos aceitável” do que outra. Na determinação da aceitabilidade relativa, é necessário avaliar-se o grau de importância dos resultados esperados da execução com sucesso da LA, para o andamento da campanha ou operação como um todo, e os riscos envolvidos.

2.4.2.3.8 Não há sentido em se manter uma LA como válida, caso não tenha atendido a qualquer dessas provas, a não ser que ela seja convenientemente alterada. O julgamento da praticabilidade e da aceitabilidade de uma LA requererá uma análise mais extensa, a ser complementada após confrontadas com as Psb I. No que se refere à adequabilidade, essa análise é mais simples e objetiva, podendo, por esta razão, ser concluída antes das demais.

2.4.2.3.9 Pelo procedimento descrito, qualquer LA pode ser eliminada por ser inadequada ou obviamente impraticável. Na maioria dos casos, um breve exame das LA revelará se existe alguma que deva ser eliminada. Entretanto, os requisitos de logística e de apoio poderão demandar um exame mais apurado, a fim de determinar-se a praticabilidade da LA.

2.4.2.4 **Validação das LA**

Após as provas anteriores, pode ser constatada a conveniência de combinar certas LA para formar outras, caso as primeiras se tenham mostrado apenas parcialmente válidas quando submetidas à prova de APA. Se tal ocorrer, deve-se retornar aos subitens anteriores, onde as novas LA serão relacionadas; formulados os seus conceitos sumários; e submetidas à prova de APA, para que sejam verificadas as suas validades. Assim, mais uma vez, a natureza cíclica do processo possibilitará o aperfeiçoamento do planejamento. Finalmente, o Comandante relacionará as LA validadas para as análises posteriores.

2.4.3 Confronto

2.4.3.1 Nesse ponto, o Comandante deverá acompanhar o confronto de cada LA com cada Psb I estabelecida. A natureza dessa análise será bem diferente das consideradas até esta fase do Exame de Situação. Até agora, as ações do Comandante e, também, as ações do inimigo que afetavam a Missão foram consideradas individualmente, ou seja, enquanto se analisava as ações de um, as do outro não eram cogitadas.

2.4.3.2 Em essência, o confronto pode ser entendido como sendo um "jogo da guerra". Cada LA será confrontada com cada Psb I, ou vice e versa, dependendo de quem tome a iniciativa das ações, observando-se os seguintes subitens:

a) ações que o inimigo poderá executar para realizar a Psb I;
b) ações que serão executadas para realizar a LA, em face dessa Psb I;
c) interações entre a LA e a Psb I; e
d) conclusões.

2.4.3.3 A organização do “jogo da guerra” é responsabilidade do Ch EMCj, com a participação de elementos de todas as seções do estado-maior. São formados dois partidos: um responsável pela análise das próprias LA, a cargo do Chefe da Seção de Operações (D3), e o outro pela exposição das Psb I, sob responsabilidade do Chefe da Seção de Inteligência (D2). O confronto é arbitrado, de maneira a poder ser utilizado como fundamento para o estabelecimento da LA a ser adotada pelo C Op.

2.4.3.4 No Confronto realiza-se uma análise dinâmica, na qual cada ação é considerada como uma variável interagindo com outras do oponente, simultânea ou sucessivamente.

2.4.3.5 O valor da análise dependerá do esmero com que for conduzida, e da habilidade do Comandante, e de seu EMCj, para visualizar as interações e os resultados suscetíveis de ocorrer, quando cada LA é confrontada com cada Psb I.

2.4.3.6 No documento do Exame de Situação, registrar-se-á, no início de cada análise, a LA e a Psb I a serem confrontadas.

2.4.3.7 Esse procedimento destaca a combinação LA x Psb I a ser focalizada e, por isso, também concorre para que a análise seja mais objetiva.

2.4.3.8 No confronto, o Comandante necessita estudar suficientemente cada LA e Psb I em oposição, de modo a ter condições de visualizar a maneira pela qual poderiam ser executadas. Ao fazê-lo, deverá imaginar as várias ações que as suas forças terão de empreender para executar a LA, levando em conta o atendimento dos requisitos necessários. O Comandante, na realidade, estará revendo e ampliando, por meio da inclusão de alguns detalhes, o Conceito Sumário de cada LA confrontada.

2.4.3.9 Da análise de cada confronto, serão tiradas conclusões quanto a:

a) capacidade do inimigo em se opor a cada LA;
b) perdas prováveis, particularmente as decorrentes das Psb I mais perigosas;
c) necessidade de subdividir as forças;
d) necessidade de ações de apoio;
e) grau de eficiência da LA à medida que ela cumpre a Missão;
f) aspectos relacionados com o fator tempo**;**
g) identificação de Pontos Decisivos e ações alternativas;
h) vantagens e desvantagens de cada LA;
i) vulnerabilidades ou inconsistências a serem corrigidas;
j) sincronização das ações de cada LA; e
k) riscos e oportunidades em face da Psb I mais provável.

2.4.3.10 Durante o confronto das linhas de ação com as possibilidades do inimigo, o Chefe da Seção de Planejamento (D5) registra as ações das Forças Componentes e de todas

as atividades operacionais, em uma matriz de sincronização básica (rascunho), elaborada para cada linha de ação confrontada.

2.4.3.11 O emprego de recursos de simulação, informatizados ou não, e também de outras ferramentas de apoio à decisão, será de grande utilidade para a obtenção dessas conclusões. Portanto, o Comandante deverá utilizá-los sempre que possível.

2.4.3.12 Essas conclusões proporcionarão a base para que, na fase seguinte, cada LA tenha as suas vantagens e desvantagens devidamente relacionadas, sejam submetidas à prova final de APA e tenham o seu mérito relativo determinado.

2.4.3.13 Ao confrontar cada LA com cada Psb I, verifica-se, muitas vezes, a existência de muitas variações no modo pelo qual a LA ou a Psb I podem ser implementadas. A análise será conduzida somente até o ponto em que cada uma dessas variações seja suficientemente examinada para obter elementos que permitam determinar a eficácia de cada LA e seus méritos em relação às demais. Isto é, para se estabelecerem conclusões quanto aos prováveis resultados das interações e as vantagens e desvantagens de cada LA em relação às demais.

2.4.3.14 Se durante o confronto, tornar-se evidente que uma LA não é praticável, ela será eliminada. Poderão, também, surgir novas LA ou Psb I ou, ainda, a necessidade de novamente combinar LA. A razão para a combinação, neste ponto do planejamento, decorrerá da constatação de que LA julgadas inequivocamente inadequadas, impraticáveis ou inaceitáveis poderão, se combinadas, preencher tais requisitos. Assim, a nova LA precisa ser confrontada com cada Psb I para que prove a sua validade. Isto porque, o fato de as LA satisfazerem a certos requisitos, ou serem praticáveis, não significa que uma combinação delas venha a atender a essas mesmas necessidades. Por outro lado, se duas ou mais LA satisfizerem à prova de APA, não será necessário combiná-las. Uma combinação de LA justifica-se, somente, se a LA resultante mostrar-se mais aceitável ou eficiente para o cumprimento da Missão.

2.4.3.15 Após a conclusão das análises, o Comandante relacionará todas as LA validadas, inclusive as resultantes de combinações eventualmente efetuadas.

2.4.3.16 Finalizando, cabe acentuar que haverá maior objetividade e menos desperdício de tempo se, nas interações, a análise de cada LA x Psb I, em confronto, restringir-se apenas às ações que de fato se oponham. Por exemplo: as ações de uma LA relativas à defesa da própria força somente deverão ser confrontadas com uma Psb I que considere ações ofensivas sobre essa força. O Comandante encarará o confronto tendo em mente que o processo estrutura o pensamento, mas não o limita.

2.4.3.17 Especial atenção à sustentabilidade logística de cada LA. De nada adiantará um planejamento brilhante e criativo, à primeira vista, se não houver uma estrutura logística adequada para torná-lo praticável.

2.5 Comparação das Linhas de Ação

2.5.1 Vantagens e desvantagens

2.5.1.1 O propósito do Comandante nessa fase do planejamento será selecionar a melhor LA para o cumprimento da Missão. Essa seleção baseia-se nas vantagens e desvantagens de cada LA, caso fossem implementadas. As conclusões do confronto serão fundamentais na determinação desses aspectos.

2.5.1.2 Dentre os diversos fatores que possam influir no julgamento e na comparação das LA, a primeira questão a ser respondida é: Quais são os aspectos críticos que precisam ser considerados para se atingir o estado final desejado na campanha? Ao responder a esta pergunta, na verdade, os planejadores estão estabelecendo parâmetros, ou seja, valores críticos de juízo que os ajudem a identificar a melhor alternativa. Não existe uma fórmula única para instituir estes parâmetros, posto que eles dependem muito da situação. Pode ser que alguns deles já estejam definidos na Diretriz de Planejamento, enquanto que outros poderão surgir ao longo do Exame de Situação. Portanto, sugere-se que o EMCj se reúna para definir os aspectos mais relevantes a serem avaliados na resolução do problema em tela.

2.5.1.3 A Tabela 1 apresenta alguns questionamentos cujas respostas poderão orientar a identificação da melhor LA:

TABELA 1

Nr	QUESTIONAMENTOS SOBRE AS LA LEVANTADAS
1	Qual é a mais ofensiva ou defensiva, de acordo com a natureza da(s) operação(ões)?
2	Qual permite maior liberdade de ação?
3	Qual permite maior concentração de nossas forças, de maneira a obter superioridade no momento e no local decisivos?
4	Qual permite obter a melhor unidade de comando?
5	Qual permite obter o maior grau de surpresa?
6	Qual implica em maior simplicidade de execução?
7	Qual é a que menos depende de informações acerca do inimigo?
8	Qual é a menos afetada pelas características da área de responsabilidade?
9	Qual favorece as futuras operações?
10	Qual proporciona melhor economia de meios?
11	Qual é a mais facilmente sustentável, do ponto de vista logístico?
12	Qual oferece melhores condições para o atingimento do estado final desejado em menor tempo?
13	Qual oferece menos riscos para a população civil na área das operações?; e
14	Qual a que oferece menores riscos, em termos de perdas materiais e humanas?

2.5.1.4 Por simplicidade, as vantagens e desvantagens serão identificadas sob o ponto de vista das atividades afetas a cada uma das seções do EM, e consolidadas pela Seção de Operações ou de Planejamento, a critério do Ch EMCj, sob forma tabular como nos exemplos a seguir:

TABELA 2

VANTAGENS	
LA Nr 1	**LA Nr 2**
1. Minimiza a dependência de conhecimentos.	1. Explora a fraqueza da defesa aérea do inimigo na área de responsabilidade.
2. Possibilita a conquista do objetivo antes da chegada de reforços do inimigo.	2. Maximiza o apoio às forças de superfície

TABELA 3

DESVANTAGENS	
LA Nr 1	**LA Nr 2**
1. Maior dependência das linhas de suprimento logístico.	1. Menores perdas infligidas ao inimigo.
2. Maior tempo de exposição à aviação do inimigo baseada em terra.	2. Maior dependência das condições meteorológicas favoráveis para as operações aéreas.

2.5.1.5 Algumas vantagens e desvantagens poderão ser relativas à aplicação dos princípios de guerra.

2.5.1.6 Ao discriminarem-se as vantagens e desvantagens, deve-se ter cuidado para não indicar como vantagem de uma LA o que já tenha sido apontado como desvantagem de outra e vice-versa.

2.5.2 Prova final de adequabilidade, de praticabilidade e de aceitabilidade

2.5.2.1 Antes de selecionar uma das LA para a decisão, o Comandante fará uma verificação final quanto à adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade das LA validadas. A riqueza de detalhes para essa verificação dependerá da prova de APA já realizada e dos resultados das análises subsequentes, principalmente no Confronto.

2.5.2.2 É oportuno ressaltar que os estudos realizados pelas seções do EMCj, quando elaboram suas respectivas análises, muito auxiliarão o Comandante, especialmente quanto à verificação da praticabilidade (para a qual será de fundamental importância a análise logística da LA) e aceitabilidade das LA.

2.5.2.3 Novamente considerar a sustentabilidade logística das LA, a fim de verificar a sua praticabilidade.

2.5.2.4 Após a prova de APA final, o Comandante pode chegar à conclusão de que nenhuma das LA analisadas atende por completo às condições necessárias para ser adotada como decisão. Nesse caso, deverá, mais uma vez, considerar a possibilidade de combinar LA. Como discutido anteriormente, impõe-se retornar à fase anterior e confrontar qualquer nova LA, assim como as LA modificadas, com cada Psb I, para, então, prosseguir no processo.

2.5.2.5 Caso nenhuma LA satisfaça à prova final de APA, o Comandante participará suas conclusões ao seu escalão superior. É possível que a análise detalhada empreendida tenha revelado perdas prováveis bem acima das estimadas pelo escalão que atribuiu a Missão.

2.5.3 Matriz de Decisão

2.5.3.1 A matriz de decisão apresentada, como exemplo, na Tabela 4 permite comparar numericamente as diferentes LA relacionadas. Mais uma vez, a técnica de *brainstorm* é indicada para ajudar os planejadores a construir a matriz de decisão, cujos procedimentos recomendados são:

a) atribuir pesos para cada parâmetro de avaliação, fundamentando-se no conhecimento sobre a situação e nas Diretrizes do Comandante;

b) instituir uma escala de valores para pontuar cada LA; não existe fórmula padronizada para essa pontuação, mas deve-se ter em mente que tabelas inadequadas podem causar resultados falsos. Pode ser adotada, por exemplo, a seguinte escala de pontos:

– a LA atende muito bem ao critério de avaliação – 5 pontos;
– a LA atende bem ao critério de avaliação – 4 pontos;
– a LA apenas atende ao critério de avaliação – 3 pontos;
– a LA atende ao critério de avaliação com limitações – 2 pontos; e
– a LA não atende ao critério de avaliação – 1 ponto;

c) analisar como cada LA atende ao critério de avaliação estabelecido e pontuá-la de acordo com a escala anteriormente estabelecida;

d) multiplicar o peso de cada critério de avaliação pela pontuação obtida pela LA e registrar esse resultado na célula apropriada; e

e) por fim, obter a soma total de cada LA e assim teremos uma escala de valorização das LA, conforme o exemplo da Tabela 4.

TABELA 4 – Exemplo de Matriz de Decisão

PARÂMETROS	**PESO**	**LA 1**		**LA 2**	
		PONTOS	**TOTAL**	**PONTOS**	**TOTAL**
Ter a aprovação da opinião pública nacional	2	4	8	2	4
Causar reduzido número de baixas civis	3	5	15	2	6
Ser flexível	4	2	8	4	16
Possuir grande capacidade ofensiva	5	2	10	5	25
Produzir poucos danos colaterais	1	5	5	4	4
PONTOS TOTAIS			46		55

2.5.3.2 Se o processo for bem elaborado e conduzido, a LA com maior pontuação, possivelmente, será a mais indicada para atender à missão e poderá ser recomendada ao Comandante. Contudo, mais uma vez, os planejadores deverão atentar para o elevado grau de subjetividade do processo, sendo necessário profissionalismo e experiência para não incorrer em julgamentos tendenciosos.

2.5.4 Avaliação do mérito relativo das LA e seleção de uma LA para a decisão

2.5.4.1 Neste item, o Comandante avaliará os méritos relativos das LA e selecionará aquela que melhor atenda ao cumprimento da missão. Relembra-se que essa escolha será de sua exclusiva responsabilidade e apoiar-se-á em seu bom senso e experiência

profissional, mesmo que adotando uma posição discordante da assessoria prestada pelo seu EMCj.

2.5.4.2 As LA serão apresentadas em reunião formal, ao Comandante, onde os representantes de cada seção apresentarão uma síntese do trabalho desenvolvido ao longo do Exame de Situação, de modo a possibilitar a compreensão dos fatos que embasaram a elaboração daquelas LA. Dependendo do envolvimento do Comandante no processo de planejamento, esta reunião pode variar de uma exibição de todos os detalhes do estudo até um simples relato com as recomendações do EMCj. Essa reunião formal será coordenada pelo Ch EMCj, com a participação de todos os seus membros, seguindo o roteiro sugerido na Tabela 5.

TABELA 5

RESP	AGENDA
Ch EMCj	- abre a reunião; - apresenta a Intenção do Comandante e o enunciado final da missão do comando; e - destaca as principais diretrizes emanadas do escalão superior, incluindo o estado final desejado.
D2	- apresenta as considerações mais relevantes das características da área de responsabilidade; - apresenta as Psb I e destaca aquela que foi priorizada como sendo a de maior probabilidade de adoção por parte do inimigo, assim como a mais perigosa; e - relaciona os alvos e os sistemas de alvos inimigos selecionados para comporem a Lista Integrada de Alvos.
D3	- apresenta os fatores de força e fraqueza identificados, pontos sensíveis (e CG) a serem protegidos; - apresenta um conceito sumário das LA e as regras de engajamento estabelecidas (que poderão ser complementadas na etapa posterior do planejamento); e - expõe os eventuais fatores restritivos das LA, e também as recomendações ou alternativas possíveis para executá-las.
D1	- destaca as considerações relevantes da área de pessoal em relação a cada LA, apresentando a capacidade de apoio do setor às LA; - expõe os eventuais fatores restritivos de apoio às LA, e também as recomendações ou alternativas possíveis para suplantar os óbices do setor; e - aponta qual a melhor LA de acordo com a capacidade de apoio do setor.
D4	- apresenta o esforço logístico necessário às LA; - destaca as considerações relevantes da área das operações em relação a cada LA, do ponto de vista logístico; - expõe os eventuais fatores restritivos de apoio às LA, e também as recomendações ou alternativas possíveis para suplantar os óbices do setor; e - informa qual a melhor LA de acordo com a capacidade de apoio logístico, podendo incluir aí as ações de desmobilização.
D6	- resume o apoio necessário de comunicação e sistemas em relação às LA; - destaca as considerações relevantes da área das operações em relação a cada LA, apresentando a capacidade de apoio do setor às LA; - expõe os eventuais fatores restritivos de apoio às LA, e também as recomendações ou alternativas possíveis para suplantar os óbices do setor; e

RESP	AGENDA
	- aponta qual a melhor LA de acordo com a capacidade de apoio em termos C².
D7	- resume o apoio de comunicação social e operações psicológicas em relação às LA (caso estejam atribuídas a uma única seção); - destaca as considerações relevantes da área em relação a cada LA, apresentando a capacidade de apoio do setor às LA; - expõe os eventuais fatores restritivos de apoio às LA, e também as recomendações ou alternativas possíveis para suplantar os óbices do setor; e - informa qual a melhor LA de acordo com a capacidade de apoio do setor.
Dn	- demais informações consideradas relevantes, em função do número de seções estabelecidas no EMCj.
D5	- apresenta as LA validadas; - resume a praticabilidade e a aceitabilidade final das LA; - confronta cada LA validada com cada Psb I; - apresenta a comparação e a análise das LA; - indica a LA que o EMCj considera melhor para o cumprimento da Missão; - destaca os riscos da LA indicada; - destaca os principais efeitos desejados associados aos objetivos estabelecidos e o desencadeamento das fases até a obtenção do estado final desejado; e - ressalta se o estado final desejado da campanha poderá ser alcançado com a LA indicada.
Ch EMCj	- ressalta aspectos do planejamento que, porventura, ainda julgue necessário serem destacados; e - recomenda a LA indicada ao Comandante.
Cmt	- discute os aspectos que considere necessários, das LA apresentadas; e - aceita ou não a LA indicada.
Ch EMCj	- determina a data para a conclusão do relatório do Exame de Situação; - apresenta o cronograma para a confecção do Plano Operacional; e - encerra a reunião.

2.5.4.3 A apresentação das LA poderá ser acompanhada de uma representação gráfica, como um esquema de manobra. Maiores detalhamentos deverão constar no Conceito Preliminar da Operação, evitando-se uma redação excessivamente longa, e provavelmente confusa, nesse momento.

2.5.4.4 Finalmente, antes de selecionar a LA, o Comandante deverá perguntar-se: "É realmente isto o que de melhor posso fazer para cumprir a minha Missão?" No entanto, há de se ter em mente que qualquer planejamento será tão completo e ajustado quanto o tempo e recursos disponíveis para executá-lo. O fator tempo continuará sendo, sempre, um elemento crítico a ser observado no planejamento de uma operação para execução a curto prazo.

2.5.4.5 Caso julgue necessário, o Comandante poderá determinar o comparecimento a esta reunião, também, dos Comandantes das Forças Componentes, acompanhados pelos seus Ch EMCj e respectivos Oficiais de Operações e de Planejamento.

2.6 Decisão

2.6.1 Após a avaliação dos méritos relativos de cada LA, com base nas análises apresentadas pelo seu EMCj, o Comandante selecionará aquela que, a seu ver, melhor atenda ao cumprimento da Missão. Esta escolha será de sua exclusiva responsabilidade.

2.6.2 Assim, a Decisão permitirá ao EMCj ter uma visão clara de como o Comandante deseja que a missão seja cumprida, e definirá as condições nas quais será desenvolvido o Conceito Preliminar da Operação. Nesse momento, o Comandante enunciará, em termos de decisão, a LA selecionada.

2.6.3 A Decisão expressará um plano geral para o cumprimento da Missão, incluindo, necessariamente, as informações "o que" e "como fazer". Caso não seja elaborado o CPO, a decisão também deverá responder às perguntas “quem”, “quando”, “onde” e “para que”.

2.6.4 No caso de a tarefa atribuída ao Comandante constituir uma LA predeterminada, a própria tarefa será a sua Decisão. Nesse caso, a redação da tarefa pode ser alterada, desde que se mantenha inalterado o seu significado.

2.6.5 A redação da Decisão não está condicionada a formas rígidas. Ela deve ser uma afirmação breve, que exponha, clara, simples e concisamente, a LA selecionada. Deve limitar-se a conter as informações necessárias para que os subordinados a compreendam de forma inequívoca.

2.7 Conceito Preliminar da Operação

2.7.1 Após a Decisão, o Comandante desenvolverá o Conceito Preliminar da Operação (CPO), estabelecendo “como” a decisão será implementada, “quem” executará as ações inerentes à sua implementação e, ainda, “onde”, “quando” e "para quê" serão executadas. Deverá, assim, expressar uma ideia geral de manobra quanto a como transcorrerão as operações inerentes à LA selecionada, situando-as no tempo e no espaço.

2.7.2 O CPO nada mais é que o aprimoramento do Conceito Sumário da LA selecionada como Decisão, enriquecido pelas conclusões obtidas no Confronto e pela análise de outros aspectos do Exame de Situação.

2.7.3 O CPO poderá ser apresentado ao escalão superior que emitiu as diretrizes para o planejamento ora em elaboração, transmitindo uma ideia sucinta a respeito do “o que” e “como” será feito, além de uma explanação quanto aos principais riscos identificados na campanha ou operação. Dessa forma, a autoridade que atribuiu a Missão ao Comandante poderá intervir no que está sendo planejado, antes da elaboração final dos planos e início efetivo das ações, caso julgue necessário. No entanto, poderão ocorrer situações em que não haja tempo hábil para essa apresentação ao escalão superior, ou em que a magnitude das ações, e suas possíveis consequências, não justifiquem a adoção de tal medida (isto poderá ocorrer, sobretudo, em relação a planejamentos elaborados no nível tático).

2.7.4 O CPO não se limita a ser um documento de uso interno do EMCj do Comandante, podendo, sempre que possível e adequado, ser disseminado para as forças componentes sob a forma de uma “Ordem Preparatória”, por exemplo. Assim, além de antecipar

providências, possibilitará que cada comando subordinado tenha uma visão geral das ações a serem empreendidas, contribuindo para uma melhor compreensão da sua participação na campanha, ou operação, como um todo.

2.7.5 O CPO será aperfeiçoado durante a etapa seguinte do processo (Elaboração dos Planos e Ordens). Algumas das ideias desenvolvidas nesta fase poderão ser ampliadas e incluídas nos anexos ao Plano Operacional, bem como servirão de base para a elaboração final do “Conceito da Operação”.

2.7.6 O CPO deve apresentar, de forma clara e concisa, como será a solução militar que foi obtida fruto das diversas fases anteriores. Assim, este conceito deverá conter no mínimo:

a) apreciação da situação de forma resumida;

b) estado final desejado, no nível de planejamento considerado, com a devida conexão com a situação definida pelo nível superior;

c) a missão e a Concepção da Manobra do Comandante;

d) como a missão será cumprida pelo Comandante, em termos genéricos, enfatizando o emprego das Forças Componente (F Cte), no tempo e espaço;

e) visão macro para as necessidades de forças extras ou suporte logístico;

f) diretrizes para comunicação social, operações psicológicas, assuntos civis, operações especiais e conduta com refugiados/evacuados;

g) riscos políticos, diplomáticos, econômicos e militares; e

h) diretrizes sobre a confecção da Lista de Alvos.

CAPÍTULO III

ELABORAÇÃO DOS PLANOS E ORDENS

3.1 Generalidades

3.1.1 Essa etapa basicamente corresponde ao planejamento necessário para que o Comandante possa aprofundar o Conceito Preliminar da Operação, incluindo, se for o caso, os ajustes decorrentes das orientações provenientes do escalão superior. Assim, ela será encarada como uma extensão da etapa anterior.

3.1.2 Nesse sentido, a elaboração dos planos e ordens será precedida de uma fase de desenvolvimento do Conceito da Operação, que possibilitará o envio de instruções para as F Cte, permitindo às mesmas que desenvolvam os seus planejamentos, e também que dêem continuidade às ações logísticas que forem necessárias.

3.1.3 Essa etapa é dividida em duas fases:

a) Desenvolvimento do Conceito de Operação; e

b) Elaboração dos Planos e Ordens.

3.2 Desenvolvimento do Conceito da Operação

3.2.1 Nessa fase, o Comandante aprofundará o CPO elaborado na etapa anterior. Serão destacadas as fases da operação, os efeitos desejados em cada fase, além de especificar as tarefas de cada força subordinada (força componente), de forma clara e inequívoca. Sempre que possível, deverá ocorrer a participação de representantes das forças subordinadas ao longo desta etapa, visando possibilitar maior agilidade na troca de informações e um assessoramento direto no que diz respeito às capacidades das forças envolvidas e na atribuição das respectivas tarefas, reduzindo a probabilidade de ocorrência de erros de avaliação que poderão comprometer a praticabilidade do planejamento.

3.2.2 Esse será o momento para o Comandante efetuar os ajustes finais necessários na organização dos meios que lhe foram adjudicados e das respectivas áreas de atuação (áreas de responsabilidade dos comandos subordinados), tendo em vista as capacidades dessas forças, as características das áreas de responsabilidade a serem cobertas e as ameaças decorrentes do poder combatente do inimigo em cada uma dessas áreas, englobando os vários ambientes de guerra.

3.2.3 Para orientar esse trabalho, o Desenvolvimento do Conceito da Operação foi dividido em cinco passos, que se sucedem de forma lógica, permitindo que o Comandante e seu EMCj desenvolvam de maneira organizada as diversas atividades mencionadas, antes da elaboração e emissão final dos planos e ordens.

3.2.4 Premissas Básicas

a) reavaliar as PB, para verificar se permanecem válidas;

b) reduzir a quantidade de premissas, utilizando meios de inteligência para diminuição do grau de incerteza; e

c) elaborar um plano suficientemente flexível, capaz de ser executado independentemente dos conhecimentos ainda não obtidos.

3.2.4.1 Caso persista a necessidade de manutenção de alguma PB, será elaborado o respectivo Plano Contingente.

3.2.4.2 O estabelecimento de PB só é válido para a elaboração de planos de execução não imediata, jamais para diretivas de execução imediata, ou a curto prazo, como uma "Ordem de Operações", por exemplo.

3.2.5 Ações das Forças Componentes

Determinar as ações das F Cte e as ações a cargo das Forças Amigas. O Comandante determinará as ações necessárias para implementação da sua decisão, observando:

a) os requisitos (ofensivo, defensivo, de inteligência, de logística, de apoio, etc.) inerente à LA selecionada na Decisão;

b) tipos de ações a serem executadas a fim de que sejam atendidos esses requisitos;

c) meios disponíveis capazes de executar as ações visualizadas;

d) ideia quanto ao início e término das ações a serem executadas; e

e) área em que ocorrerão essas ações.

3.2.6 Execução das Operações

3.2.6.1 Estabelecer como será executada cada operação pelas F Cte e a interdependência entre essas operações. Esse passo visa estabelecer como serão executadas as ações visualizadas no passo anterior, atendo-se ao grau de detalhamento adequado ao nível de decisão no qual o planejamento está inserido, determinando-se:

a) ideia inicial da composição de cada força componente;

b) identificação das forças apoiadoras e apoiadas;

c) as possibilidades de apoio mútuo; e

d) as medidas necessárias para a coordenação.

3.2.6.2 Analisar as ações que foram listadas para os meios adjudicados e considerar as necessidades e possibilidades de apoio mútuo. Os procedimentos referentes ao estabelecimento de instruções sobre apoio mútuo e coordenação entre as forças componentes e forças amigas podem ser assim resumidos:

a) Apoio Mútuo – levantar o tipo e extensão de apoio necessário para a realização de cada ação. Será especificado quais forças participarão desse apoio; e

b) Coordenação – elaborar medidas para assegurar a coordenação entre as forças e evitar interferência mútua.

3.2.7 Organização das Forças

3.2.7.1 Organizar os meios adjudicados de acordo com as operações a serem empreendidas. O Comandante estabelecerá formalmente a estrutura de comando e efetuará a distribuição final dos meios que constituirão as forças componentes diretamente subordinadas.

3.2.7.2 Para organizar os meios que lhe foram adjudicados, as respectivas ações, áreas

de responsabilidade, relações de comando e as coordenações necessárias à execução das ações, o Comandante levará em consideração:

a) a necessidade de obtenção da máxima eficiência no emprego dos meios;

b) a diversidade de características ou capacidades globais das forças componentes;

c) a necessidade de executar ações defasadas no tempo ou separadas no espaço;

d) a necessidade da manutenção de força em reserva;

e) a capacidade de comando e controle disponível; e

f) as possibilidades de interferência ou de apoio mútuo.

3.2.7.3 A divisão da força atenderá aos seguintes princípios básicos:

a) Coordenação – realizar uma judiciosa distribuição de tarefas aos comandos subordinados, evitando duplicidade de ações e dispersão de recursos, visando a obter um desempenho harmonioso de todos os segmentos que participam da campanha ou operação;

b) Amplitude de Controle – observar um número adequado de forças diretamente subordinadas, compatíveis com a estrutura de C² à disposição do Comandante. Uma amplitude de controle muito grande pode ser evitada pela redistribuição de meios pelas forças diretamente subordinadas ao comando considerado; e

c) Delegação de Autoridade – procurar delegar aos subordinados um grau de autoridade compatível com as responsabilidades que lhes serão atribuídas, possibilitando que o Comandante mantenha a atenção focada nos aspectos mais relevantes da sua participação na campanha ou operação.

3.2.7.4 O Comandante poderá chegar a conclusões conflitantes quanto à melhor divisão dos meios para a execução das ações. Nesse caso, o Comandante identificará esses possíveis conflitos, que aparecem sob a forma de alguns meios sendo empregados em mais de uma ação simultaneamente. Caso o conflito se configure, o Comandante deverá solucioná-lo.

3.2.8 Elaboração do Conceito da Operação

3.2.8.1 Consolidar as informações desenvolvidas nos passos anteriores no Conceito da Operação e elaborar as demais instruções ou documentos que se fizerem necessários.

3.2.8.2 Por fim, inicia-se a elaboração do Conceito da Operação, que é um documento a ser divulgado para os subordinados e que contém, basicamente, a consolidação da ideia de manobra do Comandante.

3.2.8.3 O Conceito da Operação será elaborado tomando como base o Conceito Preliminar da Operação, aperfeiçoando e ampliando as informações a respeito de “o que”, “como”, “quando”, “por quanto tempo”, “onde”, “por que” será feito e “por quem”, uma vez que, nesse momento, o Comandante já terá uma definição quanto à organização das forças subordinadas, suas respectivas áreas de responsabilidade e tarefas a serem atribuídas. O Conceito da Operação deverá conter:

a) apreciação da situação, incluindo as PB porventura estabelecidas, as principais limitações ao planejamento e diretrizes emanadas do nível superior;

b) a redação final da Intenção do Comandante que deverá conter:

– o estado final desejado;

– a forma de abordagem dos centros de gravidade identificados (das próprias

forças e do inimigo) e de suas vulnerabilidades críticas; e

– se for o caso, os Princípios de Guerra, da Ofensiva ou Defensiva, dentre outros, que o Comandante julgue adequados para a condução das ações que estão sendo planejadas.

c) a Missão do Comandante e de que forma ela interfere ou contribui para o cumprimento das Missões do escalão superior e das Forças Amigas;

d) o faseamento da operação ou campanha e os objetivos intermediários relacionados, em sequência, até a obtenção do estado final desejado;

e) como a missão será cumprida pelo Comandante, em termos genéricos, enfatizando a organização estabelecida, o emprego das forças componentes e de que forma os requisitos inerentes à LA selecionada serão atendidos;

f) orientações básicas para as atividades de comunicação social, operações psicológicas e de assuntos civis, tendo em vista os objetivos das operações;

g) demais orientações julgadas necessárias, para que as forças diretamente subordinadas prossigam nos seus planejamentos;

h) estabelecimento da Matriz de Sincronização das Ações entre as forças subordinadas, de acordo com o faseamento estabelecido (vide exemplo, no Apêndice XI, deste Anexo). A sincronização de uma campanha/operação compreende a coordenação e a otimização de esforços dos meios envolvidos, de acordo com o planejamento da campanha/operação, no tempo e no espaço, de modo a aumentar a eficácia e a sinergia das forças componentes; e

i) o gerenciamento dos riscos operacionais.

3.2.8.4 Gerenciamento de Risco Operacional (GRO) é o processo utilizado para administrar os riscos presentes em uma operação, compreendendo a identificação de perigos, a avaliação do risco, a decisão de risco, a implementação de medidas de controle do risco e a supervisão quanto à eficácia de tais medidas, sendo atribuição do Chefe da D5. O processo de GRO está descrito no Apêndice XII, deste Anexo.

3.2.8.5 O Conceito da Operação será consolidado em um documento e apresentado ao Comandante para que, após sua aprovação, seja formalizado por intermédio dos planos e ordens para os escalões subordinados.

3.3 Elaboração dos Planos e Ordens

3.3.1 Concluídos os procedimentos descritos na fase anterior, o Comandante e seu Estado-Maior estarão aptos a elaborarem os planos e ordens onde estarão formalizadas todas as informações e instruções aos comandos subordinados, para a finalização dos respectivos planejamentos e início das ações.

3.3.2 Os planejamentos das forças componentes, sendo realizado, sempre que possível, de forma paralela e simultânea com o Plano Operacional, contribuirão para a validação da Decisão. Isso também proporcionará a antecipação de providências, sobretudo de caráter logístico, para o início das ações.

3.3.3 Esses documentos conterão as informações necessárias para que os comandos subordinados compreendam as tarefas que lhes foram atribuídas, de forma clara e inequívoca, identificando as limitações e a forma como suas ações poderão interferir com as tarefas dos demais comandantes envolvidos na Campanha/Operação. No entanto, há de

se ter cuidado para evitar um excessivo detalhamento das tarefas atribuídas, de modo a não engessar o planejamento desses comandantes. Num nível de decisão operacional, será mais conveniente a atribuição de tarefas expressas em termos de efeito desejado e não em termos de ações a empreender.

3.3.4 Os relatos e demais aspectos identificados como relevantes para o controle da operação ou campanha, deverão ser realçados na montagem final das diretivas. Clareza, concisão e objetividade serão sempre elementos a serem observados na elaboração final desses documentos.

3.3.5 Redação do Plano Operacional

3.3.5.1 A redação do Plano Operacional constitui atribuição da Seção de Planejamento (D5), que deverá compilar as informações das demais seções do EMCj. Obviamente, a integração e coordenação de esforços tornam-se mais uma vez evidentes, de modo a possibilitar um trabalho de qualidade.

3.3.5.2 O uso do modelo apresentado no Apêndice XIV, deste Anexo, padroniza a elaboração do Plano Operacional, possibilitando a consolidação das informações e dados de maior relevância para a execução das ações necessárias à implementação da Decisão, de forma metódica e racional. Em que pese a padronização, alguns itens poderão ser suprimidos ou acrescentados, em função das características da Missão.

3.3.5.3 Na redação desses documentos, poderão ser utilizadas abreviaturas e siglas estabelecidas nos manuais de referência do MD, desde que não haja prejuízo da clareza do seu conteúdo. Especial atenção para não utilizar termos ou abreviaturas que não sejam de conhecimento comum dos destinatários da diretiva que está sendo elaborada.

3.3.5.4 As informações e instruções necessárias à realização de uma determinada atividade específica da campanha/operação, por se constituírem muitas vezes em tabelas e itens de redação mais pormenorizada, deverão constar como anexos do plano produzido.

3.3.5.5 Assim, nessa etapa o EMCj utilizará a Diretriz de Planejamento do Comandante e o Conceito da Operação, elaborado na fase anterior, para consolidar as informações que foram desenvolvidas, durante o Exame de Situação, em um formato padronizado. Esse plano não deve conter dados de rotina das seções do EM, mas somente informações críticas e necessárias para que os planejamentos dos comandos diretamente subordinados possam ser finalizados, com foco na Missão atribuída pelo escalão superior.

3.3.5.6 Na elaboração do Plano Operacional, como em qualquer diretiva, serão observados os seguintes fundamentos:

a) Clareza – cada comandante subordinado deve ser capaz de compreender, inequivocamente, as ordens e diretrizes estabelecidas. O texto será simples e direto, utilizando linguagem militar apropriada (doutrinária);

b) Concisão – o plano será conciso, evitando detalhes desnecessários e linguajar prolixo, sem comprometimento da clareza;

c) Expressão da autoridade – o plano será escrito na voz ativa e expressará, sempre que possível, a autoridade direta do Comandante;

d) Simplicidade – todos os itens serão redigidos da forma mais simples possível, a fim de facilitar a compreensão;

e) Flexibilidade – um bom plano permitirá ajustes quando confrontado com situações inesperadas;

f) Paralelismo – durante a elaboração do plano, é desejável a presença, sempre que possível, de oficiais de ligação das forças diretamente subordinadas, de forma a possibilitar uma assessoria direta ao planejamento e maior agilidade no fluxo de informações entre os escalões envolvidos;

g) Abrangência – a diretiva deverá conter todas as informações necessárias para coordenação e execução da Missão; e

d) Amplitude de Coordenação – estabelecer, com clareza, a estrutura de comando e controle e as responsabilidades dos escalões envolvidos.

3.3.6 Formato dos Planos e Ordens

No intuito de facilitar o trabalho de um EMCj formado por elementos das mais diversas origens, o formato do plano deve seguir uma padronização mínima. O corpo principal desse documento, que transcreve o conceito da operação com maior detalhamento, deve conter pelo menos as seguintes informações:

a) Organização por Tarefas – Relação dos meios empregados por cada Força Componente do Comando Operacional;

b) Situação – Informações necessárias ao entendimento pleno do quadro da campanha pelos elementos subordinados.Este parágrafo pode ser dividido em cinco subparágrafos: Hipóteses de Emprego, Forças Inimigas, Forças Amigas, Centros de Gravidade e Premissas Básicas;

c) Missão – Apresentação clara e concisa do enunciado da missão a ser cumprida pelo Comando Operacional. Esse enunciado deve conter a finalidade da missão (propósito), as ações a realizar (tarefas) – impostas e deduzidas – bem como outros dados julgados necessários à sua compreensão;

d) Execução – Este item é uma exposição do plano operacional do Comandante. Deverá conter a Intenção do Comandante, que servirá como um complemento para orientar o desenvolvimento do planejamento das F Cte, sem tolher a iniciativa dessas forças e dos escalões subordinados. A Intenção do Comandante apresenta, de forma abreviada, sua visão de como a operação será executada e o estado final a ser obtido na área de responsabilidade. Incluirá, ainda, a concepção geral das operações, o detalhamento de cada fase da campanha e as instruções de coordenação;

e) Logística – Consta deste item o estabelecimento de instruções sobre o apoio logístico e a forma como tal apoio será proporcionado à operação, gerenciamento de suprimentos críticos, as estruturas existentes e as diretrizes iniciais para as atividades logísticas;

f) Comando e Controle – Compreende as prescrições relativas ao controle das operações, as relações de comando e, ainda, as instruções relativas às comunicações;

g) Pessoal – Apresentação das informações relativas à atividade de pessoal, não pertinentes à função logística de recursos humanos;

h) Operações de Informação – Compreende as informações e diretrizes relacionadas à coordenação e sincronização das ações de comunicação voltadas aos sistemas de comunicação social, operações psicológicas, guerra eletrônica e defesa cibernética, entre outros ligados às operações de informação;

i) Assuntos Civis – Apresenta as informações e diretrizes relacionadas às atividades de assuntos civis, incluindo a administração de governo, o controle de recursos locais e serviços públicos, o controle da população, o controle dos refugiados/deslocados/evacuados, a assistência humanitária, a defesa civil, as ações cívico-sociais e a coordenação das agências civis, entre outras ações de assuntos civis; e

j) Disposições Finais – Prescrições de caráter geral não incluídas nos itens anteriores e julgadas relevantes pelo Comandante responsável pela emissão do Plano Operacional, como, por exemplo, o prazo para conclusão dos planejamentos decorrentes e seu encaminhamento para sua apreciação.

CAPÍTULO IV

CONTROLE DA OPERAÇÃO PLANEJADA

4.1 Generalidades

4.1.1 Dificilmente um Plano Operacional preverá todas as eventualidades das ações militares, por melhor que tenha sido o trabalho do Estado-Maior que o originou. Para atender às possíveis necessidades de alterações nas operações planejadas, em razão do surgimento de fatos novos ou problemas inopinados, deve-se fazer uso de ferramentas adequadas no acompanhamento das ações, verificando se os efeitos desejados estão sendo alcançados e se a Missão está sendo cumprida. Essa etapa do processo, que nada mais é do que o gerenciamento da campanha idealizada, denomina-se "Controle da Operação Planejada".

4.1.2 O controle da operação planejada compreende o uso oportuno das informações recebidas enquanto a ação se desenrola, possibilitando ao Comandante a manutenção de uma Consciência Situacional adequada. Assim, orientará continuamente o esforço total com vistas à consecução dos efeitos e objetivos estabelecidos, até a obtenção do estado final desejado, com o cumprimento da sua Missão. Para tanto, deverão ser reajustadas, quando necessário, as ações a serem empreendidas pelas forças componentes, de forma a suplantar os eventuais óbices ao cumprimento da Missão, sejam estes decorrentes de fatos novos, de acontecimentos inopinados ou das ações do inimigo.

4.1.3 Inicialmente, é preciso constatar os fatos novos responsáveis pelas alterações na situação, antes de solucionar os problemas decorrentes. Até que a missão seja cumprida, esses problemas serão solucionados por meio de uma revisão contínua do planejamento, durante o controle da operação planejada. Dessa forma, o Comandante ficará com um quadro da situação permanentemente atualizado, uma Consciência Situacional adequada e, assim, poderá verificar se a operação se desenvolve de forma a se atingir o estado final desejado.

4.1.4 No processo de controle, serão utilizados os indicadores definidos no planejamento, além de outras informações decorrentes da evolução das ações ─ das próprias forças e do inimigo ─ que deverão ser devidamente acompanhadas, registradas e avaliadas, de forma a possibilitar identificar aquilo que seja de maior relevância para conhecimento do Comandante, tendo em vista o escalão que este ocupa.

4.1.5 O emprego de sistemas de processamento automático de dados aumenta a velocidade, volume, precisão e facilidade de registro e interpretação das informações trabalhadas no acompanhamento das ações em curso. No entanto, para que o exercício do comando seja efetivo, será necessária a existência de uma estrutura de Comando e Controle adequadamente projetada e estabelecida, de forma a proporcionar o trâmite das informações e ordens com o grau de rapidez, segurança e confiabilidade compatível com o processo decisório e o ritmo de batalha a ser empreendido.

4.1.6 Os fatos novos e problemas decorrentes, no decorrer das ações, poderão requerer medidas que variam desde uma simples mudança no plano em curso, até um radical

desvio da LA selecionada. Isso poderá implicar na necessidade de refazer parte ou todo o planejamento, atividade a ser coordenada pela Seção de Planejamento do EMCj. Caso o planejamento deva ser alterado, será importante que o Comandante também considere, sempre que possível, as causas que determinaram a discrepância entre a ação planejada e a ação em curso, a fim de evitar a sua repetição.

4.1.7 O Controle da Operação Planejada ocorre em dois diferentes níveis. No primeiro, o controle é realizado diretamente no Centro de Operações do Comando Operacional, por intermédio do acompanhamento das informações recebidas a partir das F Cte. As informações críticas, que contenham perigo potencial imediato para as ações planejadas em curso, deverão ser analisadas pelo C Op, a fim de que uma LA seja selecionada o mais rapidamente possível. As demais informações serão coletadas e discutidas na Reunião de Coordenação de Operações, servindo como subsídio para o desencadeamento do próximo Ciclo de planejamento das operações conjuntas.

4.1.8 O segundo nível de controle é realizado pela D5 do EMCj, a qual, por meio da Reunião de Controle da Operação Planejada, avalia o desenvolvimento das operações planejadas, estando atenta a novas LA ou alterações nestas que possam ser necessárias para o planejamento de operações futuras. As novas LA ou as que representem alterações no planejamento deverão ser submetidas à apreciação do Cmt Op, que decidirá pela adoção de uma delas ou criação de nova LA.

4.1.9 O Controle da Operação Planejada se processará em dois estágios:

a) planejamento do controle, a ser elaborado antes da ação; e

b) controle da operação planejada, a ser realizado enquanto as ações se desenrolam.

4.2 Planejamento do Controle

4.2.1 Desenvolver-se-á desde o Exame de Situação, onde o Comandante e seu EMCj levantam o que deve ser controlado (ou medido) e como realizar esse controle, a fim de determinar o progresso em direção aos efeitos, tarefas e objetivos.

4.2.2 Na etapa seguinte, durante a Elaboração dos Planos e Ordens, serão estabelecidos os indicadores e relatórios que, somados ao Sumário Diário de Situação, permitirão uma avaliação contínua do andamento das ações determinadas pelo C Op.

4.2.3 Ainda no estágio de Planejamento do Controle, será de fundamental importância a implementação de uma estrutura eficiente de Comando e Controle, funcionando com a rapidez e segurança necessárias ao trâmite ágil e oportuno das informações e ordens.

4.2.4 Há de se estabelecer as orientações para a utilização disciplinada do sistema, e também para o conteúdo dos relatos/mensagens a serem tramitados e a identificação ajustada dos seus destinatários. São pontos importantes a ressaltar:

a) que o sistema de realimentação seja adaptado especificamente à campanha/operação;

b) os relatórios padrões ou de rotina podem não satisfazer completamente as necessidades do Comando Operacional. Para conseguir um sistema de realimentação eficaz, o Comandante ajustará o conteúdo desses relatórios de acordo com as características da

sua Missão; e

c) o planejamento considerará o volume de informações a serem tratadas, pois a sobrecarga de dados poderá dificultar o ciclo decisório, privando o Comandante de informações relevantes ou tendo que avaliar outras perfeitamente dispensáveis.

4.3 Controle da Operação Planejada

4.3.1 Os comandantes das forças componentes estabelecerão os próprios processos para o controle das ações nos seus respectivos escalões. No entanto, a maior eficiência ocorrerá se as forças executarem as ações em sincronia. Esse é o princípio da sinergia, que é obtido por meio da integração, coordenação, sincronização e priorização das ações. Nesse contexto, para que as forças componentes sejam empregadas com a máxima eficiência, em prol do cumprimento da Missão atribuída ao Comando Operacional, o papel de coordenador da campanha/operação, a ser desempenhado pelo Comandante, será de fundamental importância. Alguns fundamentos serão observados nessa fase, tais como:

a) sincronização da campanha;
b) ritmo de trabalho do EMCj;
c) Consciência Situacional;
d) avaliação da campanha; e
e) gerenciamento da informação.

4.3.2 Sincronização da campanha é o arranjo de ações militares no tempo, no espaço e em termos de propósito, destinado à produção de um poder relativo de combate máximo no local e momento decisivos. Pela sincronização das ações, busca-se a simultaneidade de impactos sobre a força inimiga. Uma Matriz de Sincronização bem concebida e executada é capaz de permitir que forças de menor poder de combate se sobreponham a forças de maior poder de combate. O Apêndice XI, deste Anexo, detalha a confecção da Matriz de Sincronização.

4.3.3 As atividades de um Comando Operacional, no decorrer da campanha/operação, são realizadas por meio de uma rotina de eventos de coordenação e de tomada de decisão. Essa rotina estabelecerá as interações necessárias entre as seções do EMCj, e deste com os EM das Forças Componentes, bem como disciplinará o fluxo de informações e ordens, proporcionando maior eficiência no emprego dos recursos materiais e humanos disponíveis e, consequentemente, otimização do ritmo de batalha a ser empreendido pela força conjunta como um todo.

4.3.4 O ritmo de trabalho do EMCj harmonizará a dinâmica de emprego de cada força componente, em função do ambiente operacional em que cada força atuará e das características dos meios que as comporão. O sucesso dessa atividade dependerá de uma coordenação, interna e externa, adequada entre os diversos EM que participam da campanha/operação (constituindo-se, esta, numa atribuição básica dos respectivos Chefes de Estados-Maiores, auxiliados pelos Chefes das Seções de Operações e de Planejamento).

4.3.5 Para efeito de uniformização de conceito, dentro do escopo a que se destina este Manual de Planejamento, serão denominadas como “operações correntes” aquelas ações que se desenvolverão em um horizonte temporal de, normalmente, até 72 horas a partir do momento presente. Tais ações serão acompanhadas, controladas e sincronizadas

pela Seção de Operações do EMCj, por meio de mensagens operacionais às F Cte para esclarecer, reforçar ou corrigir uma ordem emitida anteriormente. Paralelamente, a Seção de Planejamento do EMCj acompanhará o desenvolvimento das operações correntes com o propósito de planejar as chamadas “operações futuras”, ou seja, aquelas que deverão ocorrer, em princípio, a partir do horizonte temporal mínimo de 72 horas, conforme a evolução das fases da campanha.

4.3.6 A condução da campanha/operação ocorrerá, ininterruptamente, durante as 24 horas do dia. Essa condução se desenvolve por meio de uma rotina diária de trabalho dos EM, envolvendo reuniões de coordenação que visam proporcionar:

a) o acompanhamento de todas as operações correntes e as eventuais necessidades de alterações em operações futuras;

b) o compartilhamento de informações entre as seções do Estado-Maior e destas com as F Cte;

c) a coordenação do emprego de fogos nas áreas das operações;

d) as medidas de coordenação da utilização do espaço aéreo nessas áreas;

e) a atualização e priorização contínua da lista de alvos existente;

f) a evolução na obtenção dos elementos essenciais de inteligência;

g) a suspensão,ativação ou alteração das regras de engajamento de acordo com a evolução da campanha/operação;

h) o acompanhamento das ações de comunicação social, operações psicológicas e assuntos civis, e o seu impacto no andamento da campanha/operação; e

i) a elaboração e aprovação das ordens de coordenação (diárias ou não).

4.3.7 Os recursos humanos de um Comando Operacional poderão trabalhar em turnos, organizados de maneira a otimizar o fluxo de informações e o processo de tomada de decisões. Em cada jornada de trabalho estabelecida ocorrerá uma série de reuniões programadas, além de reuniões eventuais. Esses eventos de coordenação e tomada de decisão, previstos nesta Doutrina de Operações Conjuntas são:

a) Reunião de Coordenação de Comando;

b) Reunião Diária de Situação;

c) Reunião de Coordenação de Fogos;

d) Reunião de Coordenação de Operações;

e) Reunião de Coordenação de Operações de Informação (Op Info);

f) Reunião de Controle da Operação Planejada;

g) Reunião de Coordenação de Inteligência;

h) Reunião de Coordenação do Espaço Aéreo; e

i) Reunião de Aprovação da Ordem de Coordenação (O Coor);

4.3.8 Alguns eventos poderão ser aglutinados ou omitidos, dependendo da necessidade do Comandante Operacional e da envergadura da operação. O objetivo principal desses eventos é viabilizar a tomada de decisões que resulte em ações a serem executadas pelas F Cte, com um grau de coordenação adequado. Essas “reuniões” poderão gerar, como exemplo, os seguintes documentos:

a) Registro de Reunião;

b) Sumário Diário de Situação;

c) Lista de Alvos (preliminar e final); e

d) Ordem de Coordenação (preliminar e final).

4.3.9 Estes documentos consolidarão orientações para coordenação, acompanhamento,

decisões operacionais e distribuição de esforços, bem como para a análise das operações correntes e futuras, harmonização das rotinas de trabalho dos EM e definições de ordens, como veremos a seguir.

4.3.10 Reunião de Coordenação de Comando

De caráter eventual e realizada a critério do Comandante. O propósito dessa reunião será permitir que o Cmt Op atualize os Cmt F Cte sobre as atividades em curso, realizando uma coordenação de alto nível. A reunião poderá ser conduzida isoladamente, a critério do Cmt Op, por meio de Reunião à Distância (RD). As deliberações constarão no documento de Registro de Reunião. Participarão dessa reunião:

a) Comandante Op;
b) Chefe do EMCj; e
c) Comandantes das F Cte.

4.3.11 Reunião Diária de Situação

Essa reunião terá como propósito permitir que as seções do EMCj apresentem ao Cmt Op ou ao seu representante o andamento das atividades em curso. O foco do evento é transmitir as ações correntes e intenções futuras das forças amigas, e também as possibilidades das forças oponentes e suas atividades recentes e atuais, proporcionando Consciência Situacional ao Cmt e preparando-o para os eventos subsequentes. No final da reunião, o Cmt fará seus comentários e transmitirá as orientações a serem seguidas por seu Estado-Maior e assessores. Os assuntos tratados serão consolidados, pelo D3, no documento “Sumário Diário de Situação”, cujo modelo encontra-se no Apêndice XVI, deste Anexo. Essa reunião poderá ser utilizada para atualizar o EM na troca de turnos nas seções do EM. Participarão dessa reunião:

a) Cmt Op;
b) Chefe do EMCj;
c) Chefes das seções do EMCj;
d) Oficiais de ligação das F Cte no C Op; e
e) outros assessores julgados necessários.

4.3.12 Reunião de Coordenação de Fogos

4.3.12.1 Essa reunião será encarada como um trabalho de grupo cujo propósito será definir e priorizar os alvos que devem ser atacados no ambiente operacional ou em outros locais que afetem a Campanha, e também a F Cte responsável pelo ataque. Os participantes da reunião constituirão o Grupo de Coordenação de Apoio de Fogo, reunindo-se diariamente, de acordo com o ritmo de trabalho estabelecido, com antecedência adequada em relação à Reunião de Aprovação da Ordem de Coordenação. Cabe ressaltar que os alvos, dependendo do efeito desejado sobre os mesmos, poderão ser engajados tanto por apoio de fogo, como por outros meios não letais, tais como Medidas de Ataque Eletrônico, Operações Especiais ou Operações Psicológicas.

4.3.12.2 Nessa reunião, será consolidada uma Lista Preliminar Integrada e Priorizada de Alvos (LPIPA), que será apresentada e aprovada na Reunião de Aprovação da Ordem de Coordenação.

4.3.12.3 A agenda da Reunião de Coordenação de Fogos deverá incluir:

a) integração das propostas de cada F Cte de alvos a serem atacados;
b) definição de quem será encarregado de realizar a ação e a prioridade que este

alvo terá;

c) atualização de uma lista preliminar integrada e priorizada de alvos, considerando a avaliação dos danos dos ataques já realizados pelas F Cte, correspondendo à estimativa dos danos físicos, funcionais e de sistemas resultantes da aplicação de força militar, letal ou não-letal, contra um alvo pré-determinado;

d) coordenação de fogos entre as F Cte;

e) proposição de recomendações ao Cmt Op das prioridades de ataques que serão realizados nos próximos cinco dias da Campanha; e

f) apresentação de uma lista preliminar integrada e priorizada de alvos para ser aprovada na Reunião de Aprovação da O Coor.

4.3.12.4 Participarão dessa reunião, além do Ch EMCj, os seguintes representantes:

a) D2 – Inteligência;

b) D3 – Operações;

c) D5 – Planejamento;

d) Dn – Ex: Operações Especiais, Op Psc ou Com Soc; e

e) Oficiais de ligação das F Cte no C Op.

4.3.13 Reunião de Coordenação de Operações

4.3.13.1 Terá como propósito elaborar a versão preliminar da O Coor. Durante a reunião, realizada diariamente, o grupo deliberará sobre a coordenação das operações conduzidas na Campanha.

4.3.13.2 Ainda será assunto dessa reunião o uso do espaço aéreo (caso tenha sido aglutinada com a Reunião de Coordenação do Espaço Aéreo), onde se deve levantar as necessidades gerais e abrangentes de uso do espaço aéreo do ambiente operacional. O Oficial de Ligação (O Lig) da FAC no C Op assessorará o D3 para os ajustes a serem realizados no respectivo Plano de Coordenação do Espaço Aéreo.

4.3.13.3 A reunião de Coordenação de Operações será a principal reunião para coordenação das atividades, visto que ela condensa todas as informações das demais reuniões. A agenda incluirá:

a) revisão das operações;

b) intenção do Cmt Op;

c) avaliação dos danos causados por ataques anteriores e fatores de planejamento para o período seguinte (meteorologia e Inteligência);

d) planos de ataque (todas as F Cte);

e) possibilidades e linhas de ação mais prováveis das forças oponentes;

f) pertinência das regras de engajamento e de conduta;

g) pedidos de alterações na condução da campanha;

h) ajustes na coordenação do espaço aéreo, se for o caso, item de acordo com a estratégia definida pelo Cmt Op (de acordo com a proposta da Autoridade de Coordenação Aeroespacial, em face das necessidades das F Cte);

i) distribuição do esforço dos meios aéreos no ambiente operacional; e

j) influência na opinião pública.

4.3.13.4 Participarão dessa reunião, além do Ch EMCj (coordenador da reunião), os seguintes representantes:

a) D1 – Pessoal;

b) D2 – Inteligência;
c) D3 – Operações;
d) D4 – Logística;
e) D5 – Planejamento;
f) D6 – C²;
g) Dn – Ex: Operações Especiais, Op Psc ou Com Soc;
h) Oficiais de ligação das F Cte no C Op; e
i) outros assessores julgados necessários.

4.3.14 Reunião de Coordenação de Operações de Informação

4.3.14.1 O propósito do evento será coordenar as Op Info, assegurando que as ações e os efeitos desejados sejam bem compreendidos, coordenados e coerentes, principalmente entre as seções de Operações, Inteligência, Comunicação Social, Operações Psicológicas e de Assuntos Civis (se ativada).

4.3.14.2 A coordenação das Op Info resultará no sequenciamento adequado das ações, estabelecendo uma cadeia de eventos que deve atingir os efeitos desejados com base nos objetivos dessas operações. Durante a reunião, definem-se diretrizes sobre:
a) informações que serão neutralizadas, disseminadas, protegidas, buscadas e coletadas;
b) públicos-alvo (PA);
c) efeitos desejados e acompanhamento dos respectivos indicadores;
d) incidentes que envolvam falhas na segurança das informações; e
e) ações a serem implementadas em complemento às que estejam em vigor.

4.3.14.3 As ações propostas serão incluídas na O Coor Preliminar e submetidas ao Cmt Op durante a Reunião de Aprovação da O Coor. Participarão dessa reunião, além do Ch EMCj, os seguintes representantes:
a) D2 – Inteligência;
b) D3 – Operações;
c) Dn – Ex: Operações Especiais, Op Psc ou Com Soc;
d) Oficial de Segurança da Informação; e
e) outros assessores julgados necessários.

4.3.15 Reunião de Controle da Operação Planejada

Visará garantir a continuidade e a sincronização das ações planejadas. Durante a reunião, realizada uma vez por dia, o progresso das operações será comparado com o planejamento. Qualquer alteração na LA adotada será avaliada e levada ao Ch EMCj para análise e, caso pertinente, para inclusão na O Coor, em forma de ordem às F Cte. Participarão dessa reunião, além do Chefe da D5 (Coordenador da reunião), os seguintes representantes:
a) D1 – Pessoal;
b) D2 – Inteligência;
c) D3 – Operações;
d) D4 – Logística;
e) D6 – C²; e
f) Dn – Ex: Operações Especiais, Op Psc ou Com Soc.

4.3.16 Reunião de Aprovação da Ordem de Coordenação

4.3.16.1 O seu propósito é aprovar a O Coor, cujo modelo encontra-se no Apêndice XV, deste Anexo, e uma Lista Integrada e Priorizada de Alvos (LIPA), além de ratificar as orientações do Cmt Op em relação à Campanha. A reunião será presidida pelo Cmt Op ou pelo Ch EMCj. Como decisões com implicações políticas e legais podem ser tomadas, as deliberações da reunião serão formalmente registradas. A agenda incluirá:

a) revisão e aprovação da Ordem de Coordenação;
b) revisão e aprovação da Lista de Alvos;
c) avaliação dos aspectos legais;
d) avaliação dos aspectos políticos; e
e) pontos decisivos prioritários.

4.3.16.2 Participarão dessa reunião:

a) Cmt Op (Decisor)
b) Chefe do EMCj (Coordenador da reunião);
c) Chefes das Seções do EMCj;
d) Oficiais de ligação das F Cte no C Op; e
e) Outros assessores julgados necessários.

4.3.17 Reunião de Coordenação de Inteligência

4.3.17.1 O seu propósito é atender as Necessidades de Inteligência estabelecidas pelo Comando Operacional coordenando e priorizando o emprego dos meios de reconhecimento e de outros órgãos de coleta e busca, no intuito de manter atualizada a análise de inteligência operacional.

4.3.17.2 O produto principal a ser elaborado será a atualização do Plano de Reconhecimento, apêndice do Anexo de Inteligência ao Plano Operacional. A atualização do referido plano ocorrerá por meio de informações inseridas no corpo da Ordem de Coordenação ou, dependendo do volume dessas informações, por meio de um anexo específico à citada ordem.

4.3.17.3 A agenda incluirá:

a) atualização das Necessidades de Inteligência (NI) do C Op e das F Cte;
b) consolidação e priorização das demandas de reconhecimento;
c) definição dos órgãos responsáveis pela coleta e pela busca;
d) validação do processo de disseminação dos resultados das missões de reconhecimento e dos conhecimentos produzidos; e
e) outros assuntos julgados convenientes,tais como: a exploração e coordenação no emprego do espectro eletromagnético pelos meios de reconhecimento e o emprego dos meios de inteligência tecnológica (sinais, imagens, dados, etc.).

4.3.17.4 Participarão dessa reunião, além do Chefe da D2 (coordenador da reunião), os seguintes representantes:

a) D3 – Operações;
b) D5 – Planejamento;
c) D6 – Comando e Controle, e
d) O Lig da FAC, FNC, FTC e outras F Cte.

4.3.17.5 Esta reunião poderá ser conduzida no âmbito da FAC, caso a maioria dos meios de reconhecimento estejam localizados nesse componente. O D2 será o responsável por conduzir a reunião, porém na sua impossibilidade, o oficial de inteligência da FAC será o coordenador dos trabalhos. Tudo dependerá da localização das sedes dos comandos da FAC e do C Op, podendo ser utilizado também, sempre que possível, por meio de RD.

4.3.18 Reunião de Coordenação do Espaço Aéreo

4.3.18.1 O seu propósito é levantar as necessidades gerais e abrangentes de uso do espaço aéreo do ambiente operacional. Tais necessidades dependem da concepção das operações planejadas, de modo que, a critério do Ch EMCj (assessorado pelo D3 e D5) este evento poderá ser realizado juntamente com a Reunião de Coordenação de Operações, abrangendo um espaço temporal de setenta e duas horas.

4.3.18.2 A realização da Reunião de Coordenação do Espaço Aéreo do C Op pode ser atribuída à Força Aérea Componente, caso em que serão consideradas, além das necessidades gerais e abrangentes de uso do espaço aéreo, também as necessidades decorrentes de manobras táticas das demais F Cte, abrangendo um espaço temporal de vinte e quatro horas.

4.3.18.3 A Reunião de Coordenação do Espaço Aéreo, quando realizada pelo C Op, resultará em informações a serem inseridas na Ordem de Coordenação. Quando realizada pela Força Aérea Componente, resultará na Ordem de Coordenação do Espaço Aéreo.

4.3.18.4 A agenda deverá incluir:

a) previsão de operações aéreas das F Cte;

c) previsão de uso de artilharia de campanha;

c) avaliação dos conflitos anteriores de uso do espaço aéreo; e

d) outros tópicos julgados convenientes, como por exemplo, exploração e coordenação no emprego do espectro eletromagnético pelo meio de reconhecimento.

4.3.18.5 Participarão dessa reunião, presidida pelo Chefe da D3, os seguintes representantes:

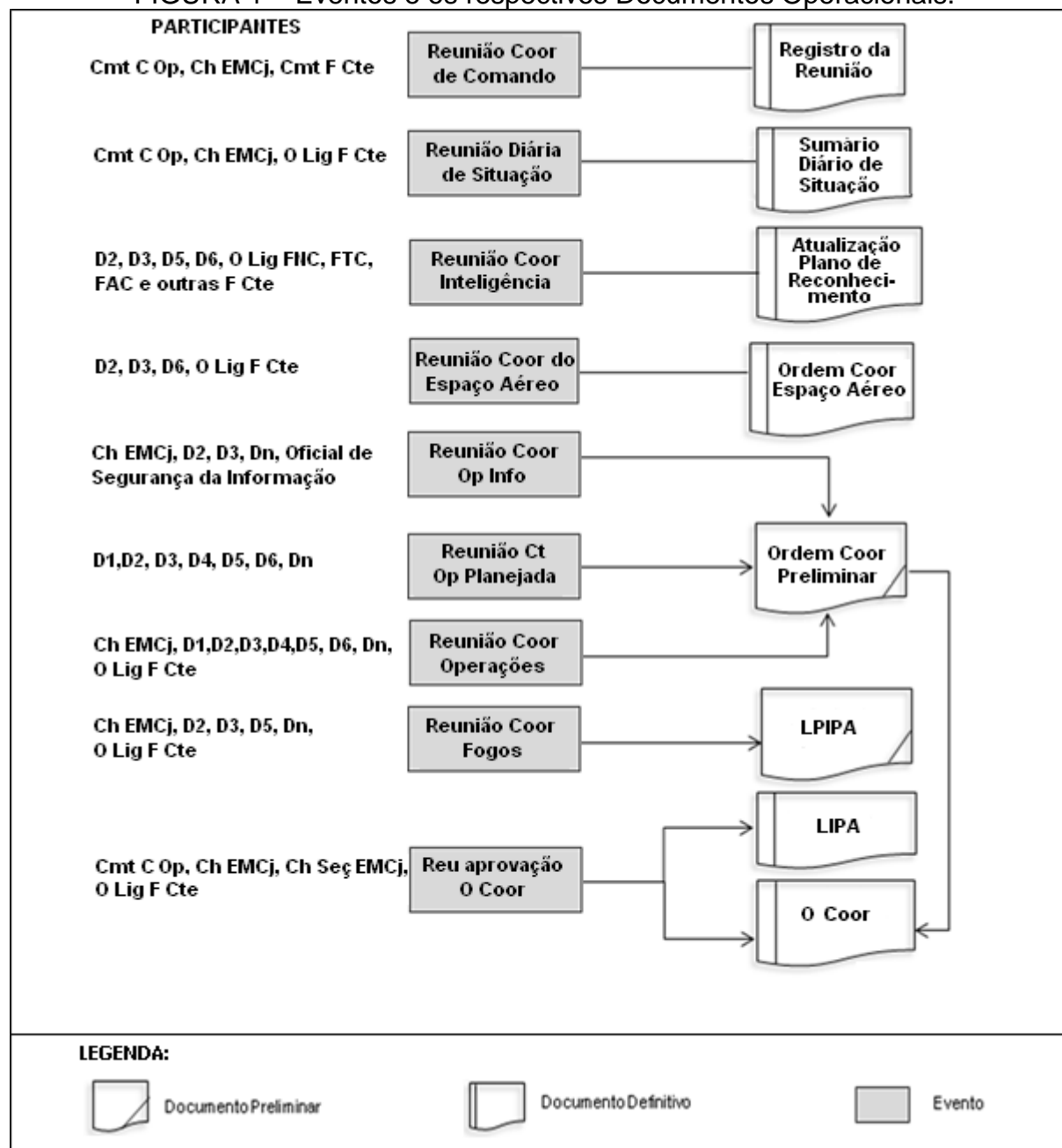
a) D2 – Inteligência;

b) D6 – Comando e Controle

c) Oficiais de ligação das F Cte no C Op; e

d) Outros assessores julgados necessários.

4.3.18.6 A figura 1, a seguir, apresenta os eventos que irão gerar os principais documentos operacionais.

FIGURA 1 – Eventos e os respectivos Documentos Operacionais.

4.3.19 Introdução de Alterações no Planejamento

4.3.19.1 O Comandante, para decidir se será necessário alterar o seu plano e em que etapa do processo de planejamento será introduzida a alteração, responderá as seguintes perguntas:

a) a operação desenvolve-se de acordo com o plano?
b) os resultados atendem aos efeitos desejados?
c) há alteração nos fatores básicos da decisão?
d) a situação foi bem avaliada?

4.3.19.2 Se a resposta às duas primeiras perguntas for sim, o Comandante só precisará continuar o controle das operações planejadas para cumprir a Missão. As respostas às

duas últimas perguntas definirão a extensão de qualquer modificação julgada necessária no plano e, por conseguinte, serão cuidadosamente avaliadas.

4.3.19.3 Dependendo da alteração ocorrida nos fatores básicos, como o estabelecimento de uma nova relação de comando, mudança nas limitações ao planejamento ou em qualquer outro elemento significativo do problema, o ponto de entrada para a revisão do Exame de Situação pode situar-se na fase 1 – Análise da Missão. O perfeito conhecimento dessa alteração e a familiaridade com o processo de planejamento indicarão ao Comandante o lugar conveniente para iniciar a modificação no planejamento, que poderá, até mesmo, conduzir à revisão da sua Decisão.

4.3.19.4 As causas de discrepâncias entre a operação planejada e sua execução poderão ser várias, dentre elas podemos mencionar como exemplo:

a) alterações imprevistas nos fatores nos quais o plano se tenha baseado;

b) erros de julgamento, principalmente nas conclusões referentes às características da área de responsabilidade e da CPC;

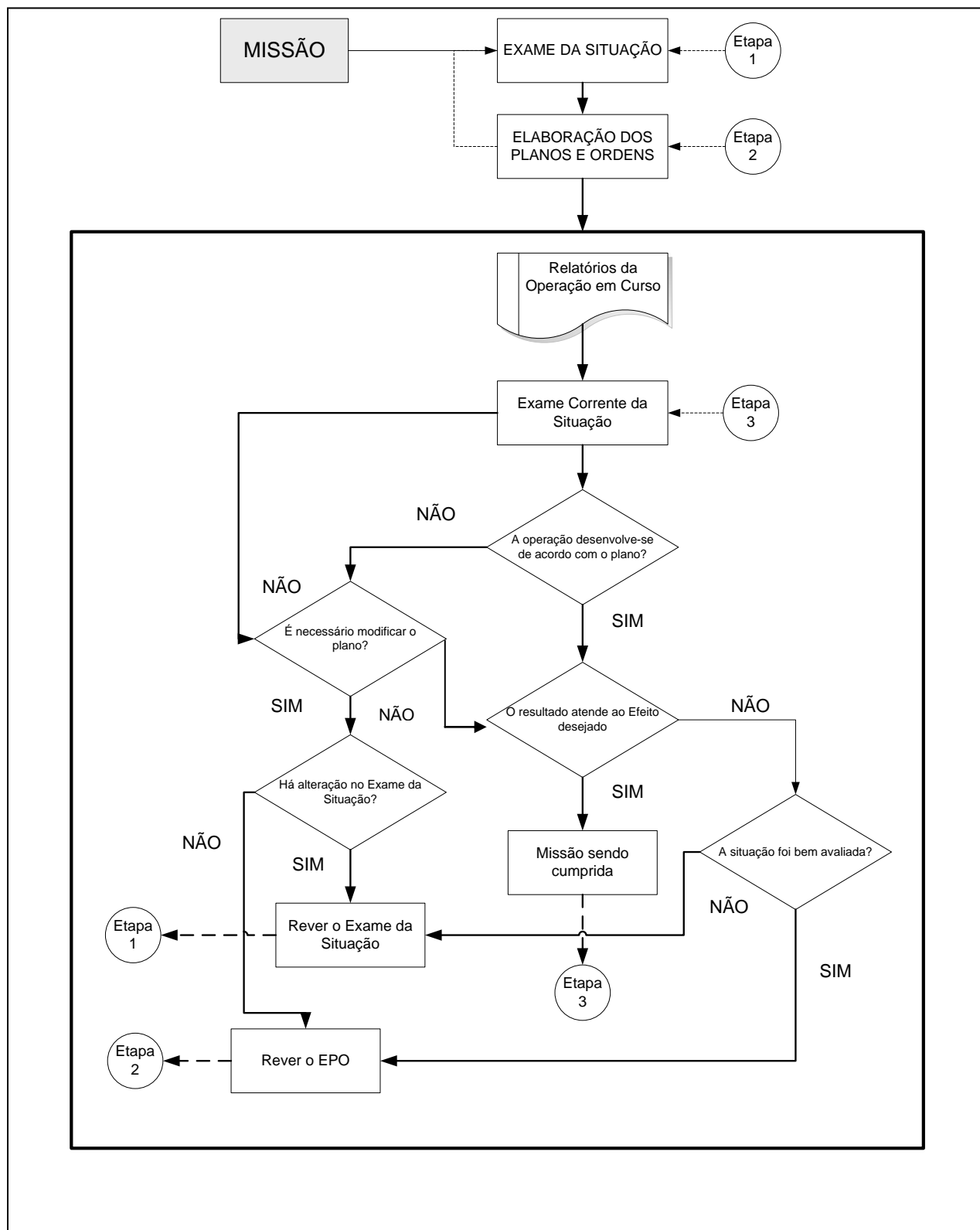
c) perdas ou ganhos inesperados;

d) alterações na Diretiva recebida do escalão superior, tais como o recebimento de novas tarefas ou de novos meios;

e) problemas de ordem técnica, afetando o funcionamento de algum sistema; e

f) ações empreendidas por forças adversas.

4.3.19.5 Após identificar os fatores que interferiram na operação, o Comandante, por meio de um planejamento contínuo, realizará tantos ajustes quantos se fizerem necessários no seu plano, até o cumprimento da Missão. O fluxograma apresentado na figura 2, a seguir, apresenta uma visão geral do Controle da Operação Planejada.

FIGURA 2 – Fluxograma para o Controle da Operação Planejada.

4.4 Seleção de Alvos

4.4.1 O processo de seleção de alvos ocorrerá de forma contínua nas operações conjuntas. Os alvos previamente selecionados serão avaliados, a fim de minimizar interferência mútua, ações duplicadas e efeitos potencialmente indesejáveis advindos do curso das operações.

4.4.2 Este processo proporcionará ao Comandante uma metodologia que permite relacionar os objetivos da campanha às ações a serem executadas no espaço de batalha. Permitirá, também, uma progressão lógica dos eventos de uma campanha ou operação, servindo de suporte à decisão e proporcionando maior segurança na conquista dos objetivos estabelecidos pelo Cmt Op. Anteriormente ao processo de seleção de alvos, a atividade de Inteligência produzirá elementos básicos orientados para o apoio à decisão e para o conhecimento sobre alvos.

4.4.3 O C Op empregará o primeiro no planejamento e na execução da manobra e o segundo na aplicação dos meios letais e não letais disponíveis nas Forças. Ambos são oriundos da estrutura de Inteligência existente no C Op e nas F Cte. O conhecimento sobre alvos deverá satisfazer as condições rigorosas de precisão e oportunidade.

4.4.4 A compreensão dos princípios do processo de seleção de alvos permitirá que, durante a Campanha:

a) as Diretrizes e Objetivos do Cmt Op sejam atendidos corretamente;
b) seja mantido o foco das ações nos centros de gravidade e pontos decisivos;
c) os ataques sejam coordenados, sincronizados e sem interferência mútua;
d) seja obtida uma resposta rápida para os alvos mais sensíveis;
e) seja minimizada a duplicação de esforço;
f) seja realizada uma avaliação rápida das ações executadas; e
g) as capacidades dos meios letais e não-letais sejam integradas.

4.4.5 As forças engajadas em uma Op Cj atacarão alvos com o propósito de capturar, destruir, romper, retardar, degradar, neutralizar ou enganar. O efeito desejado de uma ação contra um alvo deve sempre contribuir para os objetivos da campanha. Os alvos podem ser entendidos, de forma genérica, como tropas, equipamentos e quaisquer outros recursos de valor militar que um comandante pode utilizar para conduzir suas ações em qualquer nível de operação.

4.4.6 Responsabilidades

4.4.6.1 No tocante às responsabilidades do nível operacional, relativas à seleção de alvos, o C Op deverá:

a) estabelecer o processo conjunto de seleção de alvos, de acordo com o tipo de organização para o combate estabelecida;

b) aplicar as regras de engajamento adequadas conforme determinação do escalão superior;

d) solicitar e coordenar a produção de pastas de alvos de interesse da operação;

d) estabelecer uma célula de avaliação da campanha e dos danos infligidos aos alvos atacados;

e) organizar as Reuniões de Coordenação de Fogos, para selecionar os alvos que devam constar da O Coor, descrita anteriormente, e sincronizar as ações; e

f) responsabilizar-se pela determinação das prioridades dos alvos de grande importância, a serem atacados por todas as forças. As ações contra alvos táticos, e necessárias para o desenvolvimento das atividades das F Cte, deverão seguir as diretrizes do C Op, mas não serão objeto do ciclo de seleção de alvos.

4.4.6.2 A partir das necessidades detectadas no emprego tático, as F Cte possuirão as seguintes atribuições, relativas à seleção de alvos:

a) propor uma lista de alvos e prioridades, no que for possível, conforme os objetivos de campanha;

b) os alvos situados aquém da linha de coordenação de apoio de fogo (LCAF), de interesse imediato da Força presente e coerente com as diretrizes do C Op, podem ser batidos pelos seus meios orgânicos ou do escalão superior, também, de forma não planejada;

c) enviar representantes para a Reunião de Coordenação de Fogos, que possam esclarecer as necessidades da F Cte;

d) enviar representantes para a Reunião de Coordenação de Comando; e

e) enviar a Avaliação de Dano de Ataque ao C Op.

4.4.6.3 As F Cte, em relação aos seus escalões subordinados, deverão:

a) assegurar que os alvos programados estejam de acordo com as regras e as diretrizes do C Op;

b) fazer cumprir as regras do Direito Internacional dos Conflitos Armados, em consonância com as Regras de Engajamento emanadas pelo C Op, em todos os níveis de uma campanha ou operação, principalmente no processo de seleção de alvos;

c) selecionar alvos autorizados pelo C Op e armamento, bem como alocar meios orgânicos, quando aplicável e possível; e

d) expedir regras de engajamento para os alvos selecionados.

4.4.6.4 Os escalões subordinados, seguindo as diretrizes do Comando, terão autonomia para empregar seus meios letais e não letais em prol da manobra tática.

4.4.7 Listas de Alvos

4.4.7.1 A seleção de alvos é um processo cíclico e contínuo desde o tempo de paz. Em uma situação de crise ou conflito armado/guerra um maior detalhamento direcionado para o evento específico terá início com a Diretriz de Planejamento e prosseguirá por todas as fases da Campanha.

4.4.7.2 A preparação da Lista e da Pasta de Alvos começa muito antes do início da Campanha propriamente dita.

4.4.7.3 A Pasta de Alvos conterá o resumo extraído das informações levantadas sobre um alvo, das suas defesas conhecidas e outras informações de interesse, necessárias para a execução de uma missão contra esse alvo. Nesse resumo, constarão imagens do alvo, com um bom grau de detalhamento, e pontos de impactos, conforme os efeitos desejados.

APÊNDICES:
- I - Esquema sequencial PPC
- II - Modelo de Análise de Inteligência
- III - Modelo de Análise de Contrainteligência
- IV - Modelo de Análise de Pessoal
- V - Modelo de Análise de Logística
- VI - Modelo de Análise de Comando e Controle
- VII - Modelo de Análise de Comunicação Social
- VIII - Modelo de Análise de Operações Psicológicas
- IX - Modelo de Análise de Assuntos Civis
- X - Identificação e Análise de CG
- XI - Matriz de Sincronização
- XII - Gerenciamento de Risco Operacional
- XIII - Exame de Situação Operacional
- XIV - Modelo de Plano Operacional
- XV - Modelo de Ordem de Coordenação
- XVI - Modelo de Sumário Diário de Situação

APÊNDICE I ao ANEXO C
ESQUEMA SEQUENCIAL DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS

1ª ETAPA: EXAME DE SITUAÇÃO
2ª FASE: A situação e sua compreensão
Analisar o ambiente operacional
Analisar as forças militares amigas
Analisar as forças sob controle operacional
Analisar a situação inimiga
Analisar os Centros de Gravidade do amigo
Analisar os Centros de Gravidade do inimigo
Determinar o Poder Relativo de Combate
MARCO 2
Apresentar as conclusões ao Comandante
3ª FASE: Psb I, LA e Confronto
Elaborar as LA
Formular as Psb I
Validar a LA
Corrigir a LA
LA aprovada na análise APA?
NÃO
Analisar e Priorizar as Psb I
SIM
Confrontar individualmente, cada LA com cada Psb I "jogo de guerra"
Matriz de Sincronização (Rascunhos)
Aperfeiçoar ou redigir novas LA
NÃO
Existem pelo menos 2 LA praticáveis e aceitáveis
MARCO 3
SIM

1ª ETAPA: EXAME DE SITUAÇÃO
4ª FASE: Comparação das LA
Determinar os critérios de avaliação das LA
Comparar as LA e analisar os resultados
Efetuar as correções e novas análises (EM)
Apresentar as LA ao Comandante
NÃO
Emitir novas orientações (Cmt)
LA Aprovada?
Relatório do Exm Sit Cmdo
SIM
MARCO 4

5ª FASE: Decisão do Comandante
Escolher a LA que melhor atenda a missão
Emitir orientações para a confecção do Conceito Preliminar da Operação (CPO)
MARCO 5
6ª FASE: Conceito Preliminar da Operação
Elaborar o CPO
Conceito Preliminar da Operação
Submeter o CPO ao escalão Superior para aprovação
CPO Aprovado?
NÃO
Emitir novas orientações (Cmt)
SIM
Caso necessário emitir Ordem Preparatória
MARCO 6

2ª ETAPA:
ELABORAÇÃO DOS
PLANOS E ORDENS
Conceito Preliminar da Operação
Orientações provenientes do escalão superior
Elaborar o Conceito da Operação
Apresentar o Conceito da Operação ao Comandante
Conceito Aprovado?
NÃO
Emitir novas orientações (Cmt)
SIM
Conceito da Operação
MARCO 7
Redigir o Plano de Campanha/Operações
Apresentar o Plano ao Comandante
Plano aprovado?
NÃO
Emitir novas orientações (Cmt)
SIM
Distribuir o Plano de Campanha/Operações
Plano Campanha/ Operações

APÊNDICE II ao ANEXO C
MODELO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE DE INTELIGÊNCIA

(GRAU DE SIGILO)

ANÁLISE DE INTELIGÊNCIA

1. MISSÃO

Os principais objetivos são examinar o enunciado da missão e interpretar adequadamente o efeito desejado do Cmt Op, tendo em mente as suas implicações para a Inteligência. Igualmente importantes, para essa análise, serão as informações e diretrizes constantes no respectivo PEECFA.

2. A SITUAÇÃO E SUA COMPREENSÃO

Considerar os fatos que deram origem à operação, resumindo a situação com os dados conhecidos e as informações significativas, até o momento, que possam influenciar no cumprimento da missão.

3. CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE

É o estudo minucioso da área de responsabilidade a partir dos conhecimentos disponíveis. A abordagem das características da área de responsabilidade será compatível com a magnitude do problema, com o escalão que planeja e com a natureza da missão. Trata-se da primeira tentativa de estabelecer um quadro real da operação em planejamento, pela fixação de uma moldura para as ações que poderão desenrolar. Neste ponto, deve-se ter atenção para pontos básicos que influenciam o estudo deste item:

– os dados e elementos a serem considerados, obtidos de diversas fontes, são complementados pela experiência do planejador, pela excelência de seus arquivos e pela intensidade de suas pesquisas;

– os fatos relacionados devem ter real influência sobre as operações; e

– as conclusões devem exprimir, de maneira clara e sucinta, a opinião do planejador a respeito das implicações de tais fatos sobre as operações.

O estudo das características da área de responsabilidade compreende os fatores fixos e os fatores gerais. A análise dos fatores fixos estuda as características fixas e estáveis da área, permitindo determinar as vantagens e desvantagens para as nossas forças e as do inimigo na condução das operações, enquanto que a análise dos fatores gerais abrange a influência das condições políticas, econômicas, psicossociais e científico-tecnológicas.

3.1. Fatores Fixos – *São as características relativamente fixas e estáveis da área de responsabilidade, cuja análise permite determinar quais desvantagens elas impõem ou quais vantagens podem oferecer às nossas forças e às do inimigo. Esses fatores devem ser estudados em detalhe, normalmente, nos exames de situação dos escalões intermediários e abaixo deles, o que não impede que venham a ser estudados de modo amplo em planejamentos de níveis mais elevados. Nesses fatores devem ser analisados:*

a. Hidrografia

1) O estudo da hidrografia da área de responsabilidade inclui as profundidades, correntes, marés, canais, perigos e auxílios à navegação, e outros similares que afetem a navegação, a realização de operações de transposição de cursos de água e a progressão da tropa no terreno.

2) Nas operações anfíbias, é essencial examinar, em detalhes, os aspectos que influenciam a aproximação das praias, tais como os gradientes, correntes, marés, obstruções naturais ou construídas pelo homem.

3) Deve ser dada atenção especial à suscetibilidade das águas à minagem ofensiva e defensiva ou à varredura de minas.

4) As condições sonar devem sempre ser investigadas cuidadosamente, já que uma mesma condição pode ser vantajosa para a operação de submarinos e desvantajosa para as operações de superfície. O seu conhecimento constituirá um importante dado, não somente para o planejamento das operações na área pertinente, mas também para a alteração da derrota de uma força (ou comboio), desviando-a da área desfavorável.

5) Nas operações predominantemente terrestres, a identificação dos principais cursos de água que constituam obstáculos é, particularmente, importante para o planejamento de manobras envolventes, para o levantamento de restrições ao apoio ou mesmo para a delimitação de linhas de cerco.

6) Grandes lagos, açudes e represas serão também objeto de levantamento, particularmente nos escalões operacionais e táticos, de forma a serem considerados não só no planejamento operacional como também quando estudando o desdobramento logístico.

b. Terreno e topografia

1) Os aspectos geográficos e militares do terreno devem ser estudados na profundidade necessária ao escalão considerado, ressaltando de importância:

– o levantamento de obstáculos de vulto à progressão terrestre;

– as áreas cuja topografia e cobertura vegetal possam ocultar consideráveis meios, capazes de influenciar, decisivamente, na operação;

– os acidentes notáveis do terreno que, por sua relevância, podem significar efetivas vantagens para a força que os aproveita; e

– as principais faixas do terreno cujo relevo, condições do solo e outros fatores configurem direções estratégicas ou direções táticas de atuação e que facilitem ou dificultem o emprego de ponderáveis meios, capazes de imprimir rapidez à operação e atender ao princípio de guerra da massa.

2) A influência dos obstáculos terrestres no emprego de radares deve ser convenientemente analisada.

3) Quando apropriado, o efeito da topografia nos planos para evasão e recuperação de pilotos abatidos deve ser também considerado.

c. Clima e meteorologia

1) As informações sobre clima e meteorologia são necessárias em todas as operações. As considerações dos aspectos pertinentes podem variar desde uma análise geral das variações climáticas até estudos detalhados das condições do tempo e de seus efeitos nas operações planejadas.

2) A presença de neve, gelo, chuvas e baixas temperaturas pode afetar a mobilidade das forças. Nas comunicações, é muitas vezes crítica a influência desses aspectos.

d. Períodos diurnos e noturnos

1) São importantes no planejamento de operações, de tipos de cobertura a serem empregadas e na programação de eventos.

2) É altamente conveniente que se tabulem as horas do nascer e pôr do Sol e da Lua, os períodos de claridade e escuridão, duração do crepúsculo e fases da Lua.

e. Pontos de importância operacional

1) São de grande interesse as localizações e distâncias entre as posições geográficas importantes de um problema que envolva uma grande área. É conveniente elaborar uma tabela com essas distâncias (por via terrestre, aérea ou marítima) e, em certos casos, registrarem-se nas cartas e mapas as marcações verdadeiras entre esses pontos.

2) São aqueles de natureza fixa ou geográfica, tais como instalações fabris, usinas de geração de energia, represas, complexos de armazenamento, bases navais, aéreas, de apoio, instalações de comunicações, radares, mísseis, tanto nossos como do Inimigo. Os aspectos dinâmicos das distâncias (como os relacionados com o tempo) serão cobertos mais adiante, quando da análise dos fatores de tempo e distância.

3) Alguns dos pontos que devem ser enfatizados na análise desse fator são: maior ou menor proximidade das forças oponentes em relação a essas posições geográficas importantes; vulnerabilidade das forças em relação à projeção da aviação oponente; necessidade de reabastecimento no mar ou no ar; etc.

f. Linhas de transporte e de suprimento

1) As rotas existentes (marítimas, terrestres e aéreas), que digam respeito ao problema, inclusive as do Inimigo, deverão ser estudadas cuidadosamente.

2) Em alguns casos, os pontos focais de navegação, os entroncamentos rodo-ferroviários, as pontes e outras obras de arte, os canais, as passagens restritas ou outros aspectos semelhantes podem influir nas linhas de transporte e de suprimento e, portanto, afetar diretamente a solução do problema.

g. Condições sanitárias

Possíveis efeitos nos requisitos médicos das nossas forças (e do inimigo) e da população nativa são importantes e devem ser considerados. Entre eles, podem ser pertinentes os relativos a condições climáticas capazes de afetar a saúde, disponibilidade e qualidade da água e alimentos, doenças endêmicas, facilidades médicas e pessoal disponível na área.

h. Facilidades operacionais e defesas fixas

Devem ser estudadas quando a natureza do problema requer que se considerem as bases, nossas ou do Inimigo. Incluem itens tais como: as fortificações e suas áreas de fogo, portos, aeroportos e suas facilidades, instalações de defesa de porto, instalações de defesa antiaérea, de acidentes notáveis, redes de radar e de alarme aéreo antecipado.

i. Comunicações na área

1) Os recursos existentes (repetidoras de microondas, cabos de fibra ótica, sítios de antenas, centrais telefônicas, estações-rádio, cabos submarinos.) deverão ser examinados no que concerne à sua utilização para auxiliar o comandante no exercício do comando de sua força. Os recursos a serem aqui considerados não são aqueles orgânicos da força, mas os associados com a área de responsabilidade, que poderão ser apropriados e utilizados em complementação ao sistema de comunicações do comando combinado.

2) Considerar, também, os recursos similares à disposição do inimigo.

3) Incluir uma análise da capacidade de tais recursos não sofrerem interferência provocada pelo Inimigo e, reciprocamente, sua capacidade de interferir nas comunicações do Inimigo, assim como de interceptá-las.

3.2. Fatores gerais – *São considerados em detalhes nos exames de situação de propósitos amplos, como os efetuados nos mais altos escalões de comando. Entretanto, um comandante de escalão intermediário pode envolver-se em operações nas quais esses fatores sejam importantes. Nesse caso, a extensão em que deverá considerá-los dependerá do seu julgamento quanto à influência desses fatores no seu problema específico. Abrangem um largo campo que inclui a influência das condições políticas, econômicas, psicossociais e científico-tecnológicas na condução das operações militares, tanto nossas como do inimigo.*

a. Políticos

1) Analisar os aspectos inerentes às condições políticas, capazes de influenciar a situação.

2) Incluem o estudo de assuntos internos, tais como a estabilidade política, controle sobre o esforço de guerra, nosso e do inimigo, controle sobre as atividades subversivas e oposição interna ao governo. Incluem, ainda, alianças, relações políticas com outros países e aspectos do Direito Internacional. As consequências políticas ou as reações aos vários tipos de operações podem ser de extrema importância, a ponto de tornarem um plano inaceitável.

b. Econômicos

1) Incluem a análise dos aspectos, nossos e do Inimigo, referentes à qualidade, organização e capacidade de mobilização da indústria, para apoio às hostilidades; a disponibilidade de recursos industriais; as fontes de matérias-primas; e a situação financeira e do comércio exterior.

2) Nos planejamentos estratégicos de alto escalão, esses aspectos deverão ser considerados em termos de países ou blocos, enquanto nos escalões menos elevados, apenas os da região ou área em que se desenrolarão as operações.

c. Psicossociais

1) Incluem a análise de uma vasta gama de aspectos de difícil avaliação, entre os quais está sempre presente o moral da população civil e das forças armadas em oposição. As características nacionais e culturais influenciam o nível de treinamento das forças civis e militares, assim como sua habilidade e desprendimento sob as várias condições da guerra, pelo que também são importantes. Deverão ser considerados ainda as características raciais, religiosas, de resistência física e moral, de iniciativa, os meios para operações psicológicas e a vulnerabilidade do pessoal à sua ação.

2) Esses aspectos estão, normalmente, presentes em todas as situações militares, mas o comandante deverá dedicar-lhes atenção especial caso deseje explorá-los como um fator de força seu ou de fraqueza do inimigo.

d. Científico-tecnológicos

Considerar o nível de desenvolvimento científico-tecnológico, a exploração dos principais campos de pesquisa e desenvolvimento e as tecnologias de ponta existentes. Os setores de eletrônica e aeroespacial devem ser enfatizados, especialmente no que se refere ao uso de satélites, de foguetes e de mísseis de médio e longo alcance.

4. FORÇAS INIMIGAS

4.1. *Devem ser consolidados e apresentados todos os dados conhecidos sobre as forças inimigas (naval, terrestre e aérea), importantes ao planejamento operacional.*

4.2*. Com a finalidade de facilitar o trabalho do oficial de inteligência do EMCj, devem ser citados, dentre outros, os seguintes fatores:*

a. Efetivo – *descrever o número e o tamanho das unidades do inimigo e os reforços disponíveis para uso na área operacional e todas as outras forças que poderiam ser consideradas.*

b. Composição e organização – *esboçar a estrutura das forças do inimigo (ordem de batalha) e descrever as características organizacionais incomuns, identidade, armamento e sistemas de armas.*

c. Localização e dispositivo – *descrever o local geográfico das forças do inimigo na área do C Op, inclusive apoio de fogo, comando e controle, instalações aéreas, forças navais, terrestres, mísseis e bases.*

d. Capacidade de reforços – *descrever as capacidades de reforço do inimigo em termos de apoio naval, terrestre e aéreo. Analisar o tempo provável de apoio quando for feito por terra, por meios aéreos e por mar.*

e. Cooperação de Forças Multinacionais – *descrever as possíveis ajudas de simpatizantes ou participação de países vizinhos.*

f. Movimentos e atividades – *descrever as mais recentes atividades do inimigo conheci-*

das na área. Do acurado estudo de todos os dados coligidos, surgirão, as principais atividades que o inimigo, vem realizando, particularmente aquelas que conduzem a indicações claras de possibilidades de atuação. São exemplos de atividades importantes, recentes e atuais, que podem indicar as possibilidades de atuação do inimigo:

– a aceleração de programas de pesquisa e desenvolvimento específicos, que possam indicar o uso de novos sistemas de armas; e

– a concentração de recursos de Engenharia em determinadas partes da área de responsabilidade ou em determinadas praias, podendo indicar o posicionamento defensivo nessas regiões.

g. Logística – *descrever os níveis de provisão, habilidade de suprimento e as capacidades das praias, portos, estradas, estradas de ferro, aeródromos, e outras instalações que possam apoiar a provisão e suprimento. Considerar a hospitalização e a evacuação, construção militar, recursos de trabalho e a manutenção de equipamento de combate.*

h. Capacidade operacional para lançar mísseis – *descrever a capacidade inimiga de lançar míssil e analisar os efeitos sobre as forças que operam no C Op. Analisar, também, as características dos sistemas de mísseis, local e capacidade de lançamento ou unidades de entrega, taxas de lançamento contínuas, tamanho e local de estoques e outros fatores pertinentes.*

i. Características e possibilidades operacionais das aeronaves – *descrever o inventário de aeronaves total por tipo, características de desempenho operacional, taxas de sortidas contínuas e outros fatores pertinentes.*

j. Características e possibilidades operacionais dos navios de guerra – *descrever o número, tipo e as características operacionais dos navios, barcos, do inventário naval e capacidade para apoio.*

k. Características e possibilidades operacionais dos principais armamentos e equipamentos – *descrever as características técnicas dos armamentos e equipamentos do inimigo.*

l. Capacidade de utilização dos meios de guerra eletrônica – *descrever e analisar a capacidade do inimigo na utilização de dispositivos eletrônicos.*

m. Capacidade de emprego de armas químicas, biológicas e nucleares – *descrever os tipos e características de armas químicas, biológicas e nucleares (QBN) do inimigo, assim como dados de estoque, capacidades de entrega, política e técnicas de emprego e outros fatores pertinentes.*

n. Capacidade de utilização de guerra cibernética:

1) Analisar a estrutura de Defesa Cibernética do inimigo no TO; e

2) Descrever a doutrina, técnicas, métodos, organização e administração de Guerra Cibernética do inimigo.

o. Ações de guerra não convencional:

1) Guerrilha – descrever e analisar a capacidade e a política atual do inimigo, para uso no C Op, de guerrilha ou operações insurgentes;

2) Operações psicológicas – descrever a doutrina do inimigo, técnicas, métodos, organização e administração de operações psicológicas na área operacional;

3) Subversão – descrever a doutrina do inimigo, técnicas, métodos, organização e administração de subversão na área operacional;

4) Sabotagem – descrever a organização do inimigo e analisar seu potencial para a

administração de sabotagem na área operacional; e

5) Bioterrorismo – analisar a possibilidade de uso do bioterrorismo.

p. Personalidade dos Comandantes – *analisar a possibilidade de influência de suas personalidades nas decisões a serem tomadas .*

q. Sistemas de Inteligência – *analisar as possibilidades da Inteligência inimiga, a fim de determinar a sua capacidade de atuação e os consequentes efeitos sobre as nossas linhas de ação, levando-se em consideração a eficiência de nossas medidas de CI na sua neutralização. Visa, ainda, a determinar a necessidade de medidas adicionais ou ao incremento de outras. A análise é baseada no conhecimento da ordem de batalha do inimigo, das suas agências e sistemas de Intlg e unidades que executam a Atividade de Intlg, bem como de outros órgãos de Inteligência que sejam capazes de realizar atos de espionagem, propaganda adversa, terrorismo, desinformação e sabotagem. São de especial interesse a organização, a instrução, o material, a doutrina, as técnicas e o desdobramento existentes.Possibilidades de uso da contrainteligência – analisar a capacidade do inimigo no uso da contrainteligência (observação: a fim de proporcionar as análises deste tópico deve-se seguir o roteiro estabelecido pelo documento Análise de Contrainteligência, cujo modelo consta no Apêndice III, deste Anexo.*

4.3. *Para cada fator considerado, deverão ser tiradas conclusões de como eles poderão afetar as operações.*

5. POSSIBILIDADES DO INIMIGO

5.1. Enumerar, separadamente, cada capacidade do inimigo que possa interferir no cumprimento da missão. As possibilidades do inimigo representam as LA que o inimigo é técnica e fisicamente capaz de realizar e que, se realizadas, afetam o cumprimento da missão. O oficial de inteligência do EMCj deverá estar capacitado a informar ao comandante, quanto à capacidade do inimigo de operar combinadamente.

5.2. Para maior facilidade no encadeamento de ideias, devem ser consideradas, primeiro, as possibilidades das forças aéreas inimigas. A seguir, as possibilidades das forças terrestres inimigas, forças navais inimigas, as possibilidades ligadas às atividades subversivas, as possibilidades de operações psicológicas e, finalmente, outras possibilidades como aquelas vinculadas às guerras química, biológica e nuclear.

5.3. Cada possibilidade deve enunciar: "O QUE" o inimigo pode fazer; "ONDE" pode ocorrer a ação, "COM QUE FORÇA" ela pode ser feita; "COMO" pode ser feita, "QUANDO" isto pode ser feito e "DE ONDE" pode partir a ação.

6. ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DO INIMIGO

6.1. Nesse ponto, é que são exigidos os raciocínios que conduziram à transcrição das possibilidades do inimigo sequenciadas no parágrafo anterior.

6.2. O fato de relacionar-se, simplesmente, uma ação hostil não esgota o assunto. É nesta fase que a criatividade do analista (D2), fazendo às vezes de "oficial de operações inimigo" e raciocinando como se ele fosse, coloca à disposição do "operações amigo", em um encadeamento lógico, analítico e sintético, as ideias que validam os fatos levantados, ou seja, elabora a apreciação das possibilidades do inimigo em estudo.

6.3. Dessa forma, deve ser analisada cada uma das possibilidades do inimigo, isoladamente e na mesma ordem em que foram enunciadas anteriormente.

6.4. Essa análise deve assegurar que todos os fatos conhecidos a respeito do inimigo sejam racionalmente considerados e que sejam avaliados todos os efeitos sobre o cumprimento da missão específica.

6.5. A análise em questão deve ser feita sob o prisma da praticabilidade, uma vez que os demais parâmetros de avaliação só podem ser alvo de especulação. Assim, este procedimento conduz à conclusão de quais das possibilidades levantadas merecem maior ou menor importância quanto aos efeitos produzidos (grau de intensidade ou dano) sobre a missão específica da força amiga.

6.6. Dessa análise, resultam as possibilidades com real interferência sobre a missão e aquelas que podem ser deixadas para posteriores considerações, por não constituírem obstáculo real para a atual situação.

6.7. Ao terminar a análise, devemos estar em condições de poder relacionar todas as possibilidades que resistiram à mesma, segundo uma ordem de probabilidade de adoção (prioridade) por parte do inimigo, o que é feito na conclusão.

7. FATORES DE FORÇA E FRAQUEZA

7.1. Considerando-se a situação e a análise das possibilidades do inimigo, registrar os aspectos de força e de fraqueza do inimigo, identificados pela seção de inteligência.

8. CONCLUSÕES

8.1. Relacionar as linhas de ação prováveis do inimigo, de acordo com uma ordem de prioridade, esclarecendo, sempre que possível, os efeitos de cada uma dessa linhas de ação sobre o cumprimento da missão. A ordem de prioridade deve ser estabelecida, tendo em vista a missão e as possibilidades do inimigo que a ela se contraponham com maior grau de intensidade (interferência); e

8.2. Citar as vulnerabilidades identificadas.

9. NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA

9.1. Naturalmente, da análise da situação inimiga e de suas possibilidades, surgirão carências de informações e conhecimentos que terão que ser supridas com prazos determinados para que o planejamento do EMCj seja ajustado à missão. Esses conhecimentos são originados, normalmente, nas dúvidas da D2 (ou de qualquer outro setor do EMCj), ao buscar a solução para o cumprimento da missão, podendo ser também produto de hipóteses formuladas pelo comandante na sua diretriz ou decorrentes de suas próprias indagações.

9.2. Nada impede, contudo, que o comandante e o D2 indaguem sobre conhecimentos desvinculados da missão, visando ao desenvolvimento futuro das operações.

n/n
(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE III ao ANEXO C
MODELO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE DE CONTRAINTELIGÊNCIA

(GRAU DE SIGILO)

ROTEIRO PARA ANÁLISE DE CONTRAINTELIGÊNCIA

1. MISSÃO

Enunciado da missão imposta ou hipótese da mesma.

2. CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE

2.1. Apresentação dos efeitos e das características da área de responsabilidade sobre:

a) a atividade de Intlg inimiga e sua capacidade de executar ações de busca, sabotagem, terrorismo, espionagem e propaganda, e

b) as nossas medidas e ações de CI.

2.2. Deverão ser considerados os seguintes aspectos:

a) terreno (observação, cobertas e abrigos, obstáculos, vias de acesso) e superfícies aquáticas;

b) condições climáticas e meteorológicas (atuais, previsões, efeito sobre reconhecimento, vigilância, comunicações);

c) outras características (políticas, econômicas, psicossociais, Guerra Eletrônica e sensoriamento remoto); e

d) forças amigas presentes na área operacional.

3. SITUAÇÃO DAS FORÇAS INIMIGAS

3.1. Neste parágrafo, são estudadas as atividades inimigas, recentes e atuais, relativas à inteligência e às ações de sabotagem, terrorismo, espionagem e propaganda, bem como a sua capacidade de executar ações de segurança orgânica, abordando:

a) Inteligência.

b) Reconhecimento e vigilância do terreno – Observação visual, patrulhas, radares, vigilância eletrônica, sensores remotos e outros.

c) Reconhecimento e vigilância aérea – Incursões aéreas, vôos fora do alcance da Artilharia Anti-Aérea, sensores, satélites, emprego de veículos não tripulados e outros.

d) Fontes de Sinais – comunicações e não-comunicações.

e) Operações de Inteligência – Capacidade, técnicas operacionais, meios, doutrina, e outros.

f) Espionagem – alvos, tipos e “modus-operandi”.

g) Sabotagem – instalações importantes, linhas de comunicação e “modus-operandi”.

h) Terrorismo – alvos, tipos e “modus-operandi”.

i) Propaganda – alvos, técnicas e meios utilizados.

j) Segurança Orgânica – medidas de proteção de dados, conhecimentos, pessoal, documentação, material, comunicações, áreas, instalações e meios de tecnologia da informação.

3.2. São considerados, quando possível, dados e conhecimentos relativos à organização, desdobramento, composição, efetivos, características, equipamentos, possibilidades e vulnerabilidades dos meios executantes daquelas atividades e ações.

3.3. Se necessário, incluir o conhecimento que as forças inimigas possuem a respeito dos ramos de Inteligência e de Contrainteligência da nossa atividade de Inteligência.

3.4. Identificar, no caso de operações de defesa interna e manutenção da paz, as forças adversas, os grupos hostis, organizações terroristas, organizações criminosas e outras organizações atuantes na área de responsabilidade.

4. CAPACIDADES DAS FORÇAS INIMIGAS

Relativas às atividades de inteligência e às ações de sabotagem, espionagem, terrorismo e propaganda, bem como a doutrina existente para o seu emprego, analisando e considerando aquelas que permitam deduzir a probabilidade relativa de adoção das mesmas.

Incluir as capacidades do inimigo relativas à CI, que possam obstruir, neutralizar ou degradar as nossas ações de coleta e busca de dados e conhecimentos de interesse do C Op.

5. CONCLUSÕES

Selecionar as capacidades do inimigo passíveis de serem executadas, indicando o grau de probabilidade de serem adotadas. Identificar:

– os efeitos daquelas capacidades sobre as nossas Linhas de Ação; e

– a eficiência das medidas de contrainteligência já estabelecidas e adotar outras para eliminar as vulnerabilidades existentes, tanto no campo da segurança orgânica, quanto no campo da segurança ativa.

n/n
(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE IV ao ANEXO C
MODELO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE DE PESSOAL

(GRAU DE SIGILO)

ANÁLISE DE PESSOAL

1. MISSÃO

Os principais objetivos são examinar o enunciado da missão e interpretar adequadamente o efeito desejado do Comandante Operacional, tendo em mente as suas implicações para o gerenciamento dos recursos humanos. Igualmente importantes, para essa análise, serão as informações e diretrizes constantes no respectivo Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas – PEECFA.

2. A SITUAÇÃO E SUA COMPREENSÃO

2.1. ESBOÇO DA SITUAÇÃO

De acordo com a 2ª Seção do EMCj e aprovado pelo Comandante, o esboço da situação apresentará um quadro da situação para orientação de todo EM.

A sua apreciação, sob o ponto de vista da Seção de Pessoal, pode servir de alerta para aspectos relevantes do problema, tais como:

– avaliação das possibilidades e limitações das nossas forças e das forças inimigas;

– estado atual do moral da tropa;

– avaliação dos reflexos que a duração estimada da campanha provocará sobre os recursos humanos, inclusive no que se refere à necessidade de rodízio de tropa;

– estimativas de baixas, em função das ações visualizadas nas linhas de ação levantadas; e

– outras considerações gerais, julgadas relevantes para a gestão dos recursos humanos.

2.2. CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE

É o estudo minucioso da área de responsabilidade, a partir da Análise de Inteligência e os conhecimentos disponíveis da área, com ênfase nos fatores significativos que afetam o gerenciamento dos recursos humanos. A abordagem das características da área de responsabilidade será compatível com a magnitude do problema, com o escalão que planeja e com a natureza da missão. Trata-se da primeira tentativa de estabelecer um quadro real da operação em planejamento, pela fixação de uma moldura para as ações que poderão desenrolar. Neste ponto, deve-se ter atenção para pontos básicos que influenciam no estudo deste item:

– o estudo das características da área de responsabilidade compreende os fatores gerais e os fatores fixos. A análise dos fatores gerais abrange a influência das condições políticas, econômicas, psicossociais e científico-tecnológicas, enquanto que a dos fatores fixos estuda as características fixas e ambientais da área, permitindo determinar as vantagens e desvantagens para as nossas forças e as do inimigo na gerenciamento dos recursos humanos na área considerada.

– devem ser relacionados os aspectos da situação operacional que possam interessar ao gerenciamento dos recursos humanos, considerando a natureza das operações e levando em conta aspectos relativos à intensidade, à duração estimada da campanha, à oposição inimiga, à evolução da situação, etc.

Registrar quaisquer condições que possam influir no estado moral e sanitário da tropa, tais como endemias, condições climáticas, características do terreno e outros fatores relevantes.

3. ANÁLISE

3.1. POSSIBILIDADES DO INIMIGO

Com base na Análise de Inteligência e em estreita coordenação com o D2, citar as Psb I que possam afetar, direta ou indiretamente, o gerenciamento dos recursos humanos.

Merecem especial destaque as considerações referentes à sabotagem, espionagem, ataques aéreos e terrestres. Fazer, ao final, a devida conclusão.

3.2. LINHAS DE AÇÃO

Citar as LA estabelecidas. A fim de facilitar o trabalho, evitando as constantes repetições do conteúdo das LA ou seguidas consultas à Análise de Inteligência, o chefe da D1 deverá transcrever, neste título, apenas aqueles aspectos das LA que sejam de interesse para o planejamento do setor. Exemplo: estimativa de baixas.

3.3. ANÁLISE

Descrever a situação de pessoal, abordando as diversas responsabilidades do setor, a sua organização, o desdobramento atual dos meios atribuídos ao comando e quaisquer outros julgados pertinentes, que possam interferir significativamente no atendimento às necessidades de pessoal para as Forças Amigas. Analisar as diferentes atividades concernentes a pessoal, indicando os problemas e as restrições:

– mobilização de reservas;
– efetivos (presentes no C Op e a serem concentrados);
– recompletamentos e rodízios de tropa;
– adestramento;
– moral e bem-estar;
– justiça militar;
– disciplina;
– dispensas e arejamentos;
– prisioneiros de guerra e civis internados;
– mão-de-obra civil;
– aspectos relativos à gestão de outros recursos humanos existentes no C Op (inativos e pensionistas, ONG, etc.); e
– outros.

4. COMPARAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO

As LA são analisadas quanto à adequabilidade, à praticabilidade e à aceitabilidade, devendo ser considerado o "confronto com as possibilidades do inimigo” na análise de praticabilidade (efetivos necessários) e de aceitabilidade (número estimado de baixas).

Indicar as vantagens e as desvantagens das LA que não foram eliminadas na prova de APA.

Comparar as LA, considerando as vantagens e as desvantagens para determinar a melhor delas sob o ponto de vista das atividades de pessoal.

Apresentar soluções para eliminar as restrições existentes ou sugerir as necessárias alterações nas linhas de ação.

5. CONCLUSÃO

Apresentar o parecer com respeito à sua capacidade de apoiar cada LA e, ainda, indicar a LA que melhor possa ser apoiada.

6. CAPACIDADE DE APOIO

Apresentar, sinteticamente, o parecer do setor de pessoal com respeito à capacidade de apoiar a LA. Se existirem restrições, oriundas das conclusões finais dos títulos 3 e 4, citá-las.

7. AÇÕES RECOMENDADAS

Registrar todas as medidas para implementação da LA que extrapolem a competência do comando operacional, caso a mesma seja adotada pelo comando.

Relacionar, entre outras, as necessidades de instalações, meios ou recursos externos que devem ser analisadas na Análise de Logística.

Sempre que possível, definir o responsável pela execução e o período de início e de término das ações recomendadas, visando facilitar o desencadeamento de outras ações planejadas.

n/n

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE V ao ANEXO C
MODELO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE DE LOGÍSTICA

(GRAU DE SIGILO)

ANÁLISE DE LOGÍSTICA

1. MISSÃO

1.1. Para a execução da Análise de Logística, serão consideradas não somente a missão e a intenção do escalão superior, mas também as possibilidades e as limitações dos órgãos de apoio logístico do escalão superior.

1.2. Examinar o enunciado da missão e interpretar adequadamente o efeito desejado do Comandante Operacional. Deverão ser considerados aspectos como imposições para a localização de instalações e para o desenvolvimento de atividades, decisões já tomadas, prazos, prescrições quanto ao sigilo, prioridades, fatores preponderantes e outros julgados cabíveis com as implicações para a logística, possibilitando ao planejador identificar:

a) a quem apoiar (quem);
b) as ações dos elementos apoiados (o que);
c) o apoio a ser prestado (como);
d) a sequência das ações e os prazos previstos (quando); e
e) as delimitações da área de responsabilidade (onde).

1.3. As Seções D1 e D4 deverão interagir, a fim de levantar os aspectos de interesse para o apoio logístico, contidos na diretriz de planejamento do Cmt Op.

1.3.1. A função da logística é, normalmente, dar suporte às operações dos elementos apoiados. Além dessa missão, poderão surgir, também, missões específicas, que estarão, normalmente, dentro do alcance da missão geral de apoio.

1.3.2. Poderão ser expedidas diretrizes preliminares, permitindo que os escalões subordinados iniciem ou prossigam seus exames de situação, de forma simultânea e concorrente, em todos os níveis de planejamento.

2. SITUAÇÃO

Expressar, claramente e de uma maneira lógica e ordenada, os aspectos da situação que possam afetar o apoio logístico e influenciar no estabelecimento das linhas de ação, visando ao cumprimento da missão.

2.1. Operação a ser apoiada

A D4 interagindo com a D1 analisará detalhadamente a missão do C Op, atendo-se, principalmente, à natureza da operação e às tarefas ou ações a serem realizadas. Dever-se-á ter, também, atenção à natureza e à composição das forças a serem apoiadas, seus efetivos, seu dispositivo, suas necessidades especiais, sua localização e intenção de movimento e outros fatores relacionados com essa força que possam afetar a missão de apoio.

2.1.1. Natureza das ações a apoiar – *Analisar a natureza das operações a apoiar, de forma a traçar o perfil do combate, que permitirá que as necessidades logísticas sejam estimadas. Este perfil do combate identificará ao longo do tempo as ações realizadas pelos elementos apoiados, identificando a intensidade dessas ações e considerando cada elemento apoiado isoladamente, se for possível. A partir desse perfil, será executada a estimativa logística, que prevê a demanda de apoio ao longo do tempo.*

2.1.2. Força apoiada – *Considerar o dispositivo dos principais elementos da força apoiada, incluindo o inicial e os subsequentes, de acordo com a evolução das operações e fases da operação. Serão levantados, ainda, a composição, os efetivos a apoiar, o material e as*

peculiaridades do apoio.

2.1.3. Necessidades especiais – *Estudar os equipamentos especiais, o apoio a outras forças, o apoio a civis, refugiados, deslocados e evacuados, prisioneiros de guerra e outros.*

2.2. Características da área de responsabilidade

2.2.1. Organização política do país – *Estudar a organização política do país, visando não contrariá-la na divisão de áreas de responsabilidades.*

2.2.2 Organização militar – *Estudar as áreas de jurisdição das Organizações Militares Logísticas (OM Log) das Forças Armadas, com o fim de manter, na evolução para a estrutura militar necessária às operações no C Op, as mesmas áreas de responsabilidade do tempo de paz. Analisar-se-ão, também, suas estruturas organizacionais, missões em tempo de paz e particularidades, visando a um melhor aproveitamento de suas potencialidades.*

2.2.3. Características fisiográficas – *Examinar os efeitos da hidrografia, orografia, clima, vegetação e outros aspectos sobre as operações e o consequente apoio logístico.*

2.2.4. Aspectos psicossociais – *Considerar o grau de engajamento da população nacional no esforço de guerra e a atitude da população existente na área de responsabilidade. Em ligação com as F Cte, estimar o número de deslocados, refugiados e evacuados e a necessidade de apoio logístico e, também, o auxílio necessário aos demais civis existentes na área de responsabilidade do Comando Operacional.*

2.2.5. Centros econômicos – *Estudar a localização, as distâncias, as potencialidades, as características e outros aspectos julgados de importância para o eficaz apoio logístico às operações.*

2.2.6. Recursos locais – *Considerar as possibilidades de aproveitamento dos recursos existentes no C Op, particularmente empresas e instalações de saúde, manutenção, transportes, recreação e outras. Estudar a produção, transporte e armazenagem de suprimentos em geral. Verificar a existência de mão-de-obra ociosa que poderá ser aproveitada pelo apoio logístico. Esses recursos tornar-se-ão particularmente importantes quando estiverem localizados e orientados em regiões de possível emprego, considerando a malha viária. As distâncias também serão importantes, sob os pontos de vista da segurança e dos transportes. Não comprometer as necessidades da população civil, que, em princípio, deverão ser atendidas. A terceirização de serviços é objetivo a ser buscado.*

2.2.7. Condições meteorológicas – *Examinar a previsão para o período correspondente às operações e suas implicações para o apoio logístico.*

2.2.8. Vias de transporte

2.2.8.1. Até a entrada no Teatro ou Área de Operações – *Levantar todas as considerações sobre as seguintes vias:*

a) terrestres, que penetram na área de responsabilidade e a sua chegada às primeiras instalações de apoio logístico, militares ou civis;

b) aquáteis, marítimas e fluviais, que chegam na área; e

c) aéreas, particularmente a capacidade da infraestrutura de operação de aeronaves e dos terminais de carga e/ou passageiros.

2.2.8.2. No interior do Teatro ou Área de operações – *Atender às necessidades logísticas da área de responsabilidade. Determinar a capacidade, a orientação, a articulação e as velocidades médias das vias de transporte, desde os pontos considerados como entrada nessa*

área até as regiões ou locais de interesse do Comando Operacional.

2.2.8.3. Reparos – *levantar as necessidades de reparos na infraestrutura de transporte a ser utilizada, bem como, a frequência desses reparos, de forma a permitir a coordenação com os seus órgãos gestores para a manutenção preditiva.*

2.2.8.4. Alternativas *– levantar as vias transversais, os portos e as áreas de pouso liberadas pela ação terrestre, que oferecerão flexibilidade ao fluxo de suprimentos.*

2.2.9. Obstáculos e pontos críticos – *levantar os obstáculos, como rios, lagos e cadeias de montanhas, e pontos críticos, tais como pontes, viadutos, regiões de passagem estreitas e localidades (desde que desfavoreçam o fluxo logístico) e, também, suas influências no apoio logístico, tendo em vista, principalmente, o aspecto segurança.*

2.2.10. Regiões favoráveis ao desdobramento de instalação logística ou ao estabelecimento de bases logísticas – *Serão identificadas, de acordo com as características anteriores e considerando-se as distâncias envolvidas e a facilidade de defesa, para posterior definição da articulação dos meios de apoio logístico.*

2.2.11. Integrar os aspectos acima por intermédio de calcos, sistemas de informações geográficas ou outros métodos disponíveis. Concluir parcialmente sobre os efeitos das características da região de operações sobre o apoio logístico, considerando cada uma das funções logísticas.

2.3. Meios logísticos disponíveis na área de responsabilidade

Levantar os meios logísticos militares, ou civis mobilizáveis, existentes na área de responsabilidade, particularmente as organizações militares logísticas singulares. Conhecer as áreas de desdobramento e suas condições de mobilidade. As possibilidades desses meios deverão ser examinadas em linhas gerais, ainda sem a preocupação de quantificá-las. Examinar, ainda, os meios que poderão fluir da ZI para a área de responsabilidade, os prazos e as suas possibilidades. Por último, examinar os meios disponíveis para a segurança da área de retaguarda do C Op, quando for o caso.

2.4. Forças inimigas

2.4.1. Estudar:

a) a natureza, o valor e a ordem de batalha das forças inimigas;

b) as regiões favoráveis à atuação das forças inimigas, tais como regiões de homizio, litoral desguarnecido ou muito extenso; e

c) a existência, a localização e a atuação de forças irregulares, de forças especiais, da força aérea, da artilharia e das unidades de Defesa Química, Biológica e Nuclear (DQBN) das forças inimigas.

2.4.2. Priorizar as possibilidades do inimigo que constituirão ameaças para o apoio logístico, nos deslocamentos e nos desdobramentos.

2.5. Nossas forças

Considerar as estruturas logísticas das forças armadas, que participarão da sistemática do apoio logístico, bem como todas as organizações militares logísticas disponíveis para o C Log e para as forças componentes.

2.5.1. Situação logística – *Iniciar pelo estudo da localização das instalações, das condições de apoio do Escalão Superior (Esc Sp) além de avaliar a possibilidade, oportunidade e conveniência de serem executadas Tarefas Logísticas Conjuntas. Avaliar, ainda, a existência de meios civis passíveis de contratação ou mobilização. Cada função logística será analisada,*

prioritariamente nos seguintes aspectos:

a) Suprimento – *situação das dotações, restrições e diretrizes impostas pelo Esc Sp e, também, horários de abertura e fechamento das instalações e outros.*

b) Transporte – *disponibilidade de meios orgânicos das FS e não-orgânicos, eixos principais, distâncias de apoio, velocidades e outros.*

c) Saúde – *disponibilidade de instalações hospitalares das FS, número de leitos disponíveis, meios de evacuação das FS e outros.*

d) Manutenção – *facilidades disponíveis, meios de evacuação das FS e outros.*

e) Recursos Humanos – *disponibilidade de recompletamentos e meios para prestação de serviços, como sepultamento, serviço postal, repouso e outros.*

f) Engenharia – *possibilidades dos meios disponíveis.*

g) Salvamento – *capacidade dos meios disponíveis e possibilidade de acionamento de meios do Esc Sp.*

2.5.2. Situação dos meios logísticos – *Estudar a localização e as capacidades das organizações de apoio logístico subordinadas, passíveis de adjudicação ou de mobilização, tais como:*

a) localização e amplitude de apoio, elementos destacados, reforços recebidos, meios retirados e outros aspectos relevantes;

b) efetivos, moral, instrução e adestramento que poderão influir no cumprimento da missão de apoio logístico; e

c) situação das dotações e disponibilidades do material que poderá influir no cumprimento da missão de apoio logístico.

2.5.3. Situação de Comunicação Social – *Identificar os efeitos da situação de Comunicação Social que poderão influir no cumprimento da missão de apoio logístico.*

2.5.4. Situação de Assuntos Civis – *Identificar os efeitos da situação de Assuntos Civis que poderão influir no cumprimento da missão de apoio logístico.*

2.6. Forças amigas

Levantar e estudar as forças amigas não-orgânicas, tendo em vista suas implicações para a logística do Comando em questão, considerando a hipótese de apoio eventual e a possibilidade de proteção das nossas instalações logísticas.

2.7. Facilidades e dificuldades

A D4, em coordenação com a D1, relaciona as facilidades e as dificuldades de apoio logístico, que poderão afetar o cumprimento da missão. Essas poderão estar relacionadas com as operações a apoiar, com as características da área de responsabilidade, com a nossa situação ou com outros aspectos julgados relevantes. Ainda, neste subitem, deverão ser relacionadas às carências logísticas visualizadas e consolidadas no escalão considerado, subsidiando o planejamento das necessidades de mobilização. O resultado obtido representará a etapa conclusiva do item SITUAÇÃO, particularmente no que se refere às dificuldades e será utilizado na fase seguinte da Análise de Logística.

3. POSSIBILIDADES DO INIMIGO, LINHAS DE AÇÃO E CONFRONTO

3.1. Possibilidades do Inimigo

A partir da Análise de Inteligência, as possibilidades do inimigo de atuar no sistema de apoio logístico, serão determinadas.

3.2. Linhas de Ação

3.2.1. Transcrever do Exame de Situação Operacional as linhas de ação.

3.2.2. A D4 e a D1, de posse das linhas de ação levantadas pelo EMCj, terão condições de determinar as necessidades para cada função logística nas diversas linhas de ação e de formular soluções para o atendimento das necessidades e para o apoio ao cumprimento da missão.

3.2.3. Determinação das necessidades logísticas – Estudar a composição das forças, sua estrutura de comando e os seus efetivos. E, então, determinar as necessidades logísticas, utilizando-se fatores necessários para cada função logística, em cada linha de ação. Também será quantificado o impacto das necessidades especiais das forças apoiadas e quaisquer outros fatores relacionados com essas forças, que poderão afetar a missão de apoio.

3.2.4. Uma solução para o cumprimento da missão deverá começar pela organização do apoio logístico e apresentar uma proposta para delimitação da área de responsabilidade. Inicialmente, decidir qual a dinâmica a ser seguida. Dever-se-á considerar o papel de cada FS na prestação do apoio às F Cte e, também, os fluxos comuns e os específicos dentro do C Op. Em seguida, visualizar o desdobramento logístico das F Cte, selecionando as localidades mais apropriadas para tal. A determinação de quem apoiará quem e como será o fluxo adotado obedecerá à sistemática em vigor na FS à qual pertence à Força Componente. Os principais modais a serem utilizados nas diversas ligações será objeto de coordenação com a Seção de Logística do EMCj. Serão fixados os níveis de estocagem para o C Op.

3.2.5. Estudo das funções logísticas – Detalhar o estudo das funções logísticas, consolidando as reais necessidades de cada uma delas e as possibilidades dos meios militares existentes e daqueles civis mobilizáveis, já levantados anteriormente. Esse estudo visa detalhar a linha de ação, checar sua viabilidade (adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade) e quantificar os meios necessários, quando for o caso. Pode concluir, ainda, que a LA em avaliação tem condições de ser apoiada total ou parcialmente, ou não, devendo necessariamente propor modificações que viabilizarão sua execução.

3.2.6. Uma LA finalizada deverá determinar, o mais detalhadamente possível, "O QUE", "QUEM", "QUANDO", "ONDE" e "COMO".

3.2.6.1. Determinação do "O QUE" – Indicará as ações a realizar, necessárias para apoiar certa força no cumprimento de suas missões.

3.2.6.2. Determinação do "QUEM" – Indicará com precisão a força a ser apoiada e o elemento responsável pelo apoio.

3.2.6.3. Determinação do "QUANDO" – O "QUANDO", normalmente, traduzirá a oportunidade na qual a OM Log deverá estar em condições de prestar o apoio, ou em condições de prestar a uma ou mais etapas específicas do apoio total. Poderá ser expresso por uma data-hora ou a partir de um evento específico, como o atingimento de uma fase da operação.

3.2.6.4. Determinação do "ONDE (DE ONDE, POR ONDE, PARA ONDE)" – Geralmente, indicará o local do desdobramento ou estabelecimento das instalações logísticas, o destino final de determinados tipos de apoio, a designação dos eixos de transporte e outros aspectos ligados à localização geográfica do apoio.

3.2.6.5. Determinação do "COMO" – Poderá indicar a forma de apoio, a situação de comando e outros aspectos julgados relevantes.

3.3. Análise das Linhas de Ação Logísticas

3.3.1. Determinar o efeito provável de cada dificuldade significativa sobre o sucesso de cada linha de ação logística.

3.3.2. Determinar e enunciar as dificuldades significativas, formuladas no subitem “Facilidades e dificuldades” da fase anterior, que têm efeito desigual sobre as soluções logísticas.

3.3.3. Analisar cada solução logística enunciada, reagindo-a com cada dificuldade relacionada no subitem anterior. Determinar as prováveis consequências para cada linha de ação logística, incluindo aspectos críticos, locais, prazos e dificuldades. Essa análise poderá ser feita cronologicamente para todo o cumprimento da missão, por função e atividade logística ou apenas de um evento considerado crítico. A escolha do método depende do tempo disponível e da situação existente.

3.3.4. Aperfeiçoar a solução logística, descendo ao nível de detalhamento compatível com a missão do C Op, buscando os seguintes aspectos:

a) a provável consequência de cada solução logística, incluindo suas partes ou aspectos críticos, locais, prazos e dificuldades;

b) a sincronização logística do campo de batalha;

c) aperfeiçoamentos e completar os itens “O QUE”, “QUANDO”, “ONDE” e “COMO”;

d) redução do grau de risco, considerando todas as possibilidades do inimigo levantadas; e

e) levantamento das vantagens e desvantagens.

4. COMPARAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO

A comparação das soluções logísticas tem por finalidade determinar, para cada função logística, aquela que melhor assegurará o cumprimento da linha de ação operacional correspondente. Há vários processos para se determinar a melhor LA. Dois deles são mais comumente usados. Um dos processos consiste em levantar, para a comparação, todas as vantagens e desvantagens de cada LA; o outro processo elege certos fatores prioritários, fazendo-os reagir com as LA. Normalmente, esses fatores estão relacionados com a operação apoiada, com o terreno, com as possibilidades do inimigo e com a situação logística.

4.1. Linhas de ação logísticas – *Cada linha de ação será comparada no atendimento das necessidades de cada função logística, indicando aquela que melhor atende à linha de ação operacional em questão.*

4.2. Linhas de ação operacionais – *Comparar a partir do resultado da análise e da comparação das LA Log, indicando aquela que melhor poderá ser apoiada pelo setor de logística para o cumprimento da missão.*

4.3. As LA a serem comparadas já deverão estar completas e aperfeiçoadas, a fim de concluir qual será a melhor. Identificar claramente “O QUE”, “QUEM”, “QUANDO”, “ONDE” e “COMO”. Não há LA perfeita. Haverá, normalmente, algum fator sobre o qual a LA apresentará uma vantagem marcante. Caberá ao Cmt Op definir a preponderância de um ou mais fatores sobre os outros.

5. CONCLUSÃO

5.1. Priorizar as LA operacionais que melhor poderão ser apoiadas pela logística, no que se refere ao grau de apoio requerido, às facilidades de apoio e aos problemas a serem resolvidos.

5.2. Caso essa decisão tenha sido tomada na carta, o Cmt Op deverá determinar reconhecimentos adicionais, caso possível, para que possa ratificá-la ou retificá-la.

n/n

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE VI ao ANEXO C
MODELO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE DE COMANDO E CONTROLE

(GRAU DE SIGILO)

ANÁLISE DE COMANDO E CONTROLE

1. MISSÃO

Examinar o enunciado da missão e interpretar adequadamente o efeito desejado do Comandante Operacional, tendo em mente as suas implicações para o Comando e Controle. Igualmente importantes, para essa análise, serão as informações e diretrizes constantes no respectivo PEECFA.

2. A SITUAÇÃO E SUA COMPREENSÃO

2.1. ESBOÇO DA SITUAÇÃO

2.1.1. Enunciado pela 2ª Seção do EMCj e aprovado pelo comandante, o esboço da situação apresentará um quadro da situação para orientação de todo o EM.

2.1.2. A sua apreciação, sob o ponto de vista da Seção de Comando e Controle, pode servir de alerta para aspectos relevantes do problema, tais como: possibilidades e limitações das nossas forças e das forças inimigas; considerações sobre a necessidade de certos equipamentos ou de mais informações; e possíveis implicações sobre o Sistema de Comando e Controle.

2.2. CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE

2.2.1. É o estudo minucioso da área de responsabilidade, a partir da Análise de Inteligência e os conhecimentos disponíveis da área, com ênfase nos fatores significativos que afetam as atividades de comando e controle. A abordagem das características da área de responsabilidade será compatível com a magnitude do problema, com o escalão que planeja e com a natureza da missão. Trata-se da primeira tentativa de estabelecer um quadro real da operação em planejamento, pela fixação de uma moldura para as ações que poderão desenrolar. Deve-se ter atenção para quatro pontos básicos que influenciam no estudo deste item:

– aos dados e elementos a serem considerados, obtidos de diversas fontes (demais seções do EM e dos comandos superiores ou subordinados), e que são complementados pela experiência do planejador, pela excelência de seus arquivos e pela intensidade de suas pesquisas;

– aos fatos relacionados à real influência sobre as atividades de comando e controle;

– às conclusões expressas de maneira clara e sucinta, a opinião do planejador a respeito das implicações de tais fatos sobre as atividades de comando e controle, tanto no que diz respeito às nossas forças como às inimigas; e

– às conclusões sobre o estabelecimento genérico das possibilidades e limitações dos oponentes em comando e controle.

– O estudo das características da área de responsabilidade compreende os fatores gerais e os fatores fixos. A análise dos fatores gerais abrange a influência das condições políticas, econômicas, psicossociais e científico-tecnológicas, enquanto que a dos fatores fixos estuda as características fixas e estáveis da área, permitindo determinar as vantagens e desvantagens para as nossas forças e as do inimigo na condução das atividades de comando e controle na área considerada.

2.3. FORÇAS INIMIGAS

2.3.1. A partir da Análise de Inteligência, será discutida, em maior profundidade, a capacidade do inimigo com ênfase na sua influência sobre as atividades de comando e controle. Sempre que necessário, as conclusões tiradas serão obrigatoriamente levadas à Seção de Inteligência, pois, provavelmente, exercerão influência sobre o estabelecimento das possibilidades do inimigo e sua posterior análise.

2.3.2. A seguir, é apresentada uma sequência para a abordagem dos aspectos mais importantes do problema.

2.3.2.1. Composição e localização – listagem das forças inimigas com influência nas operações e sua localização conhecida na área de responsabilidade ou em suas proximidades, de acordo com a Análise de Inteligência.

2.3.2.2. Estrutura de comando – analisar os aspectos ligados à hierarquização e ao poder de decisão, de forma a possibilitar a identificação de elementos e/ou fluxos com maior e menor influência na tomada da decisão.

2.3.2.3. Estrutura de controle – levantar, principalmente, a forma, os meios e o fluxo de controle exercidos, o que possibilitará a identificação de deficiências que poderão ser exploradas nos planejamentos subsequentes.

2.3.2.4. Características dos sistemas – listar os sistemas e equipamentos eletrônicos (comunicações, guerra eletrônica, inteligência, etc.), vinculados às forças com suas características conhecidas, bem como mencionar sucintamente os procedimentos operacionais conhecidos ou supostos relacionados com as atividades de comando e controle.

2.3.2.5. Eficiência de combate – analisar os aspectos ligados à eficiência de pessoal, de procedimentos operacionais, de equipamentos e de sistemas.

2.3.2.6. Operações em curso – descrever as operações em curso, ou em período próximo, que possam ter influência nas operações previstas.

2.3.2.7. Apoio – considerar os meios de apoio logístico para o Sistema de Comando e Controle, e, também, o fator tempo envolvido.

2.3.2.8. Outros – incluir outros tópicos não cobertos pelos itens acima.

2.4. NOSSAS FORÇAS

Discutir a capacidade de nossas forças, com ênfase na sua influência sobre as atividades de comando e controle. Da mesma forma que o realizado no item características da área de responsabilidade, concluir a respeito das implicações de tais fatos sobre as atividades de comando e controle, de modo a levar ao estabelecimento genérico das possibilidades e limitações nas atividades de comando e controle.

2.4.1. Composição e localização – de acordo com a diretriz de planejamento.

2.4.2. Estrutura de comando – analisar os aspectos ligados à estrutura de comando, com vistas à identificação de dados que possam levar à otimização da tomada da decisão.

2.4.3. Estrutura de controle – estudar a estrutura, meios e fluxos de controle, visando não só a otimização do sistema, mas também à identificação e neutralização de possíveis óbices ao controle.

2.4.4. Operações em curso – descrever de forma sucinta as operações em curso, ou em período próximo, que possam ter influência nas operações previstas (futuras).

2.4.5. Situação do pessoal – analisar os problemas de pessoal que poderão afetar as atividades de Comando e Controle.

2.4.6. Situação logística – analisar os problemas de logística que poderão afetar as atividades de comando e controle. Este estudo deverá ser conduzido em coordenação com a Seção de Logística.

2.4.7. Situação dos sistemas – apresentar as considerações sobre as comunicações e sobre os postos de comando. Em cada subitem abaixo relacionado deverão ser analisados os requisitos dos sistemas, identificação de facilidades, instalações e unidades necessárias e o respectivo apoio:

– Comunicações do sistema de comando e controle, incluídas as necessárias à guerra eletrônica e à inteligência;

– Comunicações administrativas;
– Segurança das comunicações:
– Apoio de comunicações para as operações; e
– Comunicações para outras atividades.

2.4.8. Guerra eletrônica – descrição sucinta da capacidade ou necessidade de utilização de emissões eletromagnéticas, bem como a capacidade ou possibilidade de anular ou interferir nas inimigas, podendo conter uma primeira ideia sobre as medidas e procedimentos que podem ser eventualmente adotados pelas forças, e as contra-contramedidas que podem ser utilizadas.

2.4.9. Outros – descrever outros itens necessários, que não foram informados anteriormente.

2.5. FORÇAS AMIGAS

O preenchimento desse tópico segue a mesma sequência apresentada no subitem anterior, cabendo, de modo geral, as observações nele contidas.

3. ASPECTOS RELEVANTES

Sua identificação deve fluir de todas as conclusões tiradas até este ponto, não sendo cabível que surja qualquer fator desvinculado de análise e conclusão anterior.

3.1. DEFICIÊNCIAS DE CONHECIMENTOS

É importante saber identificar tais lacunas e se elas têm influência efetiva no cumprimento da missão, a fim de que possam ser listados os Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) necessários ao prosseguimento ou aprimoramento do planejamento e estabelecido um cronograma para o recebimento dos informes pretendidos.

3.2. ÁREAS CRÍTICAS DE SEGURANÇA

Abordar os pontos que necessitam cuidados especiais e cuja não observância poderá resultar em comprometimento da segurança na operação.

As conclusões deverão incluir recomendações sobre procedimentos que busquem negar ao inimigo, conhecimentos sobre a composição, localização, intenções, características e procedimentos de nossas forças.

3.3. FATORES DE FORÇA E FRAQUEZA

Sua identificação deve fluir de todas as conclusões tiradas até este ponto, não sendo cabível que surja qualquer fator desvinculado das análises e conclusões anteriores.

Não cabe à Seção de Comando e Controle qualquer medida restritiva na sua apresentação, cabendo estas, exclusivamente, ao Comandante.

3.4. DETERMINAÇÃO INICIAL DA ADEQUAÇÃO DA PRÓPRIA FORÇA

Apresentar ao comandante a sua opinião sobre a adequabilidade ou a inadequabilidade da força em termos das atividades de comando e controle, baseada nos fatos concretos discutidos ao longo da Análise.

Deverão ser incluídos neste item, quando cabíveis, os riscos envolvidos decorrentes das deficiências porventura encontradas ao longo da Análise.

4. CONCLUSÃO

Priorizar as LA que melhor podem ser apoiadas pelo comando e controle, no que se refere ao grau de apoio requerido, às facilidades de apoio e aos problemas a serem resolvidos.

n/n

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE VII ao ANEXO C
MODELO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(GRAU DE SIGILO)

ANÁLISE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. MISSÃO E ESTADO FINAL DESEJADO

Da análise da missão e do Estado Final Desejado serão levantadas as ações intermediárias, bem como os elementos julgados importantes para orientar o trabalho de comunicação social. Igualmente importantes, para essa análise, serão as informações e diretrizes constantes no respectivo PEECFA.

Em todos os escalões, dever-se-á ter em mente a importância crescente, nos dias atuais, da adequada preparação e condução das atividades ligadas à Comunicação Social e sua potencial influência no curso das ações. Importante ressaltar a necessidade de preparo do pessoal ao interagir com a mídia e, particularmente, com os seus representantes que cobrem as operações militares.

2. SITUAÇÃO E CONSIDERAÇÕES

2.1. Esboço da situação

Enunciado pela 2ª Seção do EMCj e aprovado pelo Comandante; o esboço da situação apresentará um quadro da situação para orientação.

A apreciação do esboço da situação pode servir de alerta para aspectos relevantes do problema, tais como: possibilidades e limitações das nossas forças e das forças inimigas; considerações sobre a necessidade de certos equipamentos ou de mais informações; e possíveis implicações sobre a comunicação social.

2.2. Características da área de responsabilidade

a) É o estudo minucioso da área de responsabilidade, a partir da Análise de Inteligência ou do estudo de área, com ênfase nos fatores significativos que afetam as atividades de comunicação social.

b) Trata-se da primeira tentativa de estabelecer um quadro real da operação em planejamento, pela fixação de uma moldura para as ações que poderão desenrolar e de suas influências sobre a comunicação social.

c) O estudo das características da área de responsabilidade compreende os fatores gerais e os fatores fixos. A análise dos fatores gerais abrange a influência das condições políticas, econômicas, psicossociais e científico-tecnológicas sobre as atividades de comunicação social, enquanto que a dos fatores fixos estuda as características fixas e estáveis da área, permitindo determinar as vantagens e desvantagens para as nossas forças e as do inimigo na condução das atividades de comunicação social na área considerada.

2.3. Forças Inimigas

a) A partir da Análise de Inteligência, será discutida, em maior profundidade, a capacidade do inimigo em explorar as atividades de comunicação social e sua influência sobre as operações. Sempre que necessário as conclusões tiradas serão obrigatoriamente levadas à Seção de Inteligência, pois, provavelmente, exercerão influência sobre o estabelecimento das possibilidades do inimigo e sua posterior análise.

b) Apresentar uma sequência para a abordagem dos aspectos mais importantes do problema. Os comentários incluídos em cada um não devem ser entendidos como uma tentativa de limitação da amplitude do assunto tratado; antes, devem ser encarados como uma orientação geral sobre a natureza dos assuntos a serem tratados em cada um.

c) Composição, localização e recursos – de acordo com os dados disponíveis de inteligência. É uma listagem das forças inimigas com influência nas atividades de comunicação social, sua localização conhecida na área de responsabilidade ou em suas proximidades e recursos utiliza-

dos.

d) Informações públicas – analisar os principais aspectos ligados ao desenvolvimento das atividades específicas de informações públicas por parte do inimigo, incluindo seus principais porta-vozes e meios de operação, de forma a instrumentalizar, se necessário, um exame específico dessa atividade ou o próprio planejamento coordenado com as operações psicológicas.

e) Apoios levantar os meios inimigos disponíveis para a difusão das mensagens de informações públicas.

f) Operações em curso – levantar, nas operações em curso, as atividades de comunicação social que estão sendo desenvolvidas pelo inimigo.

g) Outros – confere alguma flexibilidade para inclusão de outros tópicos não cobertos pelos itens acima.

Estes dados poderão ser obtidos junto à Seção de Operações Psicológicas, devendo ser analisados no grau de profundidade compatível com o planejamento e execução das atividades de Comunicação Social, identificando possíveis complementaridades com as ações de Op Psc e evitando interferências mútuas.

2.4. Nossas Forças

Enfatizar os aspectos que têm influência no planejamento de comunicação social, tais como os meios aéreos, artilharia naval ou terrestre, unidades de operações psicológicas, unidades de operações especiais, etc.

a) Composição e localização – de acordo com a Diretriz de Planejamento.

b) Informações públicas - analisar os aspectos ligados à estrutura de informações públicas, relações públicas, e divulgação institucional, particularmente no que concerne ao emprego, pelos mais elevados escalões de comando, de serviços próprios de relações públicas ou porta-vozes, os quais serão objeto de inclusão na cadeia técnica de comunicação social.

b) Situação do pessoal – analisar os problemas referentes ao pessoal de nossas forças, de forma a levantar possíveis óbices psicológicos ao desenvolvimento da operação e que, portanto, devam ser objeto de campanhas comportamentais.

d) Situação logística – analisar a parte de logística, visando ao levantamento dos problemas que poderão dificultar as atividades de comunicação social, tais como:

1) Deficiências de equipamentos que poderão afetar o moral de nossas forças.

2) Deficiências específicas que poderão afetar a difusão de campanhas de mídia, tais como aeronaves, equipamentos radiotransmissores, etc.

Este estudo deverá ser conduzido em coordenação com a Seção de Logística.

e) Outros – complementar o exame, no que diz respeito às nossas forças, coletar e levantar outros dados que possam instrumentalizar o planejamento de comunicação social, tais como:

1) Experiências em comunicação social dos meios adjudicados que, de alguma forma, possam contribuir para os objetivos fixados.

2) Pessoal não vinculado ao sistema de comunicação social, dos meios adjudicados, que possa ser empregado, seja como agentes de influência ou como operadores psicológicos.

2.5. Forças Amigas

a) Segue, no que for aplicável, a mesma sequência apresentada no subitem anterior, cabendo, de um modo geral, as observações nele contidas.

b) Especial atenção aos sistemas nacionais não situados na área de responsabilidade do Comando Operacional, mas que, em razão de seus meios de difusão, tenham penetração na área e que, portanto, devam também fazer parte do esforço de comunicação social. As campanhas de operações psicológicas, por exemplo, poderão se valer desses meios para o esforço concentrado de modificação comportamental desejada.

3. ANÁLISE DE LINHAS DE AÇÃO

Cada linha de ação será analisada sob o prisma da comunicação social, com o objetivo de visualizar como seria efetuado o apoio às linhas de ação estabelecidas.

Trata-se do levantamento de vantagens e desvantagens de cada linha de ação, sob o prisma

das relações públicas e das informações públicas, quando confrontada com as outras. Para cada uma dessas áreas, a linha de ação poderá apresentar vantagens inerentes à simplicidade para o planejamento do apoio, economia de meios, eficiência dos resultados, etc.

O estabelecimento de uma matriz, com as linhas de ação e as vantagens e desvantagens relativas, expressas por aspectos de cada uma das áreas da comunicação social, contribuirá para que o planejador forme um juízo de valor sobre as linhas de ação, sob o aspecto da comunicação social e se qualifique a fase seguinte do exame.

Finalizada a análise, o planejador terá a exata medida sobre “Como”, “Quando”, “Onde” desenvolver as atividades de comunicação social, coordenando com as operações psicológicas, priorizando-as face aos recursos e tempo disponíveis e, sobretudo, focalizando nos seus públicos-alvo.

4 CONCLUSÃO

A Seção de Comunicação Social termina a sua análise, apresentando:

4.1. As principais conclusões obtidas durante a Análise, no que diz respeito à Comunicação Social.

4.2. A melhor linha de ação sob o prisma da comunicação social.

4.3. As linhas de ação subsequentes, em ordem de prioridade para a comunicação social e, se for o caso, alusão à linha de ação que poderá demandar dificuldades em comunicação social que poderão afetar inclusive a condução política e militar da operação.

4.4. A indicação da ênfase no planejamento de comunicação social.

4.5. As deficiências principais das nossas forças e das forças amigas que devam ser objeto de especial atenção, particularmente no que concerne ao planejamento da contrapropaganda.

4.6. Os principais aspectos do inimigo, sob o prisma da comunicação social, que proporcionarão elementos para o planejamento de eficientes campanhas de comunicação social.

4.7. Eventuais necessidades adicionais, em meios de comunicação social, visando o planejamento e apoio à operação.

Em todos os escalões, cada comandante deve ter em mente que, na era das comunicações em que se atua, a vitória ou a derrota, real ou aparente, é aqui iniciada, em função do maior ou menor entendimento entre os comandantes e militares envolvidos na comunicação social com a mídia e, particularmente, com os seus representantes que cobrem as operações militares.

n/n

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE VIII ao ANEXO C
MODELO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

(GRAU DE SIGILO)

ANÁLISE DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

1. MISSÃO E ESTADO FINAL DESEJADO

Da análise da missão, e do Estado Final Desejado, serão levantadas as ações intermediárias, bem como os elementos julgados importantes para orientar o trabalho de operações psicológicas, principalmente quanto aos objetivos a serem alcançados.

Destacam-se, também, o estudo do levantamento de realização de operações psicológicas anteriores para o aproveitamento ou retificação de efeitos psicológicos e as áreas prioritárias ou restritas para atuação das equipes de Op Psicológicas. Nesta análise devem ser considerados os aspectos psicossociais; os Centros de Gravidade das forças adversas; e os principais públicos alvos levantados no planejamento estratégico, atualizados pelas informações oriundas da inteligência estratégica.

Igualmente importantes, para essa análise, serão as informações e diretrizes constantes no respectivo Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas – PEECFA, particularmente o Plano Estratégico de Operações de Informação, Adendo 3, ao Apêndice II, Anexo B, do 1º Volume.

Na conclusão da análise da missão e do estado final desejado, os especialistas deverão apresentar propostas do grau de necessidade do emprego de Op Psicológicas; o apoio das equipes no momento atual ou futuro; a participação conjunta com outros subsistemas operacionais; e as vulnerabilidades potenciais e existentes que limitem a liberdade de ação dos contendores.

2. SITUAÇÃO E CONSIDERAÇÕES

2.1. Esboço da situação

Enunciado pela 2ª Seção do EMCj e aprovado pelo Comandante,o esboço da situação apresentará um quadro da situação para orientação de todo o EMCj.

Deve ser verificada a disponibilidade de um Levantamento de Área para Operações Psicológicas (LAOP) ou analisar com detalhes o campo psicossocial da Análise de Inteligência. No caso de um planejamento para execução não imediata, deverão ser identificadas as NI para levantamento de informações junto aos Centros de Inteligência Estratégica das Forças.

A apreciação do esboço da situação, sob o ponto de vista da Seção de Operações Psicológicas e da Análise de Inteligência, servirão de orientações para aspectos relevantes do problema, cabendo, se necessário a ampliação de informações tais como:

a) Opinião pública, no âmbito interno e externo, quanto às razões que motivam o conflito.

b) Comportamento da população residente nas áreas de responsabilidade, suas carências e anseios, de forma a identificar possíveis canais de atuação para a obtenção de atitudes favoráveis às ações a serem empreendidas pelas nossas Forças.

c) Identificação de lideranças e formadores de opinião que possam influenciar no andamento das ações.

d) Moral das tropas envolvidas no conflito. Identificação de possíveis vulnerabilidades das nossas tropas e das tropas inimigas.

e) Meios de comunicação existentes nas áreas de responsabilidade e possibilidades quanto ao seu emprego em prol das operações, sob o ponto de vista das operações psicológicas.

2.2. Características da área de responsabilidade

É o estudo minucioso da área de responsabilidade, a partir da Análise de inteligência com ênfase nos fatores significativos relacionados às atividades de operações psicológicas.

O estudo das características da área de responsabilidade compreende os fatores gerais e os fatores fixos. A análise dos fatores gerais abrange a influência das condições políticas, econô-

micas, psicossociais e científico-tecnológicas sobre as atividades de operações psicológicas, enquanto que a dos fatores fixos estuda as características fixas e estáveis da área, permitindo visualizar possibilidades e dificuldades para deslocamento nas áreas de responsabilidade e eventuais necessidades de apoio, bem como as implicações em termos de controle das ações e estruturação dos elementos a serem empregados nas ações de operações psicológicas.

Identificar os meios de comunicação existentes na área de responsabilidade e possibilidades quanto ao seu emprego em prol das ações, sob o ponto de vista das operações psicológicas.

2.3. Forças Inimigas

A partir da Análise de Inteligência, será discutida, em maior profundidade, a capacidade de o inimigo empreender operações psicológicas para a obtenção de efeitos adversos às nossas operações. Devem-se verificar as tendências e formas de atuação daquelas Forças e dos seus principais veículos de comunicação de massa, identificando aqueles de maior aceitação popular.

Tendo em vista as possibilidades do inimigo levantadas pela Inteligência, visualizar que ações o oponente poderia empreender e seus possíveis efeitos no campo das operações psicológicas. Visualizar como neutralizar esses efeitos.

Verificar a situação das unidades específicas de operações psicológicas do Inimigo, campanhas recentes e linhas de persuasão comumente exploradas.

Em decorrência das análises efetuadas até aqui, consolidar as Necessidades de Inteligência ainda não disponíveis que constituirão os “Elementos Essenciais de Inteligência (EEI)”.

2.4. Forças Amigas

Segue, no que for aplicável, a mesma sequência apresentada no subitem anterior, cabendo, de um modo geral, as observações nele contidas.

2.5. Nossas Forças

Enfatizar aqueles que possam contribuir para a execução das operações psicológicas, tais como a comunicação social, células de inteligência, meios aéreos e unidades de operações especiais.

a) Composição e localização, incluindo as forças especializadas em operações psicológicas.

b) Moral da tropa e possíveis vulnerabilidades a serem exploradas pelo Inimigo.

c) Apoio governamental e limitações impostas pelos níveis superiores da cadeia de Comando.

d) Ações de assuntos civis previstos.

3. ANÁLISE DE LINHAS DE AÇÃO

Cada linha de ação será analisada sob o prisma das operações psicológicas, com o objetivo de visualizar como seria efetuado o apoio às linhas de ação estabelecidas pelo EMCj.

Trata-se do levantamento de vantagens e desvantagens de cada linha de ação, sob o prisma das operações de informações, particularmente a reação dos públicos-alvos para cada LA adotada. Destaca-se o impacto das operações militares nas atividades civis, bem como a interferência civil nas ações que serão executadas. Para cada uma dessas áreas, a linha de ação poderá apresentar vantagens inerentes à simplicidade para o planejamento do apoio, economia de meios, eficiência dos resultados, etc.

O estabelecimento de uma matriz, com as linhas de ação e as vantagens e desvantagens relativas, expressas por aspectos de cada uma das áreas de responsabilidade psicológicas, contribuirá para que o planejador forme um juízo de valor sobre as linhas de ação, sob o aspecto de explorar a mudança de atitudes nas ações militares planejadas.

Finalizada a análise, o planejador terá a exata medida sobre “Como”, “Quando”, “Onde” desenvolver as atividades psicológicas, coordenadas com a comunicação social e com os meios de guerra eletrônica (defesa cibernética), priorizando-as face aos recursos e tempo disponíveis e, sobretudo, focalizando nos seus objetivos psicológicos.

4. CONCLUSÃO

Da análise, complementada pela Decisão do Comandante e pelo seu Conceito Preliminar da Operação, a Seção de Operações Psicológicas terá condições de relacionar aspectos básicos que nortearão o seu planejamento, tais como:

4.1. Conceito da operação, ideias-força escolhidas e as operações psicológicas a realizar.

4.2. Objetivos a serem alcançados.

4.3. Regiões/públicos-alvo a serem atuados e prioridades.

4.4. Processos a serem empregados, incluindo a distribuição de especialistas, a repartição de meios e as prioridades de produção de material.

4.5. Ordens aos elementos subordinados.

4.6. Interações com as Seções de Inteligência, Comunicação Social e Assuntos Civis, quando existentes.

n/n

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE IX ao ANEXO C
MODELO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE DE ASSUNTOS CIVIS

(GRAU DE SIGILO)

ANÁLISE DE ASSUNTOS CIVIS

1. MISSÃO

Da análise da missão serão levantadas as ações intermediárias, bem como os elementos julgados importantes para orientar o trabalho de Assuntos Civis.

As operações militares acontecem em um ambiente de caos e incerteza, formado por interação humana contínua. A fim de reduzir as incertezas e ordenar a condução das operações, os especialistas de Assuntos Civis deverão estar sincronizados com os organismos humanitários participantes na área em crises, de modo a reduzir os pontos de fricção entre a população civil e a força militar, procurando-se eliminar ou reduzir ao máximo a interferência das operações na população e vice-versa.

Um bom relacionamento entre as forças militares, as autoridades locais, agências nacionais e internacionais envolvidas e a própria população civil facilitarão a realização das tarefas. De acordo com a situação, poderá ser necessária a instalação de um local de coordenação das atividades, reunião de recursos e concentração dos meios – Centro de Operações de Assuntos Civis (COAC) ou Centro de Coordenação Civil-Militar (C^3M).

Tais atividades abrangem desde a assistência, auxílio e controle da população, até o eventual desempenho de tarefas de governo relacionadas com a comunidade civil na área considerada e a coordenação com as Agências Humanitárias atuantes na área de responsabilidade (Operações Interagências). São objetivos das atividades de Assuntos Civis: auxiliar as operações militares; cumprir as obrigações impostas por leis e tratados internacionais; promover a obtenção das condições necessárias para alcançar o Estado Final Desejado, no âmbito civil da área ou teatro de operações; e agilizar a transferência da responsabilidade das funções civis, que porventura venham a ser assumidas pelos comandos militares, para representantes do governo civil local, ao término das ações.

2. SITUAÇÃO

2.1. Esboço da Situação

Enunciado pela 2ª Seção do EM e aprovado pelo comandante. O esboço da situação apresentará um quadro da situação para orientação de todo o EMCj.

Deverão ser identificadas as possíveis áreas de maior interação com a população local, órgãos públicos e ONG no C Op estabelecido.

Tal análise deve ter como foco os pontos mais sensíveis no que diz respeito à manutenção da infra-estrutura básica local, segurança pública, serviços de saúde, abastecimento, transporte e habitação. Em que pese o fato de alguns dos componentes dessas estruturas possam vir a ser selecionados como "alvos militares", há de se ter extremo cuidado na graduação do emprego da força e na avaliação de possíveis danos colaterais sobre a população civil. Isto será de fundamental importância na avaliação da aceitabilidade das ações a serem empreendidas.

Identificar carências nos serviços públicos locais possíveis de serem trabalhadas por meio de ações comunitárias.

2.2. Características da área de responsabilidade

É o estudo minucioso da área de responsabilidade, a partir da Análise de Inteligência, com ênfase nos fatores significativos relacionados às atividades de assuntos civis.

O estudo das características da área de responsabilidade compreende os fatores gerais e os fatores fixos. A análise dos fatores gerais abrange a influência das condições políticas, econômicas e psicossociais sobre as atividades de assuntos civis, enquanto que a dos fatores fixos estuda as características fixas e estáveis da área, permitindo visualizar possibilidades e dificuldades

para o deslocamento de não-combatentes nas áreas de responsabilidade, bem como as implicações em termos de controle das ações e estruturação dos elementos a serem empregados nas ações de assuntos civis.

Identificar os meios de comunicação existentes na área de responsabilidade e possibilidades quanto ao seu emprego em prol das ações, sob o ponto de vista dos assuntos civis, em estreita coordenação com as ações de comunicação social e operações psicológicas.

2.3. Forças Inimigas

A partir da Análise de Inteligência, será avaliada a capacidade do inimigo empreender atividades que interfiram com o bem-estar da população na área do conflito. Dessa forma, a Seção de Assuntos Civis deverá propor e empreender ações, valendo-se do apoio adequado a ser provido pelas Forças adjudicadas ao C Op e órgãos governamentais julgados necessários, a fim de se antecipar e neutralizar aquelas possíveis interferências.

Consolidar as Necessidades de Inteligência ainda não disponíveis, de interesse aos assuntos civis, que constituirão os Elementos Essenciais de Inteligência (EEI), ou que servirão para subsidiar consultas junto ao escalão superior.

2.4. Nossas Forças

Examinar os recursos e apoios (militares e não-militares) disponibilizados às nossas forças, que possam contribuir para a execução das ações afetas aos assuntos civis. Atenção aos possíveis apoios de países amigos, órgãos governamentais, ONGs e organismos internacionais (ex.: Cruz Vermelha).

2.5. Forças Amigas

Segue, no que for aplicável, a mesma sequência apresentada no subitem anterior, cabendo, de um modo geral, as observações nele contidas.

3. ANÁLISE DAS LINHAS DE AÇÃO

Cada linha de ação será analisada sob o prisma dos assuntos civis, com o objetivo de visualizar como seria efetuado o apoio à linha de ação.

Finalizada a análise, o planejador terá a exata medida sobre “Como”, “Quando”, “Onde” desenvolver as atividades de assuntos civis e priorizá-las face aos recursos, meios atuantes e especializados e ao tempo disponível. Assim como, visualizar as ligações necessárias a serem estabelecidas em prol das operações, cabendo ressaltar, mais uma vez, a necessidade de estreita coordenação com as Seções de Comunicação Social e de Operações Psicológicas.

As atividades de assuntos civis deverão ser conduzidas, preferencialmente, por meio das autoridades civis existentes nas áreas de responsabilidade, empregando o mínimo de pessoal militar necessário para supervisão e assessoramento.

4. CONCLUSÃO

Da análise, complementada pela Decisão do Comandante e pelo seu Conceito Preliminar da Operação, a Seção de Assuntos Civis terá condições de relacionar os aspectos básicos que nortearão o seu planejamento.

É importante ter em vista que a população civil tem o direito de permanecer livre de interferências desnecessárias, ou não plenamente justificáveis do ponto de vista militar, em sua liberdade individual e direito de propriedade. Os membros das forças militares são, individual e coletivamente, responsáveis pela observância de todas as leis referentes o seu relacionamento com as autoridades civis e a população.

Daí a necessidade do estabelecimento de regras de engajamento adequadas e sua ampla divulgação em todos os escalões das Forças Componentes subordinadas ao Comando Operacional.

n/n

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE X ao ANEXO C
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE CENTROS DE GRAVIDADE

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE CENTROS DE GRAVIDADE

1. GENERALIDADES

A essência *de um Exame de Situação é identificar o que é decisivo numa Campanha Conjunta. Para tanto é preciso identificar o(s) Centro(s) de Gravidade (CG) do inimigo, suas Vulnerabilidades Críticas (VC), e concentrar poder de combate superior para explorá-las. Os CG (próprios e do inimigo) existirão em todo nível de comando que tiver uma missão a cumprir. Para tanto, deverá(ão) ser identificado(s) o(s) que oferece(m) resistência para o cumprimento da missão dos diversos níveis de decisão (político, estratégico, operacional e tático).*

Via de regra, quanto mais elevado o nível, menor o número de CG e mais intangíveis eles se tornam. No nível tático normalmente os CG são forças militares específicas.

O(s) CG próprio(s) também deverá(ão) ser identificado(s) pois precisa(m) ser protegido(s). Uma análise incorreta poderá concentrar os esforços na direção errada e custar muito caro.

Para a identificação do CG (próprio e do inimigo) o EMCj deverá, prioritariamente, conhecer de forma clara a missão do Comando Operacional e, a partir dos objetivos traçados e do estado final desejado, estabelecer o que oferece resistência para o cumprimento da missão. Segue-se um exemplo extraído da Operação Tempestade do Deserto em 1991 no Iraque:

Nível	***Objetivo***	***CG***	***Por que é um CG?***
Estratégico	*Restaurar o governo legítimo do Kuwait.*	*Saddam Hussein*	*Pode manter apoio popular e comandar o Exército na invasão do Kuwait.*
	Derrotar o Exército Iraquiano ao sul do Eufrates.	*Exército Iraquiano*	*Pode defender o Kuwait ocupado contra ataques da Coalizão.*
Operacional	*Isolar e envolver o Exército Iraquiano no Kuwait.*	*Guarda Republicana*	*Pode impedir o cerco ao Exército Iraquiano ocupando o Kuwait.*
Tático	*Garantir a liberdade de manobra das Forças de Superfície.*	*Sistema de Defesa Aérea Iraquiano*	*Pode impedir a liberdade de manobra das forças aliadas por meio de elevado atrito de Anv.*
	Penetrar no Iraque pela fronteira com a Arábia Saudita.	*12º Corpo de Exército*	*Pode impedir o avanço do VII Corpo de Exército utilizando-se de posições defensivas fixas.*

Verifica-se que existe uma relação de dependência entre os CG nos diversos níveis: para se atingir um CG no nível superior o CG do nível inferior deverá ser atingido. Da mesma forma, existe uma relação entre os objetivos do nível tático com os objetivos nos níveis superiores.

Todos os CG identificados em cada nível no exemplo acima são fonte de força e poder. O EMCj não deverá somente identificar os CG, é preciso encontrar uma forma de atingi-

lo. As três principais formas de neutralizar um CG são:

– Torná-lo irrelevante;
– Negar o suporte necessário ao CG; e
– Explorar fraquezas sistêmicas.

Uma análise acurada do CG próprio e do inimigo irá fornecer ao EMCj o que será decisivo na operação. Para tanto se faz necessário identificar quais são suas vulnerabilidades, suas fraquezas. Existem métodos, publicados por alguns estudiosos, que tratam dessa análise. Será abordado um deles a seguir, cabendo a ressalva que é apenas um método, nada impede que outra metodologia auxilie o trabalho do EMCj. As conclusões obtidas na análise, independentemente do método utilizado, são o cerne do Exame de Situação.

2. ANÁLISE DO CENTRO DE GRAVIDADE

Um dos métodos de análise utiliza quatro conceitos inter-relacionados cujas definições são apresentadas nos itens a seguir.

2.1. CENTROS DE GRAVIDADE

São componentes primários de força, poder e resistência física ou moral. Eles não só contribuem, eles são a força. Eles oferecem resistência. Eles possibilitam o desfecho de golpes físicos, ou morais, efetivos (pesados).

2.2. CAPACIDADES CRÍTICAS (CC)

São as habilidades primárias existentes em um CG, num determinado cenário, situação ou missão – incluindo fases de campanhas e operações. De forma mais simples: o que esse centro de gravidade pode fazer que traz preocupação a você na realização de sua missão? A palavra chave na capacidade crítica é o verbo: ele pode destruir algo, apoderar-se de um objetivo ou impedir você de cumprir sua missão.

2.3. REQUISITOS CRÍTICOS (RC)

São condições, recursos e meios que são essenciais para um centro de gravidade manter suas capacidades críticas. Ex:

– Meteorologia favorável, inteligência precisa, ressuprimento de combustível e armamento, equipamento químico, habilidade de manter 60 km/h pelo deserto aberto por 6 horas.

– Força X deve completar sua missão como pré-condição antes da Força Y poder completar a sua.

– Líder político Y com pelo menos de X% de apoio popular.

– Apoio internacional para determinada operação do país X apesar da esmagadora superioridade em relação ao país Y.

2.4. VULNERABILIDADES CRÍTICAS (VC)

São deficiências dos requisitos críticos que os tornam suscetíveis à neutralização ou derrota, de forma a contribuir para que o CG falhe em manter suas capacidades críticas. Quanto menor o risco e o custo para que isso aconteça, melhor para o Comando Operacional. Dificilmente uma vulnerabilidade crítica sozinha, ou ações isoladas, provocarão a derrocada de um CG. Por exemplo: um único míssil de cruzeiro destrói a liderança inimiga e que resulta no fim imediato do conflito/guerra. Se isto acontecesse seria ótimo. O sucesso, normalmente, só é conseguido se as vulnerabilidades críticas de um CG são neutralizadas, interditadas ou destruídas, simultaneamente ou sequencialmente, por meio de ações letais e não letais que visam à obtenção de efeitos sobre aqueles CG, explorando

as suas VC.

Pode-se utilizar uma tabela de forma a facilitar a análise, conforme exemplo abaixo. Primeiro identifica-se o CG, após as CC, em seguida os RC e finaliza-se com a análise das VC.

CENTRO DE GRAVIDADE (CG) *Poder ou força primária (física ou moral).* *Ligação com o Estado Final Desejado.* *(Substantivo)*	***CAPACIDADES CRÍTICAS (CC)*** *Capacidades nas quais o inimigo se apoia para obter sucesso.* *Capacidade de fazer resistência.* *(Verbo)*
REQUISITOS CRÍTICOS (RC) *Condições, recursos ou meios essenciais a uma Capacidade Crítica (essenciais à capacidade de fazer resistência).* *(Substantivo)*	***VULNERABILIDADES CRÍTICAS (VC)*** *Partes vulneráveis à neutralização ou destruição.* *Inicialmente, identificar potenciais fraquezas nos RC inimigos. Então, identificar quais dessas fraquezas são vulneráveis.* *(Substantivo)*

O EMCj deve ter em mente que as vulnerabilidades de um CG nem sempre significam, nesse momento, os alvos propriamente ditos.

O que fazer com um CG, depois de identificá-lo? Lembrar-se de que a essência de uma manobra é um esforço contra o CG inimigo.

O mesmo raciocínio deve ser feito para o CG próprio, com o propósito de protegê-lo, conforme as tabelas a seguir:

Próprias Forças	***Inimigo***
Missão a cumprir	*LA provável do Inimigo*
Capacidade Crítica para cumprir a Missão	*Capacidade Crítica para implementar a LA*
Parcela das Forças capaz de implementar o esforço principal (as capacidades críticas) da campanha/operação: é o Centro de Gravidade a defender. Este apresenta forças críticas, e pode apresentar fraquezas críticas.	*Parcela das Forças capaz de implementar o esforço principal (as capacidades críticas) da LA: é o Centro de Gravidade que as próprias forças devem atacar. Este apresenta forças críticas, e pode apresentar fraquezas críticas.*
Requisitos essenciais que possibilitam que o CG implemente a Capacidade Crítica: Requisitos Críticos.	*Requisitos essenciais que possibilitam que o CG implemente a Capacidade Crítica: Requisitos Críticos.*
Parcelas dos Requisitos Críticos que estão vulneráveis às ações por parte do inimigo: Vulnerabilidades Críticas. Têm vinculação com as Fraquezas Críticas. Podem variar no tempo e no espaço.	*Parcelas dos Requisitos que estão vulneráveis às ações por parte das próprias forças: Vulnerabilidades Críticas. Têm vinculação com as Fraquezas Críticas. Podem variar no tempo e no espaço.*

Exemplo de avaliação de um CG:

Capacidade Crítica (de uma força)	***Centro de Gravidade***
- Conquistar uma área no litoral	*- Força de Desembarque (ForDbq)*
Requisitos Críticos	***Vulnerabilidade Crítica***
- Meios de transporte	*- Navios de Transporte (travessia), (nos aspectos que apresentem deficiência de defesa)*
- Meios de desembarque	*- Embarcações de Desembarque - Navios de Apoio Logístico (desembar-que administrativo)*

O produto da análise do CG e das Vulnerabilidades Críticas auxiliará na definição das linhas de ação, definindo onde e como agir, transformando-se em Pontos Decisivos, Atividades, Efeitos e Tarefas no Plano Operacional do Comando Operacional.

APÊNDICE XI ao ANEXO C
MATRIZ DE SINCRONIZAÇÃO

A matriz de sincronização é um documento que registra as principais ações de uma operação, no tempo e no espaço, levando-se em consideração as ações do inimigo visualizadas pela equipe da D2.

O sequenciamento e o sincronismo estabelecidos para a execução das ações, que pode ocorrer de forma sequencial, paralela ou de ambas as formas, são decorrentes da análise feita pelo EMCj, da relevância de cada tarefa para o contexto geral da missão, da forma como cada ação está relacionada com as demais e da disponibilidade de meios e/ou recursos para executá-las.

A sincronização de uma campanha, no nível operacional, compreende a coordenação e a otimização de esforços dos meios envolvidos, de acordo com o planejamento da operação, no tempo e no espaço, de modo a aumentar a eficácia e a sinergia das F Cte. A sincronização da campanha deve assegurar que todos os esforços serão conduzidos de acordo com as diretrizes e os objetivos determinados pelo Cmt Operacional.

Durante a etapa do exame de situação, sob a responsabilidade da D5, poderá ser elaborada uma minuta de matriz de sincronização para cada LA formulada, tomando como base o desenho operacional. Por ocasião do confronto das linhas de ação com as possibilidades do inimigo será confeccionada a matriz de sincronização relativa à LA selecionada.

Na elaboração da matriz de sincronização, as ações das F Cte, bem como aquelas relacionadas às diferentes atividades operacionais (apoio de fogo, logística, comando e controle, inteligência, etc.) são apresentadas pelos integrantes do EMCj. Nessa ocasião, normalmente, surgem aperfeiçoamentos a serem introduzidos no CPO, bem como tornam-se explícitos ao comandante os pontos de decisão e as necessidades de coordenação, apoios e sincronização de movimentos entre as Forças Componentes.

A matriz de sincronização é um anexo do Plano Operacional, servindo de base para a elaboração das matrizes de sincronização das Forças Componentes, as quais, obviamente, são bem mais detalhadas e adequadas ao nível tático.

As ações que devem ser executadas, a sequência, o executor e o período que demandará cada ação são os dados básicos de uma matriz de sincronização. A matriz poderá ser elaborada de acordo com as peculiaridades de cada operação, porém, algumas regras gerais devem ser observadas, conforme descrito a seguir:

1) cada linha da matriz corresponde às tarefas elementares que devem ser executadas, considerando o faseamento adotado pelos planejadores;

2) a escala de tempo poderá ser representada em dias ou semanas;

3) durante a etapa do exame de situação, será desenvolvida uma matriz básica (rascunho) com as informações gerais necessárias para essa etapa; e

4) Durante a etapa de elaboração de planos e ordens, a matriz de sincronização será detalhada por meio do registro de todas as ações de cada Força Componente, sincronizadas no tempo e no espaço, em cada fase da operação.

A responsabilidade pela condução e coordenação da campanha é do Cmt Operacional assessorado pelo seu EMCj . A principal ferramenta à disposição do Cmt para desempenhar essa atribuição é a matriz de sincronização. O sucesso dessa atividade depende do gerenciamento da informação e dos enlaces de comunicações, permitindo ao Cmt ratificar ou retificar a matriz de sincronização.

Durante a etapa da condução da operação planejada, a matriz será ajustada pelo EMCj, de acordo com o desenvolvimento das ações e os resultados obtidos, ou no caso de identificação de novas necessidades.

Paralelamente, a seção de Planejamento (D5) do EMCj acompanha o desenvolvimento das operações correntes, por meio da matriz de sincronização e dos indicadores levantados para o controle da operação, com o propósito de avaliar a campanha e planejar as operações futuras, conforme a evolução das fases de operação.

A seguir é apresentado um modelo para uma Matriz de Sincronização.

MATRIZ DE SINCRONIZAÇÃO DAS AÇÕES

F Cte	AÇÕES	PREPARAÇÃO			FASE 1		FASE 2	FASE 3	DESMOBILIZAÇÃO
		D-180	D-40	D-20	D-2	D	D+6	D+n	D+k
FNC	Proteção do tráfego marítimo amigo								
	Defesa de pontos sensíveis, minagem e contramedidas de minagem								
	Assalto anfíbio								
	Neutralização das forças navais inimigas								
	Desgate do tráfego marítimo inimigo								
	Desgaste das forças navais inimigas								
FTC	Concentração estratégica								
	Defesa de pontos sensíveis								
	Concentração operacional								
	Defesa da linha de fronteira								
	Manobras de dissimulação no país Amarelo								
	Ataque para fixar o inimigo na fronteira Amarelo/Vermelho								
	Junção								
	Retirada gradativa dos meios								
FAC	Estabelecimento dos Sistemas de Enlace de Dados e de Tecnologia da Informação								
	Desdobramento dos meios de Força Aérea para o TO								
	Estabelecimento da Defesa Aérea sobre o território Azul								
	Ações de Supressão de Defesas Aéreas Inimigas								
	Interferência Eletrônica								
	Ataque às Linhas de Comunicação da Força Aérea Vermelha								
	Conquista da Superioridade Aérea sobre Amarelo								
	Apoio à F Cj Op Esp								
	Proteção e apoio aos meios da FNC								
	Apoio à FTC no ataque para fixar o inimigo na fronteira Amarelo/Vermelho								
	Apoio à desmobilização								
F Cj Op Esp	Operações psicológicas								
	Operações de interdição								
	Ações em objetivos estratégicos								
	Reconhecimentos especializados								
	Estabelecimento de AOGI								
	Retirada gradativa dos meios								
F Cte	AÇÕES	D-180	D-40	D-20	D-2	D	D+6	D+n	D+k
		PREPARAÇÃO			FASE 1		FASE 2	FASE 3	DESMOBILIZAÇÃO

Descrição das fases
Fase 1: Manutenção da integridade terriotorial
Fase 2: Neutralização do poder militar inimigo e ocupação da região de Topázio
Fase 3: Consolidação da posse de Topázio

APÊNDICE XII ao ANEXO C
GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL (GRO)

1. MEDIDAS DE CONTROLE

As medidas de controle a seguir listadas, relacionadas por ordem crescente de eficácia, devem ser consideradas pelo C Op com o propósito de reduzir riscos, a gravidade das suas consequências ou suas probabilidades.

1.1. Controles de Engenharia de Segurança

Emprego de técnicas de Engenharia de Segurança para a redução de riscos, por meio de modificações de projeto, seleção ou substituição de materiais, quando técnica e economicamente exequíveis. Apresentam como vantagem o fato de eliminarem ou minimizarem a possibilidade de erro humano, reduzindo significativamente o risco.

1.2. Controles Administrativos

1.2.1. Emprego de medidas administrativas para a redução de riscos, tais como:

– prover adequados alarmes, marcações, cartazes, sinalizações e avisos;
– estabelecer normas, programas, instruções e procedimentos padronizados;
– treinar o pessoal na identificação dos perigos e procedimentos de segurança; e
– limitar a exposição a um determinado perigo (tanto por reduzir a quantidade de pessoas ou materiais expostos ou o tempo de exposição).

1.2.2. Normalmente, o efeito desses controles é temporário, necessitando ser repetidos periodicamente.

1.3. Equipamentos de proteção individual

Interposição de barreiras entre o pessoal e um determinado perigo. Devem ser empregados quando os outros controles não reduzirem os riscos a níveis aceitáveis ou não puderem ser implementados.

2. PROCESSO DO GERENCIAMENTO RISCO OPERACIONAL

Compreende seis etapas, abaixo definidas e apresentadas no fluxograma da Figura 3.

2.1. Etapa 1 – Identificar os perigos

Consiste, inicialmente, em relacionar as principais fases da operação. Em seguida, elas devem ser analisadas, buscando identificar perigos que possam estar presentes em cada uma delas.

2.2. Etapa 2 – Avaliar os riscos

Consiste em classificar todos os perigos conforme o seu respectivo nível de risco, definido a partir da gravidade das possíveis consequências e respectiva probabilidade. O emprego de uma Matriz de GRO, embora não seja indispensável, é particularmente útil nesta etapa do processo.

2.3. Etapa 3 – Analisar Medidas de Controle do Risco

Consiste em conceber e estimar a eficácia das possíveis medidas para a redução dos riscos, considerando o seu efeito sobre a gravidade, a probabilidade ou, em último caso, a exposição, começando pelos mais elevados.

2.4. Etapa 4 – Decisão de Risco

Consiste em decidir quanto à aceitabilidade do risco residual, que permanecerá mesmo após aplicação das medidas de controle selecionadas. Se esse risco não for aceitável diante dos benefícios considerados, ou se houver a necessidade de implementar medidas de controle que

excedam o seu nível hierárquico, o decisor deverá informar à autoridade imediatamente superior na cadeia de comando.

2.5. Etapa 5 – Implementar as Medidas de Controle do Risco

Consiste em aplicar as medidas de controle selecionadas pelo decisor para a eliminação ou redução dos riscos, colocando todos os meios e recursos necessários à disposição dos responsáveis pela sua execução. Caso alguma medida de controle deixe de ser implementada, uma nova decisão de risco será requerida, no nível adequado.

2.6. Etapa 6 – Supervisionar

Consiste em verificar se as medidas de controle foram implementadas, se estão sendo eficazes e monitorar qualquer mudança nos parâmetros considerados inicialmente para a decisão de risco, que requeiram a realimentação do processo do GRO.

3. PRINCÍPIOS DO GRO

Sua importância é reforçada pelo conceito de que toda decisão de risco deficiente deixou de observar ao menos um dos quatro princípios do GRO, abaixo relacionados. Embora sua aplicação não garanta, isoladamente, o pleno sucesso de uma operação, fazê-lo é a garantia de que uma operação tem pontos em comum com operações complexas, de alto risco e bem-sucedidas.

3.1. Antecipar e gerenciar os riscos durante o planejamento

É mais fácil gerenciar os riscos durante a fase de planejamento de uma operação. Quanto mais tarde for decidida a implementação das mudanças necessárias, mais dispendioso e demorado será o processo."Não existem acidentes novos", e "para cada acidente sempre haverá precedentes conhecidos cujo conhecimento poderia tê-lo evitado" são fundamentos tradicionais da prevenção de acidentes.

O GRO complementa essa abordagem com uma atitude proativa, não só de ênfase nos precedentes conhecidos realmente aplicáveis ao contexto da operação, como também de uma projeção daquilo que pode "dar errado" em uma operação, independentemente de já ter acontecido alguma vez.

3.2. Considerar a relação custo x benefício antes de aceitar o risco

Os benefícios a serem obtidos devem ser bem conhecidos e compatíveis com o nível de risco da operação. Sob certos contextos, é possível que o único benefício que justifique a aceitação de um risco seja a possibilidade de evitar-se outro risco ainda maior.

Não devem ser considerados benefícios cuja obtenção normalmente seria atribuída a um nível de autoridade superior a do decisor, extrapolando-se o propósito da operação, a menos que haja delegação formal nesse sentido.

O processo do GRO em uma operação de guerra em nada difere do que ocorre nos adestramentos em tempo de paz. Entretanto, na guerra riscos mais elevados podem ser considerados aceitáveis em virtude do valor estratégico dos benefícios a serem auferidos.

3.3. Decisão de risco no nível adequado

O nível adequado é aquele no qual o decisor dispõe dos recursos necessários para reduzir ou eliminar o risco e autoridade possa fazer implementar as medidas de controle. Normalmente esse nível é o da autoridade que comanda uma operação planejada.

Caso os controles disponíveis para esse nível não sejam suficientes para reduzir o risco residual a um nível aceitável, ou se o decisor não estiver investido da autoridade requerida para implementá-los, a decisão de risco deverá ser levada para o próximo nível na cadeia de comando.

3.4. Rejeitar riscos desnecessários

Risco desnecessário é aquele que não traz nenhum retorno relacionado à operação ou reconhecido pela instituição em termos de benefícios ou oportunidades.

Também deve ser rejeitado o risco "desnecessariamente elevado", aquele que, embora re-

lacionado com a operação, poderia ser reduzido sem comprometê-la, mas é aceito tal como está.

Sob nenhuma circunstância, a eventual incapacidade de se antever qualquer possível perda justifica a aceitação de um risco não relacionado com a operação. Deve ser claramente compreendido que a aceitação do risco não se equivale ao desejo irresponsável de apostar na sorte.

4. RESPONSABILIDADES INTRÍNSECAS AO PROCESSO DO GRO

O processo do GRO implica em diferentes atribuições e responsabilidades, conforme o nível de decisão em uma operação:

4.1. Comandantes, em qualquer nível

São responsáveis pelo eficaz gerenciamento dos riscos e devem:

a) selecionar, dentre as medidas de controle propostas por seu Estado-Maior, as que serão efetivamente implementadas;

b) aceitar ou rejeitar o risco considerando os benefícios a serem obtidos com a operação;

c) adestrar e motivar os líderes para empregar o processo do GRO em suas decisões; e

d) elevar a decisão de risco para o nível adequado, quando necessário.

4.2. Estado-Maior Conjunto ou assessores

Avaliar os riscos e conceber possíveis medidas de controle e integrar as medidas de controle aos planejamentos e diretrizes.

4.3. Indivíduos com atribuições relacionadas à supervisão, em qualquer nível

Aplicar o processo do GRO e prover as orientações necessárias para que o seu pessoal possa aplicá-lo a quaisquer situações.

Buscar, continuamente, a integração dos princípios, conceitos e métodos do GRO às tarefas sob sua responsabilidade.

Elevar as decisões de risco que excedam sua capacidade de controle ou o nível de risco residual que está autorizado a aceitar para a autoridade superior.

4.4. Indivíduos em geral

Compreender os princípios e o processo do GRO, estando capacitado a exemplificá-los em sua área de atuação.

Somente considerar benefícios reconhecidos pelo Comando para a aceitação do risco.

Reportar quaisquer mudanças que afetem os riscos inicialmente considerados aceitáveis para a operação.

5. NÍVEIS DE APLICAÇÃO

O processo do GRO pode ser aplicado em três níveis, com crescente profundidade de abordagem. O melhor nível de aplicação para cada operação varia conforme a complexidade das tarefas, tempo e recursos disponíveis.

5.1. GRO em Tempo Crítico

Consiste uma consideração mental ou verbal da situação, empregando o processo básico do GRO, sem a necessidade de registros formais. É empregado por pessoal capacitado em situações onde o tempo é exíguo, como durante a execução de adestramentos ou operações, ou no planejamento ou execução da resposta a emergências. O GRO em tempo crítico é particularmente útil para a escolha de uma linha de ação adequada, diante de um imprevisto no decorrer de uma operação planejada ou da rotina diária.

5.2. GRO Deliberado

Consiste na aplicação completa das etapas do processo do GRO, no planejamento de uma operação ou na avaliação de um procedimento. Para a identificação dos perigos e análise das possíveis medidas de controle, o GRO deliberado baseia-se na experiência individual e em técni-

cas de “brainstorm”, razão pela qual beneficia-se do trabalho em grupo. É empregado no planejamento de operações futuras, revisão de procedimentos padronizados de operação, adestramento ou manutenção e desenvolvimento de planos de controle de avarias ou resposta a emergências.

5.3. GRO em Profundidade

Difere do GRO deliberado apenas pela identificação mais detalhada dos perigos e pela avaliação dos riscos envolvendo a pesquisa dos dados disponíveis, o uso de diagramas e ferramentas de análise, testes e ensaios, e a análise do histórico dos riscos associados a determinado sistema ou operação, por vezes com o auxílio de peritos em cada área de conhecimento. É empregado para o estudo de perigos e respectivos riscos em sistemas ou operações complexas ou em contextos com perigos pouco usuais.

O GRO em profundidade se aplica ao planejamento a longo prazo de operações complexas, à introdução de novos equipamentos, materiais ou missões, desenvolvimento de táticas e de programas de adestramento, construção de instalações de alto risco e revisão geral ou grandes reparos em sistemas vitais.

6. MATRIZ DE GERENCIAMENTO DO RISCO

A Matriz de GRO, apresentada a seguir, é uma tabela cujas entradas são níveis previamente definidos de gravidade e de probabilidade, a partir dos quais se obtém uma classificação padronizada para o risco, ou Código de Avaliação do Risco (CAR). Nessa tabela, a intensidade da exposição ao risco deve ser considerada por meio da sua influência sobre a gravidade e probabilidade.

Matriz de GRO

		PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA			
		A	**B**	**C**	**D**
		Muito Provável	**Provável**	**Pouco Provável**	**Improvável**
Gravidade das Consequências	**I**	1	1	2	3
	II	1	2	3	4
	III	2	3	4	5
	IV	3	4	5	5

Gravidade das Consequências	**Códigos de Avaliação do Risco (CAR)**	
I – Morte ou perda total II – Lesões ou avarias graves III – Lesões ou avarias leves IV – Lesões ou avarias mínimas	1 = Crítico 2 = Alto 3 = Moderado	4 = Baixo 5 = Desprezível

FIGURA 3 – Fluxograma do Processo de GRO

Identificar os perigos
Avaliar os riscos
Analisar Medidas de Controle
Decisão de Risco
Implementar as Medidas de Controle
Supervisionar
Listar as principais etapas da operação
Identificar os perigos em cada etapa e suas consequências
Para cada consequência, estimar a gravidade e a probabilidade
Quantificar o nível de risco
Definir medidas de controle do risco
Uma vez controlado, o risco será aceitável em termos de custo e benefício?
É possível conceber outras medidas de controle no meu nível?
É possível implementar as medidas de controle no meu nível?
Informar a autoridade superior
Implementar as medidas de controle selecionadas
Supervisionar o andamento da operação
As medidas de controle implementadas são eficazes?
Houve mudanças nas premissas inicialmente consideradas?
Manter a supervisão até o término da operação
S
N

APÊNDICE XIII ao ANEXO C
MODELO DE EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Título da Operação
Comando Operacional *(inserir nome)*
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*

EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL

Referências: *a. Diretriz (do escalão superior);*
b. Mapas e cartas; e
c. Outros documentos relevantes que tenham servido de base ao exame.

1. ANÁLISE DA MISSÃO E CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Origem e Enunciado da Missão.

1.2. Estudo da Missão do Escalão Superior.

a. Missão e intenção do comandante.
b. Efeitos desejados.
c. Premissas Básicas.

1.3. Análise da Própria Missão

a. Identificação dos objetivos e efeitos desejados.
b. Contribuição para os efeitos desejados do escalão superior.
c. Relação da missão com as de outros comandos.

1.4. Considerações Preliminares

a. Aspectos:
1) políticos.
2) econômicos.
3) psicossociais.
4) científico-tecnológicos.
b. Área de responsabilidade.
c. Meios adjudicados.
d. Inimigo.
e. Premissas básicas (elaboradas pelo EMCj).
f. Limitações ao planejamento.
g. Apreciação sumária do poder relativo das forças em presença.
h. Intenção(ões) do comandante.

1.5. Diretriz de Planejamento

a. Enunciado da missão.
b. Dados e conclusões da análise da missão.
c. Estado final desejado.
d. Cronograma de trabalho.
e. Intenção do Comandante.

2. A SITUAÇÃO E SUA COMPREENSÃO

2.1. Características da área de responsabilidade

a. Fatores Gerais
1) Políticos.
2) Econômicos.
3) Psicossociais.
4) Científico-tecnológicos.

b. Fatores Fixos
1) Hidrografia.
2) Terreno e topografia.
3) Clima e meteorologia.
4) Períodos diurnos e noturnos.
5) Pontos de importância operacional.
6) Linhas de transporte e de suprimento.
7) Condições sanitárias.
8) Instalações operacionais e defesas fixas.
9) Comunicações na área.

2.2. Forças Inimigas

a. Dispositivo.
b. Composição.
c. Valor.
d. Atividades importantes recentes e atuais.
e. Peculiaridades e deficiências.

2.3. Nossas Forças

a. Composição.
b. Situação logística.
c. Situação dos meios de apoio.

2.4. Forças Amigas

2.5. Centros de gravidade e vulnerabilidades críticas

Capacidades Críticas, Requisitos Críticos e Vulnerabilidades Críticas da própria Força e do Inimigo.

2.6. Comparação dos Poderes Combatentes (CPC)

a. Forças combatentes.
b. Comando e controle.
c. Logística.
d. Fatores de tempo e distância.

2.7. Conclusão Parcial

a. Aspectos relevantes das forças amigas.
b. Aspectos relevantes da área de responsabilidade e da CPC:
1) Necessidades de Inteligência;
2) Fatores de força e fraqueza (FFF); e
3) Determinação inicial da adequação da própria força.

3. POSSIBILIDADES DO INIMIGO, LINHAS DE AÇÃO E CONFRONTO

3.1. Possibilidades do Inimigo (Psb I)

a. Formulação e análise.
b. Probabilidade de adoção das Psb I.

3.2. Linhas de Ação (LA)

a. Elaboração das linhas de ação:
1) Faseamento da operação;
2) Definição de indicadores;
3) Seleção de frentes;
4) Seleção de alvos; e
5) Seleção de direção(ões) estratégica(s) ou direção(ões) tática(s) de atuação.
b. Conceito sumário de cada linha de ação.
c. Prova preliminar de adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade.
d. Validação das linhas de ação.

3.3. Confronto

a. Ações que o inimigo poderá executar para realizar a Psb I.
b. Ações que serão executadas para realizar a LA, em face dessa Psb I.
c. Interações entre a LA e a Psb I.
d. Conclusões.

4. COMPARAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO

4.1. Vantagens e Desvantagens

4.2. Prova Final de Adequabilidade, Praticabilidade e Aceitabilidade

4.3. Matriz de Decisão

4.4. Avaliação do Mérito Relativo das LA e Seleção de uma LA para a Decisão

5. DECISÃO

6. CONCEITO PRELIMINAR DA OPERAÇÃO (CPO)

6.1. Apreciação da Situação

6.2. Estado Final Desejado

6.3. A missão e a Concepção da Manobra do Comandante

6.4. Necessidades de Forças Extras ou Suporte Logístico

6.5. Diretrizes para Comunicação Social, Operações Psicológicas, Assuntos Civis, Operações Especiais e conduta com refugiados/evacuados

6.6. Riscos Políticos, Diplomáticos, Econômicos e Militares

6.7. Diretrizes para a Confecção da Lista de Alvos

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:
LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

PLANO OPERACIONAL “XXX” (*nome código*)

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento, particularmente o plano estratégico e as diretrizes políticas e ministeriais*.

1. ORGANIZAÇÃO POR TAREFAS

Listar a organização por tarefas do Comando Operacional, onde deverão estar indicados os meios de cada força componente.

1.1. Força Naval Componente

– XXX

1.2. Força Terrestre Componente

1.3. Força Aérea Componente

1.4. Força Tarefa Conjunta *(nome)*

1.5. Comando Logístico do Teatro de Operações

2. SITUAÇÃO

Apresentar as informações necessárias ao entendimento pleno do quadro da campanha pelas forças subordinadas.

2.1. Hipótese de Emprego (HE) – *Discriminar a HE na qual a Campanha/Operação está enquadrada, à luz da Estratégia Militar de Defesa.*

2.2. Forças Inimigas – *Relacionar as informações relativas à composição, dispositivo, localização, valor, movimentos, identificação e as possibilidades do inimigo. Pode ser feita referência a um anexo de inteligência.*

2.3. Forças Amigas – *Relacionar as informações necessárias relativas às forças amigas, não subordinadas, cujas ações possam afetar as nossas operações. Essas informações devem restringir-se à coordenação das operações de interesse para o Comando Operacional.*

2.4. Centros de Gravidade – *Apresentar os CG identificados, amigos e inimigos.*

2.5. Premissas Básicas – *Relacionar a(s) premissa(s) considerada(s) pelo C Op durante o exame de situação.*

3. MISSÃO

Enunciar, de maneira clara e concisa, a missão do escalão considerado, constituída por tarefa(s) e propósito. Esta missão originou-se da missão atribuída pelo escalão superior, que foi analisada e complementada na primeira etapa do exame de situação, sendo expressa com uma redação mais completa no final daquela etapa, junto à Diretriz de Planejamento.

4. EXECUÇÃO

4.1. Intenção do Comandante

A intenção do comandante apresenta, de forma abreviada, sua visão de como a operação será executada e o estado final a ser obtido na área de responsabilidade. Neste item, ele imprime seu perfil à operação, valendo-se de sua experiência profissional para, sucintamente, transmitir aos seus subordinados a forma como ele pretende abordar os centros de gravidade, servindo como um complemento para orientar o desenvolvimento do planejamento das Forças Componentes, sem tolher a iniciativa dessas forças e dos escalões subordinados. Incluirá, ainda, as necessidades de coordenação, forças apoiadoras e apoiadas, para cada fase da operação/campanha. Ainda que breve, deve ser expressa com detalhes suficientes para assegurar uma completa compreensão pelos elementos subordinados.

4.2. Concepção Geral

Apresentar, inicialmente, de forma sucinta, como serão conduzidas as operações que integram a campanha como um todo, incluindo o esquema geral da manobra, as fases e os prazos para a sua concretização. Em seguida, detalhar, para cada fase da campanha, o objetivo da fase, suas metas (medidas de efetividade) e suas atividades operacionais, da seguinte forma:

a. Fase 1

1) Objetivos da Fase: *Estabelecer os efeitos desejados mais amplos, para os quais vão concorrer todas as operações realizadas na respectiva fase.*

2) Conceito das Operações: *Especificar as operações a serem realizadas na respectiva fase, identificando os responsáveis por cada operação (quem e o que).*

3) Sincronização das Ações: *Apresentar a ideia do Comando Operacional de como, quando e onde as operações serão realizadas, especificando o sincronismo e a interdependência entre elas.*

4) Atividades Operacionais: *Especificar as atividades de comando e controle, inteligência, logística, apoio de fogo e proteção, que irão apoiar o conceito estabelecido para a fase considerada.*

5) Meios: *Especificar, na medida do possível, os meios visualizados para cumprir as operações previstas na fase considerada.*

6) Indicadores de eficácia: *Estabelecer as metas a serem atingidas durante a respectiva fase, constituindo parâmetros para a avaliação do desenvolvimento das operações em relação aos efeitos desejados da fase.*

b. Fase X

4.3. Força Naval Componente

Neste item, serão colocadas todas as informações e ordens específicas relacionadas à referida força componente.

a. Fase 1

b. Fase X

4.4. Força Terrestre Componente

Neste item, serão colocadas todas as informações e ordens específicas relacionadas à referida força componente.

a. Fase 1

b. Fase X

4.5. Força Aérea Componente

Neste item, serão colocadas todas as informações e ordens específicas relacionadas à referida força componente.

a. Fase 1

b. Fase X

4.6. Força Conjunta XXXXX

Neste item, serão colocadas todas as informações e ordens específicas relacionadas à referida força componente.

a. Fase 1

b. Fase X

4.7. Instruções de coordenação

Especificar todas as medidas de coordenação visualizadas para as fases que compõem a campanha. Neste item, são referenciados os anexos específicos que detalham a execução da campanha, tais como calco de operações, plano de interdição, contendo a lista integrada de alvos, operações especiais, matriz de sincronização, regras de engajamento, segurança da área de retaguarda, entre outros.

5. LOGÍSTICA

Apresentar todas as informações, desdobramentos, normas e instruções relativas à execução do apoio logístico, especificadas por cada função logística. Em razão do volume de informações, normalmente, será elaborado um anexo de logística, cabendo neste item apenas a referência ao mesmo.

5.1. Organização do apoio logístico

5.2. Suprimento

5.3. Manutenção

5.4. Saúde

5.5. Transporte

5.6. Engenharia

5.7. Recursos humanos

5.8. Salvamento

5.9. Socorro

5.10. Prescrições diversas

6.5. COMANDO E CONTROLE

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas ao comando e controle da campanha. Em razão do volume de informações, normalmente, será elaborado um anexo de comando e controle, cabendo neste item citar a referência ao mesmo.

6.1. Comando – *Estabelecer as relações de comando que devem ser mantidas em todas as fases da campanha, indicando as alterações a serem executadas durante a mesma, com o prazo previsto para esse fim. Citar a localização do seu posto de comando e apresentar as prescrições sobre a localização dos postos de comando das forças subordinadas*.

6.2. Controle – *Estabelecer os procedimentos impostos pelo Comando Operacional para o controle das ações das forças subordinadas, proporcionando o fluxo das informações necessárias ao acompanhamento das operações.*

6.2.1. Rotina de trabalho do C Op

Definir o horário dos eventos da rotina de trabalho do C Op e o horário de emissão dos documentos diários relacionados a seguir.

6.2.1.1. Quadro de Eventos

Reunião	*Horário*	*Local*	*Meio*	*Participantes*
Coordenação de Comando				
Diária de Situação				
Coordenação de Fogos				
Coordenação de Operações				
Coordenação de Inteligência				
Coordenação do Espaço Aéreo				
Coordenação de Operações de Informação				
Controle da Operação Planejada				
Aprovação da Ordem de Coordenação				

6.2.1.2. Quadro de Documentos

Documento	*Horário*	*Emissor*	*Destinatário*
Sumário de Situação			
Ordem de Coordenação			
Lista de Alvos			
Registro de Reunião			

6.3. Comunicações – *Estabelecer todas as ordens sobre os sistemas de comunicações e as prescrições relativas ao uso dos meios de comunicações, incluindo as diretrizes para a apropriação dos meios civis na área de responsabilidade.*

6.4. Prescrições diversas – *Estabelecer todas as outras prescrições relativas ao comando e controle não incluídas nos itens anteriores, tais como sistemas de apoio à decisão.*

7. PESSOAL

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas à atividade de pessoal. Em razão do volume de informações, normalmente, será elaborado um anexo de pessoal, cabendo neste item apenas a referência ao mesmo.

8. OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas às atividades de comunicação social, operações psicológicas, guerra eletrônica e defesa cibernética. Em razão do volume de informações, normalmente, será elaborado um anexo de operações de informação, com apêndices específicos de cada atividade, cabendo neste item apenas a referência ao mesmo.

8.1. Generalidades

a. *Citar as ações coordenadas que concorrem para a consecução de objetivos políticos e estratégicos, executadas com o propósito de influenciar um oponente real ou potencial, diminuindo sua combatividade, coesão interna e externa, e capacidade de tomada de decisão.*

b. *Citar as condicionantes relativas à condução das operações de informação por especialistas, à aprovação prévia das ações de operações psicológicas, à integração com as operações e as atividades de assuntos civis e inteligência, entre outras.*

c. *Citar a necessidade de sincronização da produção e disseminação dos produtos de informação com todos os sistemas operacionais.*

8.2. Comunicação Social – *Apresentar considerações sobre as atividades de informações públicas, divulgação institucional e relações públicas.*

8.3. Operações Psicológicas – *Apresentar considerações sobre as atividades de operações psicológicas, especificando as ideias-força, os públicos-alvo e os temas a serem explorados.*

8.4. Guerra Eletrônica – *Apresentar considerações sobre as Medidas de Apoio de Guerra Eletrônica (MAGE), Medidas de Ataque Eletrônico (MAE) e Medidas de Proteção Eletrônica (MPE).*

8.5. Defesa Cibernética – *Apresentar considerações sobre as atividades de defesa cibernética, relacionadas às ações de exploração, ataque e proteção cibernéticos.*

8.6. Prescrições diversas – *Neste item deve ser enfatizado o uso coordenado de ações de segurança, despistamento, operações psicológicas, guerra eletrônica e destruição física, apoiadas por um sistema de inteligência, destinadas a negar informações, influenciar, degradar ou neutralizar capacidades de comando e controle do oponente, protegendo, ao mesmo tempo, a estrutura de comando e controle amiga.*

9. ASSUNTOS CIVIS

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas às atividades de assuntos civis, incluindo a administração de governo, o controle de recursos locais e serviços públicos, o controle da população, o controle dos refugiados/deslocados/evacuados, a assistência humanitária, a defesa civil, as ações cívico-sociais e a coordenação das agências civis. Em razão do volume de informações, normalmente, será elaborado um anexo de assuntos civis, cabendo neste item apenas a referência ao mesmo.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Neste item, são apresentadas prescrições de caráter geral, não constantes dos itens anteriores, tais como condicionantes políticas e militares às operações, prioridades do Comando Operacional, observância das normas do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), administração financeira, entre outras.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

ANEXOS: A – Inteligência
B – Calco de Operações
C – Plano de Interdição
D – Operações Especiais
E – Matriz de Sincronização
E – Regras de Engajamento
G – SEGAR
H – Logística
I – Comando e Controle
J – Pessoal
K – Operações de Informação
L – Assuntos Civis
M – Administração Financeira

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

ADENDO 1 ao APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE ANEXO DE INTELIGÊNCIA AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

ANEXO A (INTELIGÊNCIA) ao Plano Operacional “XXX”

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento*.

1. CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE

Apresentação e apreciação das principais características (terreno, condições climáticas e meteorológicas) da área de responsabilidade que tenham maior influência nas ações a serem executadas pelas Forças Componentes e pelo inimigo (oponentes, ou adversos ou beligerantes).

Para as operações de defesa interna (forças adversas) ou manutenção da paz (forças beligerantes), identificar as áreas sensíveis, as áreas problemas e aquelas sob controle dessas forças.

2. SITUAÇÃO DO OPONENTE

2.1. Identificação, valor, composição e localização

Neste item devem ser elencadas as atividades realizadas, ou passíveis de serem executadas pelo oponente, e que podem influenciar os planejamentos de ordens ou planos de busca. Nesse contexto, como sugestão, os assuntos poderão ser apresentados da forma como se segue:

– Relatar aquilo que é essencial à operação.

– Em função do volume dos conhecimentos a serem transcritos, eles poderão constar como apêndice a este anexo, na forma de outros documentos de Inteligência ou calcos.

2.2. Atividades importantes, recentes e atuais

a. Operacionais – *reconhecimentos, vigilância, patrulhas, organização no terreno, comunicações, guerra eletrônica e movimentação de tropas.*

b. Logísticas – *listar as atividades identificadas.*

c. Inteligência – *listar aquelas que se destacam. Especial atenção à espionagem e à desinformação.*

d. Sabotagem e Terrorismo – *listar as ações realizadas e o "modus operandi".*

e. Comunicação Social – *listar as ações executadas e as que estão em execução, particularmente, as relacionadas com Operações Psicológicas (Op Psc) (evitando, se for o caso, as ações identificadas) e relações públicas. Indicar os públicos-alvo e os resultados alcançados.*

f. Guerra Irregular – *listar as principais ações executadas. Identificar as organizações envolvidas.*

g. Outros.

2.3. Peculiaridades e deficiências

– Operacionais.
– Guerra Eletrônica.
– Guerra Cibernética
– Logísticas.
– Doutrinárias.
– Pessoal.
– Inteligência.

– Comunicação Social.
– Personalidade (Cmt, líderes, Of de EM, outras de interesse).
– Outros.

2.4. Possibilidades das Forças em Presença (oponentes, adversas ou beligerantes)

a. Enumeração

– Atacar ....
– Defender ....
– Realizar invasões ....
– Ocupar instalações ....
– Outros.

b. Outras (apoio à ação principal)

– Inteligência.
– Comunicação Social.
– Guerra Eletrônica.
– Guerra Cibernética
– Op Psc
– Guerra Irregular.
– Sabotagem.
– Terrorismo.
– Outros.

OBSERVAÇÃO: *Para cada possibilidade responder aos itens “O QUE?”, “QUEM?”, “QUANDO?”, “COMO?”, “ONDE?”, e “COM QUE VALOR?”.*

2.5. Conclusão

Relatar aquelas obtidas quando da realização da Análise de Inteligência, destacando as relacionadas com os efeitos do ambiente operacional (terreno – condições climáticas e meteorológicas) sobre as operações em curso (nossas Forças e Forças inimigas); as prováveis ações do inimigo e os graus de probabilidade de execução, e as vulnerabilidades que possam ser exploradas.

3. CONTRAINTELIGÊNCIA

Relatar as instruções específicas de Contrainteligência que complementem as Normas Gerais de Ação (NGA). Em função do volume das prescrições a serem transcritas ou do grau de sigilo exigido na difusão dessas instruções, quando pertinente, confeccionar um apêndice de Contrainteligência (CI).

4. INTELIGÊNCIA DE SINAIS E DE IMAGENS

Relatar as instruções específicas de Inteligência de sinais e de imagens que complementem as NGA. Em função do volume das prescrições a serem transcritas ou do grau de sigilo exigido na difusão dessas instruções, quando pertinente, confeccionar planos e instruções específicas.

5. INSTRUÇÕES DE INTELIGÊNCIA

Relatar as instruções específicas relativas à operação em curso, não incluídas nas NGA ou que as modifiquem.

a. Pessoal – *Instruções relativas a prisioneiros de guerra, desertores, refugiados, inimigos feridos e elementos detidos ou presos quanto aos procedimentos a serem adotados nas atividades de recepção, registros, entrevistas, interrogatórios e outros.*

b. Documentos capturados – *Instruções relativas ao manuseio e análise desses documentos, desde a sua obtenção até a recepção na Seção de Inteligência, quando necessário.*

c. Armamentos e materiais capturados – *Definição daqueles que possam interessar*

quanto à obtenção, manuseio e análise.

d. Expedição de documentos de Inteligência – *Complementa as NGA, estipulando as condições (datas, horários e número de cópias) que regulam a expedição e transmissão de conhecimentos ou documentos de Inteligência pelo escalão subordinado.*

e. Reuniões e ligações de Inteligência – *Complementam as NGA, estipulando as condições de execução das mesmas.*

6. DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

6.1. Documentos (cartas, fotografias e outros)

6.2. Equipamentos

OBSERVAÇÃO: *Relacionar aqueles necessários à operação em curso e condições de distribuição.*

7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Observações ou ordens específicas de Inteligência não relatadas anteriormente.

APÊNDICES: I – Área de responsabilidade
II – Rios Principais
III – Transportes
IV – Localização dos nacionais no País “___”
V – Forças Oponentes
VI – Aeródromos
VII – Petróleo e gás
VIII – Destino dos Repatriados
IX – Necessidades de Inteligência
X – Inteligência de sinais
XI – Infraestruturas críticas
XII – Contrainteligência
XIII – Outros

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE DE CONTRAINTELIGÊNCIA AO ANEXO DE INTELIGÊNCIA AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

APÊNDICE XII (CONTRAINTELIGÊNCIA) AO ANEXO A (INTELIGÊNCIA) ao Plano Operacional “XXX”

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento*.

1. MISSÃO

Citar o envolvimento da Seção de Inteligência na missão do C Op, descrevendo como devem ser desenvolvidas as ações relativas à Contrainteligência e sua integração na concepção geral da manobra.

2. SITUAÇÃO

Tecer considerações sucintas sobre os fatos que deram origem à Operação, resumindo a situação com os dados e informações significativos, sob o enfoque da Contrainteligência, que possam influenciar o cumprimento da missão.

3. EXECUÇÃO

3.1. Segurança Orgânica

– Elaborar o Plano de Segurança Orgânica (PSO) adequado à Operação que contemple todas as medidas passivas destinadas a salvaguardar os dados sensíveis e o conhecimento, bem como os seus suportes. Esse PSO pode constituir um adendo ao Apêndice de Contrainteligência (CI).

– Suportes a serem abordados: pessoal, documentos e materiais, áreas e instalações, tecnologia da informação e comunicações.

3.2. Segurança Ativa

– Elaborar o Plano de Segurança Ativa (PSA) adequado à Operação que contemple todas as medidas ativas necessárias destinadas a neutralizar ou degradar a capacidade da Inteligência adversa, bem como a proteger as forças amigas contra as ações das Forças Adversas. Esse PSO pode constituir um adendo ao Apêndice de CI.

– Medidas a serem abordadas: Contraespionagem, Contraterrorismo, Contrassabotagem, Contra-Ações Psicológicas e Desinformação.

4. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Abordar as necessidades administrativas para fins de implementação das medidas de Contrainteligência.

ADENDOS: 1 – PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA.
2 – PLANO DE SEGURANÇA ATIVA.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

ADENDO 1 (PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA) AO APÊNDICE XII (CONTRAINTELIGÊNCIA) AO ANEXO A (INTELIGÊNCIA) ao Plano Operacional “XXX”

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento*.

1. SITUAÇÃO

Esboço da situação.

Tecer considerações sucintas sobre os fatos que deram origem à Operação, resumindo a situação com os dados e informações significativos, sob o enfoque da Contrainteligência, que possam influenciar o cumprimento da missão.

2. REFERÊNCIAS

Constar todos os documentos legais consultados e pertinentes à Operação.

3. MISSÃO

Enunciar, de maneira clara e concisa, a missão de CI analisada do escalão considerado.

Exemplo: Impedir que as Forças Adversas adquiram conhecimento sobre o dispositivo militar, situação do pessoal e material, planos de operações, sistema de comunicações em uso, áreas e instalações utilizadas e sobre os meios de Tecnologia da Informação do Comando Operacional XXX.

4. EXECUÇÃO

Expor, sinteticamente, como serão conduzidas as medidas passivas de CI, por meio das ações que serão implementadas nos suportes que contêm os dados sensíveis e os conhecimentos da Operação.

a. Segurança de Pessoal

Medidas de segurança:

1) no processo seletivo.

2) relativas ao pessoal orgânico.

3) relativas ao pessoal estranho ao C Op (permissionários e prestadores de serviços, integrantes dos Órgãos de Segurança Pública (OSP), universitários, visitantes e outros).

4) no desempenho da função.

5) no término da missão.

b. Segurança da documentação e do material

1*) na produção.*

2) na difusão e recepção.

3) no manuseio.

4) no arquivamento.

5) na eliminação.

c. Segurança das comunicações

1) na transmissão.
2) no conteúdo.

d. Segurança das áreas e instalações
1) relativa à guarda e à vigilância das áreas e instalações.
2) das áreas restritas.

e. Segurança dos meios de Tecnologia da Informação
1) física.
2) de "hardware".
3) de "software".
4) dos recursos humanos.

5. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Abordar as necessidades administrativas para fins de implementação das medidas de Contrainteligência.

6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE PLANO DE SEGURANÇA ATIVA AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

ADENDO 2 (PLANO DE SEGURANÇA ATIVA) AO APÊNDICE XII (CONTRAINTELIGÊNCIA) AO ANEXO a (INTELIGÊNCIA) ao Plano Operacional “XXX”

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento*.

1. SITUAÇÃO

Esboço da situação.

Tecer considerações sucintas sobre os fatos que deram origem à Operação, resumindo a situação com os dados e informações significativos, sob o enfoque da Contrainteligência, que possam influenciar o cumprimento da missão.

2. REFERÊNCIAS

Constar todos os documentos legais consultados e pertinentes à operação.

3. MISSÃO

Enunciar, de maneira clara e concisa, a missão de CI analisada do escalão considerado.

Exemplo: Detectar, identificar, avaliar e neutralizar as ações adversas de serviços de inteligência e de elemento ou grupo de qualquer natureza e dirigidas contra o Comando Operacional XXX

4. EXECUÇÃO

Expor, sinteticamente, como serão conduzidas as medidas ativas de CI, por meio das ações que serão implementadas para prevenir, obstruir, detectar e neutralizar as operações de espionagem, sabotagem, terrorismo e outras ações adversas contra o Comando Operacional XXX

a. Contraespionagem

Descrever as medidas a serem adotadas.

b. Contrassabotagem

Descrever as medidas a serem adotadas.

c. Contraterrorismo

Descrever as medidas a serem adotadas.

d. Desinformação

Descrever as medidas a serem adotadas.

e. Contra-Ações Psicológicas

Descrever as medidas a serem adotadas.

5. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Abordar as necessidades administrativas para fins de implementação das medidas de Contrainteligência

6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

ADENDO 2 ao APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE PLANO DE INTERDIÇÃO AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

ANEXO C (PLANO DE INTERDIÇÃO) ao Plano Operacional "XXX"

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento.*

1. SITUAÇÃO

1.1. Forças Inimigas

Relacionar as informações relativas à composição, dispositivo, localização, valor, movimentos, identificação e as possibilidades do inimigo. Pode ser feita referência a um anexo de inteligência.

1.2. Forças Amigas

Relacionar as informações necessárias relativas às forças amigas, não subordinadas, cujas ações possam afetar as nossas operações. Essas informações devem restringir-se à coordenação das operações de interesse para o comando operacional.

1.3. Hipótese

Discriminar a HE na qual a Campanha/Operação está enquadrada, à luz da Estratégia Militar de Defesa.

1.4. Meios recebidos e retirados

Citar e referir-se à situação de comando, ao tempo de permanência, etc.

2. MISSÃO

Enunciar, de maneira clara e concisa, a missão do escalão considerado, constituída por tarefa(s) e propósito. Esta missão originou-se da missão atribuída pelo escalão superior, que foi analisada e complementada na primeira etapa do Exame de Situação, sendo expressa com uma redação mais completa no final daquela etapa, junto à Diretriz de Planejamento.

3. EXECUÇÃO

3.1. Conceito da operação

1) Descrever as operações de interdição, citando:

a) data/hora do seu desencadeamento;

b) sua finalidade, dentro de cada fase da manobra do escalão considerado; e

c) quem executará as operações de interdição, citando os escalões diretamente subordinados, meios postos à disposição e meios de outras F Cte.

2) Anexo (listagem de objetivos de interdição) – listar os objetivos de interesse da Força considerada, estabelecendo prioridades, prazos, graus de interdição e adequação dos meios que poderão participar da operação

3.2. Ordens aos elementos subordinados

As ordens terão o caráter de diretriz de interdição e orientarão o Plj das Op de interdição desses mesmos elementos.

3.3. Outras prescrições

Referir-se a:

1) alvos de interdição não listados e surgidos em curso das operações;

2) prazo para a remessa dos planos de interdição dos diversos escalões diretamente subordinados à Força considerada;

3) autorização ou não para a coordenação no nível F Cte / FAC e oportunidades para tal;

4) designação de alvos de interdição por meio de um sistema alfa-numérico para o escalão considerado e elementos diretamente subordinados; e

5) outras medidas de coordenação que possam interessar às ações dos elementos de interdição em proveito das operações de interdição.

3.4. Restrições

Apresentar as restrições a serem impostas, se for o caso.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO: Lista “A”.

APÊNDICES: I – Lista Integrada de Alvos
II – Lista de Alvos Restritos
III – Lista de Alvos Proibidos
IV – Lista de Alvos Sensíveis

n/n
(GRAU DE SIGILO)

ADENDO 3 ao APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE ANEXO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

ANEXO D (OPERAÇÕES ESPECIAIS) ao Plano Operacional “XXX”

Referências: *Mapas, cartas e outros documentos pertinentes*.

1. SITUAÇÃO

As informações de interesse poderão ser retiradas do Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA).

2. CONDICIONANTES

2.1. Citar o foco principal da atuação das forças de operações especiais.

2.2. Citar os critérios operacionais básicos para o emprego de Elementos de Operações Especiais (Elm Op Esp).

2.3. Definir a responsabilidade pelo emprego de Elm Op Esp na área do conflito, antes da ativação do C Op, em ações que possam ter repercussão política e/ou estratégica.

2.4. Definir a responsabilidade pelas operações de combate ao terrorismo, no interior do território nacional, em relação aos Órgãos de Segurança Pública (OSP).

3. TAREFAS ESTRATÉGICAS E OPERACIONAIS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

3.1. Citar, de forma genérica, as tarefas atribuídas às Forças de Operações Especiais, que contribuam para o cumprimento da missão do Comando Operacional.

3.2. As tarefas devem ser atribuídas pela finalidade, orientando o planejamento das Forças de Operações Especiais e estabelecendo o efeito desejado das operações especiais.

3.3. Constituem exemplos de tarefas de operações especiais: “criar condições favoráveis para o resgate de nacionais”, “cooperar com a neutralização das forças inimigas”, “contribuir para a interdição de uma determinada área”, etc.

4. AÇÕES ESTRATÉGICAS E OPERACIONAIS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

4.1. Especificar as ações que devem ser realizadas pelas Forças de Operações Especiais, em proveito do Comando Operacional, atendendo às tarefas citadas no item anterior.

4.2. Constituem exemplos de ações das Forças de Operações Especiais: realizar reconhecimentos especiais, estabelecer Áreas Operacionais de Guerra Irregular (AOGI), realizar operações de contraterrorismo, realizar operações de inteligência e psicológicas, realizar ações diretas em alvos de valor estratégico e/ou operacional, organizar Grupos de Autodefesa (GAD), estabelecer Rede de Auxílio à Fuga e Evasão (RAFE), retomar instalações, aeronaves e navios, resgatar reféns, entre outras.

5. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O PLANEJAMENTO DE OPERAÇÕES ESPECIAS

5.1. Descrever as considerações que devem orientar o planejamento das Forças de Operações Especiais, tais como: prioridades do Comando Operacional, restrições de emprego operacional, imposição de prazos, entre outras.

5.2. Atribuir missões típicas às distintas tropas integrantes das Forças de Operações Especiais, de acordo com a vocação operacional de cada uma delas, considerando sua organização, sua

dotação de material e o adestramento do seu pessoal.

6. DEMANDAS

6.1. Apresentar as necessidades de toda ordem para viabilizar o emprego das Forças de Operações Especiais, tais como: apoio logístico, apoio aéreo, seleção dos alvos de valor estratégico e/ou operacional, estabelecimento dos Elementos Essenciais de Inteligência (EEI), entre outras.

6.2. O atendimento de tais demandas, por parte do Cmdo Op, do C Log ou de suas F Cte, permitirá às Forças de Operações Especiais planejarem e conduzirem o seu emprego operacional.

7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. Indicar a localização da Base de Operações Especiais (BOE), se for o caso.

7.2. Apresentar outras observações não constantes dos itens anteriores.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

ADENDO 4 ao APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE ANEXO DE REGRAS DE ENGAJAMENTO AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

ANEXO E (REGRAS DE ENGAJAMENTO) ao Plano Operacional "XXX"

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento.*

1. DEFINIÇÕES

– Apresentar conceitos básicos relacionados ao tipo de operação a ser realizada.

1.1. Ato Hostil

Ação direta agressiva, empreendida com o propósito de causar danos ou destruição de unidades, pessoal ou patrimônio sob custódia militar, configurada contra as forças militares do Brasil e seus aliados, incluindo também os seus territórios.

1.2. Intenção Hostil

Ações tomadas por elemento ou força potencialmente hostil, que configurem a preparação de uma agressão ou ataque iminente, contra as nossas unidades, pessoal ou patrimônio sob custódia militar, incluindo também o território nacional. Serão consideradas intenções hostis, entre outras:

a. "Iluminar" uma unidade com sistema de direção de tiro;

b. Aeronaves não identificadas, fora de aerovias, com atitude variável e "fechando" sobre o território, contra nossas forças;

c. Emprego de guerra eletrônica (ações de interferência ou bloqueio); e

d. Posicionar armamento, com pontaria direta, contra nossas forças.

1.3. Força hostil

Força militar, paramilitares ou civis, com ou sem designação nacional, que cometam ato ou intenção hostil.

1.4. Autodefesa

Todas e quaisquer ações desencadeadas pelas unidades aéreas, navais e terrestres para responder, de forma imediata e proporcional, às intenções ou atos hostis, com o propósito de garantir a integridade física de nossas unidades, pessoal ou patrimônio sob custódia militar.

1.5. Proporcionalidade

Uso da força, graduado em intensidade, duração e magnitude, no nível necessário para deter ou neutralizar, decisivamente, a ameaça, ou, caso necessário, destruir o atacante, garantindo a continuada segurança das nossas forças.

1.6. Outras definições julgadas necessárias

Descrever o conceito de forma sumária e objetiva.

2. MEDIDAS GERAIS

2.1. Orientações Comuns

a. Apresentar considerações de caráter geral, com a finalidade de orientar o planejamento tá-

tico das Forças Componentes, em relação às suas regras de engajamento.

b. Apresentar restrições de emprego e condicionantes comuns às Forças Componentes, tais como: proibição de fogo indiscriminado, danos colaterais à população e/ou infraestrutura civil, alvos proibidos, entre outras.

c. As regras de engajamento deverão ser interpretadas como uma orientação para os comandantes. Caso seja necessário, os comandantes do nível tático deverão elaborar respostas pré-planejadas para situações específicas que requeiram maior cuidado e controle do uso da força, para garantir a aderência das ações com as regras de engajamento em vigor.

2.2. Regras de Engajamento Comuns

a. Estabelecer as regras de engajamento comuns a todas as Forças Componentes, identificando-as por meio de um sistema codificado (Ex C101).

b. Como exemplo: "Realização de Fogos"

1) C111: Realização de fogos em território inimigo, exceto em autodefesa, não está autorizada.

2) C112: *Realização de fogos em território inimigo está autorizada.*

3. MEDIDAS MARÍTIMAS

3.1. Orientações Específicas

a. Apresentar considerações específicas ao ambiente marítimo e/ou fluvial.

b. Apresentar restrições de emprego e condicionantes específicas aos engajamentos no mar ou em águas fluviais.

3.2. Regras de Engajamento Marítimas

a. Estabelecer as regras de engajamento relativas ao ambiente marítimo e/ou fluvial, identificando-as por meio de um sistema codificado (Ex M203).

b. Como exemplo: "Ataques por Submarinos"

1) M241: Realização de ataques por submarinos não está autorizada.

2) M242: Realização de ataques por submarinos, no interior das ZP, está autorizada.

3) M243: *Realização de ataques por submarinos, na área do C Op, está autorizada.*

4. MEDIDAS TERRESTRES

4.1. Orientações Específicas

a. Apresentar considerações específicas ao ambiente terrestre.

b. Apresentar restrições de emprego e condicionantes específicas aos engajamentos terrestres.

4.2. Regras de Engajamento Terrestres

a. Estabelecer as regras de engajamento relativas ao ambiente terrestre, identificando-as por meio de um sistema codificado (Ex T302).

b. Como exemplo: "Ações Ofensivas Terrestres"

1) T321: Ações ofensivas terrestres não estão autorizadas.

2) T322: Ações ofensivas terrestres, em território vermelho, estão autorizadas.

3) T323: Ações ofensivas terrestres, em território amarelo, estão autorizadas.

5. MEDIDAS AÉREAS

5.1. Orientações Específicas

a. Apresentar considerações específicas ao ambiente aéreo.

b. Apresentar restrições de emprego e condicionantes específicas aos engajamentos aéreos.

5.2. Regras de Engajamento Aéreas

a. Estabelecer as regras de engajamento relativas ao ambiente aéreo, identificando-as por meio de um sistema codificado (Ex A407).

b. Como exemplo: “Ataques Aéreos”

1) A451: Ataques aéreos contra alvos inimigos não estão autorizados.

2) A452: Ataques aéreos, em território vermelho, estão autorizados.

3) A453: Ataques aéreos, em qualquer parte do C Op, estão autorizados.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Apresentar outras considerações não constantes dos itens anteriores.

6.2. Ressaltar a observância das normas do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

6.3. Destacar a necessidade das Forças Componentes estabelecerem regras de engajamento específicas, de acordo com as suas peculiaridades de emprego.

6.4. Relacionar as regras de engajamento em vigor com a distribuição do Plano Operacional, destacando que as alterações serão difundidas nas ordens de coordenação ou mensagens operacionais expedidas pelo Comando do C Op.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

ADENDO 5 ao APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE ANEXO PLANO DE SEGURANÇA DE ÁREA DE RETAGUARDA AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

ANEXO G (PLANO DE SEGURANÇA DA ÁREA DE RETAGUARDA) ao Plano Operacional "XXX"

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento*.

1. ORGANIZAÇÃO POR TAREFAS

Listar a organização por tarefas das Forças designadas para as ações de SEGAR

1.1. COMANDO DAS FORÇAS DE SEGAR
– Cmdo da XXª Bda Inf Mtz
– Cia C/XXª Bda Inf Mtz
– XXº B Log
– Xº B Com

1.2. TROPAS DA MARINHA DO BRASIL – (CONTROLE OPERACIONAL)
a. Subárea de SEGAR ALFA
– GptOpFuzNav ALFA
b. Subárea de SEGAR BRAVO

1.3. TROPAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO – (CONTROLE OPERACIONAL)
a. Comando das Forças de SEGAR
b. Subárea de SEGAR CHARLIE
– Xº BPE (-)
– XXª Cia Gd
b. Subárea de SEGAR DELTA
– XXº BIMtz
c. Local de Destino Seguro ALFA
– XXº BIMtz
– Cia C/XXª RM
d. Campo de Prisioneiros de Guerra ALFA
– XXº BIMtz;
– 01 (uma) Cia PE/Xº BPE
e. Controle de Danos
– XXº BE Cnst
f. Força de Reação
– XXº RC Mec

1.4. TROPAS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA – (CONTROLE OPERACIONAL)
a. Subárea de SEGAR ECHO
– BINFAE-XX
b. Força de Reação
– Unidade celular de Segurança e Defesa ALFA

1.5. TROPAS DA(S) POLÍCIA(S) MILITAR(ES) DO(S) ESTADO(S) ALFA, BRAVO – (CONTROLE OPERACIONAL)

1.6. ELEMENTOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – (CONTROLE OPERACIONAL)

1.7. TROPAS DO(S) CORPO(S) DE BOMBEIRO(S) MILITAR(ES) DO(S) ESTADO(S) ALFA,

BRAVO – (CONTROLE OPERACIONAL, PARA FINS DE CONTROLE DE DANOS)

2. SITUAÇÃO

Apresentar as informações necessárias ao entendimento pleno do quadro da Segurança da Área de Retaguarda no C Op

2.1. Hipóteses – *Discriminar as principais hipóteses de atuação das Forças Inimigas contra infraestruturas críticas, instalações logísticas ou de Comando e Controle na área de responsabilidade.*

2.2. Forças Inimigas – *Relacionar as informações relativas à composição, dispositivo, localização, valor, movimentos, identificação e as possibilidades do inimigo. Pode ser feita referência a um anexo de inteligência.*

2.3. Forças Amigas – *Relacionar as informações necessárias relativas às forças amigas, não subordinadas ao Comando das Forças de SEGAR, cujas ações possam interferir nas ações de Defesa de Área de Retaguarda ou de Controle de Danos. Essas informações devem restringir-se à coordenação das operações de interesse para o Comando Operacional.*

2.4. Áreas de responsabilidade – *delimitar o perímetro da área de responsabilidade de SEGAR, definindo limites (Subáreas) entre os elementos que integram as Forças de SEGAR. Normalmente estas informações constarão num calco de SEGAR (anexo ao Plano).*

3. MISSÃO

Enunciar, de maneira clara e concisa, a missão do escalão considerado quanto à Segurança de Área de Retaguarda, devendo ser constituída por tarefa(s) e propósito.

4. EXECUÇÃO

4.1. Intenção do Comandante – *A intenção do comandante apresenta, de forma abreviada, sua visão de como a segurança da área de retaguarda será executada. Incluirá as necessidades de coordenação para cada fase da operação. Ainda que breve, deve ser expressa com detalhes suficientes para assegurar uma completa compreensão pelos elementos subordinados.*

4.2. Concepção Geral – *Apresentar, inicialmente, de forma sucinta, como serão conduzidas as operações relacionadas a SEGAR, incluindo as fases (preventivas e operativas) e os prazos estabelecidos. Apresentará, também, os encargos de DEFAR e CD para as OM desdobradas na Área de Retaguarda, mesmo as não envolvidas diretamente com as Forças de SEGAR.*

5. LOGÍSTICA

Apresentar todas as informações, desdobramentos, normas e instruções relativas à execução do apoio logístico às Forças de SEGAR, especificadas por cada função logística.

6. COMANDO E CONTROLE

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas ao comando e controle para as ações de SEGAR. Em razão do volume de informações, normalmente, será elaborado um anexo de comando e controle, cabendo neste item apenas a referência ao mesmo.

7. PESSOAL

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas à atividade de pessoal.

8. OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas às atividades de comunicação social,

operações psicológicas, guerra eletrônica e defesa cibernética de interesse para a SEGAR.

9. ASSUNTOS CIVIS

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas à atividade de assuntos civis, de interesse para a SEGAR.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Neste item, são apresentadas prescrições de caráter geral, não constantes dos itens anteriores, tais como condicionantes políticas e militares às ações de SEGAR, prioridades estabelecidas pelo Comando do C Op, observância das normas do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), entre outras.

APÊNDICES: I – Calco de DEFAR
II – Calco de CD
III – Plano de Controle de Danos
IV – Outros

____
Controlador SEGAR C Op XXXXX

Lista de Distribuição: "A"

n/n

(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE CONTROLE DE DANOS AO ANEXO DE SEGURANÇA DE ÁREA DE RETAGUARDA

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora (*expedição*)
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

APÊNDICE III (CONTROLE DE DANOS) AO ANEXO G (SEGURANÇA DE ÁREA DE RETAGUARDA) ao Plano Operacional "XXX"

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento*.

1. ORGANIZAÇÃO POR TAREFAS

Listar a responsabilidade pela execução das ações de controle de danos, para tal estabelecendo Subáreas de CD, que em princípio, devem ser coincidentes com as Subáreas já estabelecidas no Plano de SEGAR).

Área de CD	*Coordenador*	*Elm Disponível*	*Inst Prioritárias*	*Obs*
ALFA (MB)	*Cmt GptOpFuz-Nav*	*(prioritariamente de engenharia, saúde, corpo de bombeiros militares, etc.)*	*– Porto de .... – Hospital Municipal ......*	*Coord com as autoridades civis da área*
BRAVO (EB)	*Cmt Xº BE Cnst*	*........................*	*– Refinaria ....*	*................*
CHARLIE (FAB)	*Cmt BINFAE*	*.....................*	*– Aeroporto............... – Terminal de cargas da INFRAERO*	*..................*
DELTA	*..................*	*..........................*	*..............................*	*..................*

2. SITUAÇÃO

Apresentar as informações necessárias ao entendimento pleno da missão de Controle de Danos no C Op.

2.1. Áreas de responsabilidade

Delimitar o perímetro da área de responsabilidade de CD, definindo limites (Subáreas) entre os elementos que integram as Forças disponíveis para SEGAR. Normalmente estas informações constarão num calco de CD (anexo ao Plano).

3. MISSÃO

Enunciar, de maneira clara e concisa, a missão do escalão considerado quanto às ações de Controle de Danos, devendo ser constituída por tarefa(s) e propósito.

4. EXECUÇÃO

4.1. Intenção do Comandante – *A intenção do comandante apresenta, de forma abreviada, sua visão de como as ações de CD serão executadas. Incluirá as necessidades de coordenação para cada fase da operação. Ainda que breve, deve ser expressa com detalhes suficientes para assegurar uma completa compreensão pelos elementos subordinados.*

4.2. Concepção Geral – *Apresentar, inicialmente, de forma sucinta, como serão conduzidas*

as operações relacionadas ao CD, incluindo as fases (preventivas e operativas) e os prazos estabelecidos. Apresentará, também, os encargos de CD para as OM desdobradas na Área de Retaguarda, mesmo as não envolvidas diretamente com as Forças de SEGAR.

5. LOGÍSTICA

Apresentar todas as informações, desdobramentos, normas e instruções relativas à execução do apoio logístico às Forças disponibilizadas para as ações de CD, inclusive as de Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militares, funcionários civis de serviços essenciais (saúde, energia elétrica, combustível, transporte, etc.).

6. COMANDO E CONTROLE

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas ao comando e controle para as ações de CD. Em razão do volume de informações, normalmente, poderá elaborado um anexo de comando e controle específico para as ações de controle de danos, cabendo neste item apenas a referência ao mesmo.

7. PESSOAL

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas à atividade de pessoal.

8. OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas às atividades de comunicação social, operações psicológicas, guerra eletrônica e defesa cibernética de interesse para o controle de danos.

9. ASSUNTOS CIVIS

Apresentar todas as informações e diretrizes relacionadas à atividade de assuntos civis, particularmente no que diz respeito à coordenação com os diversos órgãos governamentais e privados responsáveis por serviços essenciais.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Neste item, são apresentadas prescrições de caráter geral, não constantes dos itens anteriores, tais como condicionantes políticas e militares às ações de CD, prioridades estabelecidas pelo Comando do C Op.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

n/n

(GRAU DE SIGILO)

ADENDO 6 ao APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE ANEXO DE LOGÍSTICA AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

ANEXO H (LOGÍSTICA) ao Plano Operacional “XXX”

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento.*

1. SITUAÇÃO

Sintetizar os aspectos da situação vigente que poderão interessar à logística, extraindo da Análise de Logística as informações que poderão ser úteis às Unidades Subordinadas. Listar as informações sobre as forças inimigas de interesse da área logística.

1.1. Forcas inimigas

a) Conforme o Anexo de Inteligência ao Plano Operacional do C Op XXX.
b) Possibilidades do inimigo – Descrever as possibilidades do inimigo, levantadas.

1.2. Forças amigas

Conforme o Plano Operacional do C Op XXX.

1.3. Meios recebidos e retirados

Conforme a composição dos meios constante do Plano Operacional do C Op XXX.

2. MISSÃO

Citar o envolvimento da logística na missão do C Op XXX, descrevendo como será desenvolvido o apoio logístico e a sua integração na concepção geral da manobra. Exemplos:

a) planejar, integrar e controlar todas as funções logísticas de responsabilidade do C Op;
b) coordenar e integrar a execução do apoio logístico realizado no C Op;
c) ficar em condições de coordenar e integrar a execução do apoio logístico entre as F Cte e as Forças Singulares (FS), no que for necessário à população civil e aos prisioneiros de guerra;
d) coordenar, controlar e executar o apoio logístico ao C Op, por intermédio do C Log; e
e) coordenar, por intermédio do C Log, a execução das ações de SEGAR a serem desenvolvidas no C Op, se for o caso.

3. EXECUÇÃO

3.1. Organização do Apoio Logístico

3.1.1. Localização das instalações logísticas apoiadoras na ZI.

Descrever a localização das estruturas logísticas das Forças Singulares, designadas no PEECFA para apoio ao C Op.

3.1.2. Comando Logístico do Teatro de Operações:

a) encargos de ativação;
b) desdobramento (localização e data-hora de abertura do PC); e
c) outras informações de caráter geral.

3.1.3. Localização das OM e instalações logísticas e oportunidade de abertura

a) instalações e Organizações Logísticas (apoiadoras);
b) instalações e Organizações Logísticas das F Cte (apoiadas); e
c) outras informações de caráter geral.

3.1.4. Formas de apoio logístico: *(especificar as formas de apoio por F Cte)*

a) Ao conjunto;
b) Por área;
c) Suplementar;
d) Direto;
e) Específico;
f) Fixo; e
g) Móvel.

3.1.5. Quadro de Organização do Apoio – *Conforme Apêndice I, do presente Anexo.*

3.1.6. Desdobramento logístico – *Conforme Apêndice II, do presente Anexo – Calco de Logística.*

3.1.7. Dimensão do Apoio: *(especificar)*

a) Efetivos;
b) Viaturas;
c) Armamento; e
d) ....

3.1.8. Mobilização:

a) Quantidades; e
b) Prazos.

3.1.9. Suprimento de fundos e licitações.

3.2. Função Logística Recursos Humanos

3.2.1. Levantamento das necessidades

3.2.2. Procura e admissão

3.2.3. Preparação e/ou Instrução Militar.

3.2.4. Administração:

a) Controle dos efetivos:
– Registros e relatórios;
– Perdas; e
– Níveis mínimos.
b) Recompletamentos:
– Atividades dos Centros de Recompletamentos; e
– Formas e prioridades de recompletamentos.

3.2.5. Bem-estar e manutenção do moral:

a) Repouso;
b) Recuperação;
c) Recreação;
d) Suprimento reembolsável e/ou cantina móvel:

– Localização e abertura; e
– Formas de funcionamento e de pagamento.
e) Serviço de Assistência Religiosa;
f) Serviço de Assistência Social;
g) Serviço postal:
– Localização e abertura das agências; e
– Formas de funcionamento do serviço.
h) Serviço de banho
– Formas de funcionamento do serviço.
i) Serviço de lavanderia
– Formas de funcionamento do serviço.
j) Sepultamento:
– Cemitério(s);
– Posto de coleta e identificação (localização);
– Evacuação:
1) Do Posto de Coleta de Mortos para o cemitério
2) Responsável
– Espólio (procedimentos a serem obedecidos);
– Inumação (a quem cabe a responsabilidade);
– Registros; e
– Casos particulares:
1) NGA para o sepultamento em território inimigo;
2) NGA para o sepultamento de inimigo; e
3) NGA para o sepultamento de civis, aliados e PG.

3.2.6. Mão-de-obra civil

– Conforme Apêndice III, do presente Anexo – Plano de Contratação, Emprego e Controle.

3.3. Função Logística Saúde

3.3.1. Levantamento das necessidades e normas para obtenção:

a) Instalações;
b) Pessoal; e
c) Material.

3.3.2. Determinação de padrões psicofísicos.

3.3.3. Seleção médica.

3.3.4. Medicina preventiva:

a) Saneamento;
b) Higiene;
c) Controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis;
d) Imunização;
e) Educação sanitária;
f) Psiquiatria preventiva;
g) Prevenção de acidentes;
h) Controle médico periódico; e
i) Gerência de ambientes adversos.

3.3.5. Medicina curativa:

a) Primeiros socorros.
b) Triagem.

c) Evacuação aeromédica:
– Estabelecimento de prioridades.
d) Hospitalização:
– postos cirúrgicos e hospitais: abertura e localização; e
– norma de evacuação no C Op.
– apoio odontológico;
– apoio laboratorial; e
– apoio de veterinária.

3.3.6 .Assistência médica à população civil, aliados e PG
Normas a serem obedecidas.

3.3.7. Biossegurança
Normas a serem obedecidas.

3.4. Função Logística Suprimento
3.4.1. Levantamento das necessidades de suprimento:
a) Classe I – Material de Subsistência.
b) Classe II – Material de Intendência.
c) Classe III – Combustíveis e Lubrificantes.
d) Classe IV – Material de Construção.
e) Classe V – Armamento e Munição.
f) Classe VI – Material de Engenharia e Cartografia.
g) Classe VII – Material de Comunicações, Eletrônica e de Informática.
h) Classe VIII – Material de Saúde.
i) Classe IX – Material de Motomecanização e de Aviação.
j) Classe X – Materiais não incluídos nas demais classes.
k) Suprimento de peças e de conjuntos de reparação das diversas classes.
Nestes itens são estabelecidas, para cada classe:
– as disciplinas de suprimento;
– os níveis de suprimento;
– normas para os pedidos;
– normas para os reajustamentos de suprimento;
– fator de reposição, fator de consumo e fator de suprimento de artigos críticos de suprimento; e
– normas para o apoio à população civil, aliados e PG.

3.4.2. Obtenção de suprimento:
a) No Teatro ou Área de Operações; e
b) Fora do Teatro ou Área de Operações.

3.4.3. Distribuição de suprimento:
a) Recebimento;
b) Estabelecer intervalos de pedidos e recebimentos;
c) Armazenagem – estabelecimento dos níveis de estoque (operacional, segurança, reserva e máximo);
d) Processo de distribuição de suprimento que será utilizado (na instalação de suprimento, na unidade ou especial); e
e) Entrega ou aplicação final do suprimento.

3.4.4. Artigos controlados e regulados
Normas em vigor.

3.5. Função Logística Manutenção

3.5.1. Levantamento das necessidades de manutenção:

a) Instalações;
b) Pessoal; e
c) Material.

3.5.2. Manutenção preventiva.

3.5.3. Manutenção preditiva.

3.5.4. Manutenção modificadora.

3.5.5. Manutenção corretiva:

a) Armamento e instrumentos óticos;
b) Material de engenharia;
c) Material de comunicações e informática;
d) Material de motomecanização;
e) Material de aviação;
f) Material naval; e
g) Outros materiais.

3.5.6. Prioridades de manutenção.

3.5.7. Material salvado e capturado

Procedimento a ser adotado.

3.5.8. Evacuação do material

Sistemática a ser obedecida.

3.6. Função Logística Transporte

3.6.1. Levantamento das necessidades de transporte:

a) Pessoal;
b) Material; e
c) Animais.

3.6.2. Seleção:

a) Meio a ser empregado pelo pessoal e animais:
- *Aéreo;*
- *Terrestre:*
  1) rodoviário; e
  2) ferroviário.
- *Aquático:*
  1) fluvial; e
  2) marítimo.

b) Meio a ser empregado no transporte do material:
- *Aéreo;*
- *Terrestre:*
  1) rodoviário;
  2) ferroviário; e
  3) dutoviário.
- *Aquático:*
  1) fluvial; e
  2) marítimo.

c) Prioridade de deslocamento

3.6.3. Gerência de transportes:

a) Vias a serem utilizadas (quais, quem e quando);
b) Terminais de carga e/ou passageiros (onde, quais, quem e quando utilizar);
c) Circulação e controle de trânsito:
– Classificação das rodovias;
– Restrições:
1) Linha de Escurecimento Parcial (LEP); e
2) Linha de Escurecimento Total (LET).
d) Eixos principais:
– Traçado (fazer referência ao calco de logística); e
– Prescrições sobre os locais, onde estarão desdobradas as instalações logísticas dos elementos apoiados.

3.6.4. Plano de Circulação e Controle de Trânsito - Apêndice IV –.

3.7. Função Logística Engenharia

a) Construção:
– Construções para fins especificamente militares; e
– As atividades de construção em instalações em áreas adjacentes a:
1) aeroportos; e
2) portos.
b) Ampliação;
c) Reforma;
d) Adaptação;
e) Reparação;
f) Restauração;
g) Conservação;
h) Demolição;
i) Remoção;
j) Desobstrução;
k) Montagem; e
l) Avaliação.

3.8. Função Logística Salvamento

a) Responsabilidades; e
b) Estabelecimento de normas:
– Combate a incêndios;
– Controle de avarias;
– Controle de danos;
– Reboque;
– Desencalhe ou reflutuação de meios;
– Resgate de recursos materiais acidentados, cargas ou itens específicos; e
– Remoção.

3.9. Tarefas Logísticas Conjuntas

a) Suprimento Classe I
b) Suprimento Classe III
c) Suprimento Classe VIII
d) Transporte
e) Saúde (hospitalização)
f) Evacuação Aeromédica
g) Bem-estar e Manutenção do Moral

h) Assistência Religiosa

i) Outras

– Descrever as F Cte envolvidas, a responsabilidade pela execução e as diretrizes específicas para cada Tarefa Logística Conjunta.

4. DIVERSOS

APÊNDICES: I – Quadro de Organização do Apoio.
II – Calco de Logística.
III – Plano de Contratação, Emprego e Controle.
IV – Plano de Circulação e Controle de Trânsito.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE PLANO DE CIRCULAÇÃO E CONTROLE DE TRÂNSITO AO ANEXO DE LOGÍSTICA AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

APÊNDICE IV (PLANO DE CIRCULAÇÃO E CONTROLE DE TRÂNSITO) AO ANEXO H (LOGÍSTICA) ao Plano Operacional "XXX"

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento*.

1. FINALIDADE

Regular a circulação e o controle de trânsito terrestre no C Op XXX.

2. EXECUÇÃO

Apresentar, de forma sucinta, como será realizado o controle do trânsito terrestre no C Op, particularmente quanto à responsabilidade pelo policiamento.

3. RESTRIÇÕES

a. As Rdv constantes do Calco de Circulação e Controle de Trânsito são privativas para a utilização por parte de tropas de apoio ao combate e apoio logístico à FTC XXX.

b. A Rdv 6, no trecho compreendido da localidade DELTA até o entroncamento com a Rdv 12, destina-se à evacuação de civis, a partir de D+18/2000.

4. PRIORIDADES

a. C Log
– Entre D+17/1800 até D+18/0100
1) Rdv 5, 10 e 11
2) Rdv 6, 12 e 20

b. FTC XXX
– Entre D+18/0100 até D+18/1200
1) Rdv 5, 8, 15 e 16
2) Rdv incluídas na Área de Travessia JÚPITER

c. FNC
– Entre D+18/0100 até D+18/1200
1) Rdv 6, 11, 12 e 20
2) Rdv incluídas na Área de Travessia SATURNO

d. FAC
– Entre D+18/0100 até D+18/1200
1) Rdv 5, 10 e 11
2) Rdv incluídas na Área de Travessia URANO

e. F Cj Op Esp
– Entre D+17/2300 até D+18/1200: Rdv incluídas na Área de Travessia NALA

5. DESTRUIÇÕES DE PONTES E PONTOS DE PASSAGEM

– Conforme o Plano de DESTRUIÇÕES.

6. CLASSIFICAÇÃO DAS ESTRADAS

a. Livre: Rdv 23, 34 e 55 durante toda a operação.
b. Policiada: Rdv 9 (entre D+17/1800 e D+18/2000).
c. Guardada: Rdv 11 (entre D+17/1600 e D+18/0100, com Trf Prio para Elm da FTC) e Rdv 12 (entre D+17/1500 e D+18/1200, com Trf Prio para Elm FNC).
d. Reservada:
– Rdv 7 (a partir de D+17/1500 até D+18/1200, para retraimento da Bda Inf Pqdt);
– Rdv 11 (entre D+16/1200 e D+17/1500 para o C Log).

7. COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA
Citar o documento que contenha as informações necessárias.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS
Lançar aspectos gerais referentes ao controle do trânsito terrestre no C Op.

ADENDOS: 1 – Calco de Circulação e Controle de Trânsito.
2 – Plano de Destruições.
3 – Comunicações e Eletrônica.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

ADENDO 7 ao APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE ANEXO DE COMANDO E CONTROLE AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

<u>ANEXO I (COMANDO E CONTROLE) ao Plano Operacional “XXX”</u>

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento.*

1. SITUAÇÃO

Resumir os principais aspectos das apreciações, realizadas pela Seção de C² do EMCj, durante o Exame de Situação, sobre a situação amiga, inimiga e do ambiente operacional que possam interessar à atividade de C².

2. MISSÃO

Citar as ações a serem desenvolvidas pelas OM de apoio de Comando e Controle na missão do C Op, descrevendo como devem ser desenvolvidas as ações de C² em seu conjunto e sua integração na concepção geral da manobra.

3. EXECUÇÃO

3.1. Ações Recomendadas

Registrar todas as medidas que assegurem as ligações necessárias na implementação da LA selecionada pelo Cmt Op.

Sempre que possível, deve ser indicado o responsável e os prazos para a execução da tarefa, de modo a facilitar o controle dos resultados.

Detalhar, se necessário, ou complementar, as informações apresentadas no Apêndice VII, do presente Anexo – Matriz de Processamento da Informação.

3.2. SISTEMAS INFORMATIZADOS

Relacionar os sistemas informatizados utilizados durante a Operação, nominando o sistema utilizado por cada F Cte e os respectivos Administrador e Oficial de Segurança da Informação.

Relacionar o cronograma de instalação dos sistemas na área de responsabilidade e treinamento dos recursos humanos que irão operá-los.

Os procedimentos de operação e acesso devem estar detalhados neste item.

3.3. ESTRUTURA DE C²

Descrever orientações detalhadas sobre a infra-estrutura de C² a ser disponibilizada pelo Comando Operacional, com o apoio do EMCFA e das Forças na composição da estrutura do C Op, incluindo responsabilidades de mobilização, suporte técnico, estabelecimento de interoperabilidade e desmobilização e data-hora de abertura dos CC².

3.4. SEÇÃO DE C² DO EMCj

Descrever procedimentos particularizados para a Operação, em complemento a este Manual e à Doutrina Militar de C².

3.5. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Estabelecer responsabilidades em relação à aplicação do Plano de Contingência (Apêndice I, do presente Anexo), da Instrução de Segurança da Informação (Apêndice IV, do presente Anexo), do Registro do Histórico dos Sistemas e do Termo de Responsabilidade.

Estabelecer orientações e estratégias para o gerenciamento do espectro eletromagnético, em proveito da operação, por meio do Plano de Controle das Irradiações Eletromagnéticas (ver Apêndice II, do presente Anexo).

3.6. ORDEM AOS ELEMENTOS SUBORDINADOS

Relacionar as providências a serem tomadas pelos elementos subordinados, no que diz respeito ao C².

4. LOGÍSTICA

Indicar as prescrições relativas ao apoio logístico, na parte afeta ao C², na operação a ser executada.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

Descrever as orientações gerais que não tenham sido abordadas em tópicos anteriores.

APÊNDICES: I – Plano de Contingência
II – Plano de Controle das Irradiações Eletromagnéticas
III – Instrução para Exploração das Comunicações e Eletrônica
IV – Instrução de Segurança da Informação
V – Diagrama de Enlaces
VI – Quadro de Necessidades de Meios
VII – Matriz de Processamento da Informação
VIII –Mensagem Operacional

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE PLANO DE CONTINGÊNCIA AO ANEXO DE C² AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE I (PLANO DE CONTINGÊNCIA) AO ANEXO I (COMANDO E CONTROLE) ao Plano Operacional "XXX"

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

1. FINALIDADE

2. ABRANGÊNCIA

Descrever os recursos humanos e de tecnologia da informação aos quais se aplica o Plano de Contingência e sua vigência.

3. LISTA DE DANOS

Descrever a lista dos possíveis danos que possam afetar os CC² e as informações do Sistema

4. PROCEDIMENTOS

Descrever os procedimentos para salvaguardar a continuidade operacional dos sistemas de informação empregados na Campanha e a plena recuperação das informações em caso de qualquer incidente de Segurança da Informação.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE PLANO DE CONTROLE DAS IRRADIAÇÕES ELETROMAGNÉTICAS AO ANEXO DE C² AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE II (PLANO DE CONTROLE DAS IRRADIAÇÕES ELETROMAGNÉTICAS) AO ANEXO I (COMANDO E CONTROLE) ao Plano Operacional "XXX"

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

1. FINALIDADE

Tratar das orientações e estratégias para o gerenciamento do espectro eletromagnético para a operação. Identifica as restrições, requisitos e procedimentos para estabelecer um plano robusto de utilização do espectro. Alguns dos itens que podem estar contidos nesta parte são listados a seguir.

2. INSTRUÇÕES GERAIS

2.1. Emprego do Gerenciamento do Espectro

Definir as autoridades para este gerenciamento na operação em questão e as relações entre as F Cte.

2.2. Processo de Controle do Espectro

Incluir a descrição da estrutura de gerenciamento definida e as responsabilidades para cada nível de comando.

2.3. Necessidades das F Cte

Incluir as estruturas e desdobramentos dos emissores amigos e suas necessidades específicas para cada F Cte. Estas necessidades são dispostas no quadro de irradiações.

2.4. Alocação de Freqüências

Deve ser padronizado o método de alocação de freqüências dentro do C Op.

2.5. Procedimentos para o Relatório de Interferência

Caso não existam procedimentos definidos para esta atividade, deve ser definido o procedimento para reportar uma interferência no espectro eletromagnético.

2.6. Restrições

As restrições que existirão na área de operações serão levantadas antes do desdobramento, devendo ser suficientemente claras para facilitar o entendimento por todos os níveis.

2.7. Coordenação Terra/Mar/Ar

As operações nestes ambientes operacionais devem ser detalhadas a fim de permitir a movimentação na área de operações.

3. TABELAS DE ALOCAÇÃO DE FREQÜÊNCIAS

Estas tabelas indicam as freqüências alocadas para as F Cte, de acordo com as necessidades listadas anteriormente. Devem ser divididas por FA, salvo orientação em contrário. Todas as restri-

ções no uso das freqüências devem ser listadas. Esta parte pode ser dividida em várias seções.

3.1 Tabela de Freqüências de Comunicações

O controle de emissões pode precisar que algumas freqüências sejam alteradas de forma regular, esta tabela deve ser montada para atender esta necessidade.

3.2 Tabela de Freqüências de Não-Comunicações

Deve ser construída de forma a permitir rápida identificação dos sistemas e equipamentos associados e as respectivas F Cte.

4. QUADRO DE IRRADIAÇÕES

		TIPOS DE EMISSORES						
FASES DA CAMPANHA		*Radares Vigilância*	*Radares de Busca*	*Radares de Direção de Tiro*	*Comunicações em UHF*	*Comunicações em VHF*	*Comunicações em HF*	*Bloqueadores*
	D- 2/ 1200Z	*5*	*2/7*	*1/7*	*5/7*	*4/7*	*2/7*	*7*
	D- 1/ 1500Z	*5*	*3/7*	*1/7*	*4/7*	*3/7*	*1/7*	*7*
	D/ 0600Z	*5*	*4/7*	*5*	*3/7*	*2/7*	*1/7*	*7*
	D+ 1/ 1500Z	*5*	*5*	*5*	*5*	*5*	*5*	*5*
	D+ 1/ 1500Z	*5*	*5*	*5*	*5*	*5*	*5*	*5*
	D+ 2/ 0500Z	*5*	*5*	*5*	*5*	*5*	*5*	*5*

LEGENDA:

1 - Não é feita nenhuma irradiação com o equipamento no período considerado (0% de irradiação em todo o período);

2 - É cumprido um diagrama de irradiação no qual se transmite em 20% do tempo enquanto no restante do período não é feita nenhuma transmissão com o equipamento;

3 - É cumprido um diagrama de irradiação no qual se transmite em 40% do tempo enquanto no restante do período não é feita nenhuma transmissão com o equipamento;

4 - É cumprido um diagrama de irradiação no qual se transmite em 60% do tempo enquanto no restante do período não é feita nenhuma transmissão com o equipamento;

5 - É cumprido um diagrama de irradiação no qual se transmite em 80% do tempo enquanto no restante do período não é feita nenhuma transmissão com o equipamento;

6 - É cumprido um diagrama de irradiação no qual é permitida a transmissão ininterrupta com o equipamento; e

7 - Quando houver quebra de Silêncio Eletrônico.

Porém, em função das condições táticas na ocasião, existem situações nas quais o Controle das Irradiações pode ser "quebrado":

- contato com o inimigo que enseje a disseminação de um alarme para o restante da força;

- risco de "fratricídio" no desenvolvimento da ação;

- constatação de bloqueio sobre sensores ou comunicações de tropas amigas;

- constatação de ter sido "iluminado" por radar associado com armamento utilizado pelo inimigo;

- necessidade de apoiar tropa amiga em situação de risco.

5. LISTA DE FREQUÊNCIAS RESTRITAS

Devem ser relacionadas as frequências proibidas, protegidas, vigiadas e para salto de freqüência e as demais consideradas necessárias.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES

Dependendo do tipo da operação, partes adicionais podem ser agregadas. Como exemplo, uma tabela para emissores não-militares.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE INSTRUÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA AO ANEXO DE C² AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE III (INSTRUÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA - IEComElt) AO ANEXO I (COMANDO E CONTROLE) ao Plano Operacional "XXX"

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

1. GENERALIDADES

1.1. Índice

1.2. Distribuição Padrão

1.3. Instruções Gerais

Inserir todas as instruções gerais sobre as comunicações e eletrônica expedidas pelo Comando do TO.

1.4. Hora Oficial

Explicar como deve ser padronizado o grupo data-hora, exemplo: 130400ZSET10

1.5. Preenchimento do formulário de Msg Op

Inserir o exemplo de mensagem operacional, conforme o apêndice VIII do Anexo de C^2.

1.6. Prioridade na Tx de Msg

Listar as prioridades dos meios para a transmissão de mensagens de voz e de dados.

1.6. Diagrama de Enlaces

Inserir o diagrama com os enlaces de comunicação e dados previstos para serem empregados na Operação.

1.7. Padronização do SIPLOM

Padronizar a árvore de operação do SIPLOM visualizada no MAFWEB, de forma a facilitar a visualização e compreensão das forças e seus respectivos meios. Padronizar os nomes, códigos, cores e símbolos.

Listar todos os usuários, com suas respectivas senhas, que irão inserir, excluir e alterar dados no SIPLOM.

Listar todos os usuários, com suas respectivas senhas, que irão visualizar os dados inseridos no SIPLOM.

2. SISTEMAS CRIPTOGRÁFICOS

2.1. Sistema Criptográfico

Inserir instrução de utilização do sistema criptográfico a ser empregado.

2.2. Código de Operações

Todas as mensagens que não forem transmitidas por qualquer outro meio criptográfico deverão ser enviadas utilizando-se um Código.

2.3. Sistemas de Autenticação

Todas as mensagens serão autenticadas, bem como, todas as comunicações via rádio. Para tanto devem ser estabelecidos métodos e tabelas de autenticação.

2.4. Senha e contra-senha

Definir as senhas e contra-senhas que devem ser utilizadas para identificação de elementos das diversas forças operando numa mesma região, quando não tiverem conhecimento mútuo de suas atividades.

3. MEIOS DE COMUNICAÇÕES RÁDIO

*Neste campo, definir os indicativos de chamada das F Cte, bem como, as faixas de freqüências e frequências a serem utilizadas***.**

3.1. Indicativos e Frequências

3.2. Distribuição de Frequências

4. MEIOS DE COMUNICAÇÕES COM FIO

Listar todos os números telefônicos (SISCOMIS, RITEX, RETELMA, RTCAER e rede pública) de todas as forças envolvidas na Operação.

5. MEIOS DE COMUNICAÇÕES SATELITAIS

5.1. Distribuição de TT

Inserir uma tabela contendo a distribuição dos Terminais Rebocáveis, Transportáveis e Leves nos respectivos postos de comando.

5.2. Lista de assinantes GLOBALSTAR

5.3. SIPAM VSAT e RDSS

6. MEIOS DIVERSOS

6.1. Correio Eletrônico

6.2. Servidor de arquivo e FTP

6.3. Videoconferência

6.4. Site de links

7. MEDIDAS DE PROTEÇÃO ELETRÔNICA

7.1. Generalidades

7.2. Medidas de proteção das irradiações eletromagnéticas

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE INSTRUÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AO ANEXO DE C² AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

APÊNDICE IV (INSTRUÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO) AO ANEXO I (COMANDO E CONTROLE) ao Plano Operacional “XXX”

1. FINALIDADE

O propósito desta Instrução é definir procedimentos que garantam os requisitos básicos de Segurança da Informação no âmbito dos Sistemas de C^2 do C Op.

2. RESPONSABILIDADES DOS OFICIAIS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Especificar as principais responsabilidades e atribuições dos oficiais de segurança relativas à operação.

3. RESPONSABILIDADES INDIVIDUAIS SOBRE INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Especificar as principais responsabilidades e atribuições individuais de todos os elementos envolvidos na operação.

4. COMPONENTES CRÍTICOS DO SISTEMA

Especificar os componentes críticos de C^2, tais como: estações de trabalho, equipamentos portáteis, equipamentos servidores, roteadores, meios físicos de redes, sistemas de armazenamento de informações (discos rígidos e outras mídias), sistemas de cópias de segurança (backup), instalações elétricas, sistemas de refrigeração, sistemas de combate a incêndio, sistemas de controle de acesso físico e outros sistemas ou recursos das áreas que abrigam equipamentos computacionais que fazem parte da rede de C^2 do C Op.

5. DOCUMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Citar os documentos relacionados com a Segurança da Informação em vigor, devendo ser conhecidos e adotados na Op Cj.

6. PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Citar todos os procedimentos colocados em prática para impedir a obtenção não autorizada das informações quando estas estiverem trafegando na Rede de C^2 e suas conexões. São relacionados a seguir os procedimentos a serem adotados pelo C Op e pelas F Cte.

- Segurança Lógica dos Equipamentos Servidores
- Acesso Remoto à Configuração dos Equipamentos Servidores
- Segurança Lógica dos Dispositivos de Conectividade
- Proteção das Informações Armazenadas em Microcomputadores
- Regras Básicas para o Uso de Senhas
- Uso de Antivírus e outros Programas de Proteção Individual
- Compartilhamento de Arquivos e Diretórios
- Cópias de Segurança
- Local de Guarda das Cópias de Segurança dos Equipamentos Servidores
- Grau de Sigilo das Cópias de Segurança
- Monitoramento do Volume de Tráfego de Dados

- Enlaces Afastados
- Segurança Criptológica
- Mentalidade de Segurança

7. SEGURANÇA FÍSICA DA INFORMAÇÃO

Inserir os procedimentos e dispositivos utilizados para assegurar a integridade física dos componentes críticos da Rede de C^2,em relação à Segurança dos Recursos Humanos, da Documentação, do Material e das Áreas, onde devem ser definidos, por exemplo:

- Perímetro de Segurança
- Segurança Física dos Componentes Nível 1
- Segurança Física dos Dispositivos de Conectividade
- Proteção da Alimentação Elétrica dos Equipamentos

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

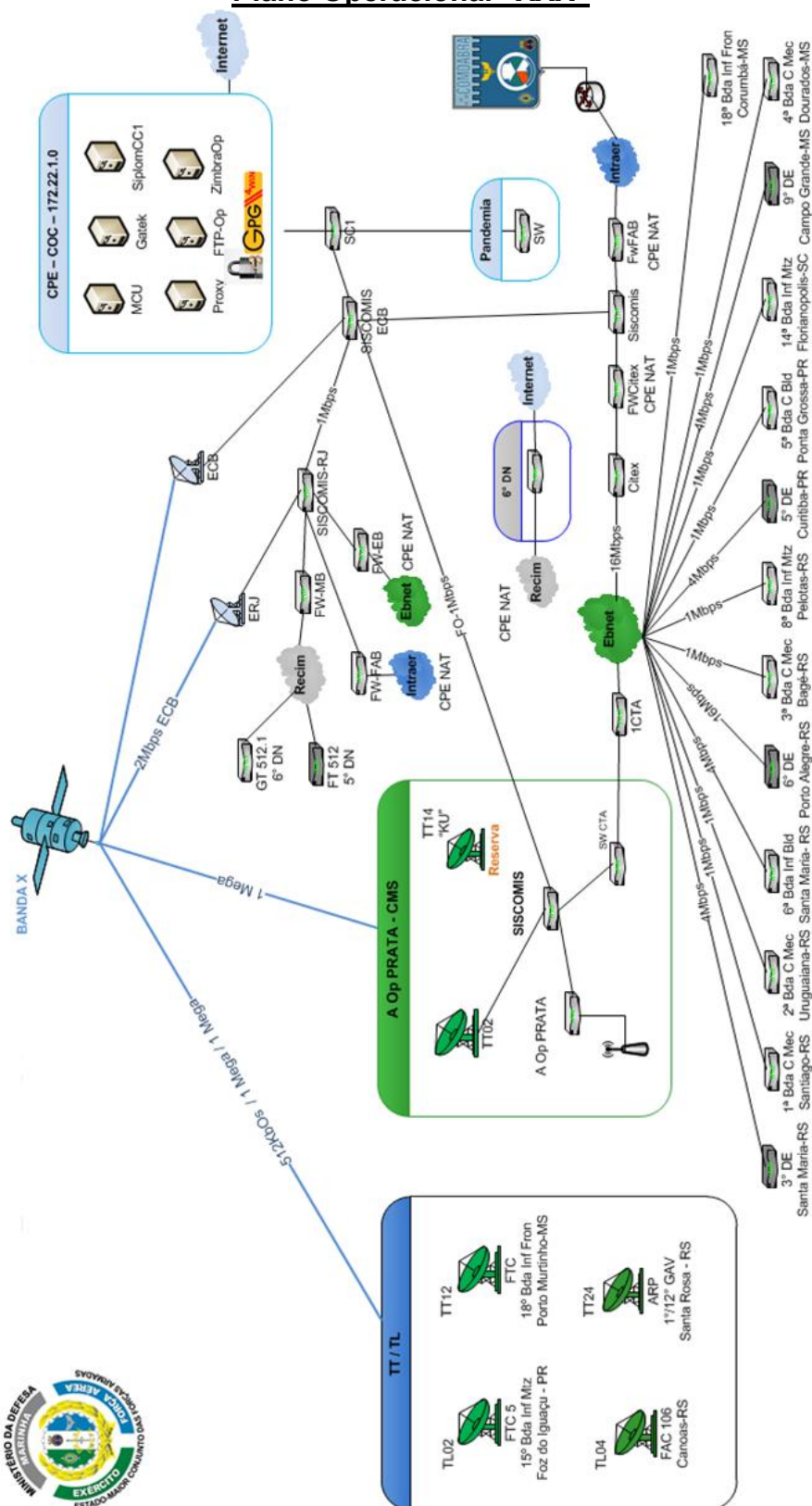
AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE DIAGRAMA DE ENLACES AO ANEXO DE C² AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE V (DIAGRAMA DE ENLACES) AO ANEXO I (COMANDO E CONTROLE) ao Plano Operacional "XXX"

(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE QUADRO DE NECESSIDADEDE MEIOS AO ANEXO DE C² AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE VI (QUADRO DE NECESSIDADE DE MEIOS) AO ANEXO I (COMANDO E CONTROLE) ao Plano Operacional “XXX”

Força	Local PC	Meios Satelitais							Voz					Dados					VC	SIPLOM	GPG	HF Cript	Correio eletrônico operacional
		SISCOMIS				Tlf	BGAN	RDSS	SISCOMIS	RETELMA	RITEx	RTCAer	Telefonia	SISCOMS	RECIM	EBNet	INTRAer	Internet					
		TR	TT	TL	MN																		
C Op		1	1						S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S		S
FNC			1		1				S				S	S	S			S	S	S	S		S
FTC				1					S		S		S	S				S	S	S	S		S
FAC				1					S			S	S	S		S	S	S	S	S	S		S
CLTO				1					S		S		S	S		S		S	S	S	S		S
FCjOp Esp			1				S		S		S		S	S		S		S	S	S	S		S

(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE MATRIZ DE PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO AO ANEXO DE C^2 AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

APÊNDICE VII (MATRIZ DE PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO) AO ANEXO I (COMANDO E CONTROLE) ao Plano Operacional "XXX"

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento.*

1. PROPÓSITO

Mapear os emissores e destinatários das informações trafegadas pela rede de C^2 do C Op, avaliando o volume de tráfego das conexões e os nódulos que poderão sofrer sobrecarga de informações.

2. MATRIZ DE PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO

	Destinatário													
Emissor	*Cmt Op*	*Ch EMCj*	*D1*	*Adj D1*	*D2*	*Adj D2*	*D3*	*Adj D3*	*...*	*...*	*Cmt FAC*	*Cmt FNC*	*Cmt FTC*	*CC^{2}CS*
Cmt Op											*1, 2*	*1, 2*	*1, 2*	*1,2*
Ch EMCj														
D1														
Adj D1														
D2						*3*	*3*							
Adj D2														
D3														
Adj D3											*4*	*4*	*4*	
...														
Cmt FAC														
Cmt FNC											*5*			
Cmt FTC											*5*			
CC^{2}CS														

Obs: *A numeração acima serve apenas de exemplo. Não foram consideradas situações reais.*

3. TABELA DE REGISTRO DE INFORMAÇÃO

Nr	Informação	Prioridade	Canal
1	*Ordem de Coordenação*		
2	*Sumário Diário de Situação*		
3	*Informe de Inteligência*		
4	*Mensagem Operacional*		
5	*Lista de Alvos*		

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO

A matriz é montada colocando-se todos os elementos conectados à Rede Operacional de Defesa na primeira coluna da esquerda, denominando-os emissores, e replicando essa mesma listagem na primeira linha da tabela, denominando-os receptores.

Em paralelo, numeram-se as informações a serem trafegadas na rede, identificando o tipo de documento, a prioridade de transmissão e o canal a ser utilizado para sua transmissão, registrando o resultado na Tabela de Registro de Informação.

A seguir, identificam-se os emissores e os receptores da cada informação da tabela de registro, inserindo o número correspondente na Matriz de Processamento da Informação.

Ao final, o D6 terá o mapeamento dos elementos que mais emitem ou recebem informações, dos canais necessários para cada elemento e será capaz de dimensionar os recursos necessários para estabelecer a rede de C² do C Op.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE MODELO DE MENSAGEM OPERACIONAL AO ANEXO DE C² AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE VIII (MENSAGEM OPERACIONAL) AO ANEXO I (COMANDO E CONTROLE) ao Plano Operacional "XXX"

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

1. FINALIDADE

Este documento trata dos procedimentos básicos a serem adotados na confecção de mensagens operacionais.

2. MENSAGEM OPERACIONAL

A Mensagem Operacional é composta por Cabeçalho, Texto e Fecho.

2.1 Cabeçalho

1. De:
2. Para:
3. Informação:
4. Precedência:
5. Sigilo:
6. Nr Doc
7. Grupo Data-Hora da mensagem:
8. Nr de folhas:
9. Assunto:
10. Referência:
11. Anexo(s):

2.2 Texto

12. Texto

2.3 Fecho

13. Rubrica da autoridade expedidora:

ESTRUTURA DE MENSAGEM OPERACIONAL

PARTES	*CAMPO*	*COMPONENTES*	*CONTEÚDO*
CABE-ÇALHO	*1*	*DE (ORIGEM)*	*Autoridade que envia a mensagem.*
	2	*PARA (DESTINATÁRIO)*	*Autoridade a quem se destina a mensagem.*
	3	*INFO*	*Autoridade que deva tomar conhecimento como informação.*
	4	*PRECEDÊNCIA*	*UU / U / P / R*
	5	*SIGILO*	*USEC / SEC / CONF / RES*
	6	*Nr MENSAGEM*	*Número sequencial de todas as mensagens transmitidas, durante uma Op Cj.*
	7	*GRUPO DATA-HORA*	*Indica o dia, a hora, o minuto, o mês e o ano que a mensagem foi assinada.* *A hora é expressa no fuso ZULU, seguida da abreviatura do mês e dos dois últimos algarismos do ano.* *Ex.: ddhhmmZ/MMM/aa*
	8	*Nr FOLHAS*	*Indica o número da folha e o total de folhas da mensagem.*
	9	*ASSUNTO*	*Indica o assunto principal para facilitar a filtragem da informação pelo destinatário.*
	10	*REFERÊNCIA*	*Citar a mensagem de referência se for o caso.*
	11	*ANEXO*	*Indica o conteúdo do anexo, se for o caso.*
TEXTO	*12*	*TEXTO DA MENSAGEM*	*Pode ser escrito em linguagem clara ou criptografada.*
FECHO	*13*	*RUBRICA DO EXPEDIDOR*	*Assinatura ou rubrica da autoridade expedidora.*

Observações:

a) os campos 3 e 10 não são de preenchimento obrigatório;

c) os campos 4 e 5 são de responsabilidade exclusiva da autoridade expedidora; e

c) os campos 6 e 12 são preenchidos pela autoridade expedidora, obrigatoriamente.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

ADENDO 8 ao APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE ANEXO DE PESSOAL AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

ANEXO J (PESSOAL) ao Plano Operacional "XXX"

Referências**:** *(Mapas, cartas e outros documentos pertinentes)*

1. SITUAÇÃO

Sintetizar os aspectos da situação vigente que poderão interessar à gestão dos Recursos Humanos no C Op, extraindo da Análise de Pessoal as informações que poderão ser úteis às Unidades Subordinadas.

1.1. Forcas inimigas

Listar as informações sobre as forças inimigas que sejam de interesse para a logística de Recursos Humanos.

1.2. Forças amigas

Definir o universo de Recursos Humanos, civis ou militares, abrangidos pelo C Op.

1.3. Meios recebidos e retirados

Lançar observações relevantes.

2. MISSÃO

Citar o envolvimento da Seção de Pessoal (D1) na missão do C Op, descrevendo como devem ser desenvolvidas as ações relativas aos Recursos Humanos e sua integração na concepção geral da manobra.

3. EXECUÇÃO

3.1. Concepção *(são listados abaixo alguns exemplos a serem lançados)*

3.1.1. A distribuição de pessoal será efetuada tomando-se como base o efetivo (lotação ou Quadro de Cargos – QC) já estabelecido em tempo de paz para cada OM que compõe as F Cte/Comandos Empregados.

3.1.2. Para as OM cujas sedes se localizem no interior do C Op, deverão ser considerados os acréscimos eventualmente existentes no efetivo, uma vez que tais excedentes deverão continuar a exercer as funções para as quais foram previstas.

3.1.3. As OM que não possuem seu efetivo (lotação ou QC) completo deverão solicitar suas necessidades às suas respectivas Forças Singulares, com informação à F Cte da qual farão parte e ao Comando do C Op até D-X.

3.1.4. As F Cte deverão informar, até o dia D-XX, qual o efetivo a ser empregado na Operação XXX, devidamente discriminado por Comandos subordinados.

3.2. Administração de Recursos Humanos

3.2.1. Sumário Diário de Pessoal – Cada F Cte deverá confeccionar e transmitir diariamente, a partir do dia D, até as XXXX, o Sumário Diário de Pessoal, conforme modelo constante no Apêndice I, deste Anexo.

3.2.2. Relatórios – lançar observações sobre relatórios referentes ao pessoal, inclusive dos civis sob o controle militar e prisioneiros de guerra. Se houver modelos, lançar em anexo.

3.2.3. Observações sobre preparação e/ou Instrução Militar.

3.2.4. Observações sobre registros individuais e coletivos.

3.2.5. Observações sobre disciplina.

3.2.6. Observações sobre condecorações e recompensas.

3.3. Justiça Militar

3.3.1. Observações sobre a organização de a Justiça Militar no C Op (Conselhos de Justiça e Auditorias Militares – localização, jurisdição, vinculação de comando com o C Op, etc.).

3.3.2. Observações quanto a recursos e apelações.

3.3.3. Observações gerais (exemplos retirados do CPM e da Lei Nr 8.457 de 04 Set 1992):

– Os auditores, procuradores, advogados de ofício e escrivães da Justiça Militar, que acompanharem as forças no C Op, serão comissionados em postos militares, de acordo com as respectivas categorias funcionais.

– O militar que tiver de ser fuzilado sairá da prisão com uniforme comum e sem insígnias, e terá os olhos vendados, salvo se o recusar, no momento em que tiver de receber as descargas. As vozes de fogo serão substituídas por sinais.

– O civil ou assemelhado será executado nas mesmas condições, devendo deixar a prisão decentemente vestido.

– Será permitido ao condenado receber socorro espiritual.

– A pena de morte somente poderá ser executada decorridos sete dias após a comunicação ao presidente da República, salvo se, por decisão do Cmt Op, tal medida for exigida para preservação da ordem e da disciplina.

– Da execução da pena de morte lavrar-se-á ata circunstanciada que, assinada pelo executor e duas testemunhas, deverá será encaminhada ao Comando do C Op, para ser publicada em boletim.

3.4. Prisioneiros de Guerra e Civis Internados

– Lançar observações relativas ao controle e administração de prisioneiros de guerra e civis internados (estes últimos, caso houver), ressaltando o cumprimento das convenções, tratados e resoluções das quais o BRASIL é signatário, particularmente no que se refere aos seguintes instrumentos jurídicos:

– Convenções e Protocolo Adicional de Genebra.

– Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados.

4. DIVERSOS

Lançar observações gerais, não abrangidas nos demais itens do presente anexo.

APÊNDICES: I – Sumário Diário de Pessoal.
II – Modelos de Registros e Relatórios. (*a serem fixados pelo Comando Operacional, de acordo com a necessidade*).

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE SUMÁRIO DIÁRIO DE PESOAL AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

APÊNDICE I (SUMÁRIO DIÁRIO DE PESSOAL) AO ANEXO J (PESSOAL) ao Plano Operacional “XXX”

Referências**:** *(Mapas, cartas e outros documentos pertinentes)*

Sumário Diário de Pessoal - Dia D - Período de (data-hora) a (data-hora)

Efetivos	Existente em D-1						PERDAS (1)						RECOMPLETAMENTOS E/OU NOVOS EFETIVOS						Existente em D					
	Of	Praças	Civis (2)	OSP (3)	PG	Total	Of	Praças	Civis (2)	OSP (3)	PG	Total	Of	Praças	Civis (2)	OSP (3)	PG	Total	Of	Praças	Civis (2)	OSP (3)	PG	Total
FNC																								
FTC																								
FAC																								
F Cj ALFA																								
F Cj Op Esp																								
CLTO																								
Tropa do TO																								
EMCj																								
TOTAL																								

(1) – discriminar em anexo: perdas em combate (mortos em ação, feridos, capturados, extraviados etc), fora de combate (acidentados, extraviados etc)
e administrativas (licenças, transferências, militares à disposição da justiça militar etc)

(2) - discriminar: civis internados, Não-Combatentes em LDS/CCE, mão-de-obra civil, ONG, defesa civil etc.

(3) - discriminar: PM, BM, PF, PRF etc.

ANEXOS: Relatório de Perdas
Pedido de Recompletamento

____
Oficial de Pessoal (Posto/Nome/F Cte)

ADENDOS: 1 – Modelo de Relatório de Perdas *(a ser fixado pelo C Op, de acordo com a necessidade).*
2 – Modelo de Pedido de Recompletamento *(a ser fixado pelo C Op, de acordo com a necessidade).*

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE RELATÓRIO DE PERDAS

Período abrangido: de *(data-hora)* **a** *(data-hora)*

1. Perdas em combate (discriminar):

a. Mortos em ação
b. Mortos em conseqüência de ferimentos ou acidentes
c. Feridos em ação
d. Extraviados
e. Capturados pelo inimigo

2. Perdas Fora de Combate (discriminar):

a. Mortos em acidentes
b. Feridos em acidentes
c. Doentes (mortos)
d. Doentes (baixados)
e. Extraviados (ausentes e desertores)

3. Perdas Administrativas (discriminar):

a. Transferências
b. Rodízios e em trânsito
c. Dispensas e licenças
d. À disposição da Justiça Militar
e. Diversos

____
OFICIAL DE PESSOAL
(Posto/Nome/Força Componente)

MODELO DE PEDIDO DE RECOMPLETAMENTO

Período abrangido: de *(data-hora)* **a** *(data-hora)*

1. Força Componente:

2. Discriminação:

Força Singular	Unidade / OM / GT / UT	Posto / Graduação	Qualificação Militar	Função	Quantidade	Observações
MB						
EB						
FAB						

____

OFICIAL DE PESSOAL
(Posto/Nome/Força Componente)

ADENDO 9 ao APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE ANEXO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

ANEXO K (OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO) ao Plano Operacional "XXX"

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento, particularmente o plano estratégico e as diretrizes políticas e ministeriais*.

1. SITUAÇÃO

As informações de interesse poderão ser retiradas dos seguintes documentos: Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) e Análise de Inteligência.

1.1. Premissas básicas

Relacionar a(s) premissa(s) considerada(s) pelo C Op durante o exame de situação.

1.2. Centros de gravidades:

Apresentar os CG identificados, priorizando aqueles que serão o fulcro do sistema de informações.

1.3. Sistema de Informação Inimigo:

GE, Op Psicológicas e Com Social.

Caracterização dos meios inimigos de operações psicológicas, guerra eletrônica e defesa cibernética.

1.4. Condicionantes para as operações de informação

Em conformidade com as orientações do PEECFA.

Apresentar as informações necessárias ao entendimento pleno do quadro da campanha pelas forças subordinadas.

2. MISSÃO

Citar o envolvimento das Op Info na missão do C Op, descrevendo como devem ser desenvolvidas as ações de Com Soc, Op Psc, Guerra Eletrônica e Defesa Cibernética em seu conjunto e sua integração na concepção geral da manobra.

3. EXECUÇÃO

3.1. Generalidades

As atividades de Op Info a serem desenvolvidas deverão ter como principal propósito a divulgação da atuação e dos resultados positivos obtidos pelo C Op XXX (Com Soc) e a segurança das informações das ações que serão executadas, influenciando as forças oponentes na desistência do combate.

Outros objetivos, como por exemplo, a serem atingidos pelas ações de Com Soc serão os de: preservar a imagem das Forças Armadas brasileiras, minimizar possíveis impactos negativos causados a partir de situações de crise, sensibilizar os formadores de opinião nas esferas internacional, nacional e regional, divulgar imagens operacionais favoráveis, realçar em todas as oportunidades os valores institucionais e patrióticos; manter todos os públicos-alvo esclarecidos sobre as

ações realizadas e os resultados obtidos pelo C Op XXX; e legitimar, perante a Opinião Pública, as ações das Forças Armadas brasileiras.

Buscar definir o fluxo de informações para o público externo, especialmente para a mídia.

3.2. Idéias-Força

Elaborados no Plano Estratégico de Operações de Informação do PEECFA – Adendo 3, Apêndice II, do Anexo B, do 1º Volume -, acrescidos daqueles visualizados no C Op.

3.3. Públicos-Alvo (PA)

3.4. Comunicação Social

a. Os Comandos das Forças diretamente subordinadas, integrantes do C Op XXX, deverão estabelecer uma estrutura de Comunicação Social.

b. Estrutura do Sistema de Com Soc do C Op XXX.

c. Seção de Comunicação Social do Estado-Maior Conjunto (D7).

d. Plano de Comunicação Social: Apêndice I, deste Anexo.

3.5. Operações Psicológicas

a. Estrutura do Sistema de Op Psicológicas e a distribuição de especialistas do Btl Op Psc.

b. Plano de Operações Psicológicas: Apêndice II, deste Anexo.

3.6. Defesa Cibernética

a. Estrutura do Sistema de defesa Cibernética e a distribuição de especialistas.

b. Plano de Defesa Cibernética: Apêndice III, deste Anexo.

3.7. Guerra Eletrônica

a. Estrutura do Sistema de defesa Cibernética e a distribuição de especialistas.

b. Plano de Guerra Eletrônica: Apêndice IV, deste Anexo.

3.8. Outras ações de Operações de Informação

Prescrições relativas ao despistamento (manipulação de informações falsas para enganar o inimigo), à segurança da informação (negação da informação ao oponente) e à destruição física (ações de ataque contra alvos relacionados ao sistema de comando e controle do inimigo).

3.9. Condicionantes de execução e/ou políticas

Elaborados no Plano Estratégico de Operações de Informação, Apêndice XIV (Plano Operacional) ao Anexo C – PPC –, 2º Volume, acrescidos daqueles visualizados na área operacional do C Op.

3.10. Ações estratégicas e/ou táticas

Elaborados no Plano Estratégico de Operações de Informação, Apêndice XIV (Plano Operacional) ao Anexo C – PPC –, 2º Volume, acrescidos daqueles visualizados na área operacional do C Op.

3.11. Disseminação das informações

Coordenar os sistemas operacionais que interagem na disseminação de produtos de propaganda e contrapropaganda e nas informações públicas (Com Soc), destinadas aos públicos-alvo selecionados.

3.12. Desdobramento dos meios/equipes na área de responsabilidade

Considerar os meios adjudicados às Forças Componentes de GE, Defesa Cibernética e o Batalhão de Operações Psicológicas.

4. LOGÍSTICA

As Seções de Com Soc e Op Psicológicas deverão estabelecer a estrutura específica para o contexto, em interação com a Seção de Logística.

5. COMANDO E CONTROLE

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Toda a documentação referente às Op Psc deve ser protegida, avultando de importância as medidas de contrainteligência e de segurança orgânica.

6.2. Os temas a serem trabalhados devem ser escolhidos, judiciosamente, com vistas a evitar efeitos indesejáveis.

6.3. Outros públicos-alvo poderão surgir, no transcurso das operações, decorrentes de segmentações daqueles identificados inicialmente.

APÊNDICES: I – Plano de Comunicação Social.
II – Plano de Operações Psicológicas.
III – Plano de Defesa Cibernética.
IV – Plano de Guerra Eletrônica.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO
n/n
(GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL AO ANEXO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

APÊNDICE I (COMUNICAÇÃO SOCIAL) AO ANEXO K (OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO) ao Plano Operacional “XXX”

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento, particularmente o plano estratégico e as diretrizes políticas e ministeriais.*

1. SITUAÇÃO

As informações de interesse poderão ser retiradas dos seguintes documentos: Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) e Análise de Inteligência.

2. MISSÃO

Citar o envolvimento da Com Soc na missão do C Op, descrevendo como devem ser desenvolvidas as ações de Com Soc em seu conjunto e sua integração na concepção geral da manobra.

3. EXECUÇÃO

3.1. Generalidades

As atividades de Com Soc a serem desenvolvidas deverão ter como principal propósito a divulgação da atuação e dos resultados positivos obtidos pelo C Op XXX.

Outros objetivos, como por exemplo, a serem atingidos pelas ações de Com Soc serão os de: preservar a imagem das Forças Armadas brasileiras, minimizar possíveis impactos negativos causados a partir de situações de crise, sensibilizar os formadores de opinião nas esferas internacional, nacional e regional, divulgar imagens operacionais favoráveis, realçar em todas as oportunidades os valores institucionais e patrióticos; manter todos os públicos-alvo esclarecidos sobre as ações realizadas e os resultados obtidos pelo C Op XXX; e legitimar, perante a Opinião Pública, as ações das Forças Armadas brasileiras.

3.2. Idéias-Força e Temas a Evitar

3.3. Estrutura de Com Soc

3.4. Estratégia e objetivo da Comunicação Social

3.5. Tarefas de Comunicação Social

a. Antes das Operações

Manter um banco de dados atualizado sobre as notícias publicadas em jornais, internet, televisão, revistas, etc., de interesse para assessoramento ao C Op XXX.

b. Durante as operações

1) Divulgar ao máximo os êxitos obtidos pelo C Op XXX na preservação da soberania e dos interesses nacionais.

2) Minimizar as possíveis repercussões negativas decorrentes de ações militares desencadeadas pelo C Op XXX.

3) Potencializar erros de conduta militar, ou repercussões negativas decorrentes de operações conduzidas pelas tropas oponentes, particularmente aquelas que prejudiquem o meio ambiente, população fronteiriça e áreas de interesse econômico.

c. Após as operações

Destacar o trabalho de reconstrução nas áreas afetadas pelo conflito, realizado pelas Forças brasileiras e demais ações realizadas em proveito das populações conquistadas e nacionais, particularmente na faixa de fronteira, a fim de potencializar a simpatia pela causa junto à opinião pública nacional e internacional.

3.6. Estrutura de Telemática

A Comunicação Social deverá ser dotada de recursos de telemática capazes de permitir o trâmite efetivo de dados e voz de interesse da atividade entre as células integrantes da sua estrutura, desde o Comando Operacional até a linha de frente e vice-versa. Da mesma forma, deverá ser equipada com meios capazes de estabelecer conexão com os públicos de interesse com oportunidade, confiabilidade e integridade.

3.7. Necessidades de Inteligência

3.8. Gerenciamento de Crise

Qualquer fato desfavorável que desencadeie situações de crise será gerenciado pelo EMCj. Em princípio, participarão da solução das situações de crise: Ch EMCj, Ch D2, Ch D7, porta-voz do C Op e assessoria jurídica. Outros oficiais especialistas poderão integrar o grupo para solução de crise, de acordo com o critério do Cmt Op.

3.9 .Prescrições diversas

4. LOGÍSTICA

5. COMANDO E CONTROLE

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
GRAU DE SIGILO)

MODELO DE APÊNDICE DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS AO ANEXO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

APÊNDICE II (OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS) AO ANEXO K (OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO ao Plano Operacional "XXX"

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento, particularmente o plano estratégico e as diretrizes políticas e ministeriais..*

1. SITUAÇÃO

As informações de interesse poderão ser retiradas dos seguintes documentos: Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) e Análise de Inteligência.

1.1. Informações de Interesse para as Op Psc

1.2. Atividades da população civil

1.3. Atividades recentes e atuais de organizações governamentais e não-governamentais, nacionais ou estrangeiras, que atuem na área de responsabilidade

1.4. Forças Oponentes/Adversas/Inimigo

Informações afetas às Op Psc que não estão incluídas no Pl Op e que necessitem ser desenvolvidas.

Descrever a estrutura das Op Psc e suas capacidades.

Citar os órgãos de propaganda utilizados.

1.5. Forças amigas

Relacionar, sistematicamente, as Info de interesse das Op Psc referentes aos aliados, ao escalão superior, aos vizinhos e aos elementos em apoio, inclusive elementos ou órgãos civis, se for o caso.

1.6. Meios recebidos e retirados

Relacionar os meios recebidos para a execução das Op Psc e os que, anteriormente disponíveis, tenham sido retirados. Incluir o período de vigência.

2. MISSÃO

Citar o envolvimento da Op Psicológicas na missão do C Op, descrevendo como devem ser desenvolvidas as ações em seu conjunto e sua integração na concepção geral da manobra.

3. EXECUÇÃO

3.1. Generalidades

Descrição geral de como as Op Psc serão desenvolvidas, compreendendo o seu desencadeamento, a sua divisão em fases, o papel atribuído a cada elemento e os Obj gerais a serem alcançados.

A seguir, um exemplo de planejamento de fases e respectivas ações:

a. 1ª Fase – Escalada da Crise:

1) Dissuadir as tropas adversas, enfraquecendo e minando a sua vontade de lutar.

2) Criar incertezas na população adversa, em relação ao governo inimigo.

3) Identificar e explorar as vulnerabilidades das tropas e da população adversa.

4) Minar a confiança nas lideranças políticas e militares do país inimigo.

5) Impedir, pela pró-atividade, os efeitos da propaganda adversa inimiga.

6) Desenvolver posicionamento favorável ao Brasil nos formadores de opinião.

7) Fortalecer perante a comunidade, órgãos de mídia, agências e organizações governamentais e não-governamentais internacionais e nacionais a imagem do Brasil como nação cumpridora das normas diplomáticas vigentes e respeitadora dos tratados e acordos internacionais.

8) Explorar as dissidências existentes nas Forças Armadas do oponente.

b. 2ª Fase – Manutenção da Integridade:

1) Motivar os dissidentes dos diversos segmentos adversos, presentes no C Op, a atuar contra seu governo.

2) Preparar a população brasileira residente no C Op para o desenvolvimento da campanha militar.

3) Ampliar o apoio da população local para as atividades de preparo e mobilização de nossas forças.

4) Apoiar as ações de dissimulação.

5) Desestabilizar as lideranças políticas e militares do inimigo.

c. 3ª Fase – Ofensiva:

1) Persuadir as tropas inimigas a diminuírem a reação contra as forças brasileiras, estimulando-os à rendição.

2) Estimular e promover a deserção e insubordinação nas forças armadas do oponente.

3) Minimizar ou neutralizar qualquer ação de vetor de influência nacional e/ou estrangeiro que, atuando no C Op, coopere com qualquer tipo de ação inimiga, bem como neutralizar quaisquer efeitos psicológicos pretendidos por suas ações.

4) Reduzir a interferência da população civil nas operações militares e promover a aceitação, da operação, por parte da população residente no C Op.

5) Minimizar e/ou neutralizar os efeitos negativos decorrentes das ações militares brasileiras (possíveis baixas de civis, danos materiais decorrentes do conflito, dentre outras).

6) Maximizar e/ou explorar os efeitos negativos decorrentes das ações militares inimigas (possíveis baixas de civis, danos materiais decorrentes do conflito).

d. 4ª Fase – Restauração:

1) Fortalecer nas Forças Armadas brasileiras a convicção e o sentimento do dever cumprido.

2) Minimizar e/ou neutralizar os efeitos negativos decorrentes das ações militares brasileiras (possíveis baixas de civis, danos materiais decorrentes do conflito, dentre outras).

3) Ao final das operações, conscientizar a população do C Op quanto ao sucesso das operações desenvolvidas, reforçando que a crença na segurança e na defesa do BRASIL é dever e responsabilidade de todos os nacionais.

4) Reforçar na população e nas instituições públicas e privadas a necessidade da presença das Forças Armadas na região, para a segurança e a defesa do país.

3.2. Públicos-Alvo Prioritários

3.3. Aprovação dos produtos e ações

3.4. Cronogramas e Prazos

3.5. Estrutura de Op Psc do C Op

Distribuição dos especialistas (O Lig) e das Equipes de Op Psc/Btl Op Psc.

3.6. Interoperabilidade com os sistemas de Com Soc, GE e Defesa Cibernética

3.7. Necessidades de Inteligência

3.8. Prescrições diversas

Especificar as tarefas comuns a dois ou mais elementos e as medidas de coordenação e controle, como as referentes a prazos, delimitação de áreas de responsabilidade, relatórios periódicos de Op Psc e outras.

Mencionar os apêndices que não tenham sido referenciados em outra parte do plano.

Citar as restrições ao uso de determinados veículos de comunicação, se for o caso.

4. LOGÍSTICA

Indicar as prescrições relativas ao apoio logístico à operação a ser executada.

5. COMANDO E CONTROLE

Enunciar as instruções relativas às ligações e comunicações necessárias à operação, inclusive a localização dos postos de comando e dos Elm Op Psc e as prescrições e previsões de seu deslocamento.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Descrever as principais condicionantes para a aprovação e disseminação de produtos (Procedimentos operacionais e Normas de conduta).

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n
(GRAU DE SIGILO)

ADENDO 10 ao APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE ANEXO DE ASSUNTOS CIVIS AO PLANO OPERACIONAL

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: “XXX-XX”

ANEXO L (ASSUNTOS CIVIS) ao Plano Operacional “XXX”

Referências: *Listar documentos e cartas utilizados no planejamento, particularmente o plano estratégico e as diretrizes políticas e ministeriais.*

1. SITUAÇÃO

1.1. Premissas básicas

Durante e logo após uma emergência complexa, a situação da segurança pode ser tão volátil que o pessoal militar tenha de providenciar assistência humanitária de emergência para os civis. Mesmo durante essas circunstâncias, a interdependência civil militar é necessária. A principal responsabilidade das forças militares é estabelecer e manter um ambiente seguro e estável. Uma vez cumprida essa tarefa, o pessoal humanitário civil pode prestar assistência à população afetada, satisfazendo as suas necessidades essenciais e ajudando na reconstrução de sua sociedade. Esses papéis de civis e militares, apesar de diferentes, são extremamente interdependentes.

Para as operações militares, o tema Assuntos Civis (Ass Civ) se relaciona com o desenvolvimento de atividades que têm como propósito facilitar o cumprimento da missão por meio da redução das interferências originadas nos diversos aspectos das estruturas política, social, econômica e cultural encontradas nas áreas de responsabilidade.

1.2. Agências Humanitárias e ONG atuantes na área de responsabilidade

Informações afetas aos Assuntos Civis que não estão incluídas no planejamento estratégico e que necessitam ser desenvolvidas.

1.3. Agências Governamentais

Citar as agências governamentais e a necessidade das ações interagências visando a alcançar o estado final desejado.

2. MISSÃO

Citar o envolvimento da D9 na missão do C Op, descrevendo como devem ser desenvolvidas as ações relativas aos Ass Civ e sua integração na concepção geral da manobra.

3. EXECUÇÃO

3.1. Generalidades

As ações serão agrupadas de acordo com o faseamento da operação, se for o caso. A seguir, um exemplo de planejamento de fases e respectivas ações:

a. 1ª Fase

1) Obter o apoio da população na área de responsabilidade, em coordenação com as atividades preconizadas nas operações de informação.

2) Obter o apoio de órgãos internacionais, particularmente na coordenação civil-militar (ações interagências).

3) Levantar dados referentes ao pessoal envolvido nas atividades de assuntos civis, particularmente os atores civis não envolvidos no planejamento militar.

4) Planejar Ações Cívico Sociais (ACISO) de forma integrada com a Com Soc.

5) Estabelecer o Centro de Coordenação Civil-Militar, a fim de evitar interferência de agências humanitárias em áreas de risco eminente nesta fase.

b. 2ª Fase

1) Intensificar e ampliar as ações comunitárias (ACISO), nas áreas conquistadas a fim de influenciar comportamentos favoráveis às tropas, em coordenação com as operações psicológicas.

2) Coordenar a distribuição emergencial de Suprimento de Classe I à população civil.

c. 3ª Fase

1) Intensificar o apoio de saúde à população civil e utilizar os hospitais civis para atendimento ao pessoal militar.

2) Ficar em condições de receber a população civil nos Centro de Controle de Evacuados (CCE) e nos Locais de Destino Seguro (LDS).

d. 4ª Fase

1) Coordenar a reconstrução de infraestruturas com órgãos civis.

2) Restaurar os serviços públicos essenciais.

3) Incrementar a participação de Agências Humanitárias nas áreas colapsadas.

e. 5ª Fase

1) Restabelecer a lei e a ordem pública.

2) Restabelecer provisoriamente o governo ou a autoridade local.

3) Avaliar o impacto sobre a população civil, amiga e inimiga, em decorrência do colapso na área do C Op.

4) Coordenar a transferência de responsabilidade ao poder civil.

3.2. Estrutura organizacional

a. Seção do EMCj e Centro de Coordenação Civil-Militar (C³M).

b. Unidades e/ou Equipes de Assuntos Civis.

c. Local de Destino Seguro (LDS).

d. Centro de Controle de Evacuados.

e. Centros/Abrigos de refugiados.

3.3. Prescrições diversas

Citar prescrições de respeitar as normas do Direito Internacional Humanitário (DIH) previstas nas Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais.

4. LOGÍSTICA

A Seção de Assuntos Civis do EMCj deverá estabelecer a estrutura específica para o contexto, em interação com a Seção de Logística.

5. COMANDO E CONTROLE

A Seção de Assuntos Civis do EMCj deverá estabelecer as coordenações e as relações de subordinação necessárias entre os órgãos da estrutura do C Op estabelecida.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Eventuais necessidades e coordenações logísticas que extrapolem a capacidade prevista, particularmente na interoperabilidade e nas ligações interagências atuantes na área de responsabilidade.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

ADENDO 11 ao APÊNDICE XIV ao ANEXO C
MODELO DE ANEXO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

(GRAU DE SIGILO)

Exemplar nº ___ de ___cópias
Comando Operacional
Local do Posto de Comando
Grupo Data-Hora *(expedição)*
Referência de Mensagem: "XXX-XX"

ANEXO M (ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA) ao Plano Operacional "XXX"

Referências: *(Mapas, cartas e outros documentos pertinentes)*

1. SITUAÇÃO

Sintetizar os aspectos da situação vigente que poderão interessar à administração financeira, particularmente quanto à situação econômica na área geográfica do C Op, infra-estrutura bancária existente, meios de tecnologia da informação disponíveis para a realização da gestão e controle financeiro, orçamento disponível para a campanha, medidas adotadas a nível governamental para flexibilizar a execução financeira e as aquisições no Teatro de Operações, além de outras informações julgadas importantes.

2. MISSÃO

Assessorar o Cmt Op e o Ch EMCj nos assuntos relativos à Administração Financeira.

3. EXECUÇÃO

3.1. Gestão orçamentária e Financeira

3.1.1. Cabe ao Cmt Op a realização da gestão orçamentária e financeira dos recursos recebidos pelo Comando Operacional, definindo prioridades para a realização da execução financeira no Teatro de Operações e, ainda, assessorando os escalões superiores sobre necessidade de alocação de recursos financeiros para a realização da campanha militar.

3.1.2. O Chefe da D10 do EMCj deverá assessorar o Cmt Op nos assuntos referentes à gestão e a priorização do emprego de recursos financeiros, realizando, ainda, as coordenações necessárias entre os órgãos financeiros na ZI, o C Log e as Forças Componentes no C Op.

3.1.3. Cabe ao C Log assessorar o Cmt Op quanto à execução financeira, consolidando, ainda, as necessidades de recursos financeiros (para pagamento de pessoal e aquisições de materiais e serviços) das F Cte, incluídos aqueles destinados à preparação do C Op, à mobilização, à execução da campanha militar planejada e à desmobilização.

3.2. Execução Financeira

3.2.1. O C Log deverá se constituir em uma Unidade Gestora Responsável (UGR) com nível de acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) capaz de gerir recursos a serem distribuídos para todas as forças componentes.

3.2.2. As Forças Componentes e o C Log deverão utilizar suas estruturas administrativas existentes no C Op (Unidade Gestora Executora – UGE) para receber recursos e realizar a execução financeira.de acordo com as orientações do C Log.

3.3.3. A execução orçamentária pelas F Cte deverá ser, a princípio, sob a forma de suprimento de fundos.

3.3.4. Para efeito de pagamento de pessoal, as F Cte deverão subsidiar o C Log com o montante de recursos financeiros necessários, a título de adiantamento, para atender militares em ação no C Op.

3.3.5. O limite máximo mensal de crédito para pagamento em campanha de Oficiais e Praças será equivalente ao valor da gratificação de representação.

4 DIVERSOS

O C Log deverá baixar diretrizes específicas para a execução financeira no C Op, particularmente quanto aos processos de prestação de contas de suprimento de fundos, a designação de agentes supridos pelas F Cte e, ainda, quanto à utilização da rede bancária existente.

(Assinatura)
Nome e Posto
Comandante Operacional

AUTENTICAÇÃO:

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO:

n/n

(GRAU DE SIGILO)

APÊNDICE XV ao ANEXO C
MODELO DE ORDEM DE COORDENAÇÃO

CONTEÚDO DA ORDEM DE COORDENAÇÃO			
PARTES	**CAMPO**	**COMPONENTES**	**CONTEÚDO**
CABEÇALHO	1	DE / REMETENTE	*Autoridade que envia o documento*
	2	PARA / DESTINATÁRIO	*Autoridade a quem se destina o documento*
	3	PRECEDÊNCIA	*UU / U / P / R*
	4	SIGILO	*USEC / SEC / CONF / RES*
	5	GRUPO DATA-HORA	*Sigla DH seguida de seis algarismos: os dois primeiros indicam o dia; os demais, indicando a hora e os minutos.* *A hora é expressa no fuso ZULU, seguida da abreviatura do mês e dos dois últimos algarismos do ano.*
	6	ASSUNTO	*Indica o assunto principal para facilitar a filtragem da informação pelo destinatário*
	7	REFERÊNCIA	*Indica a referência desta ordem, normalmente um Plano Operacional (pode detalhar qual versão por exemplo)*
	8	ANEXO	*Indica o conteúdo do anexo, se for o caso.*
TEXTO	9	SITUAÇÃO	*Atualização da situação corrente, especificando os fatores da decisão alterados.*
	10	DIRETRIZ DO COMANDANTE OPERACIONAL	*Atualização das diretrizes do Cmt Op, em função da campanha.* *O texto pode conter sub-tópicos, numerados como 10.1, etc.*
	11	PONTOS DE MAIOR ESFORÇO E PRIORIDADES	*Prioridades e ênfases para o C Op. As áreas onde pode ocorrer ações sobrepostas de mais de um componente deve ser bem detalhadas, a fim de permitir aos escalões subordinados desempenhar as suas atividades com o mínimo de restrições possíveis.*
	12	ORDENS DETALHADAS ÀS F Cte	*Atribuição de ordens às forças componentes, especificando tarefas e outras prescrições julgadas necessárias.*
	13	INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO E MEDIDAS DE CONTROLE	*Devem incluir:* *- listas orientando quais são os alvos proibidos ou restritos;* *- orientações especiais e restrições para o emprego dos fogos operacionais;* *- orientações para as Operações de Informação;* *- orientações Especiais; e* *- pontos decisivos prioritários.*
	14	DISTRIBUIÇÃO	*Comandos e outros órgãos para onde o documento deve ser enviado.*
FECHO	15	RUBRICA DO EXPEDIDOR	*Assinatura ou rubrica da autoridade expedidora.*
	16	RUBRICA DO OPERADOR	*Assinaturas ou rubricas dos operadores.*
	17	REGISTRO DE TRANSMISSÃO	*O operador ou o sistema anota a hora do término da transmissão.*
	18	REGISTRO DE RECIBO	*O operador ou o sistema anota a hora de recebimento da mensagem.*
ANEXO			

APÊNDICE XVI ao ANEXO C
MODELO DE SUMÁRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO

Com o propósito de facilitar o controle do Sumário Diário de Situação recebido pelos CC², o mesmo será enviado ao escalão superior da mesma forma que uma Mensagem Operacional.

O modelo abaixo descreve, além do conteúdo padrão de uma Mensagem Operacional, a sequência e as informações das Seções de um EMCj a serem colocadas em cada um dos campos. Convém ressaltar que este modelo de Sumário servirá tanto para o C Op quanto para as F Cte.

O Sumário Diário de Situação, composto por Cabeçalho, Texto e Fecho, deve utilizar o modelo descrito a seguir.

Cabeçalho

1. De:
2. Para:
3. Precedência:
4. Sigilo:
5. Nr Sumário:
6. Grupo Data-Hora da mensagem:
7. Referência:
8. Anexo:

Texto

9. Introdução:
10. D1 – Pessoal:
11. D2 – Inteligência:
12. D3 – Operações:
13. D4 – Logística:
14. D5 – Planejamento:
15. D6 – Comando e Controle:
16. D7 – Comunicação Social:
17. D8 – Operações Psicológicas:
18. D9 – Assuntos Civis:
19. D10 – Administração Financeira:
20. Outras Informações:

Fecho

21. Rubrica do Expedidor:
22. Rubrica do Operador:
23. Registro de Transmissão:
24. Registro de Recibo:

ESTRUTURA DO SUMÁRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO

PARTES	CAMPO	COMPONENTES	CONTEÚDO
CABEÇALHO	1	DE (REMETENTE)	Autoridade (Comando) que envia a mensagem
	2	PARA (DESTINATÁRIO)	Autoridade (Comando) a quem se destina o documento
	3	PRECEDÊNCIA	UU / U / P / R
	4	SIGILO	USEC / SEC / CONF / RES
	5	Nr SUMÁRIO	Número sequencial cronológico por campanha ou operação.
	6	GRUPO DATA-HORA	Sigla DH seguida de seis algarismos: os dois primeiros indicam o dia; os demais, indicando a hora e os minutos. A hora é expressa no fuso ZULU, seguida da abreviatura do mês e dos dois últimos algarismos do ano.
	7	REFERÊNCIA	Indica a referência desta mensagem, normalmente um Plano Operacional ou Ordem de Operações (pode detalhar qual versão,por exemplo).
	8	ANEXO	Indica o conteúdo do anexo, se for o caso, exemplos tabelas imagens, etc..
TEXTO	9	INTRODUÇÃO CHEFE DO ESTADO-MAIOR (C Op ou F Cte)	Apreciação sintética, no nível operacional (tático para as F Cte), das ações planejadas e as efetivamente realizadas, com implicações no cumprimento da missão recebida, e, a seguir, uma síntese das ações futuras.
	10	D1 – PESSOAL	Relato sucinto das atividades de pessoal (recursos humanos), desenvolvidas pelo C Op e pelas F Cte: efetivos, recompletamentos, baixas, acionamento de reservas, necessidades, etc.
	11	D2 – INTELIGÊNCIA	Relato sucinto das atividades relevantes de Inteligência Operacional desenvolvidas, os resultados alcançados e as implicações para a operação. Desempenho do Sistema de Inteligência Operacional.
	12	D3 – OPERAÇÕES	Relato da evolução da situação, das ações planejadas e realizadas, e das restrições. Concepção geral e idéia de manobra prevista para o período seguinte. Coerência das ações com a missão recebida.
	13	D4 – LOGÍSTICA	Relato sucinto do apoio logístico prestado às F Cte por seus respectivos Comandos. As informações prestadas deverão contribuir para a percepção das dificuldades envolvidas e para os sucessos alcançados e classificados nos seguintes tópicos: 4.1. Saúde; 4.2. Suprimento; 4.3. Manutenção; 4.4. Transporte; 4.5. Engenharia; 4.6. Salvamento. Quando o C Op se reportar ao escalão superior, processará estas informações a fim de permitir ao MD uma visão clara da situação logística da campanha ou operação.
	14	D5 – PLANEJAMENTO	Relato sucinto da avaliação da campanha, e as reorientações para o planejamento de ações futuras, deverão indicar as alterações relativas as fases inicialmente estipuladas no Plano de Campanha.
	15	D6 – COMANDO E CONTROLE	Desempenho dos enlaces, dos sistemas de informação e meios atribuídos ao CC²COp (ou F Cte), distribuídos nos seguintes tópicos: 6.1. Adestramento do pessoal; 6.2. Funcionamento dos recursos de telemática; 6.3. Gerenciamento do espectro; 6.3. Gerenciamento da Informação; 6.4. Outros aspectos relevantes julgados pertinentes.

PARTES	CAMPO	COMPONENTES	CONTEÚDO
TEXTO	16	D7 – COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS CIVIS	Relato sucinto das atividades desenvolvidas, afetas a Relações Públicas, Imprensa (Informações Públicas) e Publicidade (Divulgação Institucional), classificados nos seguintes tópicos: 7.1. Relato da repercussão das ações desenvolvidas no público interno e externo; 7.2. Relato das visitas da mídia na área de operação, impressão das mesmas; 7.3. Divulgação da operação por intermédio da internet, com estatísticas de acessos (quantidades e origens, considerar os dois maiores) e principais repercussões.
	17	D8 – OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS	Relato sucinto dos resultados obtidos pelas operações desenvolvidas (considerando apenas o público externo ao Brasil). Apontar dificuldades para operações futuras. Ações psicológicas desenvolvidas e resultados obtidos; e ações psicológicas planejadas ou em curso.
	18	D9 – ASSUNTOS CIVIS	Relato sucinto das atividades desenvolvidas, afetas a assuntos civis e Ação Cívico-Social (ACISO), classificados nos seguintes tópicos: Atividades de ACISO desenvolvidas e sua repercussão; e outros aspectos relevantes e julgados pertinentes.
	19	D10 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	Relato sucinto das atividades desenvolvidas, afetas a administração financeira.
	20	OUTRAS INFORMAÇÕES	Relato sucinto de assuntos diversos ocorridos no período, de interesse para o EMCFA (ou C Op), como, por exemplo, a atuação dos órgãos civis envolvidos, ressaltando o relacionamento com os mesmos e a repercussão das atividades desenvolvidas. Caso sejam ativadas outras Seções de Estado-Maior, relatar, sucintamente, as atividades das mesmas.
FECHO	21	RUBRICA DO EXPEDIDOR	Assinatura ou rubrica da autoridade expedidora.
	22	RUBRICA DO OPERADOR	Assinaturas ou rubricas dos operadores.
	23	REGISTRO DE TRANSMISSÃO	O operador ou o sistema anota a hora do término da transmissão.
	24	REGISTRO DE RECIBO	O operador ou o sistema anota a hora de recebimento da mensagem.
ANEXO			

Observação: os sumários são semelhantes em toda a cadeia de comando, havendo necessidade de adequação aos diversos escalões, de modo a tornar o documento sintético e ajustado ao escalão considerado.

GLOSSÁRIO

PARTE I – ABREVIATURAS E SIGLAS

A

Abreviatura/Siglas	Significado
A Op	Área de Operação
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACISO	Ação Cívico-Social
Adj	Adjunto
AO	Arte Operacional
AOGI	Área Operacional de Guerra Irregular
Ap Log	Apoio Logístico
APA	Adequabilidade, Praticabilidade e Aceitabilidade
APF	Administração Pública Federal
Ass Civ	Assuntos Civis
Atq	Ataque
AtualizFçLog	Atualização das Funções Logísticas
Atv Intlg	Atividade de Inteligência

B

Abreviatura/Siglas	Significado
Ba Log Cj	Base Logística Conjunta
Ba Log Cj A	Base Logística Conjunta Avançada
Ba Log Cj R	Base Logística Conjunta Recuada
BM	Bombeiro Militar
BOE	Base de Operações Especiais
Btl Op Psc	Batalhão de Operações Psicológicas

C

Abreviatura/Siglas	Significado
C Cj	Comando Conjunto
C Log	Comando Logístico
C Mi D	Conselho Militar de Defesa
C Op	Comando Operacional
C Op Cj	Comando Operacional Conjunto
C Op Sing	Comando Operacional Singular
C^2	Comando e Controle
C^3M	Centro de Coordenação Civil-Militar
CAE	Chefia de Assuntos Estratégicos
CapLogProj	Capacidade Logística Projetada
CAR	Código de Avaliação de Risco
CARH1	Célula de Administração de Recursos Humanos – D1
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
CC	Capacidade Crítica
CC^2	Centro de Comando e Controle
CC^2 F Paz	Centro de Comando e Controle da Força de Paz
CC^2 FTer	Centro de Comando e Controle da Força Terrestre
CC^2COp	Centro de Comando e Controle do Comando Operacional

Abreviatura/Siglas	Significado
CC²MD	Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa
CCE	Centro de Controle de Evacuados
CCL	Centro de Coordenação Logística
CCOL	Centro de Coordenação das Operações Logísticas
CCRH	Centro de Coordenação de Recursos Humanos
CD	Controle de Danos
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CEMCFA	Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CG	Centro de Gravidade
CGU	Controladoria-Geral da União
Ch EMCj	Chefe do Estado-Maior Conjunto
CI	Contrainteligência
CIA	Centro de Inteligência Aérea
CIAer	Centro de Inteligência da Aeronáutica
CICOp	Centro de Inteligência do Comando Operacional
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIN	Centro de Inteligência Naval
CIOp	Centro de Inteligência Operacional
CIT	Centro de Inteligência Terrestre
Cj	Conjunto (a)
CLTO	Comando Logístico do Teatro de Operações
Cmt	Comandante
Cmt Cj	Comandante Conjunto
Cmt F Cte	Comandante de Força Componente
Cmt Op	Comandante Operacional
COAC	Centro de Operações de Assuntos Civis
COC4	Célula de Operações Correntes – D4
CODA	Centro de Operações de Defesa Aérea
COF4	Célula de Operações Futuras – D4
COGAR	Centro de Operações do Comando-Geral de Operações Aéreas
COL	Centro de Operações Logísticas
Com Soc	Comunicação Social
COMAR	Comando Aéreo Regional
COMDABRA	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
COMGAR	Comando-Geral de Operações Aéreas
ComOpNav	Comando de Operações Navais
ComTO	Comandante do Teatro de Operações
Con	Concentração
COSEGAR	Centro de Operações de Segurança de Área de Retaguarda
COTER	Comando de Operações Terrestres
CPC	Comparação de Poderes Combatentes
CPE	Chefia de Preparo e Emprego
CPLAN1	Célula de Planejamento – D1
CPLAN10	Célula de Planejamento – D10
CPM	Código Penal Militar
CPO	Conceito Preliminar da Operação
CPOF10	Célula de Programação Orçamentária e Financeira – D10

Abreviatura/Siglas	Significado
CRC10	Célula de Registros Contábeis – D10
CS	Comandante Supremo
Ct	Controle

D

Abreviatura/Siglas	Significado
D1	1ª Seção do Estado-Maior Conjunto – Pessoal
D2	2ª Seção do Estado-Maior Conjunto – Inteligência
D3	3ª Seção do Estado-Maior Conjunto – Operações
D4	4ª Seção do Estado-Maior Conjunto – Logística
D5	5ª Seção do Estado-Maior Conjunto – Planejamento
D6	6ª Seção do Estado-Maior Conjunto – Comando e Controle
D7	7ª Seção do Estado-Maior Conjunto – Comunicação Social
D8	8ª Seção do Estado-Maior Conjunto – Operações Psicológicas
D9	9ª Seção do Estado-Maior Conjunto – Assuntos Civis
D10	10ª Seção do Estado-Maior Conjunto – Administração Financeira
DAMEPLAN	Dados Médios de Planejamento
DEFAR	Defesa de Área de Retaguarda
DEORF	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
DICA	Direito Internacional dos Conflitos Armados
DIH	Direito Internacional Humanitário
DispMeiosTrnp	Disponibilidade de Meios de Transporte
DMD	Doutrina Militar de Defesa
DMED	Diretriz Ministerial de Emprego de Defesa
Dn	Outra Seção do Estado-Maior Conjunto
DN	Distrito Naval
DO	Desenho Operacional
DPED	Diretriz Presidencial de Emprego de Defesa
DPEM	Diretriz de Planejamento Estratégico Militar
DQBN	Defesa Química, Biológica e Nuclear

E

Abreviatura/Siglas	Significado
E Mi D	Estratégia Militar de Defesa
EEI	Elementos Essenciais de Inteligência
EFD	Estado Final Desejado
Elm Op Esp	Elemento de Operações Especiais
EM	Estado-Maior
EMA	Estado-Maior da Armada
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EMCj	Estado-Maior Conjunto
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPIOp	Estações do Portal de Inteligência Operacional
EPO	Elaboração dos Planos e Ordens
EPT	Eixo Prioritário de Transporte
ER	Efetivo de Recompletamento
Esc Sp	Escalão Superior

Abreviatura/Siglas	Significado
Etta Mi D	Estrutura Militar de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
EVAM	Evacuação Aeromédica
Exm Sit Cmdo	Exame de Situação de Comando

F

Abreviatura/Siglas	Significado
F Cj	Força Conjunta
F Cj Op Esp	Força Conjunta de Operações Especiais
F Cte	Força Componente
FA	Força Armada
FAC	Força Aérea Componente
FechNec	Fechamento das Necessidades
FFF	Fator de Força e Fraqueza
FNC	Força Naval Componente
FS	Força Singular
FT Cj	Força-Tarefa Conjunta
FTC	Força Terrestre Componente
FTD	Fator de Tempo e Distância

G

Abreviatura/Siglas	Significado
GAD	Grupo de Autodefesa
GE	Guerra Eletrônica
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GRO	Gerenciamento de Risco Operacional
GSI/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GT	Grupo-Tarefa
GT Log	Grupo-Tarefa Logístico

H

Abreviatura/Siglas	Significado
HE	Hipótese de Emprego

I

Abreviatura/Siglas	Significado
Inst Civ	Instalação Civil

L

Abreviatura/Siglas	Significado
L Op	Linha de Operação
LA	Linha de Ação
LA Log	Linha de Ação Logística
LAOP	Levantamento de Área para Operações Psicológicas
LC	Lei Complementar
LCAF	Linha de Controle de Apoio de Fogo
LDS	Local de Destino Seguro

Abreviatura/Siglas	Significado
LEA	Levantamento Estratégico de Área
LEP	Linha de Escurecimento Parcial
LET	Linha de Escurecimento Total
LIA	Lista Integrada de Alvos
LIPA	Lista Integrada e Priorizada de Alvos
Loc	Localização
LPIPA	Lista Preliminar Integrada e Priorizada de Alvos

M

Abreviatura/Siglas	Significado
MAE	Medidas de Ataque Eletrônico
MAGE	Medidas de Apoio de Guerra Eletrônica
MD	Ministério da Defesa
Min Def	Ministro da Defesa
MN	Terminal Móvel Naval
Mnt	Manutenção
MPE	Medidas de Proteção Eletrônica
Mun	Munição

N

Abreviatura/Siglas	Significado
NecAtdOCoor	Necessidade de Atendimento às Ordens de Coordenação
NEv	Norma de Evacuação
NGA	Normas Gerais de Ação
NI	Necessidade de Inteligência

O

Abreviatura/Siglas	Significado
O Coor	Ordem de Coordenação
O Lig	Oficial de Ligação
OBE	Operação Baseada em Efeito
Obj	Objetivo
Obj Estrt	Objetivo Estratégico
Obj Op	Objetivo Operacional
OEM	Opção Estratégica Militar
Of	Oficial
Of Com Soc	Oficial de Comunicação Social
Of Intlg	Oficial de Inteligência
Of Op	Oficial de Operações
OI	Órgão de Inteligência
OM	Organização Militar
OM Log	Organização Militar Logística
OM Subrd	Organização Militar Subordinada
OMLS	Organização Militar Logística Singular
ONG	Organização Não Governamental
ONI	Outras Necessidades de Inteligência
OODA	Observar, Orientar, Decidir e Agir (ciclo de decisão)
Op	Operação

Abreviatura/Siglas	Significado
Op Ae	Operação Aérea
Op Cj	Operação Conjunta
Op FE	Operação de Forças Especiais
Op Info	Operações de Informação
Op Intlg	Operação de Inteligência
Op Nav	Operação Naval
Op Psc	Operações Psicológicas
Op Ter	Operação Terrestre
ORBAT	Ordem de Batalha
OSP	Órgão de Segurança Pública
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

P

Abreviatura/Siglas	Significado
PA	Público-Alvo
PB	Premissa Básica
PC	Ponto Culminante
PC	Posto de Comando
PD	Ponto Decisivo
PDCD	Política de Defesa Cibernética de Defesa
PDN	Política de Defesa Nacional
PEAC	Plano Estratégico de Assuntos Civis
PEAF	Plano Estratégico de Administração Financeira
PEC^2	Plano Estratégico de Comando e Controle
PEDCF	Plano Estratégico de Deslocamento e Concentração de Forças
PEECFA	Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas
PEI	Plano Estratégico de Inteligência
PEL	Plano Estratégico de Logística
PEM	Planejamento Estratégico-Militar
PEMM	Plano Estratégico de Mobilização Militar
PEOI	Plano Estratégico de Operações de Informação
PF	Polícia Federal
PG	Prisioneiro de Guerra
PI	Pedido de Inteligência
PINDE	Plano de Inteligência de Defesa
PIOp	Portal de Inteligência Operacional
Pl Op	Plano Operacional
Pl Trnp	Plano de Transporte
PLD	Política de Logística de Defesa
Plj Op	Planejamento Operacional
PM	Polícia Militar
PMD	Política Militar de Defesa
POC	Plano de Obtenção de Conhecimentos
PPC	Processo de Planejamento Conjunto
PR	Presidente da República
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PSA	Plano de Segurança Ativa

Abreviatura/Siglas	Significado
Psb I	Possibilidade do Inimigo
PSO	Plano de Segurança Orgânica

Q

Abreviatura/Siglas	Significado
QBN	Químico, Biológico ou Nuclear
QC	Quadro de Cargos

R

Abreviatura/Siglas	Significado
RAFE	Rede de Auxílio à Fuga e Evasão
RC	Requisito Crítico
RD	Reunião à Distância
RDA	Região de Defesa Aeroespacial
Rdv	Rodovia
ReuDiariaSit	Reunião Diária de Situação
ReuPrepReuDiariaSit	Reunião Preparatória para a Reunião Diária de Situação
RGED	Rede de Guerra Eletrônica de Defesa
RH	Recursos Humanos
RICOp	Rede de Inteligência do Comando Operacional
RM	Região Militar
RNI	Repertório de Necessidades de Inteligência
RPI	Reunião Preliminar de Inteligência

S

Abreviatura/Siglas	Significado
S Ap Adm	Seção de Apoio Administrativo
SAbM	Sistema de Abastecimento da Marinha
SAF	Seção de Administração Financeira
Sal	Saúde
SC1	Subchefia de Comando e Controle
SC2	Subchefia de Inteligência Operacional
SC3	Subchefia de Operações
SC4	Subchefia de Logística Operacional
SCIE	Subchefia de Inteligência Estratégica
SEGAR	Segurança da Área de Retaguarda
SEORI	Secretaria de Coordenação e Organização Institucional
SEPROD	Secretaria de Produtos de Defesa
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC	Segurança da Informação e Comunicações
SILOMS	Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços
SIMATEX	Sistema de Material do Exército
SINAMOB	Sistema Nacional de Mobilização
SINDE	Sistema de Inteligência de Defesa
SINFORGEx	Sistema de Informações Organizacionais do Exército
SINGRA	Sistema de Informações Gerenciais de Abastecimento da Marinha
SIOP	Sistema de Inteligência Operacional

Abreviatura/Siglas	Significado
SIPLOM	Sistema de Planejamento Operacional Militar
SISBIN	Sistema Brasileiro de Inteligência
SISCOMIS	Sistema de Comunicações Militares por Satélite
SISMA	Sistema de Material Aeronáutico
SISMAB	Sistema de Material Bélico
SISMC^2	Sistema Militar de Comando e Controle
SisMetDef	Sistema de Meteorologia de Defesa
SisPECFA	Sistemática de Planejamento de Emprego Conjunto das Forças Armadas
SMC	Serviço Móvel Celular
SPEM	Sistemática de Planejamento Estratégico Militar
STFC	Serviço Telefônico Fixo Comutado
SUBILOG	Subchefia de Integração Logística
SUBMOB	Subchefia de Mobilização
Sup	Suprimento
Supe Ae	Superioridade Aérea

T

Abreviatura/Siglas	Significado
TI	Tecnologia da Informação
TL	Terminal Leve
TLC	Tarefa Logística Conjunta
TO	Teatro de Operações
TR	Terminal Rebocável
TT	Terminal Transportável

U

Abreviatura/Siglas	Significado
UGE	Unidade Gestora Executora
UGR	Unidade Gestora Responsável
UHE	Usina Hidroelétrica
UT	Unidade-Tarefa

V

Abreviatura/Siglas	Significado
VANT	Veículo Aéreo Não-tripulado
VC	Videoconferência
VC	Vulnerabilidade Crítica

Z

Abreviatura/Siglas	Significado
Z Aç	Zona de Ação
ZA	Zona de Administração
ZA Avçd	Zona de Administração Avançada
ZC	Zona de Combate
ZD	Zona de Defesa
ZI	Zona do Interior

PARTE II – TERMOS E DEFINIÇÕES

Ação Crítica – Ação essencial para o êxito das operações militares, no contexto do planejamento de uma HE, podendo ser conjunta ou singular.

Agência – É todo Órgão criado e ativado para atender necessidades específicas de Inteligência e subordinado ao órgão central de um Sistema de Inteligência. Este termo pode ser também definido como: "uma organização ou indivíduos envolvidos em recolher e/ou processar dados”. Uma agência deve ser capaz de recolher e processar dados e informações ou simplesmente ter a capacidade de repassá-los a outra agência para processamento.

Atividade Logística – é um conjunto de tarefas afins, reunidas segundo critérios de relacionamento, interdependência ou similaridade.

Avaliação da Conjuntura – apreciação que expressa a opinião de diversos analistas sobre fatos e/ou situações, passados e/ou presentes, e/ou de um futuro imediato, referente às conjunturas nacional ou internacional.

Base Logística Conjunta (Ba Log Cj) – é um agrupamento temporário de OMLS desdobradas no interior da área do C Op, diretamente sob o controle operacional do C Log, responsável pela realização do apoio logístico ao conjunto das forças em operações. Normalmente, o C Log agrupará as OMLS fixas em Bases Logísticas Recuadas (Ba Log R). Caso seja necessário prestar apoio logístico cerrado às F Cte, as OMLS que possuírem mobilidade tática poderão ser agrupadas em Bases Logísticas Avançadas (Ba Log A).

Centro de Coordenação Logística (CCL) – é uma estrutura que integra o Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa (CC²MD), com o propósito de realizar a coordenação logística no âmbito das Forças Armadas, estabelecendo prioridades logísticas e otimizando o transporte para atender o apoio logístico a:

a) Comandos Operacionais ativados;

b) Contingentes Brasileiros no exterior; e

c) Forças Singulares, Auxiliares ou entidades civis (governamentais, não-governamentais ou empresariais), destacadas para prestar apoio às situações de calamidade ou desastres naturais, no interior do país ou no exterior.

Comando Logístico do Teatro de Operações (CLTO) – é uma F Cte encarregada de coordenar e executar o apoio logístico no TO, racionalizando e otimizando os meios disponíveis. Sua estrutura é flexível, de forma a se adequar às demandas logísticas decorrentes do planejamento operacional.

Comando Operacional (C Op) – é o mais alto comando destinado a operações militares, que deverá ser ativado de acordo com a Estrutura Militar de Defesa, podendo ser conjunto ou singular, conforme as necessidades de preparo ou de emprego.

Comando Operacional Conjunto (C Op Cj) – é o C Op estruturado com meios ponderáveis de mais de uma Força Armada. É o mesmo que Comando Conjunto (C Cj) ou Comando Operacional (C Op).

Comando Operacional Singular (C Op Sing) – é o C Op estruturado com meios ponderáveis de apenas uma Força Armada. É o mesmo que Comando Singular (C Sing).

Comandos Regionais de Teatro de Operações – são os Distritos Navais, as Regiões Militares e os Comandos Aéreos Regionais que podem ser adjudicados a um Teatro de Operações. Nessa situação, um desses comandos poderá receber o encargo de ativar e estruturar um CLTO, bem como assumir os encargos de Segurança de Área de Retaguarda (SEGAR). Além disso, deverão realizar as tarefas administrativas executadas em tempo de paz, no âmbito de suas Forças Singulares, em suas áreas de responsabilidade.

Comando de Operações (CO) – é um órgão de direção setorial existente na estrutura organizacional de cada uma das Forças Armadas, responsável pelo preparo técnico e tático dos elementos de combate, a saber:

a) na Marinha do Brasil – Comando de Operações Navais (ComOpNav);
b) no Exército Brasileiro – Comando de Operações Terrestres (COTER); e
c) na Força Aérea Brasileira – Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR).

Conhecimento – é o produto resultante do processamento de dados e/ou informações de interesse para o processo decisório, com vistas ao cumprimento da missão do comandante. As informações são de grande valor quando uma dedução de algum tipo pode ser feita, aproveitando-as. A Informação por conta própria é um fato ou uma série de fatos, mas quando é relacionada a outras Informações já conhecidas, e quando é considerada a luz de experiência passada, dará origem a um novo conjunto de fatos, que é chamado de Conhecimento. Sendo o resultado de um processo de julgamento subjetivo, não é inequívoco e está aberto à contestação.

Conjuntura – apreciação que enfoca o acompanhamento da conjuntura de um determinado país ou área estratégica, em um período de tempo definido, constando de uma abordagem analítica dos principais assuntos de interesse em pauta, divididos segundo os campos do poder e de uma conclusão geral.

Dado – é o elemento ou a base para a formação de juízo, a ser utilizado na produção do conhecimento. Consiste num único item de dados ou uma série ou o grupo de itens de dados, que são capturados por um sensor e, por conseguinte, recolhidos por um dispositivo desse sensor. É uma declaração de uma situação que existe, ou existiu, em algum local, tempo e espaço. É inequívoco em natureza e pode se relacionar com acontecimentos no passado ou no presente; sendo histórico ou atual. É definido como dado não processado que pode ser usado na produção de Conhecimentos e Informações.

Estruturas Logísticas das Forças Singulares – é um conjunto de OMLS desdobradas no interior da ZI, responsável pela realização do apoio logístico nas diversas funções logísticas às tropas singulares desdobradas em um TO, Zona de Defesa (ZD) ou Área de Operações (A Op). Compete às FS estabelecer a estrutura organizacional, a composição e a localização das OMLS que integram suas respectivas estruturas logísticas.

Fonte – É qualquer pessoa ou artefato da qual o dado pode ser obtido. Uma fonte possui informações quer adquirida ao acaso, como em uma conversa num café, como em atendimento a uma petição específica, como numa câmera registrando imagens ao longo

de uma rota programada de vôo de um Veículo Aéreo Não-tripulado (VANT), etc. A fonte é a origem primária dos dados e ou possui as informações ou por sua atividade demonstra que as informações existem. Um agente de coleta é uma pessoa ou sistema que obtém as informações da fonte. A única mudança nos dados que a fonte pode causar é no seu formato. Isto pode ser, por exemplo, uma tradução de uma linguagem a outra por um contato humano ou a conversão de um quadro de uma imagem visual a um sinal de rádio por um satélite. Uma fonte não tem nenhuma capacidade de processar dados.

Força-Tarefa – Grupamento temporário de forças, de valor unidade ou subunidade, sob comando único, formado com o propósito de executar uma operação ou missão específica, que exija a utilização de uma forma peculiar de combate em proporções adequadas.

Força-Tarefa Conjunta – Força Conjunta, organizada para a execução de uma missão específica, de objetivos e duração limitados, sendo desativada após o cumprimento da missão

Função Logística – é a reunião, sob uma única designação, de um conjunto de atividades logísticas afins, correlatas ou de mesma natureza.

Grupo-Tarefa Logístico (GT Log) – é um agrupamento temporário de OMLS, sob comando único, formado quando houver necessidade de se estruturar o apoio logístico orgânico numa F Cte. Poderá ser, a critério do Comandante da F Cte, integrado por OMLS de uma mesma FS (GT Log Nav, Ter ou Aer) ou de mais de uma FS (GT Log Cj).

Informação – é um dos documentos de Inteligência. Porém, para fins de Inteligência Conjunta, considera-se um produto intermediário, fruto do processamento de dados, no ciclo da produção do conhecimento. Em planejamentos e, com maior intensidade, em operações militares, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e os Comandantes (Operacionais e Táticos) terão acesso a quantias muito grandes de informações relacionadas a cada aspecto do ambiente operacional. As informações estarão disponíveis e cobrindo um leque extremamente vasto de questões relacionadas às suas próprias Forças e às do oponente; seus efetivos, equipamentos, localização, estado de logística, números de perdas, estado de reforço, estados de munição e muitos outros fatores. Haverá um volume igualmente grande de informações acerca do ambiente, do clima, do tempo, do terreno, das influências sócio-políticas e de outros aspectos da área em estudo ou do campo de batalha. Ao preparar a condução do seu processo de tomada de decisão, o EMCFA e os Comandantes (Operacionais e Táticos) poderão identificar, desde o começo, que informações, relacionadas tanto ao adversário quanto às Forças amigas, serão exigidas para que possa tomar uma decisão e fazer o seu plano.

Inteligência Tecnológica – É o conjunto de atividades de caráter tecnológico exercidas no exclusivo interesse da Atividade de Inteligência, nos ramos da Inteligência e da Contrainteligência, abrangendo fontes, dados, informações, conhecimentos e processos de análise, nas áreas de Sensoriamento Remoto e Imagens, Sinais e Guerra Eletrônica, Cartografia, Meteorologia, Criptologia, Cibernética e Tecnologia da Informação.

Levantamento Estratégico de Área (LEA) – compilação organizada e metódica de conhecimentos determinantes ou condicionantes do Poder Nacional de um determinado país ou do potencial de uma área estratégica ou de atividades humanas.

Logística Militar – é o conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos e dos serviços necessários à execução das missões das Forças Armadas (FA).

Logística Militar Conjunta – é a sinergia das logísticas realizadas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sob um comando único, para proporcionar o apoio logístico adequado e contínuo à consecução das missões nas operações conjuntas.

Necessidades de Inteligência (NI) – É o conjunto de requisitos estabelecidos para a atividade de Inteligência visando equacionar as incertezas que poderão influenciar no processo de tomada de decisão. Podem ser classificadas como Conhecimentos ou Informações.

Organização Militar Logística Singular (OMLS) – é uma organização militar de uma FS, existente desde o tempo de paz ou ativada em operações, dotada de pessoal, equipamentos e outros meios especializados, apta para executar atividades e tarefas de uma ou mais funções logísticas.

Pedido de Inteligência (PI) – é o documento utilizado formalmente para solicitar aos órgãos de Inteligência respostas para as suas NI. As respostas a esses pedidos poderão ser Conhecimentos ou Informações.

SILOMS – Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços da Força Aérea Brasileira (FAB) – é um sistema corporativo informatizado, integrado ao Sistema de Material Aeronáutico (SISMA) e ao Sistema de Material Bélico (SISMAB), para o gerenciamento da logística da FAB.

SIMATEX – Sistema de Material do Exército – é um sistema corporativo informatizado, de desenvolvimento contínuo e evolutivo, integrante do Sistema de Informações Organizacionais do Exército (SINFORGEx), que busca, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, integrar processos, procedimentos, métodos, rotinas e técnicas, destinados à produção de conhecimentos com qualidade e oportunidade necessários ao controle automatizado e ao gerenciamento de todos os materiais no âmbito do Exército Brasileiro.

SINGRA – Sistema de Informações Gerenciais de Abastecimento da Marinha – é um sistema corporativo informatizado, para apoiar o Sistema de Abastecimento da Marinha (SAbM) no planejamento, controle e execução das fases básicas da logística (determinação de necessidades, obtenção e distribuição), provendo recursos de tecnologia da informação (TI) necessários ao desempenho das atividades técnicas e gerenciais, inerentes às funções logísticas de sua responsabilidade (Suprimentos, Manutenção e Transportes).

SIPLOM – Sistema de Planejamento Operacional Militar do Ministério da Defesa – consiste em um conjunto de software interrelacionados para coletar, processar, armazenar e disseminar informações em apoio aos processos de tomada de decisão. Está integrado ao Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²).

Tarefa Logística – é um trabalho específico e limitado no tempo que agrupa passos, atos ou movimentos interligados segundo uma determinada sequência e visando à obtenção de um resultado definido.

Tarefa Logística Conjunta – é uma Tarefa Logística executada por um elemento de apoio logístico singular, em proveito de todos ou vários elementos integrantes de um Comando Operacional (C Op).

Zona de Administração (ZA) – é uma porção predominantemente **terrestre** do teatro de operações, compreendida entre o limite de retaguarda das forças empregadas na zona de combate e o limite posterior da área de um C Op, no qual se desdobram instalações de Comando e Controle, instalações fixas, unidades especializadas e outros órgãos necessários para o apoio logístico ao conjunto das forças em operações. A responsabilidade territorial pela ZA será determinada pelo Cmt Op.

Zona de Administração Avançada (ZA Avçd) – é uma área compreendida pela ZA, situada em território estrangeiro, mas que necessitará ser mantida sob a jurisdição de um comando militar para fins de administração territorial militar e de segurança, cabendo ao Cmt Op a designação de seus elementos constitutivos.

Zona de Combate (ZC) – é a porção da área do C Op à frente dos limites de retaguarda das forças empregadas na condução das operações, podendo incluir áreas terrestres, marítimas e o espaço aéreo, no interior dos quais os comandos podem influir diretamente na evolução das operações, pela manobra de seus elementos ou pelo emprego do poder de fogo. Inclui, também, a área necessária ao apoio imediato às forças amigas. A ZC pode prolongar-se pelo território controlado pelo inimigo, desde a linha de contato até o alcance máximo dos sistemas de armas pertencentes às Forças Singulares. Pode subdividir-se em zonas de ação (Z Aç) pelas F Cte, devendo os limites de retaguarda das mesmas serem estabelecidos tão à frente quanto possível, a fim de reduzir as responsabilidades logísticas, de segurança e territoriais de seus comandantes.

Ministério da Defesa
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
Brasília, 7 de dezembro de 2011